

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**VOLTAS E RE-VOLTAS ESTRATÉGICAS DOS TOBAS ROSARINOS -
de Resistencia a Rosario**

Nora Julia Arias

2005

VOLTAS E RE-VOLTAS ESTRATEGICAS DOS TOBAS ROSARINOS -
de Resistencia a Rosario

Nora Julia Arias

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários
à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: João Pacheco de Oliveira

Rio de Janeiro
Maio de 2005

VOLTAS E RE-VOLTAS ESTRATÉGICAS DOS TOBAS ROSARINOS -
de Resistencia a Rosario

Nora Julia Arias

Dr. João Pacheco de Oliveira

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira

Prof. Dra. Giralda Seyferth

Prof. Dr. Luiz Fernando Dias Duarte

Prof. Dra. Liliana Tamagno

Prof. Dra. Paula Caleffi

Rio de Janeiro
Maio de 2005

Arias, Nora Julia “Voltas e re-voltas estratégicas dos toba rosarinos: de Resistencia a Rosario” / Nora Julia Arias – Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

Orientador: João Pacheco de Oliveira

Tese (doutorado) – UFRJ/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2005.

Referências bibliográficas: 215-220.

1. Índios urbanos. 2. Estratégias de sobrevivência. 3. Políticas públicas. 4. Pobreza. 5. Violência social. 6. Discriminação. 7. Racismo. 8. Etnografia indígena. I. Oliveira, João Pacheco de. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

RESUMO

VOLTAS E RE-VOLTAS ESTRATEGICAS DOS TOBAS ROSARINOS: de Resistencia a Rosario

Arias, Nora Julia

Orientador: Prof. João Pacheco de Oliveira

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Os índios urbanos consideram importante recuperar suas tradições culturais, exibir sua identidade e servir-se dela como instrumento de unidade e mobilização política e econômica. A ampla distribuição e diversidade dos Povos Indígenas, sua contribuição cultural, intelectual e científica às tradições peninsulares, resultam do produto final de longos anos de contato e câmbio. Em todo esse período os índios não foram só sujeitos passivos e inconscientes de processos externos, pelo contrário, participaram ativamente das próprias transformações. Nesses termos, os conceitos de “marginalidade” e “exclusão social”, como utilizados pela escola etnográfica essencialista na Argentina, não conseguem dar conta conceitualmente da relação do indígena perante a imposição do Estado nem da resposta dos Toba a seus movimentos de resistência.

Palavras-chave: índios urbanos, estratégias de sobrevivência, migrações.

Rio de Janeiro
Maio de 2005

ABSTRACT**STRATEGIC VOLTING AND RE-VOLTING OF ROSARIAN TOBAS:
from Resistencia to Rosario**

Arias, Nora Julia

Orientador: Prof. João Pacheco de Oliveira

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Urban natives think it is very important to regain their cultural traditions and identity as a way of unity and political and economic mobilization. The broad distribution and diversity of native nations, their cultural, intelectual and scientific contribution to Spanish traditions are the result of many years of contact and interchange. In all that time, aborigens were not only passsive subjects, without conscience of external processes, but they also take part in their own transformations. In this sense, concepts of “marginality” and “social exclusion”, as they are used by the argentinean ethnographic school, are not able to explain the relation of natives and State, neither the diverse ways of their resistance.

Key-words: urban aborigens – survival strategies – migrations.

Rio de Janeiro
Maio de 2005

Síntese dos objetivos:

Etnografia das estratégias de ação coletiva e individual para indagar como são vistos e se pensam enquanto índios os moradores do assentamento indígena do bairro Empalme Graneros, de Rosario, Argentina. Análise das conseqüências das migrações indígenas para o próprio grupo e suas estratégias de sobrevivência na transposição urbana contemporânea através da análise situacional. Foram analisadas as relações e práticas da identidade considerando as diversas situações em que os Toba não deixam de se considerar étnica e culturalmente diferenciados.

Síntese das conclusões:

Na análise dos processos das migrações como nas estratégias adotadas pelos grupos indígenas nos últimos anos, particularmente após a crise agrária de 1960, tentamos superar o uso de dicotomias integrando diversos âmbitos de circulação das expressões através dos registros e diferentes níveis de análise. Retomamos o conceito clássico de contato interétnico operando através da análise situacional que nos permitiu uma aproximação de explicação das relações interétnicas no interior da observação dos conflitos sócias urbanos contemporâneos. Foi abordada a situação sociopolítica do tratamento da questão indígena na Argentina desde o período de formação do Estado-nação. Do mesmo modo a resposta de formação das organizações indígenas sua versatilidade e resistência desenvolvidas em coincidência com o surgimento do populismo do pós-guerra. Foram analisadas as estratégias de construção dos próprios espaços de poder através da confrontação, negociação e acordos alcançados. Na busca da compreensão desse processo foram privilegiados diferentes espaços de observação e de análise no assentamento Toba do bairro Empalme Graneros da cidade de Rosário, diferenciando mudanças processuais, situacionais e/ou de comportamento como conseqüência da participação em diferentes sistemas.

Foram estabelecidos três momentos de reforço da identidade segundo suas estratégias de filiação: situamos o primeiro na construção do que denominamos a "Igreja dos Toba" (Igreja Evangélica), que permitiu aos índios uma grande autonomia principalmente através da tradução da Bíblia possibilitando a manutenção da língua. O segundo momento está relacionado à promulgação do Estatuto del Peon Rural, que modifica não só o regime de arrendamento como contém conflitos e excessos já existentes, tutelando a relação entre patrões e trabalhadores rurais e contribuindo para a emergência do mito na figura carismática do peronismo. O terceiro momento coincide com as migrações indígenas para as capitais das províncias em busca da afirmação política, reconhecimento de seus direitos de cidadania, possibilitando a convergência geográfica de diferentes etnias.

Nestas migrações internas se instituem os mecanismo de representação através de alianças externas permitindo a elaboração de projetos de unidade política que reafirmam seus valores morais e crenças. Privilegiando o enfoque na segunda geração e gênero e considerando as questões relacionadas a identidade, etnicidade e religião, favorecemos o surgimento das categorias etnográficas relativas aos tipos de liderança: 1 – Lideranças "antigas", ligadas ao clientelismo político, resultado do populismo imperante na sociedade

Argentina do período; 2 – a liderança dos “novos”, surgida particularmente no processo de resistência político-social durante as ditaduras militares, tendo uma postura crítica em relação a anterior; 3 – Os novos dirigentes da segunda geração com símbolos e referências orientadas por organizações indígenas internacionais mais contestárias, que estabelecem um novo tipo de aliança e estratégia de ação perante o poder hegemônico, onde se focaliza o papel das mulheres.

SUMÁRIO “VOLTAS E RE-VOLTAS ESTRATÉGICAS DOS TOBAS ROSARINOS - DE RESISTENCIA A ROSARIO”

Apresentação

1. Os Toba citadinos de Rosario -----	03
2. Condições da pesquisa-----	08
3. Estudos anteriores-----	14
4. Nosso quadro teórico -----	23

Capítulo 1: Indigenismo e políticas indigenistas na Argentina

1. Dados gerais de contextualização -----	28
2. Breves considerações preliminares -----	32
3. Situação das terras indígenas no Chaco-----	34
4. Políticas indigenistas e indigenismo-----	38
5. Novo contexto indigenista -----	47
6. Breve Análise da Lei Indígena 23.302-----	52
7. Quadro das reformas constitucionais-----	57
8. Instituto Nacional de Assuntos Indígenas (INAI)-----	60
9. Uma breve abordagem dos agentes intermediários-----	70

Capítulo 2: Etnicidade e territorialização, as voltas dos Toba

1. População indígena estimada na atualidade -----	81
2. A “variável indígena” nos censos nacionais -----	85
3. Planos para a cidade de Rosario-----	88
4. Censo indígena local: processo de implementação-----	92
5. As Voltas dos Toba - do Chaco a Santa Fe -----	107
6. As associações e organizações do assentamento -----	131

Capítulo 3 Gênero e Segunda Geração

1. Abordando o Gênero: Associação de Mulheres Toba-----	142
2. Processo de “empoderamento”-----	152
3. CUIDADO com os filhos... -----	157
4. A segunda geração, a jovem geração -----	167
5. “Los del Horno”-----	171
6. Cooperativa de Trabalho (“La Cooperativa de los Barreto”)-----	173

Capítulo 4 As re-voltas: casos de violência e insegurança

1. Contextos de insegurança social, modificação do espaço de investigação-----	184
2. Processos de uma assembléia comunitária indígena: segurança-----	190
3. Detenção de dirigentes comunitários-----	198

Conclusão -----	206
------------------------	-----

A mis padres, en el recuerdo ...

Agradecimientos

Durante el cursado de los créditos y elaboración del presente trabajo recibí, a través del Programa de Posgraduación en Antropología Social del Museo Nacional de Rio de Janeiro, becas de Capes y Cnpq a quienes explico mi agradecimiento. O financiamento do trabalho de campo foi obtido através de Bolsa Sandwiche do Comitê Gestor do Prosul - CNPq que deu seu parecer favorável em setembro do 2002, permitindo prolongar mi estadía entre los Toba. A los profesores con los que cursé los créditos del doctorado, les agradezco la posibilidad del trabajo compartido. A los colegas y funcionarios del P.P.G.A.S. y de la Biblioteca por su generosidad, paciencia y estímulos necesarios para la consecución de este trabajo. A los colegas y personal del Laboratorio de Antropología Social (LIAS) de la Universidad Nacional de La Plata. Al personal administrativo y de las Bibliotecas de la Facultad de Humanidades y Artes, y de la Maestría de Género de la Facultad de Humanidades y Artes, de la Universidad Nacional de Rosario. A los colegas de la Escuela de Antropología, especialmente a la Dra. Rochietti y Prof. Gloria Rodriguez quienes facilitaron el espacio de re-inserción en la cátedra de Antropología Cultural II, y a Graciela Rodriguez, quien compartió charlas y facilitó material sobre el tema de la investigación.

Especialmente agradecida también a los vecinos del Barrio Toba de Empalme Graneros que con toda generosidad me recibieron en sus casas, me ofrecieron su tiempo y dividieron sus historias respondiendo a preguntas obvias y absurdas de las mas variadas. En especial a Irma, Zulema, Ruth, Rebeca, Telefora, Estefanía y las demás mujeres, de la Asociación Qom Lashepi, que siempre oficiaron de traductoras de las palabras *Qom* y de las situaciones todas nuevas, que juntas fuimos reconociendo y con quienes compartí la mayor parte del tiempo de mi estadía en el barrio. A Alberto que me contó historias y facilitó material inédito y valiosísimo junto a Ofelia de la Asociación Lasherolqá, al Sr. Fleitas, Presidente de la Asociación Vecinal 19 de Abril, que me incluyeron en sus tareas con la misma generosidad que ceden su espacio y su trabajo para que funcione el Comedor para los niños y ancianos. Al Pastor Vicente y Pastor Benitez, junto a los demás Pastores de las Iglesias del asentamiento, por los diferentes momentos compartidos y el cariño con el que me abrieron su pensamiento, tiempo y enseñanzas. A los jóvenes de la Cooperativa de Trabajo, los criollos - *Rogshé*, con quienes compartimos la identidad, a los jóvenes Asociación Qom Llalaqpi (Nuevo Amanecer) a los jóvenes del Horno, los jóvenes

de la Asociación Ralagaic Yoogoñi, David, Ezequiel y César y a Eric Morales. A los maestros indios bilingües de la Escuela Taigoché, Alfredo, Ofelia y a Benjamín como miembro de la Cooperadora, a la Sra. Directora Liliana Pino, por la insistencia en el reconocimiento y en el esfuerzo de mantener el espacio Del "bilingüismo" con asesoramiento del Consejo de Ancianos y los maestros indígenas de la Escuela del Barrio Rouillón, quienes me enseñaron sobre la cultura y lengua Toba. Agradecimientos también a los colegas arquitectos que facilitaron material valiosísimo y al personal de la Municipalidad, que desarrolla tareas en el asentamiento a través del Centro de Salud de calle Juan B. Justo.

La presente elaboración teórica fue realizada a través de diferentes viajes entre Rosario, Rio de Janeiro, Rosario y algunos otros viajes a Buenos Aires, Santa Fe y La Plata ... no hubiera sido posible de conseguir de otra forma que por la colaboración de los amigos, los colegas y João Pacheco Oliveira a quien agradezco su "*influência realmente estimuladora e promotora*" quien me enseñó los caminos de la etnografía, de la disciplina y la perseverancia en los momentos en que el ánimo decayó... A Héctor Medina que me rescató de las tinieblas que alimentaban esos fantasmas, tornando el trabajo en complicidad de experiencia y de aprendizaje, y a recuperar la sonrisa ... Hubieron también otras complicidades en diferentes momentos de esta elaboración, pienso en mis queridas amigas Maia y Ana Flávia, en distintos lugares del Brasil brasileiro y particularmente en "mi barrio de Santa Teresa" a los amigos de la esquina. También en Rio de Janeiro a mis queridos amigos Bibi y John, quienes me recibieron solidariamente en su casa, al igual que en estos días lo hacen Fabiola, Emerson y Julia; mis queridos Duda, Betina y Morena, Hernán, Lanita y Fernando, en Niteroi el siempre amigo-hermano Román junto a Gore, Iván y Nina ... En Rosario otro hermano-amigo Oscar, junto a Rubén y Amanda, Carla y Patricia, Daniel y Mirta ellos "los imprescindibles" de entonces y de siempre, con los cuales también continuamos el camino ...

En especial a quienes dedico este trabajo, mis padres Melva y Alberto que con su ejemplo de coraje y de lucha me enseñaron la importancia de realizar los sueños y pelear por los ideales, el respeto por las diferencias y la posibilidad de tener los hermanos, sobrinos y sobrinos nietos que constituyen *nuestra tribu* ... la de los Arias.

APRESENTAÇÃO

A questão dos índios citadinos contemporâneos permeia uma série de premissas caras à disciplina antropológica. Representa um grande desafio teórico-metodológico, na medida em que seu eixo conceitual pode envolver noções como identidade, conflito, cidadania, justiça, violência e direitos humanos, que remetem às esferas jurídicas e políticas da sociedade. Os moradores indígenas dos centros urbanos convivem, na atualidade, com tradições culturais diversas e conflitantes de identidades sociais, construídas a partir de suas diferentes pertencas, o que torna possível sua particularidade. As identidades sociais podem ser construídas a partir da idéia de pertencimento a coletividades culturalmente definidas e relacionadas a territórios específicos de socialização, com referência a experiências compartilhadas que informam seus comportamentos. Segundo Seyferth (1994: 57), nelas os signos e os símbolos étnicos e raciais, junto aos regionalismos, resultam eficientes como critérios classificatórios no estabelecimento das identidades sociais.

Nosso interesse concentrou-se na análise das conseqüências das migrações para os grupos sociais (família e grupo doméstico), suas instituições (matrimônio e parentesco) e as estratégias de sobrevivência na transposição urbana na atualidade. A complexidade deste processo aparece, freqüentemente, vinculada à presença de grupos em conflito, em termos culturais e políticos, que interagem com a mediação de diversos agentes e competências do aparelho de poder, verificáveis através da relação e análise da **situação social**. É de sublinhar que nas políticas de "outorgamento" de terras, as ONGs regionais e locais, ENDEPA e CARITAS, vinculadas à Igreja Católica, atuam como agentes privilegiados de contato com os grupos indígenas. A partir da análise desta mediação, será tentada uma compreensão da interação concreta entre os indígenas e o Estado, a intervenção desses agentes privilegiados, a implementação nessa situação concreta do regime de controle, e como as populações etnicamente diferenciadas se constituem como "índios", qualificando-se como portadores de características singulares.

Os índios urbanos consideram importante recuperar suas tradições culturais, exibir sua identidade e servir-se dela como instrumento de unidade e mobilização política e econômica. O surgimento de identidades indígenas, como no caso do nordeste argentino, resulta de um processo histórico chamado de etnogênese por Goldstein (1975), Sider (1976), verificado no século passado, ainda que não possamos dispor de testemunhos do passado em fontes históricas ou literatura antropológica. A ausência de registros históricos sobre uma identidade étnica diferenciada, ou a invisibilidade de uma *distinção cultural*, não justifica, por si, a negação da sua "indianidade" ou um tratamento homogeneizante de "mestiços" ou "criollos", desconsiderando suas identidades e o processo histórico que vivenciaram. A homogeneidade cultural, resultado de uma criação coletiva (Hobsbawm, 1983), e a constituição de um sujeito coletivo (Bourdieu, 1984) são fatores determinantes do estabelecimento de um grupo étnico.

A ampla distribuição e diversidade dos povos indígenas, sua contribuição cultural, intelectual e científica às tradições peninsulares, constituem o produto

final de longos anos de contato e de mudança. Durante todo este período os índios não foram somente sujeitos passivos e inconscientes de processos externos, pelo contrário, muitas vezes participaram ativamente das próprias transformações. Nesses termos, os conceitos de “marginalidade” e “exclusão social”, tais como utilizados pela escola etnográfica essencialista, não dão conta da relação do indígena perante a imposição do Estado, nem da resposta dos Toba ou de seus movimentos de resistência. Essas interpretações supõem que os Toba *deixaram de lutar ou desapareceram em 1909*. Em verdade, não avaliam devidamente os levantamentos messiânicos de Zapallar e de Pampa del Indio, considerados “míticos” ou “milenaristas” e não genuínas expressões de resistência.¹ Para superar tais limites é necessária uma análise específica desse processo de mudança. Portanto, a nossa ênfase recairá sobre os mecanismos da transformação mais que sobre a continuidade cultural.

Nesse sentido, o fato de assumirem uma identidade indígena não é, apenas, resultado da utilização pragmática da etnicidade - no sentido que Abner Cohen (1969) fala da etnicidade política. A instauração de uma identidade étnica específica acontece através da religião, que propicia a atualização dos valores essenciais do grupo Toba. Quando os Toba dão seu testemunho do processo de construção da Igreja Evangélica Unida, falam também da necessidade de autonomia, através de uma “Igreja Toba”. Isso é muitas vezes interpretado como uma contradição, já que procuram autonomia e dependência com as igrejas evangélicas ou cristãs, como se fossem termos excludentes; tais termos, entretanto, só se excluem mutuamente se se desconsidera a síntese particular estabelecida nessa relação. Os Toba conseguiram sua própria sobrevivência cultural justamente porque realizaram suas próprias sínteses particulares de todo o processo histórico que viveram.

Para os próprios atores sociais, a valorização da tradição e sua autenticidade constituem pontos importantes de uma reafirmação política. Como observado por Mintz (1977: 394) na sua crítica da teoria da marginalização “... *al tratar de analizar a adaptación de los pueblos (afro-latinos) a la continua discriminación, como parte de la realidad social...*” corre-se o risco de defini-los pela sua marginalidade. Distingue assim a marginalização do ponto de vista de seu acesso a uma total participação na sociedade ou aos benefícios da cidadania, onde sua marginalidade é como cidadão, em função das políticas racistas.² Nesse sentido, desde o ponto de vista da sua contribuição na ordem econômica, foram considerados como *fornecedores da força de trabalho barata* (no serviço doméstico ou na agricultura) ou confinados a lavouras manuais, permitindo assim que os não-Toba dispusessem dos melhores empregos.

¹ Em 1873 há referência ao levantamento do cacique Inglês em Napalpí. Em 1884 é sufocada uma revolta do cacique Cambá, Em 1894 é derrotado Metzocé, que assina um acordo de pacificação. Em 1906 Taigoché tenta militarizar os Toba na moda ocidental, visando evitar a apropriação das terras por parte de colonos e sua submissão à condição de mão-de-obra escrava. Em 1909, o cacique Matoli empreende uma verdadeira operação militar, considerada, segundo alguns autores, a “última das ofensivas”.

² Fizera-se evidente nas chamadas escolas bilingües, onde até meu trabalho de campo em Resistencia em 1995, os índios desenvolviam tarefas auxiliares (na portaria ou em oficinas de carpintaria), mas não em sala de aula, apesar de existirem professores indígenas Toba na cidade de Saenz Peña.

É um pressuposto deste trabalho que as populações nativas não devem ser pensadas como portadoras de essências culturais imutáveis, imunes às mudanças impostas por diferentes configurações de poder estruturadas ao longo do tempo, mas sim que, às diferentes situações históricas, correspondem diversos modos de organização social e tradições elaboradas pelos povos indígenas. Interessa-nos, então, aprofundar o conhecimento dos mecanismos de articulação dos indígenas que moram nas cidades e as estratégias que possibilitam suas demandas, levando em consideração as variações históricas, regionais, políticas e sociais, na construção das associações indígenas³ urbanas da cidade de Rosario. Nesse sentido, nossa pesquisa pretendeu analisar as relações e práticas da identidade através dos diferentes agentes envolvidos nas atividades das organizações indígenas na cidade - que fazem parte do seu processo constitutivo - considerando diversas situações nas quais os índios não deixam de se considerarem cultural e etnicamente diferenciados. Apesar de abandonarem a língua tradicional, adquirirem outro vocabulário, incorporarem a “última moda”, trabalharem em empregos não convencionais ou adotarem outros costumes, não deixam de considerar-se cultural e etnicamente diferenciados.

Consideramos pertinente para nossa análise introduzir critérios socioculturais nas populações camponesas e nos processos migratórios clássicos rural-urbanos, permitindo obter a diferenciação necessária para entender os mecanismos de inserção dos grupos migrantes nos espaços urbanos como formas de resistência e adaptação destas populações indígenas à cidade. Uma perspectiva étnica é útil não apenas para estudar uma população em sua área rural de origem, mas também em outros espaços de circulação, particularmente urbanos, na medida que é cada vez mais aceito que os processos de modernização-modernidade não implicam o desaparecimento dos sistemas culturais tradicionais. Nas áreas rurais de origem das populações indígenas se fazem presentes padrões de consumo internacionais (através dos meios massivos de comunicação: rádio, televisão, telecomunicações e transporte), criando um jogo combinado de novos espaços de encontros e desencontros interculturais, entre si e com as outras populações, na medida em que os fenômenos da integração hegemônica, imposta por diversos agentes, continuam a avançar nessas sociedades.

1. OS TOBA CITADINOS DE ROSARIO

A presença indígena nos centros urbanos é registrada desde o período colonial, segundo fontes historiográficas, inicialmente como índios *encomenderos* das vilas, algumas fundadas sobre antigos aldeias jesuítas. Há referências, mais tarde, na ocasião dos avanços coloniais permitidos pela assinatura do Contrato de Castellanos em 1853, na cidade de Santa Fe, e por ocasião do

³ A lei 23.302/91 estabelece a obrigatoriedade de representatividade legal (*Personería Jurídica*) para o seu reconhecimento. Para o migrante isolado, abismado na miséria e afastado da sua comunidade de origem, a referência às associações simbolizam uma proximidade e satisfação das suas demandas mais imediatas. Nestas associações seus membros pretendem consolidar uma assistência mútua, resultando como alternativa as outras associações de moradores, que, como no caso de Empalme Graneros, estigmatizam e discriminam a presença de índios no bairro.

estabelecimento das Colônias de Sunchales, Tostado e Zapallar amparado pela Lei 817/53 de imigração e colonização, para conter os deslocamentos indígenas. Terminada a Guerra do Paraguai e estabelecida a administração em 1870, foram estimuladas as migrações de italianos, seguidas das de outros europeus, de finais do século XIX ao início do século XX, pressionando o deslocamento das populações autóctones Mocovi, Chaná, Timbu, Coronda, Mocoretá, Mepem e Abipón⁴.

Não há data nem ato de fundação da cidade de Rosario. O vilarejo originou-se em torno de sua estância e sua capela no século XVII. O capitão Luis Romero de Pineda foi o primeiro habitante estável de Rosario. Em 1869 obteve do governo espanhol as *mercedes* das terras, que ao serem fracionadas, foram povoadas de maneira dispersa. O principal fracionador foi Santiago de Montenegro, por isto há quem lhe atribua a fundação da cidade. O Cabido Eclesiástico da cidade de Buenos Aires criou, em 1730, a paróquia de Partido de los Arroyos, designando como primeiro sacerdote o padre Ambrosio Alzugaray, que trouxe a imagem da Virgem do Rosário, que presidiu a vida religiosa da região e deu nome à pequena igreja. O segundo padre, Francisco de Cosio y Terán encomendou uma segunda imagem de Cádiz, recebida em 3 de maio de 1773. Como consequência das lutas internas de formação da República e merecimentos obtidos na luta contra Juan Manuel de Rosas, o General Justo José de Urquiza outorgou, em 3 de agosto de 1852, o título de cidade. Com a vigência da Constituição de 1853, se dispôs a livre navegação dos rios e Rosario começou a desenvolver seu porto, inaugurando o primeiro cais em 7 de agosto de 1856.

A inauguração do porto, no início do Século XX, bem como as fortes correntes imigratórias, que no final do século XIX quadruplicaram sua população, constituem a base do mito pelo qual a cidade de Rosario é considerada, pelo senso comum, de maioria branca. Fazia parte, em verdade, de uma política de ocupação territorial que intensificou e priorizou a migração européia. Em suma, reconhecem-se, como marcos iniciais da cidade de Rosario: a capela, em cujos arredores assentaram-se os primeiros habitantes; e a livre navegação do rio Paraná, que permitiu, graças à sua posição geográfica privilegiada, o estabelecimento e desenvolvimento da zona portuária, principal saída exportadora da riqueza do pampa úmido argentino. A cidade de Rosario encontra-se no centro-oeste da República Argentina, a 300km ao norte da Capital Federal, no extremo sudoeste da província de Santa Fe, sobre a margem direita do rio Paraná, assentada sobre uma superfície de 172km² ⁵, com uma população de 875.702 habitantes. A população total da Grande Rosario é estimada em torno de 1.350.000 habitantes, numa área que abrange o denominado “*cordón industrial*”, sendo a densidade populacional de 5.310 hab/km².

Para entender a situação social da cidade de Rosario na virada do século XIX, faremos referência, brevemente, ao processo de modernização iniciado na década de 1860, na Argentina e no mundo, como consequência da industrialização e urbanização nascentes. Segundo Suriano (2000: 1-29) – ao

⁴ Fonte: Território 1987:XXIV (in: Hernández, 1992:266).

⁵ Fonte: Fundação Banco Municipal de Rosario, 1997.

referir-se às conseqüências dessa modernidade na questão operária, sublinhando as questões de gênero, relacionadas ao papel da mulher –, a questão indígena alcançou, nesse contexto, sua máxima problematização com a finalização das campanhas de extermínio de 1880 e desestruturação das populações nativas, dando origem a um importante debate entre os governantes a respeito do seu destino. Contudo, na agenda de tratamento da questão social, a questão urbana e a imigração ocuparam posições mais centrais que a questão indígena.

Para se ter uma idéia da velocidade da urbanização e suas conseqüências, há que recordar que em 1869 apenas 28,6% da população argentina residia em núcleos urbanos, enquanto em 1914 essa porcentagem chegou a 52,7%. No caso específico da cidade de Rosário, a população passou de 23.000 a 236.000⁶. Esse processo suscitou preocupações quanto ao atendimento médico, à superlotação nas moradias, à salubridade e à criminalidade, que era agravada pela sensação de perda de controle sobre os setores populares e o aumento da pobreza nas cidades. Por outro lado, entre 1870 e 1940, ingressaram no país cerca de oito milhões de imigrantes, dos quais a metade permaneceu na Argentina. Esse fenômeno ocorreu com maior intensidade entre 1870 e 1914, quando chegou mais da metade do contingente assinalado⁷. Paralelamente, ocorreu um crescimento significativo do número de trabalhadores na indústria e no setor terciário, das demandas trabalhistas e, conseqüentemente, da sindicalização. No mesmo movimento chegaram novas ideologias, como conseqüência das diversas experiências de organização sindical européia, da I Internacional de Trabalhadores, e seus militantes participaram da formação do movimento operário. Assim, nas cidades, os estrangeiros começaram a ser vinculados a distúrbios sociais e isso culminou com a promulgação de legislações como a Lei de Imigração de 1876 e a Lei de Residências de 1902⁸, tema que retomaremos no capítulo II, ao abordar a questão urbana e os Toba contemporâneos.

Não existem censos oficiais diferenciados na Província de Santa Fe, os índios Toba e Mocovi que aí moram são considerados *migrantes temporários* dos outros Estados mais empobrecidos do nordeste do país, como Chaco ou Formosa - área de colonização mais recente⁹ - existindo uma grande tensão entre os governos desses estados para dirimir a quem corresponde a resolução do “problema indígena”, sem vontade ou intenção política de negociação. Os Toba têm diferentes trajetórias e não provêm exclusivamente das áreas rurais do interior de Chaco - Saenz Peña, Engenho Las Palmas, Pampa del Indio ou Quitilippi, sendo esta apenas algumas das trajetórias. Em alguns casos expressam experiências desenvolvidas quando migraram às cidades de

⁶ Fonte: Francisco Liernur -2000 “La construcción del país urbano”. In Mirta Z. Lobato, (Ed.), El progreso, la modernización e sus límites, 1880-1916. - Ed. Sudamericana, Buenos Aires.

⁷ Vide: Guy Bourdè (1977:121-139) “Buenos Aires: urbanización e inmigración” Ed. Huemul – Buenos Aires. Gino Germani, (1968:179-216) Política y sociedad en una época de transición. De la sociedad tradicional a la sociedad de masas” - Ed. Paidós, Buenos Aires.

⁸ Ricardo Falcón (1984) Los orígenes del movimiento obrero –1857-1898, CEAL – Buenos Aires.

⁹ Logo após finalizada a Guerra del Chaco 1932-1935. Esses estados foram Territorios Nacionais até 1955. Vide: Gordillo, G. et al (2002) – “El río y la frontera. Movilizaciones aborígenes, obras públicas y Mercosur en el Pilcomayo” E. Biblos . Buenos Aires.

Resistencia, ou estiveram em outras cidades do norte de Santa Fe: Rafaela, Tostado, Rufino, Rincón ou Recreo -, onde, à procura de trabalho, casaram e tiveram filhos. Em outros casos, foram diretamente a Rosário, fixando-se como moradores permanentes ou de residência prolongada nos diferentes assentamentos desta cidade, a serem considerados a seguir.

No caso dos índios contemporâneos da cidade de Rosário, segundo Markevich em 1989¹⁰ moravam 400 grupos familiares em Empalme Graneros, (dos quais 200 foram deslocados, em 1991, para o bairro Rouillón); 20 famílias em Villa Banana, na Zona Sul (hoje deslocadas, possivelmente, para Santa Luzia), 89 famílias na rua Cerrito. Esse contingente totalizava, aproximadamente, 4.700 pessoas – das quais 600 eram crianças -, sendo que 90% estavam desempregadas ou efetuavam ocasionalmente biscates *changas*; 5% eram artesãos; mulheres e crianças dedicavam-se à mendicância e/ou *cirujeo*, coleta informal de resíduos, sendo o lixo sua principal fonte de sustento; “... 45% das pessoas eram afetadas por desnutrição de primeiro grau com retardamento do crescimento e patologias infecto-contagiosas, principalmente tuberculose; 80% eram analfabetas e 55% das crianças não freqüentavam a escola ...”, formando verdadeiros “bolsões de pobreza” pela sua vulnerabilidade social e precariedade de permanência nos diferentes espaços pelos quais circulavam. Atualmente são contabilizadas no município de Rosario entre 500 e 600 famílias indígenas extensas, morando nos *bairros periféricos*¹¹. Menciono, a seguir, o núcleo de referência do presente trabalho:

1. VILLA BANANA: Setor da cidade ocupado por assentamentos irregulares, localizados a oeste de Rosario, a 6km de distância do centro comercial da cidade. O local onde se encontram os assentamentos compreende, na maior parte, o terreno da antiga praça de manobras da Estrada-de-Ferro General Manuel Belgrano – FCGMB, situado no ramal da ferrovia de atravessamento Norte-Sul, conhecida pelo nome “ex-entroncamento ferroviário” (em referência a um antigo projeto de um grande e único entroncamento ferroviário onde ficaria a estação terminal da estrada-de-ferro). Na atualidade, esta área passa por um processo de renovação urbana promovido pela Prefeitura: abertura de vias de circulação (abertura e pavimentação do traçado do Bulevar 27 de Febrero); instalação de novos equipamentos públicos (construção da sede do Distrito Oeste); construção de novas moradias (esta última operação depende em grande medida de um crédito do Banco Mundial que financie o programa municipal “Rosario Hábitat”, de erradicação dos assentamentos irregulares). Parte da população do setor tem sido removida para conjuntos habitacionais públicos

¹⁰ Fonte: “Situación de la Población Toba de Empalme Graneros” Markevich et al. (1989). Nesse trabalho não se define o critério usado para definição dos “grupos familiares”. Esses dados são colocados como referência e antecedentes que foram atualizados segundo nossos próprios levantamentos, em depoimentos dos desbocados e tomando como base dados da Fundación Banco Municipal, 1997 – feito em colaboração com Ofelia Morales, professora indígena Toba da Escola 1344 e principal informante. Atualmente foram modificados e atualizados, segundo nossos próprios dados, como ficará explicitado no capítulo II.

¹¹ Os dados totais desses assentamentos foram obtidos junto ao Arq. Oscar Bragos, da cátedra de Planejamento Urbano da UNR, 2002. Nossa contagem é feita na base dos próprios indígenas, segundo critérios de vizinhança e parentesco, segundo censo de qualidade de vida no assentamento de Empalme Graneros através das organizações locais, sendo objeto do presente trabalho. Ver em Anexo planta da cidade de Rosario e seus assentamentos.

distribuídos em diferentes locais da zona oeste de Rosario. Outra parte, minoritária, deslocou-se, por seus próprios meios, para a cidade de Pérez, dando lugar ao surgimento de novos assentamentos irregulares naquela cidade. Mas a grande maioria permanece ainda em Villa Banana, à espera da construção de novas moradias, de acordo com o plano de renovação urbana.

2. **BAIRRO ROUILLÓN:** Situado na zona sudoeste da cidade, trata-se de um bairro construído através do Serviço Público de Habitação (SPI) em 1991, conhecido, também, como “O bairro Toba de Rouillon”, onde foram relocalizados, com muito conflito, os moradores indígenas de 91 famílias de Empalme Graneros, outros de Olive e Villa Banana, durante a gestão do prefeito Cavallero, em 1991/92. Voltaremos, mais tarde, aos detalhes.
3. **SANTA LUCÍA:** Bairro do oeste rosarino, situado a oeste da Avenida de Circunvalación e ao sul do acesso à auto-estrada Rosario–Córdoba. Encontra-se, aproximadamente, a 7,5km do centro da cidade. Trata-se de um bairro recém-formado, que surgiu a partir do estabelecimento de conjuntos habitacionais populares (construídos pela Direção Provincial da Habitação e Serviço Público da Habitação da Prefeitura de Rosario), destinados à população removida dos assentamentos irregulares localizados nas zonas sul e oeste de Rosario. A construção desse novo bairro foi iniciada há, aproximadamente, dez anos, quando a Prefeitura, contradizendo a normativa urbanística (que tornava este um setor de proteção rural), escolhe esse local para que o estado construísse novas moradias. A partir de então, sucessivas intervenções da prefeitura e do estado foram formando o novo bairro, que padece de deficiência de serviços de infra-estrutura e transporte público.
4. **EMPALME GRANEROS:** Antigo bairro da cidade, situado no quadrante noroeste-oeste d ex-entroncamento ferroviário, ao norte da Estrada-de-ferro, a leste da Avenida de Circunvalación e ao sul da recém-aberta Avenida Sorrento. Encontra-se a, aproximadamente, 7km do centro de Rosario. Trata-se de um tradicional bairro de população operária, construído, como a grande maioria dos bairros rosarinos, através do loteamento de terrenos e construção de moradias individuais pelos próprios donos. Conta com um pequeno centro comercial de caráter exclusivamente local. Durante muitos anos foi um dos setores mais castigados pelas enchentes do arroio Ludueña, constituindo uma área da cidade onde os setores de baixa renda podiam conseguir terra barata para a construção da sua casa própria. O bairro foi renovado com a abertura de ruas e construção de novas moradias, durante os últimos anos da anterior gestão do prefeito Cavallero (acima mencionado), responsável pela realocização dos moradores, através do SPV - Serviço Público da Habitação.

No setor sul desse bairro se localizam-se alguns conjuntos habitacionais (de mínimas dimensões), enquanto o setor leste (de antigos ramais e instalações ferroviárias) é ocupado pelos assentamentos irregulares, do mesmo modo que, mais recentemente, a zona norte do bairro. Neste último setor encontram-se os migrantes indígenas - majoritariamente Toba, Mocovi em menor quantidade, *criollos* e regionais, estabelecidos entre as ruas Almafuerte, Reconquista e Juan José Passo, entre as vias da Estrada-de-ferro e Avenida de la Travesía (ou Sabin), objeto do presente trabalho (ver mapa do assentamento em anexo).

Percebendo-se como populações etnicamente diferenciadas, se constituem como "índios", qualificando-se como portadores de características singulares, isto é, reivindicando sua indianidade perante os vizinhos não-índios, com os quais compartilham o mesmo espaço físico e alianças, numa negociação contínua de equilíbrio de forças e conflito. Significando também uma interpelação às políticas públicas e às autoridades responsáveis pelo seu tratamento, que no caso de Rosario chegam a simplificá-las ou considerá-las irrelevantes, apesar de executarem programas de assistência diante da pressão das reclamações e reivindicações indígenas. A situação interétnica, bem como a significação desses índios urbanos beneficiados pelo programa de assistência Chefes e Chefas de Família junto ao resto da população vulnerável após a crise de dezembro de 2001, serão analisadas no capítulo II.

2. CONDIÇÕES DA PESQUISA

O meu primeiro contato com o grupo Toba ocorreu quando era, ainda, aluna de graduação em Antropologia, em Rosario, durante 1986, por ocasião das inundações do bairro Empalme Graneros. Os moradores, através de sua Associação, formaram o grupo "NuMaIn" (Nunca Mais Inundações), expressando sua discriminação em relação aos Toba – assentados em torno dos trilhos das Estradas-de-ferro Belgrano e Mitre, espaço onde deveriam ser efetuadas as obras de contenção dos transbordamentos do Arroio Ludueña¹². Nessa ocasião foi possível constatar, entre os vizinhos não-índios mais próximos daquele setor do bairro, a exacerbação do preconceito em expressões como "incivilizados", "preguiçosos", "não gostam de trabalhar" etc. (qualificativos idênticos aos utilizados para discriminar o resto dos favelados e seus vizinhos de classe). Posteriormente, num trabalho conjunto com colegas do curso, foi feito contato com a Cooperativa de Artesãos e o Centro Comunitário de Aborígenes Toba, que afirmavam manter vínculos com a AIRA - Associação Indígena da República Argentina.

Conheci Marcos Díaz, então Presidente da Cooperativa de Artesãos, com quem voltei a encontrar-me novamente em 1990/2, por causa de uma assessoria que prestava a um vereador da Izquierda Unida da cidade de Rosario. Naquele momento, a Cooperativa lutava pelo direito de vender artesanato num lugar predeterminado, o que foi obtido através da Câmara de Vereadores do Município de Rosario. Este fato despertou meu interesse pelas estratégias de sobrevivência do grupo e pelas migrações. Na mesma oportunidade, os índios relataram as dificuldades que enfrentavam para inscrever as crianças nas escolas comuns (não bilíngües), bem como a falta de escolas bilíngües no bairro - qualificavam a experiência piloto do bairro Granadero Baigorria de forma negativa, por contar com professores de outros segmentos lingüísticos de Formosa, ou de

¹² Empalme Graneros, bairro da zona noroeste da cidade de Rosario, constituído inicialmente por setores de baixa renda, que sofreu um crescimento importante que gerou diferenças socioculturais e econômicas que vinham se expressando em importantes movimentos desde a década do 30. Atualmente é um bairro de classe média e de comerciantes, alguns dos quais formaram o grupo Nu Ma In (vide: Garbulsky, 1994).

língua Wichi. A maioria dos entrevistados informou vir do interior do estado do Chaco (Pampa del Indio, Las Palmas) ou de Resistencia.

Este primeiro contato em campo levou-me a pensar a migração do Chaco para Rosario como sendo uma estratégia de sobrevivência pensada desde "a zona rural em direção à cidade" no sentido clássico dos estudos *folk* - urbano, sem perceber os riscos dessa interpretação¹³. Comecei a notar, então, que as migrações mantêm os padrões tradicionais da cultura, o grupo migra seguindo uma ordem familiar (extensa), encontrando durante as migrações sazonais membros de uma mesma família, tanto em Resistencia, em seus diferentes bairros, quanto em Rosario (ver mapa do estado de Chaco: Las Palmas - Pampa del Indio – Resistencia), esta última cidade às vezes servindo como ponto de passagem em uma trajetória que chega até Buenos Aires (em particular o bairro de Quilmes). Estas foram questões relativizadas posteriormente, quando da experiência de trabalho desenvolvida em Resistencia – objeto da dissertação de mestrado defendida em outubro de 1996 –, retomada em campo nos últimos anos.

Novamente em Rosario em março de 1997, nossos contatos foram motivados pela realização de uma reunião de pesquisadores com experiência junto a populações indígenas¹⁴, agentes de contato e representantes indígenas dos diferentes assentamentos da cidade – como Domingo García, Victorino Arce, Montiel Romero e Marcos Díaz, do bairro Rouillón, Benjamín Segundo, Salustiano Segovia e a família Baez, dos outros assentamentos –, e também com dirigentes indígenas dos assentamentos urbanos de La Plata e Resistencia. Agentes e representantes da ENDEPA (ONG da Pastoral da Igreja Católica, com atividade na região nordeste da Argentina). Representantes do governo local, professores e médicos participaram, também, do encontro.

O assentamento de Empalme Graneros, conhecido pelos vizinhos e autoridades locais como "Bairro Toba de Empalme Graneros", conta com dados próprios, sendo atualmente contabilizadas 200 famílias. Minha entrada no local coincidiu com a reorganização da Associação Lasherolqá por iniciativa de suas lideranças indígenas: a professora bilíngüe Toba, Ofelia Morales¹⁵; seu Presidente, o artesão Marcos Gómez - que eu já conhecia desde 1985 e que manifestou ter chegado a Rosario em 1975, logo após uma série de experiências em Resistencia e no norte de Santa Fe; e Alberto Yordan, marido de Ofelia, trabalhador da construção civil e estudante de enfermagem, que afirmou ter chegado em 1992.

¹³ Em seu trabalho sobre o Alto Solimões, Pacheco de Oliveira (1996) fala sobre a substituição do local por esquemas evolutivos que obstruem a análise dos dinamismos próprios de cada sociedade indígena em particular.

¹⁴ Seminário "Construção da identidade étnica" no prédio da Reitoria da UNR, organizado em colaboração com a Secretaria de Extensão da UNR. (7-9 maio de 1997).

¹⁵ Quando consultei as autoridades da Escola N. 1334 Cacique Taigoché (modalidade bilíngüe Toba) alertaram-me sobre a dificuldade de estabelecer um conhecimento sobre o que Ofelia "pensa", sendo colocadas imposições como "rebelia", "imprudência", e atribuições de "ladina" (em castelhano). Estes termos serão retomados no capítulo III.

Em uma das idas e vindas ao assentamento que antecederam a pesquisa, em nossos primeiros contatos, ainda em 1998 – quando era solicitada para todo tipo serviço, como acompanhar doentes ao Centro de Saúde para garantir seu atendimento, intervir em casos de acidentes ou brigas matrimoniais, participar de festas, “curas” ou comemorações religiosas – fui surpreendida, junto à organização indígena Lasherolqá, pela demanda das famílias assentadas nas ruas Almafuerite e Avenida de la Travesía, ameaçadas de iminente despejo devido a uma ordem de leilão desses terrenos. Acompanhei essa situação recuperando algumas das experiências de aproximação desenvolvidas na dissertação de mestrado e retomando a categoria dos “novos” - referida às lideranças que “surgiram” logo após a censura imposta pela última ditadura militar na Argentina (Arias, 1996) e que, arbitrariamente escolhidas, serviam de principal referente das informações que então circulavam.

Naquela ocasião, a Associação recebeu uma notificação oficial ordenando o leilão das terras em que estavam assentadas as 200 famílias. Foi, então, expedida uma convocação para uma reunião urgente, e a notícia circulou rapidamente. E procurou-se um advogado e o padre Franco, chamando-os a uma reunião com pastores e dirigentes dos outros assentamentos, ocasião em que decidiram convocar uma assembléia. Na assembléia, foram escolhidas, como representantes, pessoas que tinham relações em diferentes instâncias de articulação política, como a mídia, vereadores dos partidos políticos oficiais e conhecidos, voluntários e demais aliados. Foram também convocados ao assentamento os pastores das diferentes congregações evangélicas ali presentes, representantes dos demais grupos indígenas, representantes da AIRA, duas mulheres Kolla que moram na cidade e fazem parte do Conselho dos Povos Originários, professores das escolas bilíngües 1333 e 1334, professores das escolas e médicos dos Centros de Saúde de outros assentamentos. Aproveitaram, ademais, a passagem, pela cidade, do então recém-eleito governador do Chaco pela Alianza – coligação de diferentes partidos políticos, dentre eles a FREPASO, que lançaram a candidatura do recentemente eleito governador Fernando de la Rúa – para solicitar uma visita ao assentamento, conseguindo a sua presença juntamente com representantes do governo estadual e municipal. Nessa ocasião realizou-se uma reunião com moradores do assentamento, que assinaram um documento no qual expunha-se o histórico das reivindicações de educação, saúde e medidas urgentes para a implementação de planos de assistência social. Este evento – lembrado, até hoje, como o “melhor momento”, em que estiveram “todos juntos” – foi documentado em fotos e em vídeo, que servem de base para as reivindicações atuais, mesmo que as autoridades ainda não tenham resolvido a regularização do terreno, como será explicitado no capítulo III.

A pesquisa exigiu um prolongado trabalho de campo dividido em sucessivas etapas. Focalizada, inicialmente, num leque de fenômenos igualmente relevantes, a elaboração posterior da informação recolhida permitiu redescobrir a especificidade da dinâmica do grupo indígena assentado entre a Rua Almafuerite e a Avenida de la Travesía. Assim, a primeira parte da experiência de trabalho de campo, desenvolvida durante três meses – entre julho e outubro de 2002 –, considerou a situação particular de conflito e mal-estar social posterior à crise social da cidade e do país. Tomei como referência a

Associação Lasherolqá, com a qual mantinha contatos e que melhor conhecia, ampliando o trabalho junto ao restante das organizações que foram se criando durante aquele período. Numa segunda fase do trabalho de campo, entre novembro de 2002 e julho de 2003¹⁶, foi considerada a situação de insegurança social instaurada pela atuação repressiva das forças policiais.

Resolvi, então, continuar no mesmo bairro, seguindo o conselho de suas lideranças, como ficará explícito no capítulo IV. Cabe assinalar que não escolhi a área de trabalho, foram as circunstâncias e a resposta a uma situação concreta que conduziram o desenvolvimento da presente pesquisa, devido à complexidade das relações interétnicas neste assentamento da cidade de Rosario. Tornou-se, assim, necessário o estudo das integrações específicas e das formas simbólicas desenvolvidas pelo povo Toba na consolidação das novas sociedades. Nestas circunstâncias, considerei oportuno investir na situação histórica, na estrutura da política governamental e, remetendo-me às intervenções militares dos últimos anos na Argentina, nas modalidades de políticas impostas aos grupos étnicos não apenas em regiões de fronteira, mas em todo o território nacional, criando um impasse no avanço do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e na capacidade de formação de seus quadros políticos dirigentes. Nesse sentido:

- Foram privilegiadas a “segunda geração” de índios nas cidades, suas redes e histórias de vida, focalizando os processos pelos quais são produzidas as trocas e mudanças culturais nas populações indígenas urbanas, logo após uma geração de moradores nos espaços urbanos. Consideramos a segunda geração¹⁷ - ou índios nascidos na cidade -, como se pensa a si mesma, e como é vista pelos residentes mais antigos do assentamento e da primeira geração. Os filhos dos “novos” (caso de Eric, filho de Ofelia), os nascidos na cidade (os filhos de Seu Carlos), junto aos filhos dos antigos ocupantes do assentamento, os *criollos* ou moradores mais antigos, caso de Adam. Esses filhos dos migrantes que organizaram uma associação conhecida como Los Chicos del Horno (Garotos do Forno) têm novos referentes e símbolos (Che Guevara, Chiapas e Movimento Zapatista) e se interessam pelas organizações armadas da Colômbia e pelo processo político indígena do Equador. Procedemos, então, ao levantamento das histórias de vida, de sua participação em reuniões e assembléias, das relações que estabelecem com os agentes vinculados às instituições e entidades governamentais e não-governamentais, dos comportamentos e rituais com os dirigentes indígenas mais antigos, representantes oficiais, moradores dos assentamentos, bem como sua vivência das situações de violência e perseguição policial.

¹⁶ O trabalho de campo foi financiado com uma bolsa sandwich oferecida por CNPq-Prosul de novembro de 2002 a julho de 2003.

¹⁷ Servimo-nos aqui de Thomas & Znaniecki (1974) em: *The Polish Peasant*, para a análise na complexidade dos fenômenos apresentados com os “migrantes” indígenas nos subúrbios rosarinos: quando se referem ao “desvio” e à “desmoralização” e desorganização social, fazem *uma distinção entre a patologia individual e a desorganização social* dos indivíduos da segunda geração, que nos seus esforços de adaptação tentam desfazer-se dos vínculos antigos, para fazer outros novos, *na construção da sua nova identidade cidadina*.

- Em relação ao gênero¹⁸, é preciso observar que, durante nossa experiência no assentamento, outras mulheres participaram ativamente das reuniões e também convocaram atividades. Junto com Ofelia Morales atuaram Cristina Choque (Kolla de Jujuy), funcionária da Prefeitura e moradora da cidade, e Ruperta Pérez, delegada do OCASTAFÉ¹⁹ que mora no bairro municipal da rua Rouillón. Participaram, também, as mulheres Toba que formaram a “Comissão de Mulheres Indígenas”, que se reúne às segundas, terças e sextas-feiras num ateliê de costura e tecelagem. Buscamos desenhar a genealogia desta comissão através das histórias de vida de suas integrantes, dos motivos e opções individuais que as fizeram migrar e ficar na cidade, das mudanças de hábitos e costumes em sua adaptação, bem como as trocas culturais e simbólicas. Foram estudadas as diferentes e variadas situações domésticas – crises matrimoniais, divórcios, brigas, intrigas e fofocas – e as escolhas preferenciais de casamento e união interétnicas, o cuidado com os filhos e suas manifestações perante as situações de conflito e violência social.

Por ocasião da aplicação do *survey* preparatório do trabalho de campo, entre julho e setembro de 2001, constatou-se insuficiência na implantação das políticas de assistência às populações indígenas e o seu desconhecimento por parte dos órgãos de governo responsáveis pela assistência social. As reivindicações sem solução foram formuladas através do OCASTAFE e evidenciavam a falta de conhecimento das demandas básicas de ensino, saúde e habitação dos indígenas da cidade de Rosario. Isso foi verificado ao entrevistar as autoridades responsáveis da Secretaria de Desenvolvimento Social da Província de Santa Fe, encarregada de executar as diretivas, com financiamento do INAI²⁰. Em entrevistas com o então presidente do INAI identificou-se também a sua falta de conhecimento da situação social dos diferentes grupos que compõem a população urbana indígena, apesar de expressar uma “grande preocupação” com a questão fundiária e os vários conflitos envolvidos nas reivindicações indígenas.

Quanto aos motivos de falta de orçamento público para o cumprimento das metas do PPI (Programa de Participação dos Povo Indígenas) ou das “dificuldades de funcionamento” do GENOC (Centro Nacional de Organizações Comunitárias) que justificam a não implementação das políticas de assistência, há que recordar que os mesmos contam com financiamento do Banco Mundial. Fomos informados, ao mesmo tempo, da falta de resolução dos inquéritos da Comissão de Corrupção Administrativa, que investigava os responsáveis pela

¹⁸ Como utilizado por Rhoden (2001) ao caracterizar, na crescente urbanização, a entrada da mulher no mercado de trabalho e o surgimento de movimentos de reivindicação de direitos de educação e trabalho. A construção da diferença entre os sexos e os gêneros, no contexto das significativas transformações socioeconômicas.

¹⁹ OCASTAFE -Organismo de Comunidades Indígenas de Santa Fe. Divide-se em regional sul, com participação Toba, e a Norte com população Mocoví. Segundo os informantes esta organização foi criada em 1993 como parte do Consejo Asesor Provincial para el Aborígen, inspirado nos princípios indigenistas de René James Sotelo (1965), de manifestos contidos de “aculturação planificada”, assegura que o papel do antropólogo é a chave para a incorporação do indígena à nação. Voltaremos no próximo capítulo à sua análise e composição.

²⁰ Instituto Nacional del Indio

gestão anterior do INAI²¹, como, também, que seriam reformuladas as áreas e os programas de gerenciamento, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente.

A questão da migração rural-urbana de minorias étnicas que se comportam de maneira diferenciada sustenta-se não somente na existência de grupos sociais com sentido de pertença a um passado coletivo comum, está vinculada também a estratégias adaptativas que resultam das características socioculturais do grupo, em relação com outras culturas e sociedades. As estratégias distinguem-se de um grupo para outro por uma tradição etno-histórica desde a época colonial; assim, migrar para a cidade e manter um comportamento indígena exigiu uma estratégia de inserção no estrato social urbano mais inferior. Isto se tornou evidente na proliferação de indígenas na cidade, mais intensa a partir dos anos oitenta, bem como com a formação de enclaves étnicos mais visíveis no meio urbano, que se diferenciam dos setores *criollos* da cidade pela linguagem, pelas comidas, pela localização das cozinhas, separadas das outras dependências domésticas com chapas de papelão, madeiras ou plásticos.

As hipóteses que guiaram o presente trabalho foram orientadas, em parte, por Urrea (1994), que estudou a presença indígena nas cidades colombianas com base nos processos de deslocamento rural-urbano, considerando as diferenças socioculturais dos diferentes fluxos migratórios, geralmente vistos como migrações camponesas. O pressuposto que orientou a existência de um universo homogêneo de caráter "*mestiço*" não considera as mudanças na mobilidade espacial das populações indígenas em sua interação com a sociedade maior. A ideologia da *mestiçagem* – expressão de homogeneização cultural relacionada ao processo de urbanização e modernização – considera os novos habitantes urbanos das áreas populares como camponeses que deixam de sê-lo ao chegarem à cidade, ocultando em termos analíticos e investigativos a possibilidade de reconhecer grupos sociais que continuam percebendo-se e identificando-se como diferentes, enquanto na sociedade maior permanecem sendo percebidos como índios.

As linhas de análise têm sido pensadas com base em dois traços notáveis da identidade: a manutenção da língua e do sistema de crenças na atualização com as religiões adotadas, sendo considerados tanto o imaginário sobre a constituição das Igrejas Protestantes e Católica, a reinterpretação da cosmologia e da cosmovisão Toba, como os padrões de educação básica impostos pelas escolas. Como assinala Urrea, apesar das magnitudes demográficas não serem as de outras sociedades latino-americanas, a migração de segmentos de populações indígenas às cidades representa um fenômeno sociodemográfico qualitativo de visibilidade das minorias étnicas que vem crescendo desde a década do 80.

Como fontes de informação foram utilizados documentos legislativos (leis e decretos nacionais e estaduais, projetos de leis nacionais e estaduais), os censos indígenas nacionais e censo de população local e também materiais originais obtidos pessoalmente em entrevistas abertas e estruturadas com dirigentes de base, membros das associações e organizações das comunidades dos bairros

²¹ Instituto Nacional de Assuntos Indígenas – memorial 1995-1999 (16 fs.)

Toba, Municipal, Empalme e Los Pumitas, da cidade de Rosario. Foram entrevistados funcionários das agências indigenistas do governo de Santa Fe (OCASTAFE) e de órgãos não-governamentais como o ENDEPA (Pastoral Aborigene da Igreja Católica) e o SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça), também ligado à Igreja Católica. Foram também entrevistados lideranças indígenas, agentes e representantes do INAI (Instituto Nacional de Assuntos Indígenas), membros das associações de moradores, deputados e senadores, militantes de partidos políticos e ativistas religiosos, funcionários do Estado e autoridades da Secretaria de Educação do Estado de Santa Fe.

3. ESTUDOS ANTERIORES

No caso da Argentina, os grupos indígenas foram considerados pelas políticas públicas e acadêmicas sob um prisma protecionista, salvacionista ou culturalista, reprimindo e neutralizando conflitos sociais, cujas origens sempre foram associadas ao impacto das “ideologias alienígenas”. Assim, o Estado não duvidou em impor e reforçar os critérios da assimilação diante das “ameaças” às suas medidas legais, administrativas e de controle. As interpretações mais comuns da escola da etnografia Argentina – que teve seu auge na disciplina durante as ditaduras²² - consideraram o comportamento cultural dos índios — a serem “resgatados” — com uma certa suspeita de “patologia”, “desvio”²³ ou “marginalidade”. Segundo Lenton (2004)²⁴, o mapa de “áreas culturais argentinas” limitou-se a umas poucas culturas pré-hispânicas, às quais se atribuiu “pureza” ou aboriginalidade de todos os seus elementos. Isto é claro no caso das culturas pampianas, descritas “até a adoção do cavalo”, sendo excluídas do grupo das áreas culturais argentinas a partir daquele momento. Compreende-se a adoção desse modelo no marco do difusionismo vigente, que consistia em explicar as mudanças culturais em termos de difusão e substituição, e adaptou-se facilmente aos modelos teóricos da aculturação.

²² Refiro-me à Escola Histórico Cultural do Museu Etnográfico Nacional na figura de Marcelo Bórmida (1961, 1969 e 1976).

²³ A Escola Histórico Cultural caracterizou o extremo sul patagônico como “sítio arqueológico”, em que se preservaram os vestígios mais antigos da humanidade (Guber e Visacovski 2001:293).

²⁴ Lenton (2004): “... el modelo teórico de las “áreas culturales”, representado y difundido especialmente por Enrique Palavecino, clasificaba las áreas o “distritos” culturales del territorio argentino en dos grandes grupos: culturas recolectoras y cazadoras, o parasitarias; y culturas agricultoras y pastoras, o simbióticas (1932: 223). La primera de estas dos grandes categorías comprende: el “área de los pescadores canoeros de la costa sur-pacífica”, para la que no reconoce supervivientes; el “área de los cazadores fueguinos”, de la que los Onas “son un importante documento cultural”; el “área de los cazadores de guanacos da Patagonia”, hoy sin representantes; o “área de los habitantes de las pampas antes de la adopción de caballo”, representada por pueblos que declara extintos, como los génaken, los querandíes y los “warpé” [sic]; y el “área de los pueblos del Chaco”, que agrupa a los Chorote, los Toba, los Mataco y los Pilagá y constituye un grupo de transición hacia las culturas agricultoras. La segunda gran categoría incluye: el “área da Quebrada de Humahuaca”, el “área de los comechingones o camiare”, el “área del Chaco santiagueño”; el “área de Candelaria”; y el “área guaraní”. A excepción de la última, todas las áreas culturales en esta categoría pertenecen al registro arqueológico y Palavecino no les reconoce existencia contemporánea (Palavecino 1932: 224)...”

Sua escassa flexibilidade teórica implica a negação de toda pluralidade na origem dos elementos culturais, que somente deviam ser objeto de atenção do antropólogo para a busca dos “legados” [puros] que, em cada caso, combinaram-se. Explica-se assim porque aquelas regiões onde o contato interétnico tem sido mais vertiginoso foram preventivamente separadas dos territórios objeto de estudo, e que sob o título de “áreas culturais argentinas” Palavecino (1932) se excluíssem por completo os elementos e populações de origem européia ou africana, a despeito do persistente anacronismo que introduz a qualificação “nacional” de tais áreas...” Por sua vez, Garbulski (1994) assinala que nessa “tradição etnográfica” poderiam citar-se os trabalhos do patrimônio (inventário) de Imbelloni²⁵ ou Palavecino (1948), as apreciações de Constanzó (1943) sobre a perda ou “desaparecimento do objeto por mestiçagem”, as medições antropométricas de Paulotti ou a dinâmica do contato de Fock (1962). Segundo Gordillo (2002)²⁶ nossa análise é mais

²⁵ Gordillo, G. (2004) “... José Imbelloni, who had well-known sympathies for European fascism, became the dominant figure of Argentinean anthropology. Those were the golden days of diffusionist theory, championed by Imbelloni and strengthened by the arrival of European scholars after World War II, most notably Oswald Menghin. Menghin was one of the most prominent members of the historico-cultural school at Vienna and a former minister of the pro-Nazi regime that welcomed Hitler’s annexation of Austria (Kohl and Pérez Gollán 2002:565). In Argentina, he focused his work in archeology. Building on the legacy of Lehmann-Nitsche (who had retired and returned to Germany in 1932), central European traditions of ethnology became hegemonic in Argentina. As the measurements conducted on the Wichí at the Museum of Natural History illustrate, Imbelloni saw the Chaco as a distant geography that he dissected from Buenos Aires, mostly through analyses of physical anthropology, archeology, and linguistics aimed at sketching the origin of some of the region’s cultural and physical features (see Imbelloni 1939, 1956 [1936])...”

²⁶ Gordillo (2004) “... When the Department of Anthropology at UBA was created in 1958, Palavecino positioned himself as one of its dominant figures. He was one of the few Argentinean socio-cultural anthropologists with fieldwork experience and his prestige was strengthened by his appointment as Director of the Ethnographic Museum. Under the new ideology of *desarrollismo* (“developmentalism”), epitomized by Arturo Frondizi’s presidency (1958-61), Palavecino’s earlier concerns about the relationship between anthropology and policy became more apparent. He wrote in fact the first explicit analysis of culture change in the Chaco. In a 1959 article, he analyzed the social and cultural transformations affecting indigenous groups and the role of anthropology in it. He argued that the alleged “incompatibility” between indigenous people and the national society was not caused by their “racial incapacity” but to the “inadequate treatment” suffered by these groups (Palavecino 1958-59: 389). He made a call for a “rational state policy” aimed at countering discrimination and argued that anthropology had an important role to play in this process, for an “adequate treatment” of these communities required “a profound knowledge of native culture” (1958-59:380, 389; see Perazzi 2003:98). In his teaching, and countering the previous influence of European ethnology, Palavecino introduced British and North American authors and schools dealing with similar issues. Folklorist Raúl Cortazar, who based his research in the Argentinean northwest, further contributed to this counter-German trend at UBA by teaching Malinowskian functionalism and Redfield’s culturalist analysis of the peasantry. Yet Palavecino and Cortazar had to compete with a rising star in the Department of Anthropology who had a very different agenda: a young, charismatic professor named Marcelo Bórmida (1925-78). Born in Italy and initially trained in the natural sciences, Bórmida had migrated to Argentina after World War II and became a disciple of Imbelloni. For over a decade he conducted research in archeology, physical anthropology and comparative ethnology, heavily influenced by diffusionism and the central European tradition that had previously dominated Argentinean anthropology. By the late 1950s, Bórmida was reorienting his work toward ethnography. With the decline of Imbelloni and with Menghin close to retiring as archeology professor, Bórmida continued at UBA, and took to new levels, the radical distancing of indigenous others begun by Robert Lehmann-Nitsche. In this regard, Bórmida’s differences with Palavecino had profound theoretical and ideological connotations. Building on the legacy of politically reactionary academic traditions in Argentina, he rejected as

enfática e coincidente em assinalar que nessa etnografia consideravam-se os grupos chaquenos como unidades isoladas, atemporais e sem relação com o processo de expansão capitalista, reduzindo sua “economia” aos relatos míticos ligados às atividades produtivas, onde seu único referente era a eficácia dos símbolos. Tendo como suposto a existência de “Culturas Inferiores Vs. Superiores”, os grupos indígenas foram considerados carentes do discernimento necessário, o que lhes impediria de entender as relações sociais da “cultura superior” (entendida assim a cultura nacional, moderna, ocidental), e carentes da capacidade de produzir seus próprios discursos e ações, colaborando ao projeto hegemônico²⁷ de “integração” do indígena à nação.

Em nome de uma suposta hermenêutica dos conteúdos culturais de consciência, os índios foram estudados como estando à margem da sociedade, em estreita vinculação com os marcos teóricos substancialistas do culturalismo, e com as perspectivas relativistas, que não consideraram o contexto social, procurando uma exterioridade legitimamente “pura” de preservação dos costumes nas vestimentas e línguas não-contaminadas, tratando-os como expoentes de fidelidade à uma tradição, responsável pelo seu “retardamento cultural”, no intuito de sua “integração” ao “progresso” inelutável da sociedade moderna, à exceção dos trabalhos desenvolvidos por Cordeu e Siffredi (1971)²⁸. Surgindo, assim, naturalizada a necessidade de “proteção, tutela ou controle” pedagógico ou repressão física, segundo analisaremos mais adiante. O preocupante dessa terminologia nos discursos acadêmicos é o modo em que foram permeando o espaço das idéias, a maioria das vezes sustentando o imaginário tanto dos “indigenistas”, antropólogos vocacionais ou voluntários de ONGs quanto de funcionários do governo. Acreditamos que esta análise que reproduz premissas generalizadas das “perdas” e das ausências culturais, que desconhece os Toba e sua capacidade de serem sujeitos históricos, difere do que observamos na nossa experiência em Resistencia e Rosario, como será explicitado no decorrer do trabalho.

Paradoxalmente, durante os mesmos anos sessenta e setenta a proliferação de estudos sobre etnicidade, fora das fronteiras do país, representou um novo modo de reflexão teórico e epistemológico. Dessa perspectiva a categoria

“biased” any anthropology committed to the pragmatics of culture and social change and began advocating a hermeneutic of “archaic mentality.” The influence of Palavecino and Bórmida on new generations of ethnographers would fracture Argentinean anthropology for the next two decades. Even though forged in offices, classrooms, and libraries in Buenos Aires, these competing intellectual traditions defined their identity by projecting their imageries elsewhere. The Chaco emerged as the main terrain over a now-institutionalized Argentinean anthropology molded its contested contours...”

²⁷ No sentido gramsciano desenvolvido na dissertação de mestrado, utilizado como resposta dada pelas classes dirigentes à questão indígena. Retomarei o conceito.

²⁸ Na sua análise dos movimentos messiânicos de Napalpí, Zapallar e Pampa del Indio, Cordeu y Siffredi (1971:24/25) assinalam a situação de contato como resultante dialética da totalidade dos fatores que operam no seu seio, e não como um “simple processo mecânico de transmissão de bens culturais ... O enfoque subjacente em muitos estudos da aculturação não enfatiza suficientemente que a fricção e o conflito subsequente são constantes que acompanham estes processos em todo o seu curso. Por conseguinte, não daremos maior pé ao emprego de categorias como as de *equilíbrio, integração, curso unilinear da passagem e modelos dicotômicos do mesmo* tão caras às diferentes correntes do pensamento estrutural-funcional, ao menos no sentido convencional preconizado por seus autores...”

etnicidade alude às identidades coletivas que se materializam na formação de grupos, que se identificam a si próprios e são identificados, a partir de marcas culturais que podem reificar-se em diferentes marcos históricos e ser naturalizados nos seus conteúdos. Contudo, o paradigma integracionista tende a revitalizar a importância das culturas imigrantes como vestígios da “identidade simbólica” sendo condenada a desaparecer diante das forças irresistíveis da assimilação. Uma conceituação como a de “*invenção das tradições*” entende a etnicidade não como primordial – antiga, inerente ao sangue, à alma ou ao passado de um grupo –, nem como puramente instrumental manipulada com fins políticos, *mas sim como uma construção cultural ao longo do tempo* (Pacheco de Oliveira, 1999). Considero esta posição mais realista, próxima e fraterna das manifestações, enfrentando o desafio de aproximação “com um olhar diferente” do das correntes que classificaram, de maneira superficial e “descartável”, nosso objeto de interesse.

No caso de Tamagno (2001), seu trabalho pioneiro sobre índios Toba na cidade de La Plata incorpora as novas tradições etnográficas citadas. Questiona a presença indígena urbana na sua dupla condição de habitantes e seu *status* jurídico; considerando as transformações internas ao grupo e à sociedade “de que fazem parte”. Ao focalizar a articulação da identidade étnica, religiosa e identidade de classe social, critica a valorização generalizada da “perda” e pergunta o significado do reconhecimento da presença indígena perante os direitos de cidadania, num país de consciência coletiva que se representa como branco e europeu (p. 22). Retoma, assim, seu conceito de “*censores da indianidade*”²⁹, debatendo com os expoentes da etnografia da Escola Histórica. Afirma, então, que “*a comunidade não é homogênea, pois seus membros a experimentam de diferentes maneiras*”, porém as pessoas podem falar uma linguagem comum, comportar-se de maneira similar, compartilhar rituais ou vestimentas similares, sem subordinar-se a ortodoxias, homogeneidades ou estatismos. Incorpora os trabalhos de Cohen (1985) para referir-se à possibilidade do comunitário no contexto das mudanças impostas pela globalização – entendida como *expressão do colonialismo e imperialismo* - e pela modernidade, expressa no Estado (2001:62), e as capacidades dos sujeitos de utilizarem-se dessas mudanças e trabalhá-las comunitariamente, diante dos imperativos do presente³⁰.

Finalmente retoma o conceito de *etnicidade política* de Cohen (1969), considerando que os grupos étnicos não são sobrevivência do passado, mas formas sociais novas, pois *recriam continuamente sua distintividade segundo grupos de interesse*. Desse modo, considera a etnicidade contemporânea como resultado da interação entre os agrupamentos étnicos e a capacidade dinâmica da acomodação das relações e costumes. Para compreender sua transformação se faz necessário desvendar as implicações políticas dos costumes frente a mudança das condições estruturais de funcionamento do

²⁹Para Tamagno (1991), os “*censores da indianidade*” são os especialistas que se baseiam em posturas essencialistas e substancialistas, arrogam-se o direito de definir quem é ou não indígena, estabelecendo desse lugar a validade (ou não) de suas reclamações e reivindicações (op.cit:2001: 63).

³⁰ O passado é utilizado de diversas formas “... como recurso, realizando construções seletivas que ressoam com influências contemporâneas no mito e na história, como esquemas que norteiam as ações...” (ibid. 62-3).

matrimônio, parentesco, amizade, religião, etc. (p. 64). No transcurso de nosso trabalho serão explicitadas as coincidências deste enfoque.

Foram muitas e variadas as tentativas de pesquisa dos Toba na disciplina local, logo após a abertura democrática. A esse respeito, Rodríguez (1988:24) assinala a necessidade de delinear aspectos fundamentais da identidade étnica para buscar a compreensão dos conflitos gerados no campo da interação e autoconsciência étnica. Caracteriza a estigmatização num correlato que denomina "*vergonhas étnicas ou culturais*" ...autoconsciência étnica, baseada na trama de relações interétnicas, onde as variáveis de sexo, idade e tempo de permanência, no caso dos migrantes, jogam um papel decisivo. Considera a relação de contato e interação étnica em diferentes situações do processo de autoconsciência e construção de identidade, nos assentamentos Toba de Villa Banana e Empalme Graneros de Rosario. No sistema de atitudes e valores do contato, enfatiza as contradições intra e interétnicas, assinalando, nas famílias extensas — caracterizadas por um sistema de ajuda social própria e segundo a antiguidade dos assentamentos —, diferentes graus de convivência por grupos de idade e sexo, para compreender as variações nos "*processos de aculturação*" (p. 28). No grupo de jovens, manifesta inconvenientes para uma análise da identidade étnica, assinalando-lhes ignorância de *aspectos fundamentais de suas tradições*, importância da medicina ocidental e a necessidade de inserção no aparelho produtivo, como *efeitos desintegradores provocados pelas migrações para os centros urbanos*. Dá ênfase à resignificação do grupo de origem, bem como nas categorias de "integração/não-integração". Seu estudo (p. 31-32) estabelece que as contradições intra-étnicas produzem-se nos assentamentos a partir da interação com os segmentos sociais da cultura hegemônica, onde se veiculam concepções diferentes manifestadas na autoconsciência e na representação que cada grupo tem de si mesmo, tanto coletiva quanto individualmente.

Em trabalho posterior, sobre o grupo Toba-qom nos assentamentos de Rosario, no bairro Toba, e Cacique Pelayo, de Resistencia, e na Colônia Aborígene de Machagai, Rodríguez, Bigot e Vázquez (1991) retomam os conceitos de "campo de interação socioétnico". Explicitam os "processos étnicos identitários", bem como os modos que assumem as contradições materiais e simbólicas (individuais e coletivas) dentro do campo de interação socioétnica no seio de uma formação histórico-social e num momento dado das relações interétnicas. Consideram aspectos básicos destes processos diferenciados de "*sincretismo religioso em cada parcialidade étnica*", sistemas de atitudes e valores, conflitos intra e interétnicos, como constituição e mudança dos "referenciais psicoculturais ou estruturas sociocognitivas" (p. 217-219). Ao se referirem à inserção dos Toba ao grupo local, "derivado da experiência migratória e o reconhecimento da filiação étnica, *produto de sua própria instabilidade*" (p. 229-231), analisam a situação conflitiva interétnica, assinalando a constituição de "*estereótipos étnicos*" no jogo de contrastes, que revalorizam o próprio e desqualificam o alheio, adquirindo o "nós" maior sentido enfático, onde os estereótipos cristalizam-se, a tolerância diminui e os laços intragrupais, *geradores de preconceitos, manifestam-se com maior intensidade*, como no bairro Empalme Graneros (p. 231/232).

Caracterizam a reclamação da terra de forma comunitária, sustentando que na maioria dos grupos e loteamentos Toba, a concepção da propriedade privada

não foi internalizada (p. 233), diferindo do que verificamos na nossa experiência de campo em Rosario e Resistencia, como mostraremos no desenvolvimento deste trabalho. Estas questões serviram de referência para pensar algumas das idéias aqui desenvolvidas, permitindo estabelecer algumas diferenças nas categorias utilizadas, que vão sendo esclarecidas ao longo do presente trabalho, bem como os cortes efetuados quanto a grupos de idade, sexo e permanência, não totalmente operacionalizáveis na análise da situação de contato que se estabelece na migração diferenciada dos grupos étnicos para a cidade. Atualmente a autora tem encaminhado seus trabalhos a questões relacionadas ao Direito consuetudinário e Direitos Humanos, que serão tratados no próximo capítulo I.

Em outro sentido, Garbulsky (1994) considera os antecedentes do tratamento do problema sobre "fronteiras" tanto desde perspectivas teórico-metodológicas, quanto na literatura antropológica argentina. Sobre os Toba de Rosario, remonta à década de 60 para contextualizar a crise estrutural da economia regional, assinalando que os grupos migrantes conseguiram uma certa estabilidade no plano trabalhista, devido a experiências em trabalhos urbanos não qualificados e contatos importantes com órgãos públicos estaduais e municipais. Assinala a relação entre processo de constituição de identidades individuais e grupais, destacando que *"...a presença dos Toba na cidade foi um elemento inadvertido para a população rosarina, educada nas crenças de desindianização"* (p. 400/401). Caracteriza o bairro Empalme Graneros, visualizando diferentes setores econômicos e socioculturais e, recuperando o histórico-institucional de sua Associação de Moradores dos anos 80, analisa as expressões de preconceito que promoveram a erradicação do setor ocupado pelo que denomina "o segundo núcleo migratório indígena", fazendo referência às gestões de diversas instituições (Prefeitura, igrejas e Cruz Vermelha).

Estabelece diferenças entre a reclamação de terras, posse comunitária, defesa de permanência no terreno e precariedade da propriedade. A constituição de uma Comissão Mista de técnicos e representantes dos assentamentos, as dificuldades burocráticas e as situações históricas concretas, bem como as conseqüências das propostas e o projeto global (p. 400/406) são igualmente analisados pelo autor. Assim como o papel da escola provincial *"bilíngüe"* e o que denomina *"...sua experiência falida de implementação..."*, os novos conflitos gerados e a regulamentação da lei provincial aprovada em 1989, apresentando considerações teóricas finais (p. 403/411). Nas migrações periódicas do grupo ao Chaco, pertencentes à facção dialetal Laagañasik e às *novas facções, constituídas no século passado como produto de fusões de parcialidades tradicionais, derivadas de assentamentos determinados pelo desenvolvimento econômico regional, como os Palmeros (da zona dos ex-engenheiros Las Palmas e La Leonesa do Chaco) e os Pamperos (de Pampa del Indio)*, coincidente com uma hipótese de campo, a respeito da origem dos meus entrevistados, sem ser exclusiva.

As questões apresentadas no nosso trabalho foram também guiadas pela experiência desenvolvida pela equipe dirigida pela Dra. Esther Hermitte (1995:

35/36)³¹, nos anos 70 no Chaco, e nas hipóteses que guiaram aquele trabalho a respeito da estrutura social do estado, onde o modelo que mais se aproxima de dar conta da configuração social chaquenha toma como dado originário do sistema a integração dos setores aborígenes, considerada um fenômeno precoce dentro do processo de estruturação da sociedade. Toma, assim, a situação como não exclusiva do grupo aborígene, buscando sua explicação no desenvolvimento das forças produtivas do estado, na estrutura ocupacional resultante e no sistema de classes que lhe corresponde. Coincidimos na afirmação de que para dar conta do fenômeno não é suficiente apontar as diferenças ou semelhanças que permitem uma descrição das similaridades dos grupos étnicos do estado do Chaco, mas que é necessário especificar os fatores determinantes e condicionantes da situação do aborígene e rastrear as seqüências históricas nas quais se consolidou sua localização “... *não sendo esta mais que a expressão de um processo temporal em que atuam as características do desenvolvimento no contexto nacional e do sistema econômico mundial...*”³².

Dos trabalhos sobre índios citadinos feitos no Brasil, que serviram como referência na elaboração desta apresentação, ressaltamos os clássicos trabalhos de Cardoso de Oliveira (1964 e 1968). Segundo o autor, o processo de mobilidade aldeia-cidade dos índios Terena é uma migração em duplo sentido, físico e social, de continuidade dos membros do grupo e conservação da identidade em uma manifestação da particularidade do contato interétnico. No caso de Campo Grande a relação dos índios com o órgão de governo modifica-se, sendo a situação dos Terena na cidade uma alternativa à condição de tutela do SPI, se considerada do ponto de vista da Reserva. Na situação do índio citadino, quando se afrouxam as relações com a instituição protetora, há chance de eludir a discriminação e o preconceito, até se descobrirem como “*bugres*” ou “*cidad[ãos] de segunda classe*”. Estas situações devem ser consideradas como permitindo tornar visível uma outra variante de um mesmo sistema interétnico (1968: 222). Os índios citadinos, notadamente os de segunda geração, procuram escamotear sua etnia perante certa hostilidade racial, sendo nas condições de vida vigentes no meio urbano que esse *status* adquire o seu maior peso negativo, pois não se conta, praticamente, com o apoio positivo do SPI, tornando possível o surgimento de outras mediações.

³¹ “Estudio sobre la situación de los aborígenes da Provincia do Chaco y políticas para su integración a la sociedad nacional”. Tres Tomos. A obra só foi publicada pela Editora da Universidade Nacional de Misiones, em Posadas, em 1995 (após do des-exílio dos seus integrantes). Trata-se de um trabalho inédito na Antropologia Social dos anos 70 sobre as populações indígenas do Chaco. Essa equipe interdisciplinar, de quase vinte investigadores, fora contratada pelo Centro de Investigações Sociais do Instituto Torcuato Di Tella, coordenada pela Dra. Hermitte, por requerimento do Governo do Chaco ao Conselho Federal de Investimentos, junto a uma equipe da Universidade Nacional do Nordeste, coordenada por Brian Thompson. Produziram um diagnóstico e recomendações quanto à expulsão da população do campo às cidades e à migração para outros estados. Muitos desses resultados antecipam o processo da sociedade chaquenha e da situação dos indígenas hoje. Não consegui incorporar este trabalho na dissertação, apesar de escutar e seguir algumas de suas referências em Resistência.

³² Notar que se trata de um trabalho desenvolvido nos finais dos anos 60 e começos dos anos 70, antes da última ditadura militar, pelo que seu dados e expressões devem de ser devidamente contextualizados.

A situação de minoria étnica na cidade tende a manifestar-se na comunidade indígena local pelo estabelecimento de um *ethos de parentesco artificial*, denominado *compadrio*, com membros da sociedade regional. Associado ao elevado índice de uniões interétnicas com outros grupos indígenas ou caboclos, torna-se um mecanismo ampliador da base local urbana, favorecendo meios de acomodação que Cardoso de Oliveira denomina “*pontes de acesso à sociedade nacional inclusiva*”, sem atingirem, por isso, uma identificação absoluta ou plena. Visando o quadro ocupacional, padrões de residência, etc., a revitalização da família extensa é compreendida como reforço do *elo tribal*, sobrepondo as noções de grupo étnico e de grupo familiar ou de parentesco. Segundo Cardoso de Oliveira, na *análise da situação social* é pensado o conjunto dos fenômenos sociais através da descrição do comportamento dos seus atores.

Assim, o contato é pensado confrontado com a existência plena e separada das culturas componentes, sendo entendido como fator organizacional básico para a existência de determinadas comunidades – como o elemento que integra a organização social —, cujos sistemas culturais possuem um grau de autonomia relativa, produto de uma prática orientadora que as interpreta e constitui. Essas questões guiaram e nortearam nosso trabalho, como será explicitado mais adiante, no decorrer desta apresentação como nos capítulos da etnografia. Mais adiante voltaremos ao caso dos Toba de Rosario e ao tratamento de “tios” dado aos membros mais antigos da comunidade. No caso da segunda geração, observaremos como, através dessas pontes com a sociedade inclusiva, consegue eludir atitudes discriminatórias e de preconceito, como as observadas em Resistencia, no Chaco.

Outros antecedentes sobre índios citadinos no Brasil são fornecidos pelos trabalhos de Romano (1982) e Fígoli (1984), desenvolvidos dentro do Projeto “Índios citadinos: identidade e etnicidade em Manaus”, coordenado por Cardoso de Oliveira. Em seu trabalho, Romano considera a situação de contato dos Sateré-Mawé em Manaus e os problemas de etnicidade em áreas urbanas, com ênfase nas relações de dominação-sujeição. Na migração de agentes indígenas para Manaus e nas características de sua instalação na cidade, procura entender suas particularidades. A etnicidade é o objeto de sua pesquisa, que destaca o nível das relações na estrutura social. A partir desta, distingue “relações simples” (com formas tribais de organização) e “complexas” (com segmentos da sociedade nacional), que variam segundo os sistemas sejam tribais, intertribais ou interétnicos, qualificados estes segundo a presença, latente ou explícita, do conflito (1982: 3). Descreve o processo migratório, as condições de vida dos migrantes na cidade, instalação, tipo de residência e organização da população, com respeito às ocupações, documentação legal, língua e padrões de educação. Assinala os preconceitos presentes na atuação da FUNAI, acompanhando a relação estabelecida com os índios citadinos. Mostra o papel dos políticos e lideranças citadinas como “intermediários” junto aos antigos agentes e instituições, sublinhando o preconceito contra o índio em Manaus, que os Sateré-mawé expressam em sua procura por “*ser gente*” (p. 157).

Em *A emergência de uma identidade regional no campo das relações interétnicas*, Fígoli (1984) focaliza os processos de identificação intertribal, o contato e a “significação das identificações intraminoritárias, no sistema de relações interétnicas” vinculadas com a sociedade nacional. Assinala a multiplicidade de identidades assumidas pelos “grupos discretos” como categorias definidas pelas relações mútuas, no âmbito intergrupar (p. 219). Estabelece porcentagens segundo os locais de procedência das categorias étnicas e o surgimento de uma “identidade étnica abrangente”. Baseando-se na definição de “campo semântico” da etnia, estabelece campos distinguíveis na análise do sistema de relações de contato, segundo relações assimétricas ou dominantes no interior dos sistemas interétnicos (p. 220). Considera a emergência de uma “identidade envolvente” na situação urbana, redimensionando as relações intertribais, com precedentes nos aldeamentos e nos centros missionários. Estabelece uma “identidade inclusiva” baseada em um critério regional ideológico, como contradição historicamente dada na luta da sociedade nacional com as sociedades indígenas (p. 223). Estas questões serviram para tensionar as nossas próprias reflexões.

Os Toba, como os Terena do Mato Grosso do Sul, configuram grandes etnias visíveis, com áreas tradicionais de ocupação e com reconhecimento perante os órgãos de governo, a opinião pública e a mídia. Sem dúvida, a sua presença na cidade é um desafio para os órgãos de governo e exige uma pesquisa com um olhar mais profundo, que proceda à atualização dos dados. Surge então nosso interesse em pensar uma etnografia das estratégias de ação coletivas ou individuais, e de como são vistos e como se pensam enquanto índios. Na sua maioria, os Toba citadinos de Rosario não provêm exclusivamente das áreas rurais, já tiveram sua “experiência” prévia cidadina em Saenz Peña, são de Ingenio las Palmas, Pampa del Indio ou Quitilippi. Outros mencionam experiências desenvolvidas quando migraram às cidades de Resistencia, ficaram em outras cidades como Santa Fe, Rafaela, Tostado ou Rufino, Rincón ou Recreo à procura de trabalho, casaram e tiveram filhos.

Em outros casos foram logo para Rosário, onde se fixaram como moradores permanentes ou de residência prolongada. Alguns outros continuaram a Buenos Aires e La Plata, voltaram ou lá permanecem e visitam seus “parentes” de Rosario, Resistencia ou de seu lugar de origem, mantendo vínculos de vizinhança, *compadrio* ou amizade. Serão priorizados seus sonhos e expectativas no que diz respeito à melhora de vida, possibilidades de trabalho remunerado – “*no Chaco, trabalhamos pela comida...*” (Aniceto, 1995) – sucesso em ocupações que gozam de prestígio como enfermeiro, professor, funcionário público. Através das histórias de vida dos principais informantes, tentamos sondar as expectativas, sonhos e estado material que precede a migração, se é esta é pensada (ou não) como uma mudança definitiva, as implicações no deslocamento espacial ou social: se a sua intenção de sair de sua região é mudar de vida – própria e de seus familiares – ou se considera ou admite (idealmente) o retorno às condições de existência da vida na Reserva.

Os migrantes não empregam uma categoria específica para se autodefinirem, quando querem se distinguir dos habitantes da cidade utilizam como referência seu estado de origem e o lugar de nascimento (Pampa del Indio, Ingenio las

Palmas, Saenz Peña no Chaco, ou simplesmente Chaco). Por ora basta destacar que, embora os Toba tenham seguido os padrões de inserção da maior parte dos migrantes rural-urbanos, formaram espaços residenciais periféricos próprios (embora não exclusivos), como é o caso dos Toba em Resistencia, Reconquista, Rosario ou La Plata. No entanto, para referirem-se à migração do meio rural ao urbano, têm uma denominação, “*el cambio*”. O “cambio” (mudança) significa, para o migrante em busca de melhora (no sentido mais amplo), melhores condições de trabalho, de moradia, de transporte, de acesso a bens de consumo, educação, assistência médica, que não se encontram disponíveis no local de nascimento. Se bem estas expectativas são claramente definidas, a direção do “cambio” não é rigidamente programada, pois se elabora a partir de informações que obtêm pelos mais diversos canais, geralmente através de parentes ou vizinhos. Achamos necessário, neste ponto, efetuar uma readequação dos conceitos e das linhas da nossa pesquisa.

4. NOSSO QUADRO TEÓRICO

Para nosso trabalho serviram como referências teóricas o processo de colonização africana do pós-guerra e o interesse do capitalismo em manter as migrações de trabalho temporárias e rotativas, em vista da preservação e exploração da economia agrícola doméstica como forma aperfeiçoada de acumulação primitiva. Segundo Meillassoux (1985:156), devido a diversas razões de ordem histórica, em especial nas colônias de exploração, a terra foi preservada da apropriação privada e numerosas populações foram mantidas em seu lugar praticando seu modo de produção doméstico de auto-subsistência, sendo necessária a criação de um sistema de reservas. Gluckman (1987: 228) assinala que, para entender a situação de contato e interpretar os processos de constituição da sociedade nacional, é *necessário levar em conta os processos de migração e mudança da população indígena*. O uso do termo *tribalismo* baseia-se no debate entre os sociólogos africanistas como Mitchell (1956) e Epstein (1958), que fazem distinção entre tribalismo rural (onde o *ethos* tribal está organizado em um sistema de relações baseadas na produção ou na autoridade política) e tribalismo urbano, onde a filiação é uma categoria suscetível de definir o grupo nas populações heterogêneas da cidade; citando Gluckman (1965) “*...É justamente na vida na cidade que os indivíduos aglutinados em coletividades ou agrupamentos tribais tornam operativas as relações sociais*”. Segundo Cardoso de Oliveira (1968), “*nestas comunidades indígenas, os migrantes podem encontrar plena aceitação de sua particularidade, cumprir seus objetivos ocupacionais, tornando possível a sua integração à vida urbana*”.

Situamo-nos em um espaço de tensão para repensar o conceito de cultura, deslocando o centro de gravidade do cultural para o social. Segundo Cardoso de Oliveira (1964:19), torna-se difícil conceber a cultura sem uma relação estreita com as outras dimensões da vida social, sendo preciso explicitar seu contexto de produção histórica, socialmente circunscrito e possível de ser interpretado através da **análise situacional** das relações estabelecidas no contato. Dessa forma, é considerada a “situação social”, no sentido definido por

Gluckman (1958) ao designar os eventos sociais registrados pelo antropólogo que em suas interpelações em uma sociedade particular, abstrai a estrutura social das instituições e outros aspectos desta sociedade, considerada como condição social, resultado das políticas do governo e da ação de indivíduos ou grupos. Ao abordar os processos de inserção de comunidades étnicas nas cidades, temos presente que elas não possuem limites precisos. É a partir de um núcleo ou “cor”, das múltiplas redes estabelecidas por membros plenamente adscritos, que os integrantes do grupo se posicionam periféricamente, até chegarem a áreas de indefinição nas bordas³³. Os migrantes podem manipular sua identidade de origem, em uma negação ou afirmação da própria identidade étnica, que somente existe pela relação que os indivíduos mantêm, em termos reais ou potenciais, com seu grupo de origem, também inventado e recriado, no sentido da “comunidade política imaginada” de Anderson (1993: 23/25).

Nosso interesse sociológico em estudos urbanos tende a concentrar-se sobre como o comportamento dos habitantes das cidades se encaixa na matriz social criada pela estrutura comercial, industrial e administrativa de uma moderna metrópole e se molda a ela, considerando que a maior parte dos residentes nas cidades nasceram e cresceram em regiões rurais do interior, nas quais o ambiente cultural difere notavelmente das cidades. Pretendemos destacar que as diferenças de comportamento entre o rural e o urbano podem derivar de determinadas características demográficas e ecológicas das cidades, tais como o número de habitantes, sua heterogeneidade ou a densidade da população — como sustenta Mitchell (1980: 53), que nos orienta na exposição. Estes enfoques cobram maior significado a partir dos estudos urbanos na África, devido ao rápido crescimento de seus centros urbanos a partir da atividade comercial, industrial e administrativa dos estrangeiros, como afirma Balandier (1956: 497) ao referir-se às cidades que prosperaram em decorrência de atividades comerciais e industriais dependentes do comércio internacional, como é, também, o caso de Rosario.

Segundo critérios metodológicos, os estudos urbanos africanos agrupam-se em duas categorias: por um lado, a *enquete social (social survey)*, registrando diferentes características sociais das populações urbanas, com o intuito de explicar as relações entre essas características; por outro lado, estudos que tendem a interpretar o comportamento dos habitantes da cidade em contraposição aos costumes tribais, desde o ponto de vista das *situações sociais* que ocorrem nas cidades, denominados estudos em profundidade. As referências às enquetes sociais e aos censos estabelecem diferenças entre os interesses do indígena e do investigador, que se propõe a obter dados sociais de caráter geral para fins administrativos e de planificação, a partir de uma amostra representativa, com o propósito — como no nosso caso — de completar investigações de profundidade diante da falta de dados oficiais.

Na tradição britânica as enquetes sociais se revelaram como a forma mais promissora de iniciar o estudo de uma zona urbana, sustentando-se que, embora o trabalho de campo em profundidade seja raras vezes tão simples e

³³ Vide: Barth, F (2000: 39) “A interdependência dos grupos étnicos” In: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Ed. Contracapa, Rio.

cômodo como nas zonas rurais, nas cidades existem também restrições políticas, tais como a crença enraizada de que a inevitável complexidade dos dados torna os métodos quantitativos fundamentais para a investigação, já que são *procedimentos sistemáticos que implicam a utilização de conceitos estatísticos* (Fortes, 1949: 59) Para realizar este estudo *combinamos as enquetes sociais com estudos qualitativos*³⁴ de maneira a deixar claras as relações sociais, e suas características que nos pareceram merecer uma explicação sociológica. A fim de analisar e classificar as hipóteses elaboradas, partiremos dos estudos em profundidade, que tentarão verificá-las. Nosso estudo centra-se na mudança social e na situação social, como indicado supra. No entanto, ao observarmos o comportamento dos indivíduos na cidade, percebemos diferentes tipos de mudança simultâneos: por um lado, os diferentes comportamentos que o indivíduo deve adotar ao participar das instituições urbanas, implicadas nas estruturas; por outro, os originados pela evolução das antigas normas e instituições.

É o que Mitchell (1980:61) distingue entre “*mudanças históricas ou processuais*” — ao se referir às mudanças globais do sistema social — e “*mudanças situacionais*” — ou as mudanças de comportamento como consequência da participação em sistemas sociais diferentes. Acreditamos que a falta desta diferenciação tem levado alguns estudos locais a sobrepor a mudança situacional à mudança processual, desconhecendo que os costumes e valores das zonas rurais fazem parte de um contexto social concreto e não podem ser comparados aos seus homólogos nas zonas urbanas, onde participam de outro contexto. Antes disso, é necessário considerar que se as situações sociais das chamadas sociedades complexas são mais variadas desde o ponto de vista da análise sociológica, é possível, também, que não o seja menos desde a perspectiva de membro de uma tribo numa situação rural. Provavelmente a aparente “complexidade” das zonas urbanas deve-se ao fato de não dispormos ainda de uma perspectiva teórica suficientemente sólida que permita analisar e focalizar tais fenômenos. Somente o acúmulo de dados sobre as populações urbanas e sua posterior análise darão lugar às sínteses necessárias e ao surgimento das teorias que possam sustentá-las desde outra perspectiva.

Foi através da observação da situação de fronteira que Barth (1976) tratou os grupos étnicos, não como unidades fechadas de análise com características rígidas e imutáveis, mas percebendo-os segundo suas diferenças culturais, tomadas antes como resultado que como característica básica da existência de um grupo étnico. É na interação com os outros grupos que se constitui a identidade étnica: os conceitos de grupo étnico, identidade e mobilização étnica são extraídos das reflexões de Barth (1976), e de Cohen (1974). Para Cohen, dentro de um sistema político formal como o Estado-nação, uma unidade étnica pode manipular costumes, valores, mitos, símbolos e cerimônias de sua tradição cultural no sentido de articular uma organização política informal. Neste sentido, Barth concorda que a identidade étnica é um fenômeno basicamente político, que opera em contextos contemporâneos, sendo seu fator organizacional. Em relação à *identidade nacional*, seguimos Hobsbawm (1990),

³⁴ “*Suministran informaciones cualitativas en base a entrevistas en profundidad de carácter libre o arbitraria, acompañada de una observación participante, durante un período de tiempo relativamente dilatado*” Mc Culloch (1956a:58)

entendendo o conceito de nação no sentido moderno do termo, como pertencendo exclusivamente a um período particular e historicamente recente do Estado-Nação. O nacionalismo, diz o autor, é anterior à nação, pelo que seria incorreto presumir que uma identidade nacional – se é que existe – exclui ou é superior ao resto do conjunto das identificações que constituem um ser social: *"a identificação nacional e tudo o que nela acredita-se implicado pode mudar e deslocar-se no tempo, mesmo em períodos muito breves"* (Hobsbawm; 1990:20).

Nosso estudo caracteriza-se por manter um enfoque sociológico, privilegiando os processos políticos ao proceder a uma investigação comparativa. Não se trata de um estudo de natureza jurídica e formal dos quadros legais que informam o processo de definição das terras, mas da descrição e reflexão sobre este fato sociológico, reconstituindo o conjunto de atores, agências, ideologias e práticas interativas que intervêm e definem os rumos de tal processo³⁵. O uso de dados e interpretações históricas fragmentadas foi contrabalançado num esforço crítico de contextualização e avaliação das fontes, orientadas por obras e investigações que constituem referências de maior peso e importância. Falamos de uma análise comparativa, onde as diferentes aproximações foram focalizadas de modo contrastante e integradas num mecanismo social de controle sobre a criação e utilização das terras indígenas. No caso do Brasil, as terras indígenas têm sido extensamente descritas, tarefa que se revelou essencial para a compreensão da questão indígena no país. As iniciativas governamentais e as demandas indígenas foram quantificadas, mapeadas e avaliadas através de trabalhos de equipes de investigadores ou organizações ambientais, existindo estudos minuciosos sobre o quadro jurídico-legal, procedimentos administrativos e algumas análises sobre o papel dos mecanismos de cooperação internacional.

Na tentativa de estender a análise dessas hipóteses à Argentina, foram consideradas as diferenças históricas e culturais significativas, segundo diversos fatores; formas de colonização, volume demográfico, capacidade militar, riquezas econômicas possuídas pelas populações autóctones, extensão e procedência da migração, arranjos políticos e administrativos que marcaram a inclusão do vínculo colonial, composição étnica atual e importância atribuída a cada um desses grupos na construção da identidade nacional e de um aparelho de governo, são alguns dos pontos destacados. Como sinalizado pelo Prof. João Pacheco de Oliveira (1988), no processo de formação dos Estados nacionais a dimensão territorial tem desempenhado um papel crucial, juntamente com o sistema de mercado e as estruturas políticas de representação. Dentro dos limites geográficos das unidades nacionais, a apropriação das terras e recursos naturais, que os povos indígenas reivindicam, deve ser estabelecida através de *vínculos contratuais* definidos (seja pela compra, herança, doação ou autorização expressa) e, sua utilização, submetida

³⁵ “ ... solo se escaparía completamente de un abordaje formal cuando se traten las leyes y las prácticas administrativas no como códigos fijos o autoexplicativos, sino como elementos, premios, recursos de una disputa envolviendo actores sociales con intereses e ideologías muy distintas y hasta antagónicas entre sí. Con esto se tornaría posible no solo una etnografía de los procedimientos administrativos y sus consecuencias para los derechos indígenas, como también un verdadero análisis político de los procesos de demarcación de las tierras indígenas ... ” (Oliveira, 1988:42).

a regras estabelecidas numa estrutura que representa a coletividade dos cidadãos, que por sua vez podem fiscalizar o uso e exploração particular dos recursos, perante um aparelho público de governo.

A atual situação territorial é muito variada, tanto pela localização geográfica do povo Toba, que se estende, com características particulares, pelas províncias de Salta, Formosa, Chaco, Santa Fe e Buenos Aires, quanto pelo tipo de propriedade e dispersão de terras descontínuas, a maioria das vezes de titularidade precária, obtidas por mediação tutelar de agentes ou caudilhos regionais. O território é, assim, considerado como *locus* privilegiado da cultura, enquanto demarca uma identidade étnica, estabelecendo uma ligação dinâmica entre, por um lado, simbolismo e tradição, e, por outro, as novas necessidades e potencialidades de agenciamento e organização social. Nesse sentido, nosso trabalho tem o intuito de encontrar novas reflexões e debates na dinâmica social e cultural heterogênea e diferenciada, em termos de cultura e identidade, remetendo aos modos singulares pelos quais os Toba da cidade de Rosario se fazem ver e reconhecer na esfera pública e política como *índios*, o que será desenvolvido nos capítulos III e IV.

CAPITULO 1

Indigenismo e Políticas Indigenistas na Argentina

Neste primeiro capítulo, apresenta-se o Povo Toba, sua localização geográfica, política e social no surgimento do Estado-nação e as políticas indigenistas. Será brevemente considerado o Indigenismo nos últimos anos na Argentina, suas imagens e significados na situação de contato e apresentaremos algumas considerações relativas aos grupos étnicos e à presença do Estado no que se refere às políticas públicas, aprofundando a análise das instituições responsáveis pela execução das normas sobre populações indígenas do país. Será feita uma breve descrição e análise dos organismos oficiais, responsáveis pelas políticas de “assistência” às populações indígenas.

Partimos da consideração de que o destino dos povos e culturas indígenas, como o de outros grupos étnicos, não somente se inscreve nas exigências legais ou normas. Sua vulnerabilidade ou seu suposto “desaparecimento” é resultado da compulsão das elites coloniais a instituir uma homogeneidade que tentou abolir as diferenças culturais, religiosas e políticas (Pacheco de Oliveira, 1998:7). Assim dito, consideramos oportuno investir na situação histórica, na estrutura da política de governo e nas modalidades do tipo de política imposta aos grupos étnicos, destacando as conseqüências das intervenções militares no território nacional, criando um impasse no avanço do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e na capacidade de formação dos seus quadros políticos dirigentes.

As fontes de informação para esta parte do trabalho foram: 1– documentos legislativos (leis e decretos nacionais e provinciais), projetos de resolução das câmaras de deputados e senadores, projetos de declaração de bicamerais, mensagens dos sucessivos presidentes ao Congresso (por ocasião das sessões ordinárias); 2– materiais originais obtidos pessoalmente através de entrevistas abertas e focalizadas em representantes emblemáticos de organizações indígenas (AIRA e Confederación Maxi)³⁶; deputados e senadores estaduais, funcionários e empregados do Estado e de suas delegações nas províncias (estados) de Santa Fe e Chaco; funcionários e empregados dos órgãos indigenistas (Instituto del Aborigen del Chaco e Instituto Nacional de Asuntos Indígenas); dirigentes dos partidos políticos, militantes e religiosos; membros de organizações indígenas; profissionais que as assessoram e militantes de organismos não-governamentais (Endepa e Serpaj); a estes se soma uma série

³⁶ A escolha dos entrevistados foi estabelecida arbitrariamente e guiada pelo interesse em mostrar dois tipos de discursos ideologicamente diferenciados: o primeiro deles baseado no que denomino um “líder novo” – conforme a categoria nativa. Este tipo de discurso vincula-se com uma prática herdada dos “antigos” e de formação política posterior à última Ditadura Militar, que lhe permitiu vislumbrar novas estratégias, com maior objetividade, com possibilidades reais de reivindicação e com um espaço político de negociação para recuperar as terras. A segunda entrevista foi realizada com um representante dos líderes antigos formados durante o período compreendido pelos anos 50 aos 80, dentro da particular situação sociopolítica argentina marcada pelas sucessivas Ditaduras Militares.

de documentos, elaborados pelo Incupo, BID e Banco Mundial – entre outros -, que serão citados progressivamente.

1.1 Dados gerais de contextualização

Toba foi um vocábulo guarani ou *tokowit* – autodesignação da língua falada -. Esta língua do tronco Guaicuru-Opaie estendeu-se entre os horticultores, caçadores e coletores itinerantes do Chaco Central que chegaram lentamente às planícies chaquenas do sul, com provável tradição nor-patagônica. No Tucumán Colonial eram chamados *suri* – nome de uma avestruz do Chaco, similar à ema pampiana -, e os Wichí os denominam *wanhlai* – homens avestruzes –, segundo assinala Santamaría (1994). São a tribo dominante do grupo lingüístico Guaicuru – que compartilham com os Mocoví e Pilagá. Este grupo ocupou um *habitat* que se estendia além das atuais fronteiras demarcadas pelas ribeiras setentrionais do rio Bermejo inferior³⁷ e, junto com os Mocoví, originariamente ocupou quase a totalidade de Formosa, retirando-se em direção à parte oriental em direção ao sul. Segundo Canals Frau (1953), os Toba do Chaco Paraguaio são os chamados Toba-mirim ou "pequenos Toba" e **os do Chaco argentino Toba-guaçu**, "Toba grandes", segundo a língua guarani. No século XVII, os Toba e Mocoví avançaram em direção ao sul, penetraram no atual território do Chaco e submeteram os Matacos, Lules e Vilelas até o momento em que começaram a ser utilizados como mão-de-obra. Os Toba ou *Qom* do estado do Chaco são os denominados "Toba argentinos" (Miller, 1979), que habitam o centro-oeste dos estados de Formosa e Chaco, e constituem uma das quatro principais parcialidades Toba existentes na atualidade. As outras parcialidades são os Toba do Oeste de Formosa, os Toba bolivianos – localizados no Alto Pilcomayo argentino-boliviano – e os Emok-Toba do Chaco Boreal paraguaio.

No Grande Chaco, os povos mais antigos experimentaram a pressão de outros grupos que chegaram à região desde o noroeste, representados pela expansão incaica e a irrupção dos chiriguano desde o oeste. No Chaco Austral, produziram-se deslocamentos e pressões similares sobre os nativos originários, significando, às vezes, intercâmbios ou relações de dependência – como entre os chanés e os chiriguano, matacos e guaicurus -, e freqüentes lutas pelo uso das áreas de caça, rios e das lagoas de pesca ou dos alfarroba; em suma, conflitos pela subsistência e o controle do espaço (Maeder, 1990: 64). O caso dos chaquenses guaicurus e dos guaranis é o melhor exemplo. O nome guaicuru é um apelativo posto pelos guaranis às tribos guerreiras do Chaco e designa nações lingüisticamente afins como: Mogosnas, Naijas, Vilos e Tocaagues, Toba, Abipones e Mocoví, que os espanhóis chamaram '*frentones*' pelo costume de rasparem a parte anterior da cabeça. As hostilidades entre guaranis e chaquenses parecem ter alcançado um de seus momentos mais intensos antes da chegada dos espanhóis. Isto explicaria o papel de aliados dos guaranis com os espanhóis nas guerras daquele período³⁸. A distribuição espacial da conquista, a

³⁷ As fronteiras do antigo Tucumán, desde onde participaram na destruição da cidade de Concepción del Bermejo, e de ataques à cidade de Salta, Tucumán, Esteco, Santiago del Estero e Córdoba.

³⁸ Vide, Branislava Susnik, 1972; *Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y de su periferia. Enfoque etnológico. Inst. de Historia, UNNe. Resistencia;*

localização das cidades e seu âmbito de influência, responderam a razões estratégicas ou de proximidade entre povos aborígenes estabelecidos, surgindo diferentes regiões como as de Tucumán, Cuyo, Rio da Prata e Paraguai –, que para comunicar-se com o Brasil ensaiaram o Guairá, e com Tucumán e o Peru, os Chacos austral e boreal. A jurisdição sobre estas regiões, exercida nominalmente pelos governadores, carecia de meios para chegar a elas e incorporá-las à coroa. Ali viviam numerosas nações de diferentes etnias, línguas e culturas, com economia caçadora e coletora, fragmentados em tribos e bandos independentes.

Existiram formas sutis de exploração do trabalho indígena, institucionalizadas na colonização espanhola. Destacamos entre elas: a *mita* – trabalho forçado nas minas –, a *encomienda* – servidão de trabalho por dívida tributária – e o *yanaconazgo* – que regulamentava a prestação de serviços pessoais e tributos dos indígenas aos espanhóis. Destas, a *encomienda* era a instituição que regulou as relações entre espanhóis e índios através da concessão de grupos de índios aos colonos espanhóis (*encomenderos*) encarregados de arrecadar tributos e mão-de-obra. Entre os deveres do *encomendero* existia a assistência cristã, que implicava a presença de um clérigo residente ou itinerante que a provisse. Esta instituição variou segundo o lugar e o tempo: no Vice-reinado do Rio da Prata manteve-se até que em **1811** foram suprimidos os tributos; e em **1813**, os serviços pessoais. Foram ocorrendo modificações de acordo com as regiões e, na medida em que os colonos passaram a ser proprietários, foi substituída pela renda em dinheiro seu direito sobre os territórios aborígenes apropriados.

Hernández (1992) realiza uma distinção entre as guerras contra os índios que se retiravam e as levadas a cabo contra os que se atreviam a se sublevar e enfrentar o poder colonial do Vice-reinado do Rio da Prata. Segundo Real Cédula de 16 de abril de 1625, foi autorizado enfrentar os indígenas rebeldes, cativá-los e reparti-los em *encomiendas*. Na medida em que a população diminuía, as exações tributárias faziam-se mais pesadas (Rock, 1989:51). Assim, desde o século XVI, os índios vassalos livres da colônia espanhola, sem relações legais nem de servidão ou escravidão, pagaram tributo e foram a maior força de trabalho. Esta característica, fundada em que as culturas indígenas deviam conservar-se sob o controle e exploração da sociedade dominante, vê-se refletida na definição legal da sociedade colonial, onde a posição subordinada dos índios como premissa baseava-se no conceito de incapacidade e inferioridade. A estrutura de dominação não era entre indivíduos, senão entre sociedades, *como duas sociedades separadas*.

Estas questões, que antecederam o *inicio da denominada guerra de fronteiras*, produziram mudanças na relação bélica entre ambas as sociedades:

- Os povos das planícies Guaicurus, com a adoção do cavalo, modificaram suas táticas de guerra ampliando sua capacidade ofensiva sobre as áreas protegidas pela distância; em desvantagem pela falta de manejo de armas

de fogo, os Abipon, Mocovi, Araucanos e Charruas – guerreiros por prestígio e valor – centraram-se no roubo de cavalgaduras e armas³⁹.

- As frentes mais ativas do Chaco, onde os Guaicurús e Payaguás operavam sobre paraguaios e correntinos; na Mesopotâmia, pelo ataque dos Charruas; e no sul, à frente dos Araucanos, requereram um enquadramento ético e jurídico do conflito por parte da sociedade colonial.

Não obstante, no Noroeste do atual território argentino, e como consequência do despovoamento regional, recorreu-se a regimes de tipo escravista. Entre eles destacou-se o trabalho feminino nas fábricas têxteis: por Ordenanças do Governador Abreu (1570), as mulheres indígenas deviam se reunir nas praças das aldeias antes de o sol nascer e trabalhar nas fábricas até meia hora antes do pôr-do-sol, que teve como consequência, segundo Sierra (1967:359), uma queda demográfica brusca. No caso dos guaranis, o contato significou a proliferação de uniões poligâmicas e as mulheres foram utilizadas como moeda de troca em tratos comerciais, deslocamento compulsivo e trabalho forçado, originando uma diminuição do índice de natalidade e um aumento da mortalidade infantil. A desnutrição aumentou na medida em que as terras irrigadas, dedicadas ao milho para a subsistência, foram confiscadas e dedicadas a cultivos comerciais como o algodão.

A respeito, Maeder (1990: 65) caracteriza a sociedade colonial pelas relações violentas e trágicas que alcançaram um rápido e tênue domínio sobre um espaço superior a suas forças. Desta maneira, a sociedade colonial contraiu-se territorialmente devido à pressão exercida sobre suas fronteiras, que foram defendidas por uma sociedade *criolla* e mestiça até início do século XVIII. O mesmo autor assinala a importância da etno-história e da demografia para compreender as motivações e o comportamento indígena, ressaltando as diferenças étnicas e culturais dos povos antes da conquista, que somadas à ação missionária provocaram três setores diferenciados:

- os índios submetidos e repartidos em encomendas;
- as missões guaranis, que, por suas dimensões, homogeneidade e relativo isolamento, conformaram um âmbito próprio; e
- os povos “marginais” que, não sendo submetidos durante a conquista, viram-se enfrentados pela sociedade colonial.

As nações do Chaco, o Pampa, a Mesopotâmia e a Banda Oriental constituiriam uma tripla frente ofensiva à sociedade colonial rio-platense que provocava a militarização de suas fronteiras e a diminuição de seu domínio territorial, acentuando seu isolamento e pobreza de recursos. Produziu-se assim a contração do espaço ocupado pela sociedade colonial devido à decadência paraguaia e missioneira, e como consequência do conflito das Missões de Guaranis com os bandeirantes paulistas sobre as reduções do Guairá (1628-1631); que provocou o retrocesso da fronteira entre 500 e 600 km em direção ao

³⁹ Vide: Ludwing Kersten, *Las tribus indígenas del Gran Chaco hasta fines del siglo XVII. Una contribución a la etnografía histórica de Sudamérica*, Resistencia, UNNE, 1968.

núcleo da província⁴⁰. Esta política se aplicou com energia e os índios incorporaram-se como yanaconas de Assunção, Concepción del Bermejo e posteriormente Corrientes, Santa Fe e Tucumán (ibid:70)⁴¹.

Em cada uma das frentes tentaram-se acordos através do estabelecimento das missões. Estes acordos foram auspiciados pela coroa, pelos governantes locais, pelos religiosos franciscanos e, entre os guaranis, pelos jesuítas. Este projeto, no caso dos chiriguanos e os povos do Chaco austral, do litoral, da Banda Oriental, do Pampa e da Patagônia, fracassou: a vida nômade e as pautas culturais dos caçadores da planície ou da floresta resultaram num caso intransponível para as reduções estáveis, do mesmo modo que entre os povoados de encomienda, onde o trabalho missionário era um complemento do serviço pessoal que prestavam os índios a seus encomenderos. As missões das áreas marginais tiveram um sentido exploratório e enfrentaram dificuldades tais como: *"a invencível desconfiança e o mosaico lingüístico do vasto horizonte étnico e geográfico"*. As tentativas fracassaram, e também *"... os acordos pactuados nalguns casos pela fragmentação dos bandos aborígenes, a falta de chefes únicos e os agravos mútuos"* (op.cit.:73).

1.2 Breves considerações preliminares

Retomamos uma linha de antecedentes da etnografia chaquenha representada pelos trabalhos de Nordenskiöld (1908), sobre a exploração dos índios chaquenhos nos engenhos açucareiros, e pelos de Métraux (1946), que continua com interesses similares, dando ênfase, porém, à consideração da "cultura" pormenorizada dos elementos clássicos e atualizada com os trabalhos contemporâneos da antropologia social. A capacidade de trabalho dos índios foi reconhecida e recolhida por numerosos viajantes e naturalistas que freqüentaram a região chaquenha no fim do século XIX. Segundo Métraux (1944), os bosques do Chaco possuíam uma significativa riqueza em árvores e plantas de valor alimentício como: a alfarroba, o *chañar*, o *mistol*, a *tusca*, o *molle*, os figos de tuna, os ananás silvestres, os feijões da floresta, diferentes raízes, brotos de palmeiras, entre outros. A dissecação do Grande Chaco – ocorrida durante a dissolução do Vice-reinado do Rio da Prata –, junto ao nascimento dos novos Estados nacionais, deixou sob a soberania de três jurisdições

⁴⁰ Outro fator seria o Levantamento Diaguita (1630-1636), que deu lugar a uma sublevação generalizada dos vales, de Salta até La Rioja, que pôs à prova a resistencia das províncias e significou um grande desgaste de homens e recursos. Em troca, na fronteira tucumana sobre o Chaco os danos foram irreparáveis. No Chaco Austral, o levantamento generalizado dos guaicurús em 1631 – onde as populações foram abandonadas – produziu um estancamento demográfico, econômico e uma militarização da fronteira (ibid: 66). No âmbito rio-platense teve lugar, a partir de 1613, por iniciativa do Cabido de Assunção e por R.C. de 16.IV.1618, a guerra contra os guaicurús e payaguas, a partilha dos prisioneiros e a proibição de aliená-los.

⁴¹ Vide: RC em *Nación Argentina, Época colonial. Reales Cédulas y Provisiones*, 1517-1662 Buenos Aires, 1911 t.III; E. Maeder, *La Guerra justa en el Chaco (1613-1618)*, em *Actas y estudios del VIII Congreso Internacional de historia de derecho indiano*. Buenos Aires, 1983, Vol.II – em imprensa -. *Una entrada al Chaco santafesino en 1656*, Rev. da Junta Provincial de estudios históricos de Santa Fe, N. LVI, Santa Fe, 1986; Una consulta sobre la licitud de la guerra con los indios del Chaco, em Res. Gestae N. 21, Rosario, 1987.

políticas diferentes aquele imenso território sobre o qual a conquista espanhola tinha operado desde a periferia.

O atual estado do Chaco, situado no extremo nordeste de Argentina e na fronteira com o Paraguai, representa o que antigamente era denominado Chaco Austral, situado ao sul do Rio Bermejo; em contraposição ao Chaco Central e Chaco Boreal, cujos limites alcançariam as serranias de Santiago e San Rafael, na Bolívia. Assim, a organização constitucional do Estado impulsionou uma nova ordem institucional que deveria se consolidar através da inserção nacional no concerto dos Estados industriais mundiais, baseando suas exportações nos produtos pecuários – vacum e ovino no sul –, alcançando a agricultura do nordeste. Para conseguir seu desenvolvimento, foi preciso buscar a conjunção da terra, do trabalho e do capital, obter o crescimento econômico e o povoamento regular do território através da consolidação do poder estatal – em primeiro lugar – ao qual se somaria, mais tarde, o setor privado na exploração desses recursos. Isto foi possível depois da derrota do Paraguai na Guerra da Tríplice Aliança – uma vez consolidada a expansão da fronteira no sul – e do estabelecimento da fronteira Paraguai-Argentina coincidindo com o Rio Pilcomayo, que permitiu fixar o controle sobre o âmbito de suas *fronteiras naturais*, depois da arbitragem do Presidente Hayes em 1878. Uma vez estabelecidos os territórios nacionais e o modo de organização política, o Poder Executivo dispôs de enormes extensões de terra para instituir a *propriedade individual e absoluta* e entregá-la num regime que sustentava a *liberdade, igualdade, propriedade e segurança do cidadão*, segundo os preceitos constitucionais de 1884.

Como assinala Borrini (1991), paradoxalmente, a terra passou a ser um dos principais patrimônios do país; e o projeto de pô-la a produzir de maneira racional para evitar especulação, a primeira contradição: legitimar a propriedade agrária rapidamente e sem maiores condicionamentos, ou entregá-la provisoriamente sob um regime legal que assegurasse a inserção do capital, valorização e posterior privatização. A passagem do monopólio nacional da terra ao monopólio particular trazia o perigo de se elevarem os preços pela perspectiva de utilização futura do solo, a impossibilidade material de acesso ao meio por parte do pequeno produtor agropecuário e o retardamento do povoamento. Caso contrário, se entre as obrigações dos concessionários se levassem em consideração o investimento e o povoamento prévios à titulação definitiva da propriedade, o processo atingiria o duplo objetivo de aumentar a produção e a população.

Nesse sentido, o Governo Nacional arbitrou precauções em sua política de colonização, e com a primeira Lei Orgânica – Lei 817 de 1876 – insistiu nesses condicionamentos, tratando de evitar a concentração improdutiva. Através desta Lei e outras posteriores, coordenou as pautas operativas para concentrar o desenvolvimento agropecuário em algumas regiões e a ocupação real do espaço. De igual modo, atuaram como modelo orientador da imigração europeia em direção ao país, amparando a mão-de-obra das empresas de colonização e pondo em funcionamento os mecanismos necessários para *modernizar* e aproveitar melhor os “territórios disponíveis” (op. cit:10/11).

1.3 Situação das terras indígenas no Chaco

Se considerarmos as afirmações de Hobsbawm (1985), os governos coloniais da África precisaram de um maior número de colaboradores que o dos próprios africanos conquistados para as novas tradições de subordinação. Neste sentido, apelaram especialmente à colaboração dos chefes, dos líderes e anciãos das áreas rurais. Isto significou um caso prático de troca de benefícios, e permitiu que não se recorresse constantemente ao uso da força militar. As demais necessidades subsidiárias como: a implementação de um sistema tributário, a organização do trabalho nas minas e obras, a *erradicação das religiões indígenas, requereram uma recompilação centrada nas tradições orais*, estabelecendo assim uma diferença entre os objetivos práticos ou ideológicos do compilador e os do depositário da tradição oral, criando uma nova narrativa.

O processo de colonização, inicialmente militar do norte de Santa Fe, Chaco e Formosa, produziu uma contração ecológica e cultural dos grupos indígenas da região. Simultaneamente, e com a entrada dos colonos estrangeiros, começou um processo de relações interétnicas de intercâmbio, troca e conhecimento mútuo que não diminuiu as hostilidades tribais entre os nativos, não obstante a conquista dos territórios de fronteira. O processo de percepção da sociedade dominante como entidade global permitiu aos nativos – juntamente com o avanço da incorporação militar em seus territórios – sua própria percepção como "índios". Ao mesmo tempo, se produziu um reconhecimento dos particularismos étnicos que até então os havia diferenciado dos outros grupos, especialmente dos enfrentamentos tradicionais entre Toba e Mocovi. Durante a conquista militar do Chaco, as respostas dos caciques às alianças nunca foram homogêneas, e com a Guerra do Paraguai se aprofundaram como consequência dos alistamentos em defesa de bolivianos ou paraguaios.

Para instrumentar esta análise, recorreremos a Pacheco de Oliveira (1998), porque nos permite considerar a transitoriedade, modificação e negociação que abarcam todos os processos sociais em que uma coletividade, reivindicada como indígena, estabelece num espaço territorial. O território abarca, neste sentido, tanto o que constitui o *habitat* de um povo indígena, quanto o espaço histórico e religioso herdado de seus antepassados, o espaço para a produção – caça, pesca, coleta, etc. –, a preservação dos ecossistemas e dos recursos naturais necessários para garantir o crescimento e desenvolvimento da população indígena. Nesse sentido, como sinalizado por Hermitte et al (1995: 43-44), que nos orientam nesta parte da arguição, o tipo de contato com as sociedades indígenas esteve determinado por dois fatores: a necessidade de acrescentar o patrimônio dos setores hegemônicos da sociedade nacional através de novas terras para explorar e a obtenção de mercadorias, basicamente produtos da exploração pecuarista ovina para exportação à Inglaterra. A sociedade *criolla* em desenvolvimento não comprometia o território que começava além da atual superfície da província de Santa Fé, porque as terras chaquenhas ainda não revestiam importância econômica. Não obstante, a existência da linha de fortins sobre o paralelo 28º, estendida em 1872 pelo

general Obligado para proteger as propriedades *criollas* santafecinas das incursões dos naturais da província, deslocados para o norte. Isto não supunha uma ausência de interação entre ambos ossistemas sociais, pelo contrario, era intenso e estava possibilitado por três canais: o comércio, as atividades produtivas e a ação dos militares:

- 1) A interação comercial, realizada por um núcleo de população *criolla* que habitava dentro do território indígena no momento da Expedição Exploratória em 1875, é estimada entre 1.500 e 2.000 pessoas. Segundo aquele informe⁴² eram considerados como “vagos, evadidos, desertores”, que se dedicavam ao contrabando de bebidas, armas, munições, caça ou a negociar com os índios,, etc.
- 2) As atividades com as quais estava relacionado o índio naquela época têm a ver com o trabalho das obras instaladas na costa do Paraná, desde a atual Resistencia até a costa do Bermejo. No momento da fundação de Resistencia, seu número elevava-se a quinze e eram desprendimentos da atividade madeireira de Santa Fe, que ocupavam mão-de-obra indígena para a derrubada de árvores num número aproximado de 1.000 operários. Deve se considerar que, à chegada dos primeiros colonos à Resistencia, no ano 1878, a população do Chaco era estimada em 3.250 pessoas, das quais 2.500 eram “índios mansos”, que conviviam e trabalhavam nas atividades desenvolvidas pelos *criollos* que compunham o restante da população.
- 3) No que se refere à presença das forças militares como meio de interação, ela se dava através do intercâmbio nos fortins de fronteira. Ademais, em torno deles era freqüente encontrar assentamentos indígenas, por constituir um meio de completar os elementos necessários a sua subsistência. As sucessivas expedições exploratórias incorporaram às tropas índios que serviram como guias e linguarás intermediários com os povos autóctones mais distantes da fronteira (Arias, 1996:29-31).

Esta seria uma etapa considerada de *paz pactuada com (entre) os indígenas* e as autoridades nacionais, na qual ambas as partes se comprometiam a respeitar os acordos. Isto consta em referencias feitas por Obligado e Victorica nas campanhas militares: tanto nas obras de Hardy, à beira do Rio Quiá; nas de Carlos Cappia, a 15km do Timbó; e na de Victoria Pereyra, na margem direita do Rio Bermejo, 75 km ao norte de sua desembocadura, trabalhavam como machadeiros uns 300 aborígenes, por contratos celebrados com caciques locais.

Por motivo da expedição do ano 1864, que tinha como fim traçar uma linha possível para o caminho que uniria Corrientes com Santiago do Estero, lavrou-se outro acordo com os caciques chaquenhos para conseguir seu apoio e obediência em troca “*de proporcionar-lhes os elementos necessários para que pudessem trabalhar em seu próprio beneficio...*” e outorgar-lhes direitos de comerciar livremente com as populações que ali se estabelecessem. Como outras garantias assinalaram “*...a todos aqueles que quiserem se estabelecer*

⁴² “Informe de la Comisión Exploradora” em *Le courrier de la Plata*, 1877 -*reeditado como: Seelstrang, Arturo. *Informe de la Comisión Exploradora del Chaco*, Buenos Aires, Eudeba, 1977
 ** nota de rodapé na Introdução, em: Hermitte et al (1995:44).

nas imediações dos povoados cantões, com o desejo de cultivar a terra ou trabalhar nas florestas, o Governo proporcionar-lhes-ia ferramentas úteis para que pudessem fazê-lo”, e finalmente “as propriedades seriam respeitadas e defendidas...”⁴³. No entanto, a existência destes dois sistemas sociais diferenciados, entre os quais existia uma fronteira permeável que permitia um sistema de relações sociais regulado por pactos e acordos, chegaria ao fim no início da década de 1890.

Durante este período, a política seguida a respeito das terras do noroeste argentino e seus povoadores naturais se traduziu no avanço gradativo da linha de fortins como sistema de ocupação. É a partir de 1880 que a ocupação do território se converteu numa campanha militar, semelhante em muitos aspectos à que levava a cabo no sul o general Roca. Para instrumentar estas disposições era necessário distanciar os indígenas de seus domínios, produzindo-se assim a mudança da política de penetração do território chaqueño. A penetração armada se perpetuou em 1884 sob as ordens diretas do Ministro de Guerra Victorica, com o objetivo de expulsar destes territórios as parcelas Toba e Mocovi, estabelecer uma linha de fortins desde o rio Paraná até Salta, garantindo a navegabilidade dos rios Bermejo e Pilcomayo. O resultado deste movimento dentro do território chaqueño foi a redução dos grupos indígenas. Os poucos enfrentamentos com guerreiros indígenas terminaram com a morte dos caciques mais beligerantes, segundo a crônica da expedição, com Leoncito, Cambá e seus guerreiros⁴⁴.

A "incorporação" e o "disciplinamento" foram os emblemas que guiaram a "Conquista do Chaco", que precisava, para seu desenvolvimento produtivo, de uma força de trabalho disponível para a exploração das riquezas naturais da região, de "mão-de-obra barata" conservada, dominada e adestrada, como explicitado pelo general Victorica⁴⁵. Para dar conta deste objetivo, criaram-se os *reservóeos* de mão-de-obra indígena a fim de mantê-los próximos das plantações e disponíveis quando o ciclo de cultivos os reclamasse. Em consequência, criaram-se as reduções de Frei Bartolomé de las Casas em Formosa e de Napalpí no Chaco, na linha da estrada-de-ferro entre Resistencia-Makallé-Avia Terai, onde os Mocovi e Toba foram confinados, primeiro para trabalhar como machadeiros, e depois como colheitores e capinadores do algodão. O processo de absorção de mão-de-obra indígena – objetivo da campanha – e o paralelo estabelecimento dos engenhos açucareiros, as obras de exploração da madeira e a posterior incorporação dos índios aos cultivos de algodão durante a primeira década forçaram, em 1909, a construção da estrada-de-ferro que uniria Barranqueras –

⁴³ “Convênio entre o Brigadeiro Pedro Ferr e os caciques chaqueños, 28/12/1.865” em López Piacentini, Carlos P. 1965 * nota de rodapé na Introdução, em: Hermitte et al (1995:45/6).

⁴⁴ Produz-se então a rendição dos caciques Cambá e Inglés diante da desigual guerra travada, rendendo a resistencia de oito mil indígenas nas nascentes do Salado e do Pilcomayo; mil e seiscentos índios dos caciques Coyahiqui, Sobiacy, Solinkí, Santiaguito e Natochi, que compunham as tribos do Chefe Caballero; mil mocovi do cacique Pedro José; mil quinhentos Pilagá sob as ordens do cacique Nella-Lagadik (Rostagno,1969:22).

⁴⁵ “No dudo que estas tribus proporcionarán brazos baratos a la industria azucarera y a los obrages de madera... Si bien considero indispensable, también, adoptar um sistema adecuado para situarlos permanentemente en los puntos convenientes, limitándoles los terrenos que deben ocupar con sus familias, a efectos de ir poco a poco modificando sus costumbres e civilizándolos” (Victorica,1885:23 In: Inhigo Carrera,1988:11)

sobre o Paraná – com a província de Salta, dando lugar a uma nova campanha militar destinada à ocupação definitiva da zona e a subordinação do trabalhador indígena.

Em 1912, se anunciou a ocupação plena do Chaco e de Formosa, concluindo-se assim a "conquista" do território chaquenho. É evidente que este território foi o último a incorporar-se ao circuito econômico, e isto se deveu ao fato de o processo de consolidação institucional do país ser alcançado nas últimas décadas do século passado. É importante assinalar, também, a rendição de 4.500 indígenas "organizados em tribos" que habitavam o noroeste do território⁴⁶, existindo uma diferenciação entre o sistema de articulação social que teve lugar no Chaco, com o ocorrido na Campanha do Deserto. Isto se explica pela vinculação entre as terras e o processo econômico já existente da agricultura e da obrage, que requeria a utilização intensiva do trabalho indígena, determinando o tipo de política indigenista que se aplicaria no Chaco⁴⁷.

As necessidades da burguesia proprietária de terra nacional, acrescentadas como conseqüência da Conquista do Deserto, impulsionaram a ocupação das novas terras marginais anexadas. A Nação reservou-se o direito de vender a particulares extensões de até 80.000 ha com o compromisso de radicar um número determinado de famílias de maneira gratuita, enquanto o resto podia ser alienado pelas companhias de colonização. No entanto, como os novos territórios ofereciam uma baixa adaptabilidade às atividades pecuárias do sul, na província de Santa Fe, os pecuaristas latifundiários acrescentaram seu patrimônio conseguindo valorizar as terras pela presença de colonos agricultores. Para tal valorização era necessário contar com uma corrente imigratória importante – como a que teve lugar durante a fundação de Resistencia⁴⁸ com a instalação dos colonos – e se impulsionou a promulgação da lei de Imigração e Colonização Nº 817, que assegurava um alto benefício às grandes propriedades que ela mesma criava: dispunha-se a divisão dos terrenos nacionais em seções de 20km de lado, que deveriam ser subdivididos, originando, também, a subexploração por parte dos colonos imigrantes.

Neste ponto se faz necessário estabelecer uma diferenciação entre os *terrenos fiscais reserva* e os *assentamentos*, possibilitados a partir de 1879. Esse foi o ano em que se consolidaram as posições em relação ao índio graças ao aperfeiçoamento do sistema de fronteiras, levado a cabo através de uma política de fundação de povoados com assentamento de povoadores "civilizados" e quartéis. As terras conquistadas ao indígena passaram ao domínio do Estado, que se avocou a tarefa de mensurá-las, registrá-las e entregá-las para seu desenvolvimento, estabelecendo sua forma de administração. Nesse sentido, o Poder Executivo determinou também "*a reserva de terrenos necessários para a criação de novos povoados e para o*

⁴⁶ Vide: Partes Oficiales em *Memorias*, do Ministerio de Guerra, 1885 (*); Rostángelo, Enrique: 1969.

⁴⁷ Sobre o particular, Sarmiento escrevia em 1879: "*Las indiadadas do Chaco, y el Chaco mismo pertenecen a otra fisonomía distinta de nuestro país...*" (Miranda, Guido:1955,71 *ibid:49).

⁴⁸ Sobre a fundação e imigração de colonos estrangeiros em Resistencia, vide: (Arias, 1996: Cap. I, p. 26).

estabelecimento dos índios que se submetam⁴⁹. Desta maneira, originaram-se as denominadas *terras reservadas* para índios, que constituem o antecedente para a reivindicação das terras indígenas.

É necessário, ademais, diferenciá-las das *reduções*, estabelecidas como lugares onde os índios dominados e submetidos eram colocados sob a "proteção e tutela" da Igreja Católica, primeiro, e das agências de contato do governo depois. Em troca, as terras "conquistadas" ao índio, que passaram ao poder do Estado e permanecem sob seu controle, são as chamadas "*terras fiscais*", que carecem de um proprietário particular e sobre as quais o Estado reserva-se a resolução futura de destiná-las a áreas rurais e urbanas. Enquanto isso, a cidade será o sítio dos posteriores assentamentos e acampamentos, e desde ali procederão a reivindicar seu direito baseado na norma constitucional. Neste contexto, a *luta pela terra* -sobre a qual os indígenas (e não-indígenas) da região baseiam sua maior reivindicação política – assenta-se em sua necessidade de aceder à titularidade dos terrenos, de dispor dos recursos naturais fundamentais para sua reprodução social; constituindo o fundamento sobre o qual inscrevem suas possibilidades de sobrevivência sociocultural.

1.4 Políticas indigenistas e Indigenismo

Consideraremos tanto a política indigenista dentro do processo de construção da hegemonia⁵⁰ quanto as diferentes modalidades de relação do poder político com um setor determinado da sociedade, neste caso, daremos atenção à resposta dada pelas classes dirigentes à questão indígena⁵¹. Seleccionamos como momento relevante o surgimento do Estado-nação, quando tem lugar a organização e regulamentação de seus interesses, já que permite explicar o processo de construção e reconstrução da hegemonia (cultural e política) dentro do marco das relações entre índios e brancos. Isto foi evidente – sem ser exclusivo – durante a organização do sistema jurídico-político e a produção legislativa, âmbitos desde os quais acreditamos ser possível uma aproximação ao estudo das modalidades que o setor político assumiu com um setor da sociedade, que produz como "problema social". Para interrogar este "problema", tentaremos pensar como foi se construindo, desde o início do Estado-nação, a relação – por momentos ambígua – com os indígenas, bem como as respostas dadas a estes

⁴⁹ Esta política traduz-se em normativas como a Lei 1.018 de 1879, que autoriza a alienação das terras conquistadas pela Lei 947, e a Lei 1.470 sobre ocupação militar dos territórios do Chaco sob a rubrica "guerra" ou "interior" em função da segurança da fronteira (Botte et al 1985:15).

⁵⁰ Tomamos o termo no sentido formulado por Gramsci (1975) quando define a hegemonia como "*direção política mais direção intelectual e moral, em suma direção cultural*", para explicar a função da hegemonia na conquista e a manutenção do poder através de uma vontade coletiva que lhe permita criar um aparato estatal e uma ideologia que a sustente. A construção da hegemonia opera não somente por imposição, mas, e fundamentalmente, por convencimento, o que envolve os interesses das facções dominantes e também leva em conta os das facções subordinadas aliadas. Em suma, o processo hegemônico é mais uma questão de contenção que de compulsão ou inclusive de incorporação. Não implica o desaparecimento ou destruição da diferença, mas a construção de consenso e consentimento através da diferença.

⁵¹ Vide: Bonfil Batalla (1972); Peter Worsley (1966).

objetivos; e será abordada desde uma perspectiva dialética entre hegemonia e subalternidade.

Em relação a este processo, Slvasky (1987:74/77) assinala três etapas do indigenismo: colonial, republicano e moderno, caracterizando-os pelo contato europeu, permitindo, assim, estabelecer diferenciações na intensidade do contato nas diferentes regiões do continente. Distingue assim a região de culturas menos complexas, de contato mais tardio, com falta de "resistência orgânica" por parte das civilizações indígenas; das regiões de Altas Culturas, que foram rapidamente reduzidas à obediência colonial: o Noroeste, com predomínio de populações sedentárias e agrícolas, organizou-se como parte do Mundo alto-peruano. Em troca, no Nordeste, os pequenos grupos de espanhóis "mestiçaram-se" e, em ambas regiões, a evangelização dos indígenas nas "línguas gerais" (quéchua e guarani) unificou grupos diversos às culturas mestiças e *criollas*. Segundo esta análise, no período *colonial* as culturas índias deviam conservar-se sob o controle e exploração da sociedade dominante, refletida na definição legal da sociedade colonial e a posição subordinada dos indígenas "... baseada no conceito do índio como incapacitado e, portanto, inferior... ainda que pagasse tributo na situação de súditos, com base na idéia que o deviam como reconhecimento dos benefícios obtidos pela civilização e a religião verdadeira, resultado de uma concepção medieval da própria realidade espanhola em relação aos mouros e judeus, onde cada comunidade conservava sua própria estrutura e hierarquia, ainda sendo subordinada...".

Posteriormente, no século XIX, com as guerras de emancipação e o liberalismo, esta relação jurídica se modificou: "... assim os índios devem **assimilar-se** para formar uma única nação mestiça". O reconhecimento da igualdade entre índios e *criollos* levou à liquidação e à distribuição de terras em propriedades individuais, conseqüência do latifúndio e a ideologia dominante que considerava que a unidade nacional apenas poderia ser alcançada por uma cultura nacional hegemônica de inspiração européia. Durante o período republicano⁵², no início do século XX, se estabeleceu a necessidade de integração como conseqüência do avanço do sistema capitalista e a transformação dos países em estados modernos. Então, a classe dominante considerou as populações nativas como um obstáculo, um problema, adotando medidas: alguns nativos foram forçados a ingressar no Exército e na Marina; outros enviados para trabalhar nos engenhos e obrages; as mulheres e crianças, através da Sociedade de Beneficência, foram repartidos entre as famílias de Buenos Aires. Os que restavam foram localizados em terrenos cada vez mais restritos, enquanto propôs-se a entrega de terras a famílias migrantes européias, justificada em inúmeras estratégias geopolíticas de expansão das fronteiras.

Finalmente Slavsky (1992) assinala que o "**indigenismo moderno**", na década de 80, testemunha mudanças importantes nas políticas indigenistas no nível continental e nacional. Esta linha de pensamento, impulsionada pelo Instituto Indigenista Interamericano (I.I.I.), reconhece sua origem em vários fatores, a saber: a crescente pressão das organizações políticas índias, a resistência dos

⁵² Vide: Slavsky, 1992-1993 – *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano*, Buenos Aires; John Middleton, 1971 – *Some effects of colonial rule among the Lugbara* in: Turner, V. (org.) -Colonialism in Africa 1870/1960. V. 3.

povos indígenas aos projetos integracionistas e a crise generalizada no continente. Estes debates criticavam as últimas décadas de política indigenista que atribuía o subdesenvolvimento social e econômico à “cultura tradicional, pré-moderna e sua resistência à mudança”, na qual os índios deviam *ser integrados* à cultura nacional, com o conseqüente desaparecimento da própria cultura. Os debates do VIII Congresso Indigenista Interamericano (México, 1980) manifestaram uma posição crítica à integração indiscriminada da população índia, *levada a cabo pelo indigenismo tradicional resultado de interesses de grupos de poder, marginando a participação aos membros interessados e a suas organizações*. Entre suas recomendações, figura a proposta de reconhecer a capacidade de gestão das organizações indígenas e sus direitos a participar na gestão pública e no desenho e execução das ações que os afeta, através de um *indigenismo participativo*. Este último implica a ampliação e consolidação dos âmbitos de cultura própria, mediante o fortalecimento da capacidade autônoma de decisão de uma sociedade culturalmente diferenciada para guiar seu próprio desenvolvimento e o “*exercício da autodeterminação, qualquer que seja o nível que se considere, implica uma organização equitativa e própria do poder...*”. Isto significou o reconhecimento do grupo étnico como a *unidade político-administrativa com autoridade sobre seu próprio território e capacidade de decisão nos âmbitos que constituem seu projeto de desenvolvimento, dentro de um processo de crescente autonomia e autogestão*” (UNESCO/FLACSO, 1982). Começa, então, a ser considerado o conceito etno-desenvolvimento, intimamente ligado ao surgimento das organizações índias e a uma elite intelectual própria formada no seio da sociedade dominante (profissionais técnicos, mestres índios, etc.), a par de uma elevação do nível de consciência dos povos indígenas.

Como veremos, estas questões ainda se mantêm em tensão, sendo muito poucas vezes reconhecidas pelos próprios órgãos responsáveis por sua execução e respeito. O importante é reter a série de processos, para estabelecer logo algumas clivagens internas. Desta maneira, propomos focalizar as leis não apenas como princípios normativos que prescrevem condutas e estabelecem punições para as infrações, mas também como parte integrante dos processos sociais. É necessário ler nas entrelinhas para buscar os valores e projetos ideológicos que se expressam e consolidam com elas, para determinar a que interesses sociais efetivo correspondem e quais são suas reais implicações para os grupos sociais envolvidos. Para isto, é preciso indicar como e em que medida esse conjunto abstrato de prescrições se atualiza na prática social, passando por um crivo seletivo de mecanismos e instancias de decisão e implementação, possuindo finalidades próprias. Assim, propomos a abordagem das leis como um fenômeno histórico e cultural, cuja eficácia social e dinamismo, surgimento e modificações, devem ser explicados através do inter-relacionamento entre valores e interesses de determinados grupos sociais, em contextos sociais modificáveis – formas de Estado e políticas de colonização – e em sua relação com outros usos sociais e costumes preexistentes ou alternativos.

Nesse sentido, propomo-nos abordar brevemente o tratamento parlamentar desenvolvido pelas Câmaras do Congresso da Nação e o trabalho do Poder Executivo Nacional desde seus inícios e até 1985, época da reabertura institucional. Servimo-nos para isto de um documento das sessões do Congresso

da Nação⁵³, onde analisamos as diferenças de orientação com que foi tratado o tema e reconhecemos: uma primeira etapa ofensiva/defensiva, à que se segue outra de submissão e colonização, estabelecendo diferenças segundo os modos empregados para a incorporação do indígena: a "redução" ou a "difusão dos valores próprios da civilização". Uma terceira etapa de busca de uma política de "integração" e, por último, a quarta etapa, de "revalorização" da cultura indígena. Este processo de relações pode explicar-se se considerado em sua integridade, segundo as jurisdições em que se estabeleceram os órgãos competentes, responsáveis por seu tratamento. A seguir nos deteremos sobre cada uma das etapas mencionadas:

A **primeira etapa**, chamada de **defesa das fronteiras interiores**, define estratégias contra o índio através do avanço progressivo e metódico das fronteiras e da ocupação dos territórios de onde os índios foram despejados. Dispõe eliminar as causas de insegurança que provocavam a ofensiva do índio sobre vidas, propriedades e comércio⁵⁴. Neste período o indígena é considerado como estranho à sociedade, um "bárbaro, selvagem" que deve ser subordinado à "civilização", localizando o tratamento da questão sob a rubrica "guerra" em função do interesse da segurança da fronteira. Durante o século XIX foi jurisdição do Ministério de Guerra, em momentos que estava à frente do mesmo o Gal. Julio A. Roca, que completou a primeira etapa da Campanha do Deserto e que, com o triunfo de sua estratégia ofensiva, possibilitou sua candidatura à presidência da nascente nação. A partir de 1912, finalizada a Conquista de Chaco, passou ao Ministério do Interior coincidindo com a demarcação das fronteiras nacionais e a ocupação territorial do Nordeste. Ali se mantém com uma dura política de tutela, controle e ocultamento; originando uma particular política de "civilização", "aculturação" e posterior "integração" do índio.

A **segunda etapa**, de **submissão e colonização**, se sustenta até o início do século XX, em que surgem alguns setores preocupados com a realidade do índio, *sustentando a idéia de equiparar seus direitos aos dos demais habitantes do território e propor que não se criem para eles nem jurisdições, nem autoridades especiais*⁵⁵. Entre os anos 1904 e 1911 discutem-se diferentes modos de

⁵³ Botte,1985; "Tratamiento de la cuestión indígena. No.2" – Dirección de Información Parlamentaria del Congreso de la Nación – (abril/85 -Buenos Aires).

⁵⁴ " ... los indígenas del Norte del Chaco ...son el único obstáculo que puede presentarse a la practicabilidad de aquella vía, en comparación al obstáculo menor que presentaban los indígenas del sur y norte en el tránsito desde el litoral del Paraná a las provincias de Cuyo y Córdoba " – Mensagem do presidente J.J. Urquiza de abertura do Período Ordinario de Sessões, D.S.S.25.5.1855 (p.8). Uma serie de mensagens do Presidente Mitre e de Avellaneda expressam a urgência do estabelecimento destas linhas de fronteira, sancionando a Lei 215 de 1867 pela qual se autorizam o investimento de fundos, a ocupação de zonas estratégicas, estudo e exploração dos rios – fixados como fronteiras naturais perante o índio –, aquisição de transportes e linhas telegráficas para a comunicação entre os fortes militares. A Lei 385 de 1870 e a lei 752 de 1875 autorizaram a fundação de povoados, fortins e construções nas novas fronteiras, mobilização das Guardias Nacionales até a lei 1.470 sobre ocupação dos territórios do Chaco. Projeto de lei de T. Gilbert. Colocação de índios submetidos D.S.D. 26.8.1885. Tomo I, p. 530.

⁵⁵ Mencionam-se a submissão voluntária de algumas tribos e a conveniência de sua "redução", a lei 817 de 1876 estabelece a necessidade de deixar uma zona sem subdividir para "reduzir" os índios e a de criar missões para atraí-los à civilização. A submissão é obtida através do exército e a desigualdade de forças, mediante a incorporação "voluntária" do indígena que se acolheu aos tratados de pacificação, a incorporação ao processo de desenvolvimento do modelo, reconhecendo a autoridade e respeitando as leis da Nação. Tanto do Poder Executivo

"incorporar" o Indígena à civilização. Em 1904 um projeto de lei Nacional de Trabalho regula o trabalho dos indígenas e "os reconhece como homens livres e titulares de todos os direitos", ainda que na prática fossem escravizados: em 1906 com o projeto de lei sobre Colônias Pastorais, se torna manifesta a necessidade de radicar ao índio por meio da propriedade da terra e de sua educação. A partir de 1912 insiste-se na importância da educação e o trabalho como *"modos de aproximar o indígena dos valores da sociedade civilizada"*. Criam-se as reduções de Napalpí e Bartolomé de las Casas, numa *"tentativa de radicar ao indígena em terras aptas para a exploração agropecuária, tratando de convertê-lo de um elemento nômade a um sedentário"*⁵⁶; e se constitui a Comisión Honoraria de Reducciones de Índios. Envia-se ao Congresso em 1914 um projeto de lei de criação do Patronato Nacional de Índios, cujo propósito é assegurar os benefícios da civilização e ação tutelar do Estado⁵⁷, e entre 1916 e 1920, são apresentados diferentes projetos para assegurar a apropriação do trabalho dos indígenas e expropriação de suas terras. Voltaremos mais adiante a este tema.

A **terceira etapa, "busca de uma política de integração"**, começa em 1924 com o interesse sobre a situação econômico-social, sanitária, direitos civis e políticos associados à insurreições e levantamentos, particularmente os de Napalpí e o Zapallar. No início dos anos 1940 sanciona-se o projeto do Poder Executivo sobre colonização e criação do Congreso Agrario Nacional, com o propósito de entregar terras, fundar colônias indígenas em territórios fiscais e instalar escolas com orientação agrária pela lei 12.636 de 1943, com base em *"um regime acorde com as características dos indígenas de cada zona, procurando sua incorporação à vida civilizada, oferecendo a instrução elementar e o ensino da religião católica, como meios essenciais para obter essa integração"*⁵⁸. Naquele ano de 1943, em meio a novas políticas de ajuste do Estado-nação à conjuntura bélica internacional, entrou em cena o então Coronel Perón, coincidindo tal fato com a passagem da jurisdição à Secretaria de Trabajo e Previdência, onde este desempenhava as funções de diretor. Consideramos significativa esta situação por sua transcendência quanto ao tipo de relação estabelecido entre o Estado e as populações indígenas, que abordaremos de maneira específica mais adiante. Em 1949, passou à Dirección Nacional de Migraciones e Relaciones Exteriores y Culto, que considerou os aborígenes como

quanto do Congresso surgem iniciativas para a "colocação" do índio, levando a cabo o plano de "reduções", que implica a condição de isolamento a que se viu reduzido (Slvavsky -op.cit:15/19).
⁵⁶ "... en ambas reducciones hay cerca de 2.500 indios mansos, trabajadores cuyos hijos van a la escuela, sin que haya sido menester la presencia en ningún momento de tropas, ni siquiera de un solo gendarme de policía" – Mensagem do presidente Victorino da Plaza por ocasião da Abertura do Período Ordinário de Sessões. D.S.S. 30.5.1916, p.16.

⁵⁷ Vide: Foucault, M. (1985); *Vigilar y Castigar. Nacimiento de la prisión*, Ed. Siglo XXI, Argentina, Cap. III: "Disciplina, los cuerpos dóciles". Voltaremos a esta idéia.

⁵⁸ Naqueles anos sancionaram-se as leis 13.560, que aprovou os convênios adotados pela Conferencia Internacional do Trabalho sobre recrutamento de trabalhadores indígenas, 14.184, – cujo capítulo referido à Ação Social leva em conta a "proteção dos indígenas", e 14.252, sobre colônias para aborígenes. Em 1948 criou-se a Comissão Permanente do Aborígene encarregada do estudo e legislação da problemática, que também foi suprimida em 1955, ao modificar-se o regulamento. Slvavsky -ibid:20/21– Vide: Pons, A., 2.000 "... la alianza anticomunista com su idea de la cuestion social, heredera da doctrina Social da Iglesia"... "Los avatares del populismo -1943-1955" – (p.153-155) In: *Rosario en la Historia (de 1930 a nuestros dias)*, Comp. Alberto Pla (ed.) II Tomos, UNR Editora, Rosario.

populações estrangeiras⁵⁹ por sua localização fronteiriça, por pressões regionais de “excessos” de utilização de sua mão-de-obra. Em 1951, passou a depender do Ministerio de Acción Social, que tomou a “proteção” e assistência dos indígenas sob seu controle, promulgando a lei 14.252, sobre colônias e granjas para aborígenes, entendendo deste modo a “busca de uma política de integração”, com uma particular visão da hegemonia.

Depois da derrocada de Perón em 1955, volta o tema volta a ser tratado pelo Ministerio del Interior, para passar em 1958 ao Ministerio de Trabajo y Seguridad Social e criando-se, por disposição do Poder Ejecutivo, a Dirección Nacional de Asuntos Indígenas. O mais destacável, desde 1958⁶⁰, será a realização do “censo integral de população indígena”, que, pelo decreto 3.998/65, se realizou em 1965, durante a presidência de Arturo Illia⁶¹. Em 1967 criou-se a Secretaria de Estado de Promoção e Assistência à Comunidade, do Ministério do Bem-estar Social⁶².

A última e **quarta etapa, "revalorização da Cultura Indígena"**, segundo os documentos analisados, assinala o interesse de uma relação baseada na *“necesidade de re-valorizar as comunidades indígenas, através do respeito de seus próprios costumes e tradições, integrá-las ao processo de desenvolvimento da nação”*. Na realidade, este propósito se traduziu na lei 23.162 que autorizou a inscrição de nomes indígenas no Registro Civil, e a lei 23.302 de 1985 – coincidindo com a última abertura democrática – onde, depois de peregrinar pelo Ministério de Saúde e Ação Social da Presidência, passou à Secretaria de Desenvolvimento Social de la Nación que atualmente está ligada à Subsecretaria de Meio Ambiente y Desenvolvimento Social.

A navegabilidade por estes órgãos reflete, a nosso entender, a aparente situação errática do tratamento da questão indígena em nosso país, que não escapa das diferentes crises institucionais pelas quais atravessou a sociedade em seu conjunto, e os grupos étnicos em particular, como conseqüência da ideologia

⁵⁹ Assinalamos que esta mudança teve lugar por ocasião dos fatos da chamada “Matança de Rincón Bomba”, ocorrida nas proximidades da atual ciudad de Las Lomitas, entre 10 e 30 de outubro de 1947, no então Território Nacional de Formosa. Um mês antes tinham sido trazidos, do Território Nacional de Formosa, caminhando centenas de quilômetros, carregando no ombro seus bens, suas mulheres e suas crianças com a promessa de que lhes pagariam \$ 6 por dia. Uma vez no Tabacal, quiseram lhes pagar a soma de \$ 2,50 por dia. “...Considerándose defraudados recurrieron ante las autoridades respectivas de El Tabacal y no pudieron obtener justicia, por el contrario, cuando insistieron en sus reclamos fueron despedidos inhumanamente. El pueblo condolido les ayudó dentro de sus posibilidades. Del Tabacal volvieron a pie hasta Las Lomitas porque carecían de medios para hacerlo por ferrocarril...”.(Diario “Norte”, de Formosa, 13 de mayo de 1947). Estes fatos são os que antecederam as leis 13.560, dos convênios adotados pela Conferência Internacional do Trabalho sobre recrutamento de trabalho indígena, e 14.184.

⁶⁰ As Câmaras sancionaram as leis 14.551, sobre transferências de terras à província de Jujuy para radicação de indígenas, e 14.932, de aprovação do Convênio 107 da OIT sobre integração de tais populações nos países independentes (não foi regulamentada nem se criou organismo de aplicação).

⁶¹ “... el problema existente se examinará aprovechando la experiencia universitaria, para formular una política coherente y positiva que permita la integración de muchos millones de compatriotas a su propia nacionalidad”. Mensagem do presidente Arturo U. Illia por ocasião da Abertura do Período Ordinário de Sessões. D.S.S. 1.5.1964, p.7.

⁶² Vide: Slavski, L. 1.987 “Indigenismo, etnodesarrollo y autonomía”, Revista de Antropología II (2), Buenos Aires.

liberal pós-colonial que marcou o modelo de tratamento do indigenismo até a atualidade. Tentamos indagar os diferentes momentos de construção do imaginário social e cultural para aproximarmos-nos da explicação da situação atual das populações indígenas. Como assinala Tamagno (1991), para grande parte da sociedade argentina, prevalece o imaginário de que o índio "desapareceu" nas conquistas militares das guerras de fronteira. Assim, as culturas indígenas contemporâneas são pensadas como algo atemporal e estereotipado, parte do passado e sem nenhuma influência na atualidade.

Esta idéia, segundo Tamagno, subjacente na categoria de "*Crisol de Razas*", tendeu a aglutinar a população num sentido europeizante e exerceu influência tanto no âmbito acadêmico quanto nas políticas governamentais em que apareceu naturalizada. Entretanto, ainda persiste entre alguns acadêmicos, funcionários e autoridades, transcendendo as fronteiras⁶³, procurando parecidos com europeus e sem raízes indígenas. O processo de construção desse imaginário, segundo vimos acima, surge no contexto das relações de dominação/subordinação estabelecidas durante a conquista do território, onde o termo **índio** – como sinônimo de indígena ou aborígine – transformou-se num estereótipo de subestimação e preconceito por parte de quem exercia o poder, estabelecendo um papel "tutelar de proteção"⁶⁴ e integração.

Assim sendo, de que modo a "integração" dos indígenas começa a ser o propósito que orienta a legislação, enquanto continua primando uma atitude tutelar do Estado, que se estende até nossos dias? Sem dúvida, desde as origens do Estado e da política, o governo argentino estabeleceu com os nativos que esta integração é entendida como efeito de políticas emergentes de "aculturação", ao mesmo tempo em que previu que o índio deveria incorporar-se de maneira paulatina aos preceitos da civilização ocidental. Desta maneira, os ditames legais restabelecem e continuam a ideologia do controle e da submissão à hegemonia de poder do governo, sem considerar os efeitos concretos que tais ditames têm sobre os grupos em situações determinadas.

Sobre este particular, Briones e Carrasco (1996) são coincidentes em assinalar que a lei 12.636 (de 1940), de criação do **Consejo Agrario Nacional**, previu acordar terras sem propriedade nos territórios nacionais aos indígenas do país, estabelecendo o regime de exploração e considerando seus costumes e métodos de trabalho. As terras assim adjudicadas não poderiam ser vendidas, gravadas nem embargadas sem o consentimento daquele Conselho. Também o mesmo Conselho criará colônias especiais para a radicação das tribos em

⁶³ Darcy Ribeiro (1960) colocou-nos na categoria de "povos transplantados", com a idéia de que a população européia atuou sobre uma espécie de "tabula rasa" e por isto vazio de população indígena, confundindo as conseqüências com as causas. Desconsidera o processo de contato com anterioridade à expansão das fronteiras nacionais, expressando uma visão evolucionista onde o ultimo elo estaria dado pelo índio "integrado".

⁶⁴ Como herança do projeto colonial a respeito da relação estabelecida entre o Estado Nacional e os indígenas prisioneiros como conseqüência da denominada "Conquista do Deserto" no século XIX, surgiu o "método de distribuição": traslado, desmembramento e posterior partilha dos filhos das famílias indígenas a diferentes destinos, o mais longe possível e marcando as fronteiras, dando origem ao tratamento como "in-capacitados" e "novos" migrantes. Esta questão do "problema indígena" continua presente no devir da constituição do Estado Nacional Argentino, sendo para os diferentes governos, tanto coloniais quanto independentes, uma questão ainda sem resolução.

regiões aconselháveis, para o que se prevê a reserva de terras fiscais onde o regime implementado será apropriado às características de cada zona, oferecendo-se educação básica e ensino religioso católico, como meios para obter sua incorporação. A adjudicação das terras das colônias indígenas seria a título precário, por um prazo de prova de dez anos, depois do qual se escrituraria a propriedade, sempre e quando os concessionários "demonstrassem atitudes técnicas e qualidades morais" para desempenhar-se como colonos, tendo cancelado suas dívidas por melhoras.

Evidentemente estas questões não passaram de premissas que guiaram a atuação de mediadores e latifundiários, a experiência desenvolvida por Hermitte et al, assim demonstra. Neste sentido, o desempenho dos indígenas como colonos nunca chegou a ser considerado, depois da crise agrária de 1960 quando a maioria abandonou seus lotes e, os que ficaram, aguardam ainda a escrituração dos lotes (Pampa del Indio e Colonia Chaco)⁶⁵, reivindicam ainda hoje as "terras prometidas".

Breve digressão sobre o populismo

A abordagem destas questões excede os objetivos a que nos propomos, entretanto tentaremos tensionar as colocações sobre a integração, mediação, discriminação e preconceito subjacentes à tutela, tanto dos órgãos de governo quanto dos agentes intermediários. Num trabalho que um grupo de historiadores desenvolveu sobre a cidade de Rosario, Pons (2000: 154-197) analisa dois antecedentes do peronismo no contexto do novo modelo de acumulação e, a este respeito, assinala a existência de uma nova perspectiva do social resultante da incorporação da classe operária num renovado sistema de alianças. Coincidimos com a autora em assinalar que ainda hoje continua vigente a discussão acerca do caráter das experiências populistas catalogadas sob heterogêneos e contraditórios qualificativos. Caracterizados como regimes democráticos, autoritários ou fascistas, de acordo com a capacidade de ação-autonomia, manipulação, sujeição apresentada pelos trabalhadores e suas respectivas organizações perante o Estado; estas experiências, em particular nos Estados democráticos, têm sido conceituadas, ao mesmo tempo, como Estado de bem-estar ou simplesmente como Estado Social.

Segundo este novo desenho, o Estado deixava de ser o espaço social privilegiado da dominação para se converter num espaço *ampliado* porque abrigava novos setores (nós agregamos e consideramos que, entre os setores envolvidos, encontra-se a possibilidade de integração do setor indígena), contendo estruturalmente a conflitividade social. Neste cenário modificado, perguntamo-nos junto com a autora: o Estado peronista deixava por acaso de ser um Estado burguês para converter-se no espaço político que resumia uma nova aliança de classes surgida da própria sociedade? Os embriões da relação entre

⁶⁵ Em 1.995, em consulta ao Assessor Técnico do Idach, com vinte anos de antiguidade na repartição da qual já foi Diretor, facilitou-me cópia da documentação pela qual se está gestionando a restituição dos territórios indígenas na província, "...un total de 1.080.000 has. (Art.43 da Constituinte)."

Estado e movimento operário vinham se gestando nos preceitos de um capitalismo nacional.

É importante sublinhar que desde a Secretaria de Trabalho e Previdência, Perón teceu o lado social e foi além do previsto, promovendo um conjunto de medidas que, somadas a um férreo controle da informação, transformaram-se nas ferramentas privilegiadas de seu lançamento na arena política. A idéia de “Bem-estar e justa distribuição”, do mesmo modo que o termo “nacionalismo” assimilado à idéia de proteção econômica e soberania política, foram os suportes discursivos básicos que o peronismo manteve vivos durante toda sua gestão, independentemente das contramarchas efetivas em seu programa de ação. Ademais, para aumentar o rendimento do campo santafecino, o governo fomentou uma maior aproximação com as organizações de pequenos e médios produtores alentando seu melhoramento e pondo em marcha políticas de estímulo à pecuária. No comércio exterior, introduziram um novo regime de controle de câmbio; e na economia agrária, um novo regime de arrendamentos. Com estas medidas pretendia-se garantir melhores condições redistributivas do campo à cidade. A partir da sanção do Estatuto del Peón Rural, o Estado chegou às estâncias pecuaristas e, deste modo, as relações laborais entre patrões e trabalhadores do campo começaram a ser tuteladas por um regime jurídico específico.

Sem dúvida, a promulgação das leis sobre as funções da Comisión Honoraria de las Reducciones de Indios durante a presidência de Perón, a partir de 1945, facilitou os elementos do trabalho. De acordo com a lei 4.167, foi proibido deixar sem efeito as reservas indígenas existentes ou reduzir superfícies de terra fiscal habitadas por indígenas, sem prévio informe do Estado-Maior do Exército e da Comissão. No entanto, em 1946 suas atribuições foram absorvidas pela Dirección de Protección del Aborigen, o que se estendeu até 1956⁶⁶.

Acreditamos que não se tratou de um fato arbitrário, e que a aplicação de um certo tipo de medidas inéditas de relação e comportamento tutelar e clientelístico veio a moldar a relação dos indígenas com o Estado – particularmente com os referentes do peronismo –, e estes modos de relação deixarão sua marca no tipo de tratamento que tanto funcionários, agentes, especialistas, quanto os próprios índios manterão entre si. Contudo, apesar das dificuldades e mediações de participação direta, consolidou-se naquele período uma nova geração de dirigentes mais crítica, sobre a qual voltaremos a falar no desenvolvimento do trabalho, particularmente no Capítulo IV e nas Conclusões.

⁶⁶ Vide: Gordillo, G.; 2.002 (Tradução de Gordillo, Gastón); “The Dialectic of Estrangement: Memory and the Production of Places of Wealth and Poverty in the Argentinean Chaco” *Cultural Anthropology* 17(1): 3-31. 2002.

1.5 Novo contexto indigenista

A implementação do modelo desenvolvimentista nos anos 60 procurou converter os indígenas num elemento ativo de sua integração. O Decreto 2.462 de 1968, que aprovou a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Promoção e Assistência à Comunidade, criou o Serviço Nacional de Assuntos Indígenas, alentando à "*melhora do nível de vida*" do indígena, através de uma suposta participação ativa, consulta efetiva às populações envolvidas e respeito às suas normas culturais, sem avaliar a existência de uma infra-estrutura adequada⁶⁷. Estes postulados encontraram dificuldades para sua efetiva implementação, apesar de terem levado a cabo algumas tarefas de apoio aos programas de fomento e desenvolvimento de comunidades – como microempreendimentos –, aprovando os subsídios apresentados e gerenciados por “associados, vizinhos ou representantes” de organizações intermediárias; mas raramente tramitados por funcionários das Secretarias ou de suas dependências.

Esta estratégia de articulação das estruturas políticas com o surgimento do que Carrasco (1991)⁶⁸ denomina as “estruturas clientelistas” deu frutos nas delegações provinciais. Embora as medidas sociais propostas não tenham gerado uma mudança substancial na situação das populações indígenas, as frustrações produzidas pelo não-cumprimento das promessas ou seu fracasso contribuíram para criar uma consciência de resistência ativa, originando a formação de dirigentes que deram a suas reclamações um caráter político, questionador da hegemonia. Alguns desses "dirigentes em formação", migrados a Buenos Aires em meados dos anos sessenta, produziram uma espécie de "convergência geográfica" de diferentes etnias que buscavam uma lei de política indígena para neutralizar as propostas dos poderes regionais; nesse contexto, visitaram e negociaram com alguns representantes dos partidos políticos provinciais e conseguiram ser escutados. Seu objetivo era apresentar ao Congresso uma lei de defesa dos direitos indígenas, para que deixassem de ser atos puramente declamatórios das campanhas eleitorais.

Às reivindicações referidas, efetivar a contribuição para aposentadoria, reclamar o direito de lactação das mães, solicitar os títulos de propriedade de suas terras e conseguir o reconhecimento da figura jurídica de “tribo”, somou-se a dos indígenas que já estavam residindo na cidade (ibid: 103). Estas estratégias de busca de apoio dentro das estruturas políticas continuaram durante o governo de Illía (1964-1966), e permitiu levar suas reivindicações até o Congresso da Nação. Durante a Ditadura Militar de Onganía, vinculam-se os migrantes Toba e Pilagá del Chaco e Formosa, relacionando-se através das Igrejas Protestantes. Embora o objetivo aparente destas fosse a catequese, possibilitaram a formação de uma

⁶⁷ Enquadrado nas Políticas Nacionais, segundo decreto 46/70 de "Programas Integrales de Desarrollo Comunitario Aborigen", cuyos objetivos foram promover o povoamento e desenvolvimento social de áreas de fronteira, em pequenas comunidades em áreas marginais e zonas deprimidas, cuja meta final era alcançar a integração do aborígene como mais um cidadão, com todos os seus direitos e garantias (Carrasco, 1991:87 Hegemonía y políticas indigenistas).

⁶⁸ Carrasco, M. 1991 – Hegemonía y Políticas Indigenistas Argentinas en el Chaco Centro Occidental” (p. 63-122) – em América Indígena – Vol LI N°1– México.

estratégia conjunta para fazer ouvir suas reclamações sob a consigna: "*Peçamos a terra para todos*", ocupando-se deste tema nas reuniões que realizavam nas igrejas. Estas reclamações surgiam da mão de dirigentes indígenas semi-organizados. Na tradição indígena havia alguns que "falavam a palavra", significando que tinham idéias claras, mas não assegurava a existência de uma estratégia traçada de como conseguir sus objetivos para impulsioná-los.

Em 1969 fundaram a **Mesa Coordinadora de Instituciones Indígenas**, integrada por um Kolla (participante do "*malón de la paz*" e estudante de direito), uma mulher Mapuche Saihueque, outro Kolla (segunda geração do *malón de la paz*) e um oficial inspetor da Polícia Federal (representante da organização dos Salesianos). Em seu começo, a ação da Mesa esteve centralizada na difusão da identidade cultural diferenciada, efetuando outro tipo de reclamações provenientes de uma intelectualidade índia conformada por alguns advogados que davam declarações no rádio, revistas e diários da época. A articulação dos partidos políticos em suas diferentes expressões não demorou a se incorporar. Como assinala Carrasco (ibid: 104): a direita o fez pelos Mapuches; alguns Toba peronistas do Chaco eram assessorados por Deolindo Bittel e outros Mapuche, sapagistas; também assim a política de "captação de lideranças" nas províncias teve seu fruto. Durante aquele período, devido à proscrição dos partidos políticos, sofreram perseguição e repressão, e foram obrigados a deslocar-se para a Casa de la Cultura Latinoamericana, ao tempo que articularam uma estratégia com políticos que apóiam suas reclamações; adotaram, nestas circunstancias, as regras do jogo político na articulação estrutural da mesa e a negociação de algumas de sus decisões.

Em 1970, com a incorporação de novos membros, criaram uma mesa de trabalho denominada **Tawan Kolla** (todo o universo). Definem-se como indianistas e declaram que o principio de base era a liberação pelo próprio índio, postulando: "*... ter um espaço cultural e territorial próprio, o que implicava o reconhecimento por parte dos outros, de que são nações*". Mais tarde levariam a luta ao terreno jurídico apresentando suas reclamações à classe política através de seus candidatos, com a intenção de conseguir que os incluíssem em seus programas. Redefiniram o caráter dado à mesa e constituíram a Comisión Coordinadora de Instituciones Indígenas de la República Argentina (**CCIIRA**). Apelando ao recurso construído entre o setor e o poder político, os índios valeram-se desta rede de relações para apresentar uma lei nacional que contemplava a reclamação generalizada de todos os povos índios da Argentina.

No interior de CCIIRA, a busca de apoio nos partidos políticos aprofundou as diferenças entre os membros; entre os "oficialistas", que buscavam inserir-se na política indigenista nacional, e os que optaram por fortalecer as organizações indígenas de base para desenhar uma política índia contrária à oficial. Os setores mais progressistas da Confederación Mapuche, originalmente identificados com o governo neuquino e com setores latifundiários e militares, uma vez consolidado o controle governamental, iniciaram os preparativos do Primeiro Parlamento Indígena Nacional. Este espaço também foi aproveitado pelos setores mais radicalizados da CCIIRA, dispostos a formar um bloco unitário de oposição à hegemonia. O Primeiro Parlamento Indígena Nacional, inicialmente formado por delegados estaduais oficialistas sob controle dos funcionários da Dirección de

Asuntos Indígenas de la Provincia, conseguiu finalmente uma maior convocação. Assistiram delegações de Formosa, Chaco, Tucumán, Jujuy, Neuquén, Río Negro, Chubut, Salta e por Misiones uma antropóloga, que formaram mesas de trabalho sobre terras, educação, previdência social, reconhecimento cultural e saúde. Presidido pelos representantes oficialistas, compuseram a mesa também outro Mapuche, um Kolla do CCIIRA, um Sayhuque da ala direita do peronismo, um sucessor de um dirigente Mapuche não-oficialista e dois representantes Toba de Formosa. Este espaço serviu para formalizar suas reivindicações, e embora utilizado pelo governo provincial para assegurar suas estruturas político-clientelares⁶⁹, produziu uma consciência étnica definida, centrada em sua existência como povos indígenas e com reivindicações de caráter organizativo, econômico e cultural. Retomaremos no próximo capítulo esta idéia, e as conseqüências das práticas político-clientelistas.

Uma vez terminada a proscricção dos partidos políticos em 1973, o setor indígena organizou as comunidades rurais dos estados do norte, acompanhou os movimentos de camponeses e de pequenos produtores rurais, fundando suas federações locais, como a Federación Indígena de la República Argentina, de onde se intensificou o trabalho de organização indígena a nível nacional, com o objetivo de compor uma confederação dos povos índios e sua participação na política indigenista nacional. Receberam apoio de setores populares e políticos, e localmente foram ganhando peso. Não obstante o breve período de abertura democrática⁷⁰, numa parte da intelectualidade, especialmente entre os estudantes, reforçou-se a idéia das disciplinas a serviço do projeto de "reconstrução e libertação nacional". Em particular na Antropologia, e desde os âmbitos acadêmicos, houve algumas tentativas⁷¹ de contestar a Antropologia tradicional, produzindo extensos debates e discussões acerca de questões tais como o "*para que e a serviço de quem se fazia antropologia*".

⁶⁹ No sentido de vínculo de patronato, em que intervêm um patrão e um cliente, num tipo de "amizade assimétrica". Como na amizade instrumental, na relação de patronato se dá uma carga mínima afetiva, que faz surgir a confiança que garante a promessa de um futuro apoio mútuo"; E. Wolf, 1980:30; "Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas", In: Banton, M. 1980 (comp.); "Antropología social de las sociedades complejas".

⁷⁰ A situação político-social destes anos é difícil de caracterizar: em relação às tendências políticas, reaparece o nacionalismo e sua versão populista; a Igreja Católica apresenta-se redefinida pelo movimento de sacerdotes para o Terceiro Mundo; a esquerda aporta seus quadros militarizados; o setor sindicalista restaura o princípio de justiça social em aliança com o Estado. Os partidos políticos de oposição encontravam-se fragmentados pelos anos de proscricção e a guerrilha teve enfrentamentos entre si como conseqüência de alianças e rupturas com os setores tradicionais dos partidos políticos com os quais articulava-se na clandestinidade. Desde setembro de 1975 produziu-se a hegemonia do lopezreguismo e a direita, que atuaram através de bandos para-militares e para-policiais da Tríplice A. Aprofunda-se um processo de tomada e destruição da vida universitária, a intervenção na UBA com o fechamento temporário da carreira, a expulsão de docentes, dirigentes e estudantes de La Plata, Comahue, Salta, Sur; com atentados anônimos em Rosario. Isto provocou a renúncia de docentes, dentro de um marco geral de seqüestros, desaparecidos, torturas e mortos, chegando à sua culminação com o período mais obscuro que tivera antecedentes no país: março de 1976 – Vide: Garbulsky (1992).

⁷¹ Refiro-me aqui particularmente ao trabalho emblemático desenvolvido no Chaco "Estudio sobre la situación de los aborígenes de la Provincia del Chaco y políticas para su integración a la sociedad nacional", da Prof. Esther Hermitte e equipe (op.cit).

A produção legislativa durante 1970/1984 centrou-se na organização das competências entre ministérios. Por seu lado, os indígenas que fizeram parte do Tawan Kolla aprofundaram seus contatos com organizações Indigenistas da Bolívia, do Chile e do Peru, conseguindo estabelecer uma articulação com a situação das relações entre povos indígenas e Estados nacionais, sinopse das ideologias dos setores religiosos a eles vinculados. Confeccionaram e editaram uma publicação interna, órgão de difusão da ideologia indianista e de seus projetos políticos. Enquanto isso, os dirigentes indígenas advogados elaboraram e apresentaram um pedido de registro de pessoa jurídica para uma "instituição de interesse público": a Associação Indígena da República Argentina (AIRA) em 1975, conseguindo seu reconhecimento durante o último governo militar. Por ocasião de sua criação, a AIRA enfatizou seu caráter político não-partidário, acusando os partidos e setores político-partidários de manipular o movimento indígena a favor de seu projeto "hispanista". Elaboraram documentos apresentados na segunda reunião de Barbados (1981), no Conselho Mundial de Povos Indígenas (Nações Unidas, 1975) e Conselho Indígena de América do Sul (CISA,1980)⁷². Esta participação internacional consolidou a ideologia étnico-política, sendo fundamental para projetos futuros ao afirmar em nível regional e internacional uma presença constante e organizada no interior do Estado nacional. Afiançados internamente, reiniciaram gestões com os partidos políticos para o projeto de lei de "reparação histórica" durante o novo período constitucional. Apesar da fragmentação e contradições internas, conseguiram apresentar novamente o projeto de lei de "*proteção e apoio aos indígenas*", em setembro de 1984.

As autoras consultadas (Hernández, Slavsky, Carrasco e Briones, entre outras) coincidem em assinalar como antecedentes de uma organização indígena a criação do Primeiro Parlamento Indígena Nacional, a Confederación Indígena Neuquina (1971/1972) e a formação da Associação Indígena da República Argentina (em 1975), considerando-as lugar de surgimento de uma nascente direção indígena que fixou metas políticas que se concretizariam mais tarde na redação de um projeto de lei que antecedeu a legislação vigente. No nosso entender, o Primeiro Parlamento Indígena de 1972, realizado em Neuquén, deve ser enquadrado não apenas na denominada "região e zona de fronteira" onde se desenvolveu; é necessário destacar os interesses que anunciavam defender entre os quais assinalamos: reservas ambientais nos parques nacionais, terras com potencial econômico de jazidas de petróleo, recursos hídricos e patrimônio cultural subterrâneo.

Carrasco e Briones (1996) sustentam que a Argentina "*vai sendo sensível às normativas internacionais a respeito dos direitos indígenas*", destacando que desde 1992 é signatária do Convenio Constitutivo do Fundo para o desenvolvimento dos Povos Indígenas de América Latina e o Caribe (Fundo Indígena), ou que a lei 23.302 é caudatária dos ditados provinciais, baseando-se nas promulgações das leis. Neste sentido, faltaria considerar que estas leis deveriam ter sido mais enfáticas, considerar os aspectos políticos e econômicos do conflito entre grupos e classes sociais, já que ao apresentar a aceitação da

⁷² Entre seus objetivos lemos: "1) Respeto por la persona e la personalidad cultural india, 2) tierra al índio, 3) Personería jurídica de las comunidades indígenas, 4) Libre empleo de los indios" (Serbin,1981 em: Carrasco,1991:114).

lei pelo Estado, esta surge como uma imposição por conquista ou compromisso com grupos de poder regionais, diretamente interessados.

Considerar também, que no período de discussão internacional sobre direitos indígenas, o Estado Argentino no admitia dissenso – sequer entre os grupos mais próximos ao poder –, nem aceitava a intervenção de grupos subordinados na elaboração de suas políticas de governo. A opinião pública tampouco alcançava a ver demasiada repercussão nos pequenos e esporádicos conflitos ocorridos entre índios e brancos nos confins das fronteiras, onde os índios não tinham constituído ainda formas organizativas e um discurso étnico-político que permitisse uma pressão mais adequada sobre o Estado. Quais eram os interesses do Governo provincial, em articulação com o Nacional? Diante da pergunta recordemos que as terras ocupadas pelos indígenas, que contavam com sus direitos acordados por tratados e acordos de sessões de terras – como vimos – desde a época da "Pacificação", em sua maioria localizavam-se em solos com potencial de reserva ambiental.

É importante destacar que foi decisiva para a elaboração, aprovação e divulgação das leis provinciais, em concordância com a lei Nacional, a preocupação do governo com sua *imagem no exterior*, que se encontrava afetada por denúncias de violações dos Direitos Humanos expressadas no Informe da Conadep – "Nunca más" (1984) – que punham em evidência, entre outras atuações, a situação dos pequenos produtores com participação nas Ligas Agrárias. Sem dúvida, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1989, constitui o marco legal internacional mais importante que serviu para detonar a construção do *corpus* legislativo adotado pela Nação Argentina através da lei 24.071, que aporta alguns dos conceitos fundamentais tanto para os beneficiários quanto para os especialistas no o tema.

Entre esses conceitos destacaremos: a definição de "povos indígenas"; o critério de "auto-identificação" para determinar a população sobre a qual deve ter alcance a legislação específica; a definição de "território" como a "totalidade do *habitat* das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam"; a legitimação do direito de uso e administração dos recursos naturais que houver em seus territórios; e a declaração da centralidade da "participação" dos Povos Indígenas nos assuntos que os afetem. Atualmente, esta situação pouco tem mudado e pretende-se levar a cabo um processo de transformação das comunidades indígenas em comunidades nacionais, através da cooptação de lideranças, redefinindo a integração como processo social e pseudoparticipação na tomada de decisões⁷³. Entretanto, e não obstante a pressão e mobilização indígena através de suas lideranças naturais, que forçaram o Estado a fazer

⁷³ O encarregado de divulgação cultural do INA assinalava que o organismo criado em 1985 teve sua estrutura de funcionamento regulamentada a partir de 1989, expressando a inexistência de um organograma de funcionamento do Instituto. -"... *es través de los principios emanados del cumplimiento del Art. 75, inc. 17 que se establecen los lineamientos de las acciones del INAI... se procede a una acción directa y en coordinación con las provincias, través de convenios particulares establecidos por los Ministerios de Justicia, Acción Social y Desarrollo Social...*". Até 1991 o organismo dependia da Secretaria do Ministerio de Salud y Acción Social de la Presidencia de la Nación e, a partir da última mudança de governo, depende diretamente do Ministerio de Desarrollo Social y Medio Ambiente.

algumas concessões –apesar das práticas de reprodução da hegemonia –, o Estado impede formas de participação mais ativas para o desenvolvimento de políticas que incorporem suas demandas efetivas.

1.6 Breve análise da lei Indígena 23.302

Durante os processos políticos de abertura democrática, os representantes alternativos conseguiram através dos seus próprios profissionais e lideranças indígenas a apresentação de um projeto de lei chamado eufemisticamente "*Proteção e Apoio às Comunidades Indígenas*", que no entanto mantinha a continuidade da tradição de "integração" e assimilação dos grupos indígenas. Finalmente, em 1985, logo após a última ditadura militar, entrou em discussão a chamada "***Lei Federal de Política Indígena e Apoio às Comunidades Aborígenes***" Nº 23.302/85, que em 1991 efetivou a criação do INAI (Instituto Nacional de Assuntos Indígenas). Esse instituto contemplaria a participação dos representantes dos Povos Indígenas na tomada de decisões, através de um *Conselho Assessor*, segundo as disposições regimentais, e tentando institucionalizar a representação indígena. As disposições gerais desta **Lei Indígena 23.302/85**, seus antecedentes e derivados provinciais utilizam a expressão "*reparação histórica*", que não passa de mero enunciado, segundo se depreende da própria experiência de campo, conforme manifestações dos diferentes agentes de contato, os próprios atores e autoridades que são coincidentes em expressar a "falta de vontade política", muitas vezes encoberta nos discursos burocráticos pela falta de recursos, com intenção clara e precisa tornar efetivos os direitos indígenas e suas reivindicações territoriais.

A promulgação de leis de assimilação foram calcadas nos estados provinciais, nem sempre debatidas e criticadas com a amplitude e rigor esperados, mas com alguns ganhos como a promulgação da citada "*Lei Federal No. 23.302/85*"⁷⁴, a Lei 24.071/94 de aprovação da Convenção 169 da OIT. Entendemos que se trata, sobretudo, de um instrumento jurídico com o qual o direito hegemônico argentino regula determinadas matérias relativas às populações aborígenes de seu território, e cujo acordo ou desacordo com o direito consuetudinário dessas populações não pode estabelecer-se *a priori*, sendo uma questão que representa um amplo campo aberto à investigação empírica. A elaboração da lei 23.302 por um conjunto fechado de juristas foi conseqüência da existência de conceitos técnico-legais que foram delineados e reproduzem ditames legais anteriores (1943, 1954, 1968).

⁷⁴ Segundo as disposições regimentais desta Lei, cada estado provincial em que haja população indígena deve promulgar sua própria legislação e disposições regimentais a respeito dessa população indígena através das Secretarias de Desarrollo Social y Medio Ambiente. No caso do estado de Santa Fe, os Toba são considerados migrantes do estado do Chaco ou dos outros estados empobrecidos do nordeste. A promulgação da Lei 11.078, sobre Comunidades Indígenas de Santa Fe, ainda não foi arregimentada, segundo questões ainda não dirimidas entre os representantes dos diferentes partidos majoritários dos governos de ambos os estados de Santa Fe e Chaco.

A costura ideológica desses elementos jurídicos foi dada pela ideologia protecionista que predominava nos momentos mais importantes e entre as figuras mais eminentes do antigo Consejo Agrario Nacional e do Servicio Nacional de Asuntos Indígenas. Pelo que sabemos, as disposições da lei não têm sido ainda objeto de um tratamento dogmático jurídico adequado, como assegura Rodriguez (1996: 244-48)⁷⁵ :

- A) as **comunidades indígenas**, definidas como “conjunto de famílias que se reconheçam como tais pelo fato de descender de populações que habitavam o território nacional na época da conquista ou colonização” (Art.2, 2ª. parte)., Para esta definição, toma apenas uma parte do que indica a convenção 107 da OIT (Art.1 1ª. Parte, inciso b), deixando de lado, significativamente, a parte restante de mesma norma, que expressa “...e que, qualquer que seja sua situação jurídica (as populações consideradas indígenas) vivem mais de acordo com as instituições sociais, econômicas e culturais dessa época que com as instituições da nação a que pertencem”. A essas comunidades, a lei atribui a condição de pessoa jurídica e o Decreto regulamentar da mesma limita a pessoa jurídica privada (Decreto 155/89, Art.19). A aquisição e cancelamento desse status ocorrem mediante a inscrição em um Registro especial (RENACI), realizado pelo Instituto (INAI), ditado por resolução do Presidente do mesmo – que é designado pelo Poder Executivo (Art.4, 17 e 18 do Decreto 155/89) –, indicando o caráter apelável de suas resoluções. O reconhecimento das relações entre os membros das comunidades indígenas rege-se pelas leis de cooperativas, mutualidades “ou outras formas de associação” da legislação vigente (Art.4 da lei). Veremos na prática como funciona.
- B) A **propriedade da terra** será adjudicada de forma gratuita às comunidades indígenas reconhecidas (Art.7 da lei), tomando-as das terras fiscais ou das que se obtenham mediante desapropriação. Neste último caso, segundo indica o sistema previsto pela Constituição e o Código Civil, mediante lei e prévia indenização. As terras adjudicadas são inembargáveis e inexecutáveis, por um prazo de vinte anos (Art. 11) e não podem ser dadas em arrendamento (Art.12b, da lei). Quanto à forma de exploração de tais terras, as comunidades indígenas estarão sujeitas às disposições dadas pelo INAI (Art. 12c da lei), quer dizer, como o determina o Decreto 155/89, seu Presidente, com participação das comunidades (Art. 7c do Decreto 155/89).
- C) A saúde **das populações indígenas** está prevista na lei, que assinala caber ao INAI a elaboração de planos intensivos para sua prevenção e recuperação. É especialmente importante que se leve em conta nessa elaboração de planos “... o respeito das pautas estabelecidas nas diretivas da Organização Mundial da saúde, a respeito da medicina tradicional indígena” (Art. 21 F).
- D) O **ensino oferecido nas áreas de assentamento de comunidades indígenas**, segundo a lei estabelece, adotará no nível primário, de divisão em dois ciclos: o primeiro, de três anos, no qual o ensino será realizado na respectiva língua indígena materna, desenvolvendo como matéria especial

⁷⁵ Vide: Rodriguez, Gardella e Nogueira (1996) – “Derechos Humanos, minorías aborígenes y sistemas jurídicos totales. El caso argentino”, Em: Varese, Stefano (comp.); “Pueblos índios, soberanía e globalismo”; Ed. Abya-Yala, Quito, Ecuador.

o idioma nacional; e um segundo ciclo, que abarca os restantes anos, no qual a ensino será bilíngüe (Art. 16).

- E) A **participação dos indígenas no INAI** está estruturada pela lei de uma maneira contraditória: estabelece que um dos dois Conselhos previstos, o da Coordenação, contará com representantes de diversos ministérios e das províncias que aderiram à lei, e com representantes “*eleitos pelas comunidades aborígenes*” (Art. 5, primeira parte). Os mecanismos eletivos desses representantes serão “*sugeridos*” às comunidades indígenas (Art. 7 f do Decreto 155/89), ajustando-se à tradição e pautas culturais de cada uma delas (Art 3 –11, Decreto 155/89) e deverão se “*institucionalizar*” (Art. 10 Decreto 155/89). Trata-se de uma expressão ambígua que pode ser interpretada como: “ter que” ser aceita pela comunidade respectiva. A reapresentação prevista será na proporção de um delegado por etnia e região. Enquanto não se houver definido o sistema eletivo, o Decreto 155/89 autoriza ao Poder Executivo a nomear um delegado por cada etnia, com base na proposta do Presidente do INAI (Art. 10).

Além destes tópicos, a lei cobre alguns “esquecimentos” acudindo a outras normas do sistema. Assim, para garantir o direito à justiça das populações indígenas, deveram recorrer aos instrumentos jurídicos internacionais sobre Direitos Humanos subscritos pelo país, tanto gerais (Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, Art. 5 e 14, Pacto de San José de Costa Rica, Art. 8.2), quanto específicos (Convenção 107 da OIT, Arts. 8 e 10).

Nada diz a respeito dos meios compulsórios e traumáticos da aculturação, argumentando que no processo de “integração” se respeitarão as tradições culturais das comunidades indígenas, assegurando ao mesmo tempo a terra que habitam e os meios de subsistência através da assistência – médica, educacional, jurídica, técnica e econômica – adequada a suas “necessidades”. Particularmente, no Título II das Comunidades Indígenas, o art. 4 estipula que as relações entre os membros se regerão *segundo as disposições das leis de cooperativas, mutualidades ou outras formas de associação contempladas na legislação vigente ...* Ademais, no Título IV, na parte que se refere às terras indígenas (8 artigos de um total de 27 diretamente relacionados com este tema), as medidas protecionistas que o Estado, através do INAI, deveria pôr em prática são cuidadosamente descritas. Estabelece etapas e condições para uma regularização da situação fundiária, encerrando-se com a inscrição da propriedade privada e a entrega de títulos definitivos no art. 7º. Veremos no Capítulo III como estas questões funcionam no Registro de Pessoas Jurídicas, como colapsam em situações concretas diante da falta de reconhecimento do Estado provincial e quais são as dificuldades e inconveniências do funcionamento das cooperativas.

A vigência da lei 23.302 não apresenta por si mesma nenhuma garantia suficiente de sua aplicação. Pelo contrario, depende da presença e continuidade de um aparato administrativo dotado de recursos humanos e materiais que compartilhe os valores básicos referenciados no texto legal. A coincidência entre os antropólogos e indigenistas funda-se em que os ditados legais não têm sido aplicados como deveriam, no entanto, considerando o contexto histórico e a função que assumiu, cabe indagar se esta tem sido

efetivamente uma preocupação central dos responsáveis pela elaboração e aprovação da lei. As conquistas alcançadas se depreendem sem dúvida da boa disposição de alguns funcionários que viabilizaram a entrega de terras. Estes atos voluntaristas deveriam ser alcançados elevando o nível técnico dos empregados através de cursos que ofereçam noções básicas de antropologia e indigenismo, imprimindo novas metas aos projetos econômicos e de assistência.

A realidade é que a maioria das terras indígena continua sem ser regularizada, com grupos indígenas nas cidades ainda não reconhecidos ou em áreas onde o INAI não opera, e cujas necessidades territoriais não dispõem de dados até o presente. Se considerarmos que esta situação permanece vigente vinte anos depois de promulgada a lei, não podemos ser otimistas. Como assinala Pacheco de Oliveira (1985:17), os antropólogos estamos compelidos a manifestarmo-nos de modo atomizado sobre os efeitos que uma determinada política tem sobre um determinado grupo de maneira plebiscitária, somando-nos ou opondo-nos às posições e crenças já representadas no campo de discussão indigenista, que levam, freqüentemente, a esquecer o conjunto de métodos e teorias que a disciplina desenvolveu para o estudo do fenômeno legal, da utilidade política singular e efetiva de sua contribuição, e da necessidade de refletir criticamente sobre os pressupostos e desdobramentos das diferentes posturas indigenistas.

Embora este reconhecimento oficial possa ser interpretado como resposta às reclamações dos que se reconhecem como índios e exigem uma reparação histórica, ao longo de toda esta exposição tentamos ressaltar que esta é uma questão que não compete somente aos que deixam explícita sua origem e se interessam por atualizar sua história. As reivindicações são as mesmas de outros setores da sociedade que, junto aos grupos étnicos, são os que devem tomar em suas mãos a gestão de seus próprios interesses, e que no longo percurso de luta e da resistência procuram sua identidade de pertença, seu espaço político e social, dispostos a recuperá-lo. Sobre os modos em que se tornam explícitos o preconceito e a discriminação, há que se destacar que, diante da proximidade do contato, o preconceito exacerba-se ainda mais, chegando a expressões de racismo que nas cidades mais cosmopolitas aparecem romantizadas – ainda que não por isto menos estigmatizantes. As questões assinaladas não somente focalizam a expropriação territorial do Estado-nação como também as diferentes estratégias de dominação e disciplinação exercidas sobre as populações de maneira coletiva e individual, marcando a “invenção da anatomia política”.

Nesta multiplicidade de processos de diversas origens e localização disseminada que “coincidem, repetem ou imitam”, podemos distinguir – segundo seu domínio de aplicação – que entra em convergência e se define pouco a pouco o desenho de um método geral, conforme as teorizações formuladas por Michel Foucault (1985:142). Esse método se perpetuou, e somente foi possível em função da divulgação, pela mídia internacional, da “desaparição” de pessoas. O governo enfrentou uma campanha sistemática desde o exterior de acusações de omissão ou compromisso com práticas etnocidas. Em 1978, o país recebeu comissões de entidades internacionais de defesa das minorias étnicas e dos Direitos Humanos, e a própria Cruz Vermelha Internacional participou, visitando

diversas áreas indígenas e apresentando informes que denunciavam o abandono e a miséria das populações. A própria natureza destas comissões mantém uma conexão com o contexto social em que foram elaboradas, o que não pode ser de nenhuma maneira deduzido, mas elaborado numa situação de arbitrariedade e perseguição ideológica, sem que isto implique uma coerência óbvia e superficial com tal contexto histórico – como o surgimento da Tríplice AAA (Alianza Anticomunista Argentina) e a implantação da Operação Condor.

As maiorias dos representantes indígenas suportaram agravos e têm aprendido a sobreviver nas situações mais adversas, como é o caso do dirigente Toba Marcelo González, que, depois de sua detenção durante a última ditadura, conseguiu voltar a sua "comunidade" – o bairro Toba de Resistencia –, onde continuou sua tarefa como assessor lingüista da experiência bilíngüe de Saens Peña. Este caso pode ser posto junto a outros de membros integrantes do AIRA, da Confederação Mapuche, das organizações de base rurais e urbanas, homens e mulheres indígenas que construíram sua experiência junto a outros tantos anônimos "desaparecidos" integrantes das Ligas Agrarias⁷⁶, ou das entrevistas provenientes da investigação de Hermitte et al (1995). Neste sentido, segundo o relato dos entrevistados, esta é uma experiência que está sendo recuperada tanto pelos "novos" dirigentes, segundo expressões dos antigos líderes, quanto pela segunda geração de lideranças surgida nas cidades

A seguir apresentamos um quadro com as leis e as reformas constitucionais surgidas depois da última ditadura militar até a Reforma Constitucional de 1994. O quadro permitirá que nos aproximemos do lento processo de respostas dadas às reivindicações indígenas, e proporcionará uma análise dos órgãos responsáveis pela execução e aplicação dos ditames e as políticas implementadas. No transcurso deste ano de 2005, entrará em debate novamente a Reforma Constitucional na Província de Santa Fe, constituindo uma oportunidade para que sejam apresentadas as modificações necessárias para regulamentar a lei Indígena provincial Nº 11078, que depois de ser sancionada em novembro de 1993, e publicada em janeiro de 1994, continua aguardando sua regulamentação. Voltaremos mais adiante sobre esta instância, para aprofundar e afiançar os ditames expressados na Carta Magna sobre Direitos Indígenas e sua implementação.

⁷⁶ Según expresiones de un entrevistado: " ...yo he sufrido, cuando hubo un Golpe, acá en la Comunidad misma del BarrioToba, me tuve que enfrentar con los mismos gobierno militar. Mirá... tuvimos que enfrentar... y llegamos a regularizar... y bueno, seguimos enfrentando... El caso de Gonzalez que fué desaparecido y nadie sabía nada... el 19 de abril falleció... siguió viviendo acá, siguió. Ese es el que metieron preso, dos años sin saber adonde estaba, después lo soltaron. No sé la verdad que yo nunca le pregunté. Me puse contento cuando le ví, nada más. Otra cosa que pasaba, nunca le pregunté.... hay familiares de él en el barrio... "

1.7 Quadro das reformas Constitucionais⁷⁷

Ano	Reforma Constitucional	Província
1986	Artigo 50: “A província, deverá <u>proteger</u> os aborígenes por meio de uma legislação adequada que conduza a sua <u>integração</u> e progresso econômico e social”.	Jujuy
1988	Artigo 42: “O Estado reconhece o indígena rio-negrino como signo testemunhal e de continuidade da cultura aborígene preexistente, contributiva da identidade e idiosincrasia provincial. Estabelece as normas que afixam sua efetiva incorporação à vida regional e nacional, e lhe garante o exercício da igualdade nos direitos e deveres. Assegura o desfrute, desenvolvimento e transmissão de sua cultura, promove a propriedade imediata das terras que possui, os benefícios da solidariedade social e econômica para o desenvolvimento individual de sua comunidade e respeita o direito que lhes assiste de <u>organizar-se</u> ”.	Río Negro
1991	Artigo 79: “A província reconhece ao aborígene sua identidade étnica e cultural, sempre que com isto não se violem outros direitos reconhecidos nesta Constituição; e assegura o respeito e o desenvolvimento social, cultural e econômico de seus povos, assim como seu efetivo protagonismo na tomada de decisões que se vinculem com sua realidade na vida provincial e nacional. Assegura a <u>propriedade de terras aptas e suficientes; as de caráter comunitário não poderão ser alienadas nem embargadas. A utilização racional dos bosques existentes nas comunidades aborígenes requererá o consentimento destes para sua exploração por terceiros e poderão ser aproveitados segundo seus usos e costumes conforme as leis vigentes</u> ”.	Formosa
1994	Artigo 36, inciso 9: “Dos Indígenas. A província reivindica a existência dos povos indígenas em seu território, garantindo o respeito de suas identidades étnicas, o desenvolvimento de sus culturas e a posse familiar e comunitária das terras que legitimamente ocupam”.	Buenos Aires

⁷⁷ Este quadro foi elaborado por: Mombello, Laura; “Evolución de la política indigenista en Argentina en la década de los noventa”, 2002.

1994	<p>Artigo 37: “A província reconhece a preexistência dos povos indígenas, sua identidade étnica e cultural, a condição de pessoa jurídica de suas comunidades e <u>organizações; e promove seu protagonismo a partir de suas próprias instituições; a propriedade comunitária imediata da terra que tradicionalmente ocupam e as outorgadas em reserva.</u> Disporá a entrega de outras aptas e suficientes para seu desenvolvimento humano, que serão <u>adjudicadas como reparação histórica em forma gratuita, isentas de todo gravame.</u> Serão inembargáveis, imprescritíveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros.</p> <p>O Estado assegura-lhes:</p> <p>a) A educação bilíngüe e intercultural</p> <p>b) A participação na proteção, preservação, recuperação dos recursos naturais e dos demais interesses que os afetem e no desenvolvimento sustentável.</p> <p>c) Sua elevação socioeconômica com planos adequados</p> <p>d) A criação de um registro especial de comunidades e organizações indígenas”.</p>	Chaco
1994	Artigo 6, 2do. Parágrafo: “A província reconhece a preexistência étnica e cultural dos povos indígenas”.	A Pampa
1994	Artigo 3, inciso d: “Serão mantidas e ainda ampliadas as reservas e concessões indígenas. Prestar-se-á ajuda técnica e econômica a estas agrupações, propendendo a sua capacitação e a utilização racional das terras concedidas, melhorando as condições de vida de seus habitantes e tendendo à eliminação progressiva desta segregação de fato”.	Neuquén.

1998	<p>Artigo 34: “A província reivindica a existência dos povos indígenas em seu território, garantindo o respeito a sua identidade. Promove medidas adequadas para preservar e facilitar o desenvolvimento e a prática de suas línguas, assegurando uma educação bilíngüe e intercultural, reconhecem-se as comunidades indígenas existentes na província”:</p> <p>1. A posse e propriedade comunitária sobre a terra que tradicionalmente ocupam. O Estado pode regular a entrega de outras aptas e suficientes para o desenvolvimento humano. Nenhuma delas é alienável, transmissível ou suscetível de gravames e embargos.</p> <p>2. A propriedade intelectual e o ganho econômico sobre os conhecimentos teóricos e/ou práticos provenientes de suas tradições quando utilizados com fins de lucro.</p> <p>3. Sua condição de pessoa jurídica.</p> <p>4. Conforme a lei, sua participação na gestão referida aos recursos naturais que se encontrem dentro das terras que ocupam e aos demais interesse que os afetam”.</p> <p>Artigo 95: “O Estado luta pela racional administração das terras fiscais tendendo a promover a produção, a melhor ocupação do território provincial e a geração de genuínas fontes de trabalho. Estabelece os mecanismos de distribuição e adjudicação das terras fiscais em propriedade reconhecendo aos indígenas a posse e propriedade das terras que legitimamente ocupam”.</p>	Chubut
	<p>Artigo 15: “Povos Indígenas...”.</p> <p>I. A província reconhece a preexistência étnica e cultural dos povos indígenas que residem no território de Salta. Reconhece a personalidade de suas próprias comunidades e organizações a efeitos de obter a condição de pessoa jurídica e a legitimação para atuar nas instâncias administrativas e judiciais de acordo com o que estabeleça a lei. Cria-se ao efeito um registro especial. Assegura sua participação na gestão referida a seus recursos naturais e demais interesses que os afetem de acordo com a lei.</p> <p>II. O Governo provincial gera mecanismos que permitam, tanto aos povoadores indígenas quanto não-indígenas, com sua efetiva participação consensual, soluções no que se relaciona à terra fiscal, respeitando os direitos de terceiros.”</p>	Salta
1994	Reforma da Constituição Nacional	Referida aos Povos Indígenas: Art.75, inciso 17.

Por ora somente pretendemos registrar que é amplamente sintomática a modificação da Constituição Nacional realizada em Santa Fe em 1994, se

levarmos em conta que quase na mesma época foi derogado o art. 67 referente à obrigação da conversão à religião católica, e se atentarmos ao novo art.75, dentro do Capítulo IV, que estabelece como atribuições do Congresso, no inciso 17: *"... reconhecer a preexistência étnica e cultural dos povos argentinos, garantindo o respeito a sua identidade e direito a uma educação bilíngüe e intercultural, reconhecer a condição de pessoa jurídica de suas comunidades e a posse e propriedade comunitárias das terras que tradicionalmente ocupam... as províncias podem exercer concorrentemente estas atribuições".* Estas questões reintroduzem-nos em outras colocações e discussões dos agentes e dos debates de "participação e contribuição dos organismos não-governamentais"; neste caso em especial, Endepa (Pastoral Aborígene da Igreja Católica), e mais recentemente, o Serpaj (Servicio de Paz e Justicia): agentes de contato privilegiados e relacionados à Igreja Católica, que atuam como principais mediadores dos indígenas perante o órgão indigenista (INAI), que impulsionaram as reformas. A continuação atentaremos para seu funcionamento.

1.8 O Instituto Nacional de Assuntos Indígenas

O Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI), agência indigenista do Estado Nacional prevista na lei 23.302, foi regulamentado em 1989. Segundo temos assinalado, a lei originalmente previa a organização do INAI *"como entidade descentralizada com participação indígena, que dependerá de forma direta do Ministerio de Salud y Acción Social"*; no entanto, sua implementação não se ajustou ao previsto. Em lugar de se constituir como um órgão descentralizado, permaneceu sob a órbita da Secretaria de Desenvolvimento Social, pelo que não conta com a autonomia necessária para dar curso às políticas que a originaram, nem com uma dotação orçamentária por parte do Estado que garanta seu funcionamento, razões que obstaculizam seriamente a capacidade de agência do Instituto⁷⁸. Concretamente, o INAI encontra-se submetido aos vaivéns das conjunturas políticas por que passam as instituições, agravadas nos últimos três anos devido à forte instabilidade das estruturas políticas nacionais. Nos anos noventa, o INAI jogou um papel importante como órgão de propaganda do Estado em relação ao atendimento do setor indígena⁷⁹.

⁷⁸ Ao solicitar informação sobre as fontes e os dados com os quais se rege o organismo, me foi informado que o INDEC – Instituto de Estadísticas y Computos – não fornece dados agregados sobre população indígena. Infere-se, portanto, que o INAI se guia pelo último censo indígena de 1968 (citado acima). Os dados e fontes com os quais se maneja o organismo são obtidos por levantamentos próprios, através dos informes que os técnicos apresentam ao organismo, pelo Programa de Desarrollo Social sobre cidadãos em geral. Os dados sobre "ciudadanos indígenas" são fornecidos por ENDEPA (ONG dependente da Pastoral Evangélica da Igreja Católica, citando o caso da Reforma da Constituição Nacional em 1994). O organismo divide geograficamente sua atuação no país em quatro regiões: sul, centro NOA e NEA, com três áreas temáticas: Desenvolvimento Social, Educação e Cultura e Saúde dos povos indígenas.

⁷⁹ O organismo atravessa as vicissitudes dos partidos políticos no poder e não consegue fazer efetiva sua atuação sem alternâncias em seus quadros dirigentes. Mantém atualmente um processo administrativo por corrupção durante a época do menemismo, sem miras de resolução. O orçamento do organismo obteve-se, até 1995, de uma partida do PDS (Programa de Desarrollo Social). Consultado sobre o critério com que é distribuído o valor dessa partida, ofereceram uma cópia do balanço de distribuição que inclui os salários do pessoal permanente

Para os Povos Indígenas a política do Instituto teve diferentes significados: como agência de reprodução de políticas assistencialistas, como eventual aliado perante governos provinciais intransigentes, e inclusive, como responsável por enfrentamentos em situações conflituosas. Em poucos casos o INAI assumiu um papel mediador buscando garantir aos indígenas a aplicação de seus direitos outorgados pela Constituição Nacional. Além dos programas do INAI, os povos indígenas, principalmente os urbanos, são beneficiários de “políticas sociais” destinadas ao conjunto da população (como o Plano Chefes e Chefas de Família, subsídios destinados à população desocupada) e de algumas implementadas desde o Centro Nacional de Organizaciones de Comunidades (CENOC).

Em termos gerais, o INAI começou a expandir e desenvolver sua atividade durante a década do governo menemista. Embora apontasse em seus ditames a melhora das condições de vida dos indígenas, isto se traduziu na concessão de bolsas para estudantes e subsídios para empreendimentos produtivos familiares, constituindo estes os dois eixos principais de clientelismo e de distribuição de recursos por parte do Instituto. Finalmente, a inadequada participação real e efetiva do setor indígena na condução de políticas do INAI aprofunda seu caráter ambíguo e contraditório. Por sua vez, o CENOC concentrou-se na capacitação de uma parcialidade da direção indígena – aquela passível de clientelismo – com o fim de fornecer os elementos necessários para se relacionar com os órgãos internacionais, basicamente, prestando assessoria para a “elaboração de projetos” para subscrever planos – projetos e programas que desde as diferentes agências financeiras internacionais foram promovidas para o setor.. Tanto o INAI quanto o CENOC dependem da Secretaria de Desenvolvimento Social da Nação; isto implica que a totalidade dos planos e subsídios permaneceram sob a órbita dos programas de assistência do Estado Nacional.

No caso que nos ocupa, tanto nos planos mencionados quanto os que não se canalizam necessariamente através do INAI e o CENOC (como o “Plan Trabajar” e o Plano Chefes e Chefas de Família”), os Municípios adquirem um papel protagônico, já que é através deles que se efetiva a administração destes subsídios, criando novos espaços de negociação entre os povoadores urbanos, o que os coloca diante da encruzilhada de articular-se com diferentes níveis de institucionalidade. À complexidade de se ver atravessados pelas instâncias nacional e estadual, os Índios urbanos de Rosario devem agregar as mencionadas instâncias municipais, ressaltando que o governo comunal é a única experiência socialista de centro-esquerda do país. Isso será explicitado particularmente no Capítulo III.

administrativo e do pessoal contratado. O pessoal contratado está formado por assistentes sociais, 1 antropólogo e 2 sociólogos que são renovados em suas designações semestralmente. O pessoal de planta permanente é de 35% e em sua maioria são administrativos, 20% corresponde a pessoal contratado e o restante são passantes (entre o pessoal permanente sete administrativos e 4 técnicos). Existe, por lei, um quadro que funciona com diferentes Ministérios, já antes citados, ainda que sem organograma previsto na nova estruturação.

Foi a partir de 1995 que começaram a proliferar os planos e programas destinados ao setor indígena, particularmente em três áreas: saúde, educação e terras. A adjudicação dos planos se propôs a regular as situações que mantêm à população indígena, como ao resto da população vulnerável do país, com suas necessidades básicas insatisfeitas. Trata-se de mudanças na denominação e no órgão de aplicação de planos ou programas que já se vinham levando a cabo desde alguma outra repartição do Estado e que, efetivamente, chegavam ao mesmo tipo de população. Seu alcance díspar origina muitos casos de “boa vontade” dos funcionários ao articular convênios entre a agência do Estado Nacional e os Governos provinciais, que nem sempre contam com dependências específicas para a problemática indígena, ou têm um funcionamento irregular –como no caso da província de Santa Fe. Nesta última, os convênios estabelecem-se com diferentes dependências, como os Ministerios de Acción Social, los Consejos de Educación ou as instituições que administram as terras fiscais estaduais em articulação com o Plano Arraigo de terras fiscais nacionais, segundo o caso.

A participação indígena é nominativa para a elaboração destes planos e programas, e sua ingerência na etapa de implementação concreta é também muito irregular. As reais possibilidades de participação encontram-se fortemente permeadas pelas diferentes instâncias de articulação e/ou confrontação entre as organizações e comunidades indígenas, e os diferentes níveis e estruturas políticas envolvidos. No caso de Santa Fe, atravessa por diferentes órbitas político-partidárias por se tratar de uma das províncias com melhores recursos próprios, particularmente provenientes do Agro (a região sul do Estado, onde se encontra a cidade de Rosario, faz parte do “Pampa Úmido”, que exporta 80% do total da produção agrícola do país).

1a Saúde

Em 1995 criou-se o Programa de Saúde dos Povos Indígenas que reconhece como antecedente o Programa de Fortalecimento de Atenção Primária à Saúde das Comunidades Indígenas, dependente do Ministerio de Salud y Acción Social de la Nación. Este programa proveu equipamento e capacitação a 250 agentes sanitários indígenas em cinco províncias do noroeste argentino. A implementação do mesmo tinha sido levado adiante no marco da grave situação que os surtos de cólera geraram no norte do país. O Programa de Salud de los Pueblos Indígenas propõe uma abordagem integral do problema da saúde das comunidades e conta, entre suas principais vantagens, com a atenção de uma população de 40.000 pessoas, a contratação de 250 agentes sanitários indígenas através de convênios com o Ministerio de Trabajo de la Nación, e a articulação com os programas da Dirección de Salud Materno-Infantil. O Programa se desenvolveu nas províncias de Salta, Jujuy, Chaco, Formosa e Misiones. Em coordenação com o Instituto de Comunidades Aborígenes (ICA) – autarquia dependente do Ministerio de Desarrollo Humano da província de Formosa –, o INAI implementou um projeto de fortalecimento das atividades de atenção primária da saúde dos agentes sanitários e parteiras tradicionais indígenas. Cinco anos depois, em 2000, o Ministerio de Salud de la Nación impulsou o “Programa de Apoyo Nacional de Acciones Humanitarias para las Poblaciones Indígenas” (ANAHI) que pretende “*pôr em prática o artigo*

da lei indígena nacional 23.302 que garante o direito à saúde das populações indígenas”. Concretamente, trata-se de uma mudança de nome e uma substituição dos responsáveis em relação ao anterior “Programa de Salud dos Pueblos Indígenas”; isto se deve a fato de o ANAHI apontar ao estabelecimento de um sistema de atendimento básico baseado no trabalho de agentes sanitários indígenas comunitários; tarefa que, mesmo com deficiências⁸⁰, já tinha sido executada em 1995.

1b Educação

Em matéria educativa, editaram-se alguns alfabetos e demais materiais didáticos em línguas nativas. Os planos concentraram-se prioritariamente na distribuição de bolsas estudantis com o fim de possibilitar o acesso dos estudantes indígenas aos níveis de formação. Assim, em articulação com o Ministerio de Educación Nacional, e instituições semelhantes das diferentes províncias, o INAI promoveu bolsas de nível médio e, em menor medida, outorgaram-se bolsas para os níveis terciários e universitários. Em 1997 se iniciou o “Programa de Apoyo a la Educación Intercultural Aborigen”, que consiste na implementação de um programa de bolsas destinadas a alunos indígenas regulares em escolas de nível médio e que foram apresentados pelas próprias comunidades e organizações indígenas. As bolsas contemplam subsídios para os estudantes (no valor de \$60), para um tutor, que acompanhe um grupo de estudantes por período letivo, e para a realização de oficinas específicas com os professores de nível médio.

Conseguiram realizar 32 projetos deste tipo nas províncias de Buenos Aires, Chaco, Chubut, Formosa, Jujuy, Neuquén, Río Negro, Salta, Misiones e Santa Fe⁸¹, que beneficiaram em sua totalidade 617 alunos. Em relação aos níveis terciário e universitário, o programa de bolsas alcançou apenas 78 estudantes (\$200 para o mesmo período) repartidos nas províncias de Chaco, Chubut, Jujuy, Neuquén, Río Negro, Salta, Santa Fe, Tierra del Fuego e Tucumán. Teve lugar a criação da “Comunidad Educativa Intercultural”, constituída por representantes dos setores envolvidos (pais, tutores, docentes, diretores, representantes de organizações da Comunidade), e que teve a seu cargo a responsabilidade de gerenciar cada projeto, tanto nos aspectos educativos, como econômicos. Também foi responsável pela avaliação final de cada projeto. Para a avaliação dos programas de educação, realizaram-se em dezembro de 1996 e 1997 diferentes oficinas de “comunidades indígenas e educação”, com a participação de tutores, docentes, professores bilíngües, pais e dirigentes indígenas dos povos Toba, Pilagá, Mocovi, Wichi, Guarani, Mapuche, Tehuelche Diaguita-Calchaqui, Kolla e Tupi-Guarani. Este sistema de bolsas foi se desgastando durante a concessão das mesmas: o dinheiro chegou com atraso a seus destinatários,, situação que se agravou a partir do ano 2000.

⁸⁰ No caso do assentamento de Almafuerde e Travessía, de Rosario, o vice-presidente da associação Qom recebeu capacitação como agente sanitário; não renovaram sua designação e até o presente, continua atuando uma jovem da segunda geração, que realiza práticas no Centro de saúde mantido pela Prefeitura e que manifesta não receber nenhum tipo de subsídio especial como agente sanitário.

⁸¹ No assentamento, esta função de tutor está sendo desempenhada por Miguel, da Cooperativa de Trabalho, que desempenha suas tarefas com altos e baixos pela instabilidade dos subsídios.

Quanto à formação docente, o INAI, em convênio com a Dirección de Educación Primaria da província de Santa Fe, outorgou apoio técnico e financeiro para a formação de professores bilíngües dos povos Toba, Wichi e Mocovi no Centro de Investigación y Formación para la Modalidad Aborigen (CIFMA). Por ocasião do meu trabalho de campo, acompanhei em todas as instâncias os professores bilíngües e os membros do conselho indígena (Escola Taigoché). As entrevistas tiveram lugar na Supervisión de Escuelas Primarias de Rosario e o Ministerio de Educación da província de Santa Fe, por ocasião das gestões para a implementação desta modalidade bilíngüe; sem que se tenha concretizado até o momento. Assim mesmo, em fevereiro de 2003 participamos, junto à Comunidade Toba de Rosario, da avaliação deste Programa no INAI, resultando daí um debate e um documento elaborado pelos representantes indígenas. O estudo desta problemática, junto a outras três situações sociais, será tratado no próximo capítulo.

1c terras

Em 1996 foi lançado o Plan Nacional de Comunidades Aborígenes, cujo ponto central foi a questão da terra. De acordo com as declarações oficiais, o plano se propunha medir e escriturar as terras *“para que as comunidades exercessem o direito de propriedade comunitária estabelecido pela Constitución Nacional de 1994”*. Num prazo de dois anos aspirava-se a completar a entrega de 250.000 hectares, e ampliar esta cifra nos anos posteriores até alcançar no total 2.000.000 de hectares. Para levar adiante este projeto, no mesmo ano foi implementado o Plan Nacional de Regulación de Tierras Fiscales destinado às comunidades indígenas residentes nas províncias de Chubut, Jujuy e Río Negro. Entretanto, até o momento não há avanços significativos neste ponto em nenhuma das três províncias⁸².

1.d. Participação indígena

Como se depreende do exposto até aqui, a participação indígena tem sido limitada em termos gerais devido a que os diferentes níveis do Estado no arbitram os meios para garantir tal participação. Contudo, muitas das políticas indigenistas são o fruto da pressão exercida pelas lutas e demandas levadas adiante pelos diferentes Povos em cada instância de participação que lhes é possível. Assim, as políticas indigenistas, especialmente as implementadas através do INAI, parecem apontar mais a cumprir um plano de “contenção” das

⁸² Em 2001, em Chubut, foi entregue um único título de propriedade à comunidade Mallín, por uma área de 9.082 hectares. O título fixa a proibição de alienação das terras por um prazo de 20 anos, contrapondo-se ao artigo da Constitución. A participação indígena tem sido negada de fato, apesar de o decreto 109/97 criar a figura de mediador indígena no processo de verificação e mensuração. O Instituto Autárquico de Colonização não oferece às comunidades informação suficiente e impõe os limites das terras sem consulta prévia às comunidades. Em Jujuy, se avançou na constituição da Comissão de Participação Indígena (CPI). Há que se destacar que este avanço deve-se à ativa e massiva participação dos povos Atacama, Kolla e Omaguaca. Em Río Negro, se constituiu uma equipe “Coordinador Operativo de Campo”, a cargo de Mapuches. O mesmo avança em reuniões informativas para as comunidades, mas até o momento não se realizaram mensurações, nem entrega de títulos (ibid.).

demandas e de assistência às necessidades mais urgentes, que a se constitui num espaço de participação real e efetiva dos Povos Indígenas na tomada de decisões sobre questões que os atingem diretamente. Apesar de persistir em seu papel tutelar em relação às populações indígenas, o INAI fez algumas tentativas de gerar espaços de participação com claras contradições, merecendo sua atenção os seguintes:

- Durante 1997 lançaram-se em forma paralela o **Programa de Participación de Pueblos Indígenas” (PPI)** e o CENOC. O PPI, financiado pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Nação, apontava a arbitrar os meios para levar adiante uma consulta ampla aos Povos Indígenas sobre os diferentes temas que lhes incumbem, que seria elevada às autoridades nacionais para que as contemplassem nas futuras políticas indigenistas. O desenvolvimento do Programa implicou a participação de comunidades e organizações indígenas e indigenistas, realizando alguns encontros locais e regionais que culminaram num Encontro Nacional que teve lugar em setembro de 1997. O resultado desse encontro, que reuniu cem representantes de comunidades e organizações indígenas, consistiu na elaboração do Documento do Foro Nacional em que se acordaram três reivindicações básicas: “povos indígenas”, “território” e “organização” (as conclusões foram entregues ao Poder Executivo Nacional através do Secretário de Desenvolvimento Social da Presidência da Nação, que informou à Comissão de População e Recursos Humanos e de Economía e Desenvolvimento Regional, da Câmara dos Deputados da Nação).
- Também através do CENOC foi lançado um programa de capacitação de dirigentes indígenas, financiado por uma doação do Banco Mundial, outorgada pelo Fundo para o Desenvolvimento Institucional (IDF Grant for Indigenous People in Argentina), cujo objetivo declarado era: *“O fortalecimento de instituições e comunidades indígenas com o fim de melhorar sua participação na tomada de decisões em projetos autogestionados, governamentais e aqueles financiados pelo Banco Mundial”*. Para alcançar tal objetivo orientou-se à *“capacitação para o planejamento, execução e avaliação de projetos de etnodesenvolvimento, fortalecimento da rede de instituições representativas dos povos indígenas e fortalecimento da relação entre estes, o Governo e o Banco Mundial, no que diz respeito aos projetos de desenvolvimento”*. Este programa alcançou pouco mais de uma dezena de dirigentes relacionados pelo Instituto, sendo marginada de participação a ampla maioria do setor indígena.

Ambos os programas, devido à participação seletiva, provocaram confusão e confrontos entre os representantes de base dos Povos Indígenas. Esta situação conflitiva se aprofundou um ano mais tarde quando o INAI criou o Consejo de Pueblos Indígenas (CPI), designando arbitrariamente seus integrantes. O CPI foi criado pelo INAI em 1998 como resultado de uma sentença judicial que impunha a efetiva participação indígena no Instituto, tal como estava estipulado na lei. Diante desta pressão, o INAI designou um grupo, que considerava representante dos diferentes povos indígenas do país, para constituir o CPI. Tal

designação foi realizada sem consultar e sem oferecer oportunidade de participação no processo de seleção às comunidades e organizações indígenas. Por isso as mesmas repudiaram e desconhecem a representatividade dos dirigentes designados. Supostamente, o Conselho designado tem caráter transitório e rege até que se realizem novas eleições. No entanto, a concretização de tal processo eleitoral permanece subordinada à decisão do INAI.

- Outra questão contraditória relaciona-se ao reconhecimento da condição de pessoa jurídica das comunidades indígenas: situação ambivalente se tomarmos em conta que o reconhecimento que outorga o INAI é obviamente da órbita do Estado Nacional, o que gera uma situação paradoxal se considerarmos que as comunidades são reconhecidas pelo INAI, mas não pelos Estados provinciais. Até o reconhecimento constitucional de 1994, as organizações indígenas se inscreveram na Dirección de Personas Jurídicas provinciais, tomando na maioria dos casos a forma de associação civil. Sob este regime legal, contam com personalidade jurídica provincial as comunidades das províncias de Misiones, Chaco, Formosa, e Neuquén. Em troca, em Chubut, Salta, Río Negro, Santa Fe e Tucumán são escassas as que contam com este status jurídico. Ainda que bem intencionados, o certo é que os critérios para outorga da condição de pessoa jurídica foram elaborados por um grupo de técnicos do organismo estatal, ignorando mais uma vez a importância da participação indígena na implementação de políticas que os afetam.

Como tínhamos explicitado na análise da lei 23.302, em 1995 foi decretada a Resolução 781 que criou, sob a órbita do INAI, o Registro Nacional de Comunidades Indígenas (RENACI), destinado a manter atualizada a relação de comunidades inscritas e não-inscritas. A inscrição da pessoa jurídica no RENACI gera isenções no pagamento de impostos nacionais sobre as terras, bem como do imposto de renda e sobre o valor agregado. Um ano mais tarde, foi decretada a Resolução **SDS 4811/96**, que modificou o tratamento do tema, já que o INAI, em vez de outorgar procuradorias jurídicas, reconhece a preexistência das comunidades. O estado de Santa Fe não reconhece sua promulgação.

Existem atualmente mais de 800 comunidades indígenas no país e a maioria carece de reconhecimento legal como comunidade indígena. Entre elas destacamos: a totalidade das associações do assentamento de Almafuerde e Travesía de Rosario, incluindo as cooperadoras das escolas Juan Diego e a Taigoché, onde se instrumenta a modalidade bilíngüe; as diferentes nomeações das Igrejas Evangélicas aí funcionando e as organizações dos abrigos sociais onde residem o Plano Chefes e Chefas de Família. No entanto, no caso das reclamações pelos terrenos no assentamento de Almafuerde e Travesía de Rosario, o próprio INAI, através de sua delegação provincial, exige como condição para implementar uma ação de restituição do terreno ocupado por mais de vinte anos pelos Toba, a constituição da personalidade jurídica de uma associação que represente à totalidade das organizações internas para tal reivindicação. Este tipo de exigência serviu para aprofundar conflitos internos

de representatividade entre *criollos* e indígenas, enfrentamentos interétnicos, gerando divisões internas em função do tempo de permanência e ocupação do espaço insuficiente. Retomaremos esta questão no capítulo seguinte.

Os projetos de “desenvolvimento” e a cooperação internacional

O INAI atua como contraparte em diferentes projetos de “desenvolvimento” impulsionados por agências internacionais, destinados a melhorar as condições de vida dos povos indígenas. Desde 1997, foram criados três programas com financiamento estrangeiro: o “Projeto de Desenvolvimento Integral Ramão Lista”, o “Componente de Atenção à População Indígena” do Programa de Atenção a Populações Vulneráveis, e o “Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Indígenas e Proteção da Biodiversidade”. Exporemos a seguir as particularidades de cada um deles e sua implementação:

O “**Projeto de Desenvolvimento Integral Ramão Lista**” conta com financiamento da União Européia (8.600.000 ECO durante quatro anos com contrapartida nacional) e é destinado à população Wichi de Formosa. Visa ao melhoramento da qualidade de vida das comunidades através da construção de moradias e edifícios comunitários, assessoramento e recursos para obter o auto-abastecimento de hortas e granjas, e também para o desenvolvimento da apicultura e da criação de animais menores. O objetivo explícito do projeto é *“melhorar as condições de vida das comunidades Wichi, a partir da ativação de um processo de desenvolvimento endógeno e auto-sustentado que aponte à conservação de sua identidade cultural”*. No ano 2000 se pôs em marcha este projeto, começando pelo melhoramento das moradias e pelo abastecimento de água. O atraso no início deveu-se à demora na disponibilidade dos fundos. Estima-se que os benefícios do Projeto alcançam 6.000 pessoas da população Wichi (sem esclarecer a que localidade foi destinada).

O “**Componente de Atendimento à População Indígena**” do Programa de Atenção a Populações Vulneráveis conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 5.000.000 em caráter de subsídio, para um período de três anos e com contrapartida nacional. O mesmo focaliza os recursos de financiamento na região noroeste, isto é, na selva tucumano-oranense e no Parque Chaquenho árido das províncias de Salta, Chaco, Formosa e Jujuy. Tal focalização obedece ao fato de que mais de três quartos da população indígena não-urbana concentra-se nas regiões citadas. Os departamentos comprometidos com o projeto são os de NBI (necessidades básicas insatisfeitas), o mais alto de todo o país. O programa beneficia comunidades indígenas assentadas nessa zona que pertence a diferentes povos. Seu objetivo é *“fortalecer a capacidade de gestão operativa das organizações indígenas de base e de segundo nível”*; apontando para o fortalecimento institucional, pequenos projetos e elaboração de materiais de apoio para acompanhamento de projetos. Até o momento têm se realizado majoritariamente diagnósticos sociais, reuniões de capacitação para a tramitação de registro de pessoa jurídica e o desenho dos projetos (sem esclarecer em que comunidade, nem localidade).

O “**Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Indígenas e Proteção da Biodiversidade**” conta com um financiamento de US\$ 6.000.000 aportados pelo Banco Mundial, mais um compromisso de aporte por parte do Estado Nacional. O objetivo deste projeto é “melhorar a qualidade de vida das comunidades indígenas, fortalecendo suas organizações sociais e culturais e assistindo na redução da pobreza”. Este objetivo pretende ser alcançado através da promoção do “desenvolvimento sustentável com identidade”. Estabelecem-se para sua execução três áreas indígenas protegidas nas províncias de Neuquén, Tucumán e Salta, como “programas experimentais sobre os quais o Banco Mundial, as entidades de governo e as comunidades indígenas poderão tirar lições sobre proteção, co-manejo dos recursos naturais, desenvolvimento sustentável, instrumentos culturalmente apropriados para a redução da pobreza e o fortalecimento de organizações e comunidades indígenas”. Como nos anteriores, o informe não especifica a localização de sua implementação.

Como já observamos anteriormente, a lei nacional faz o mesmo, fixando como de *“interesse nacional a atenção e apoio, a defesa e desenvolvimento dos aborígenes e comunidades indígenas existentes no país”*. A finalidade explícita desta lei é *“a plena participação no processo socioeconômico e cultural da nação”*, preservando os valores e modalidades próprias. Para isto estabelece quatro áreas prioritárias: política de terras, questões produtivas, educação e saúde. Dentro destas áreas dever-se-iam desenvolver os “planos” que a lei procura implementar, e que deveriam permitir o *“acesso à propriedade da terra e o fomento de sua produção agropecuária, florestal, mineral, industrial ou artesanal em qualquer de suas especializações, a preservação de suas pautas culturais nos planos de ensino, e a proteção da saúde de seus integrantes”*.

Desta maneira, quando deveria estabelecer normas para os Povos Indígenas, o Estado concebe-se a si mesmo –frente a este tipo particular de cidadão – como agente educador e como agente provedor de recursos e assistência. Esta concepção, tanto dos Povos Indígenas quanto da relação do Estado com eles, resulta em uma legitimação das práticas protecionistas e tutelares⁸³ que finalmente atentam contra o respeito à autonomia e autodeterminação dos povos.

Quadro de avanços legislativos nacionais e provinciais⁸⁴

ANO	Leis indigenistas	Jurisdição
1985	Lei 23.302 de “Política Indígena e Apoio às Comunidades Aborígenes”	Nacional
1984	Lei 426 “Integral do aborígene”	Província de Formosa
1986	Lei 6.373 de “Promoção e desenvolvimento do aborígene”	Província de Salta
1987	Lei 3.258 “Lei do aborígene”	Província de Chaco
1988	Lei 2.287 “Integral do Indígena”	Província de Río Negro

⁸³ Para aprofundar o tema, vide: Oliveira, 1983 e 1988; Lima, 1995.

⁸⁴ Este quadro pertence a Mombello, L – 2.002 (Op. Cit.)

1989	Lei 2.727	Província de Missões
1991	Lei 3.657 “Estabelecimentos de normas tendentes à preservação social e cultural das Comunidades Aborígenes”	Província de Chubut
1993	Lei 11.078	Província de Santa Fe

As leis provinciais não alcançaram um grau importante de aplicação na totalidade de seus artigos e nem todas chegaram a ser regulamentadas. Inclusive, em muitos casos, a sociedade política não arbitrou os meios necessários para uma efetiva e plena aplicação da lei. Disto se depreende que, tendo criado em várias instâncias locais o marco jurídico necessário para atender a especificidade da população indígena, as leis não se traduziram diretamente em diretrizes de políticas sociais destinadas ao setor. No entanto, além da escassa repercussão da legislação específica na vida efetiva das populações indígenas, estes antecedentes são importantes na medida em que resultaram das lutas e demandas dos povos por seu reconhecimento. Ao mesmo tempo, outorgam um novo espaço para legitimar as ações e petições dos indígenas em relação à necessidade e à importância do reconhecimento das particularidades.

Como podemos inferir, ainda que as leis provinciais não sejam idênticas, em seu conjunto apontam para o desenvolvimento do setor indígena visibilizando-o como mais sujeito à vulnerabilidade dentro da população argentina. Neste sentido, nos textos das leis abrandam as referências à “extrema pobreza”, à “miséria”, “marginalidade e atraso” do setor indígena em relação “ao conjunto da população”. Em concordância com estas conceitualizações, as leis tendem a garantir, por exemplo, “a propriedade da terra e outros recursos produtivos em igualdade de direitos com os demais cidadãos”. Eis por que o que se entende como “participação indígena” nestas leis se reduza ao acesso deste setor aos benefícios de que (supostamente) goza o conjunto da cidadania.

Nos enunciados de todas as leis insiste-se na “preservação”, “melhoramento”, “promoção”, “respeito”, “desenvolvimento”, e “participação” dos Povos Indígenas. Esta série de declarações discursivas parece atender à necessidade de reconhecer a existência de um tipo particular de cidadão. A tutela é exercida de certa maneira, é legitimada pelos próprios regulamentos de funcionamento dos organismos e articulada desde o Estado segundo os funcionários que o próprio governo escolhe. Destacamos, assim, o ocorrido na província de Santa Fe, onde o recém-eleito Diretor Provincial de Assuntos Indígenas foi designado sem prévia consulta às organizações indígenas ou às instituições locais; e sobre quem, apesar de residir na cidade de Rosario, as diferentes organizações sociais coincidem em assinalar um desconhecimento das atividades que empreende – conforme foi expresso nas gestões levadas a cabo para a regularização do terreno.

No caso da província de Santa Fe, existe o organismo OCASTAFE (Organização de Comunidades Aborígenes da Província de Santa Fe), integrado por Toba e com participação Mocovi, considerados pelo governo como os legítimos “povos originários” da província, aprofundando os

enfrentamentos históricos de representatividade com os Toba e reforçando o tema dos migrantes indígenas das “outras províncias”. Segundo seus dirigentes, a criação foi impulsionada pela Associação de Amigos do Aborígene (AADA)⁸⁵ da província do Chaco que regulamentarmente depende do INAI. As reivindicações são apresentadas à Direção Provincial de Assuntos Indígenas, centrando suas reclamações na falta de promulgação da lei Indígena provincial e os organismos de competência formais. Em entrevistas recentes com as autoridades responsáveis da Secretaria de Desenvolvimento Social da Província de Santa Fé, se evidenciou o desconhecimento da situação social dos grupos indígenas que compõem a população urbana, sua particularidade, composição e demandas básicas insatisfeitas, expressando uma “grande preocupação humanitária” com a questão fundiária e os vários conflitos que envolvem as reivindicações indígenas⁸⁶.

1.9 Uma breve abordagem dos agentes intermediários do INAI⁸⁷

A partir destas aproximações legislativas fica clara série de dilemas, sendo um dos mais problemáticos aquele gira em torno de como articular direitos diferenciados com igualdade cidadã, e qual é o papel do Estado neste sentido. O organismo oficial INAI, em entrevistas sobre a administração das políticas de assistência na figura de seu diretor⁸⁸ e do advogado responsável pela questão

⁸⁵ Esta organização foi criada em 1963 como parte do Consejo Asesor Provincial de la Provincia del Chaco para el Aborígen, inspirado nos princípios indigenistas de René James Sotelo (1965), com claros conteúdos de “aculturação planificada”, assegura que o papel do antropólogo é a chave para a incorporação do indígena à Nação.

⁸⁶ OCASTAFE denunciou que Reuteman, então governador de Santa Fe, não somente não cumpria a legislação vigente (Lei Provincial N° 11.078), como “no ha contestado a innumerables pedidos de reuniones, designando en representación al Secretario de Seguridad, de quien se tienen iniciadas acciones judiciales por sospechas de pertenecer a los cuadros de la llamada Guerra Sucia” – Boletín de pueblos indígenas (maio e novembro de 2000).

⁸⁷ Instâncias de participação de indígenas no INAI, levantamentos bibliográficos e entrevistas obtidas em visitas ao organismo oficial (INAI) e às ONGs. (Endepa, Incupo e SERPAJ), entidades domiciliadas na Capital Federal, em diferentes momentos: na transição do Governo Nacional do Dr. De La Rúa (co-autor da lei Indígena Nro. 23.302/85, enquadrada dentro do Indigenismo Integracionista); quando de maneira inédita cogitou-se a incorporação de profissionais antropólogos na direção do organismo, prevista para o mês de março de 2001; e posteriormente, por ocasião do trabalho de campo (2002/2003). Participei de atividades com agentes delegados do Serpaj no assentamento e de uma oficina e diferentes reuniões no INAI.

⁸⁸ Em agosto de 2003, o então Diretor do INAI dizia: “sobre la política de Estado para el mundo indígena legalmente no existe la ley (23.302) a pesar de los acuerdos y tratados internacionales... Como integrante del gobierno Kirchner (propongo) efectivizar el reconocimiento de las naciones pre-existentes en el otorgamiento de sus derechos y calidad de vida, con igualdad de oportunidades, tendiendo a um cambio de “esos sectores marginales”. Estudiar la aplicabilidad de la ley y la estructura do INAI, darle más protagonismo al Consejo de Comunidades para conocer sus vivencias y necesidades, en una palabra, darle al organismo um carácter participativo: tanto a criollos o blancos, que les permita desarrollar Derecho social, condiciones indígenas, población de villas, zonas pobladas”. Soy de Rosario (sic) ... “Chaco se los saca de encima...” a los habitantes de Avenida da Travesía e Rouillón. **Educación:** envío de becas, polimodal y de 7° Grado para adelante, existen 5.000 becas atrasadas y alfabetización. La Dra. Kirchner está desarrollando una experiencia con jóvenes y adultos por cinco meses... Centraré mis actividades en un anteproyecto de ley y una biblioteca aborígen (recepción de artículos de las etnias existentes...). Estoy pensando en una Unidad des-centralizada para impulsar Cooperativas de Trabajo, pienso las Cooperativas como disminución del desempleo,

de terras desde 1996 – de relativo tempo de funcionamento – tem herdado, da Dirección de Asuntos Indígenas, uma organização burocrática de redes sociais e redes regionais nas diferentes dependências provinciais, esgrimindo uma retórica de “falta de recursos”. Não conta com fontes ou dados próprios, salvo os obtidos por laudos técnicos pontuais e/ou com fundos do Banco Mundial (Documento N.3 de Pulmarí, o mapa da distribuição de recursos), sendo as fontes e dados pelos quais se guia obtidos do Endepa (os censos projetados, mapas de localização das populações), e o controle dos Projetos de desenvolvimento do PPI (Proyectos de Pueblos Indígenas).

Neste sentido cabe assinalar que as linhas de trabalho do organismo religioso Endepa⁸⁹ enquadram-se dentro de um indigenismo assistencialista e “de regime tutelar” (Oliveira, 1988:222-238), e mesmo quando em seus discursos declama uma teoria “integracionista” de preservação dos valores culturais indígenas, não passa de retórica que, na prática, é contraditória, como a participação denominada “de pasillo”, à época da Constituinte de 1994 em Santa Fe e Paraná, de acordo com o manifestado em entrevistas pelos próprios participantes⁹⁰. O único banco de dados existente sobre indigenismo encontra-se localizado no SERPAJ (Servicio de Paz e Justicia), tratando-se na maioria dos casos de material de testemunho de violações aos direitos humanos, denúncias de invasão, críticas aos organismos oficiais provinciais e nacionais,

en acuerdos com organismos financieros que soporten cooperativas y retomen los vínculos solidarios. Tierras: pienso en el otorgamiento de personerías jurídicas contra el avance de terratenientes. Convenio com el Confer (radios comunitarias aborígenes), entrega de equipos para desarrollar actividades periodísticas. Pienso en un Cable Indígena desde Jujuy, en la Quebrada de Humahuaca e proyectos para trabajar sobre comunidades en participación... todavía no he podido salir a los diferentes lugares en que viven las comunidades “.. han perdido grande parte de sus vivencias y han cortado las raíces de lo que han visto crecer ...” las municipalidades y los organismos responsables en salud, vivienda y educación. **Educación:** enseñanza bilingüe en la primaria y capacitación de los dirigentes en salud y prevención por el Estado de marginalidad, condiciones de hacinamiento.. denuncia de violación de derechos humanos como excepcionalidad. Todo lo que está atrasado, el trámite sobre titularidad de la tierra, no solo para esta comunidad, junto con el plan arraigo (Hector Menton) para problemas principales...”. O atual diretor do INAI é o Sr. Pereda, com ampla experiência em desenvolvimento junto à Endepa, regressou como Diretor do organismo sem que hajam sido dirimidos os processos abertos pela Comissão de Corrupção da gestão menemista.

⁸⁹ Em entrevista, a sua diretora manifestava: “El origen de Endepa fué por voluntad del Papa en 1985”. O material facilitado sobre funções e atribuições expressa: “Pueblos Indígenas y Estado Nacional: un camino hacia el pleno reconocimiento...” enumerando desde 1984 a 1991 as leis Provinciais promulgadas nos estados com seu número de resolução em cumprimento do Art. 75 inc. 17. Consultada sobre os antecedentes de funcionamento da Igreja Católica nas províncias de Río Negro e Neuquén e a missão desenvolvida pelos Bispos Esayne e de Navares – que nos anos 70 alinharam-se aos princípios da Igreja da Libertação – referiu não conhecer esses antecedentes, insistindo na conveniência de me dirigir à Central do Chaco. Quando, seguindo suas indicações, procurei maior informação sobre a entrega de 150.000 ha em Pampa del Indio – Chaco, prevista para 19 de Abril de 2000, não obtive resposta. A sensação é de estar numa dependência do mesmo organismo oficial, o mesmo discurso e a resistência em oferecer informação amparada em termos burocráticos.

⁹⁰ Na mesma entrevista manifestava: “... El tema del tratamiento de tierras y personería jurídica depende de un abogado o asesor jurídico. El tema de educación, se refiere básicamente a la atención de “la cultura” y “becas“...*siempre a propuesta de los grupos...*” para estudos de nível secundário, terciário e universitário. Através das Secretarias de Ação Social provinciais se dá cobertura de saúde gestionando pensões e documentações. Também tem-se implementado o Programa de Participación Indígena (PPI), que prevê o funcionamento formal do Consejo Indígena, O funcionamento das oficinas do PPI é de responsabilidade de Endepa.

publicações das agências internacionais, publicações de revistas e jornais nacionais ecumênicos, etc., que determinam os contornos. A maioria dos trabalhos encontrados estudam os processos de socialização nas culturas indígenas sem tomar consciência de que são produto de um processo similar.

Poderia inferir-se que o objetivo consiste, unicamente, na restituição das terras, sendo este um aspecto da tarefa de proteção das terras indígenas correspondente ao INAI. Interessa-nos destacar que a maioria das reservas indígenas está invadida por particulares interessados na exploração hoteleira, por empresas petrolíferas, e inclusive pelo próprio Exército, contra o que existem juízos; assinalamos sobre este último, o caso de Pulmari, que se apropriou das terras na época das intervenções militares em Neuquén, sem que o organismo oficial disponha de uma resolução favorável apesar dos levantamentos⁹¹ “regulares” realizados sobre essas invasões, e ainda que se tenha traçado algum plano para sua retirada. Os contratos de cessão ou arrendamento nestas áreas são um negócio altamente lucrativo para os interesses de quem os detêm e se consolidam amparados em exceções permitidas pelo próprio Estado, através de pressões econômicas em favor de caudilhos regionais. Todas estas invasões por parte de latifundiários ou de empresários hoteleiros às comunidades indígenas deveriam fazer refletir os indigenistas e antropólogos que têm conduzido as críticas pela inação do organismo, pela falta de aplicação das disposições legais e pela atuação ou ineficácia dos organismos oficiais que afirmam como politicamente inoportuno discutir estas políticas, argumentando que qualquer modificação seria em detrimento dos interesses indígenas.

De alguma maneira alimenta-se a crença de que a “salvação” dos índios depende de uma ação paternalista e altruísta por parte do Estado, passível de ser acionada quando pessoas de bem forem responsáveis por uma instituição. As ações da Comissão de Corrupção, iniciadas em março daquele ano e de acordo com a informação recebida por ocasião da nossa pesquisa no organismo, assinala e demonstra a veracidade dos comentários de corredor e dos interesses econômicos que estão em jogo⁹². Segundo expressões dos entrevistados no organismo, é criticável a “falta de representatividade” dos dirigentes indígenas e “suas práticas de corrupção e Colaboração” durante a última ditadura militar. Em entrevistas com o Assessor Legal e Responsável pelas terras, este negou todo tipo de informação, alegando que a documentação oficial requerida sobre o estado de terras outorgadas e em tramitação de outorgamento, “somente podia ser obtida com prévia autorização do Ministro de Desarrollo”. Posteriormente fui informada que estavam atravessando um processo administrativo, com duas auditorias: uma interna e administrativa, e a outra solicitada pela Comissão de Corrupção.

⁹¹ Doc. Nº3 Problemas y oportunidades para el fortalecimiento y desarrollo de Comunidades Mapuches en los bosques Andino-patagónicos de Neuquén. Visita de reconocimiento: febrero de 1999.

⁹² Como também é significativo o anúncio da lei de Indulto e Punto Final aos responsáveis da Guerra Sucia, pronunciada pelo Presidente Menem em 1989 em San Martín dos Andes (Neuquén), quando delegações de Comunidades Mapuches, do AIRA, representantes indígenas de toda Latino-américa, e delegados oficiais aguardavam a prometida “entrega das terras” à Comunidade de Curruhuinca no marco da X Reunião do Instituto Indigenista Interamericano (estive presente em caráter de observadora).

O resultado desta falta de compreensão ou etnocentrismo ideológico é o que Bartolomé (1981:112) denomina “travestismo de compreensão cultural”, ao referir-se aos antropólogos ou indigenistas quando projetam seus sistemas de valores sobre as categorias superestruturais indígenas, tornando-as incompreensíveis ao não poder percebê-las. Responsabilizar exclusivamente o INAI pela lentidão em garantir as terras aos índios seria arbitrário, incorrendo em erro, além de descontextualizar o organismo frente às conjunturas do Estado argentino e às características atuais da política fundiária; uma miopia sociológica que pode conduzir a propostas políticas muito perigosas, ainda que bem intencionadas. Existe a crença bastante difundida de que melhor seria a situação dos índios se o exercício da tutela estivesse mais próximo dos centros de poder do país. Em outras ocasiões tem se avaliado a passagem do INAI, ou do “problema indígena”, do âmbito do Ministerio de Bienestar Social a uma Secretaria da Presidência da Republica, como uma decisão que beneficiaria os índios.

Acreditamos pelo contrario, e os fatos o revelam, que uma alta porcentagem das áreas indígenas já reconhecidas pelo INAI estão esperando a aprovação e homologação da Presidência, o que sugere que seus critérios são mais restritivos para os índios dos que foram os acionados pelo INAI – que esgrime em seu Memorial 1995-1999 a “intensificação do diálogo com as comunidades indígenas e os governos provinciais”, em cumprimento do Art.75 inc.17 e desde o Ministerio de Desarrollo Social y Medio Ambiente, dependente de Presidência da Nação -. Qual é em realidade a eficácia da lei? Desde 1989, um conjunto heterogêneo de atos jurídicos e administrativos parece ter invertido o significado de alguns de sus pontos cruciais. Tais normas, com o pretexto de regular aspectos da aplicação da lei, de fato modificaram sua natureza, subordinando as diretivas e preocupações às conjunturas da política oficial. Neste marco, estabeleceram-se ingerências de controle de polícias provinciais que intervêm em conflitos de terra nos quais sentem-se ameaçados os não-índios, exemplos como este, em diferentes áreas de atuação, demonstram que a legislação ou o INAI não podem ser os únicos ou os principais responsáveis pelo destino dos índios. Esta divisão de competências somente tem servido para confundir as expectativas dos índios, inibindo suas reivindicações a respeito da terra e dando-lhes, fundamentalmente, a impressão de que não dispõem de um interlocutor visível que, não apenas os receba ou os escute, mas que além disso os respeite e dialogue com eles.

Como fica manifesto, as políticas indígenas vigentes encontram-se enquadradas dentro do contexto de uma realidade político-social surgida num período da história argentina marcado pelo autoritarismo e a exclusão de amplos setores da sociedade dos processos de elaboração e execução das políticas oficiais. Uma análise política nos conduz a ressaltar que essas legislações foram impostas aos índios como um conjunto de regras que estabeleciam seu modo de existência na sociedade, regulando sua relação com outros grupos sociais. Estas leis não passaram por um processo mais amplo de discussão, nem foram resultado de uma maior ampliação da consciência pública. Sua base de legitimidade foi reduzida, seu resultado não dependeu de uma consulta ampla aos próprios interessados, os índios; nem da incorporação

de maiores subsídios de outros grupos também interessados ou enfrentados a eles (como os estancieiros, colonos, ocupantes efetivos, empregados dos organismos administrativos ou de colonização, missionários ou antropólogos). Pelo contrário, enfatizaram-se os conflitos ideológicos internos ao grupo de poder negando-lhes espaço para uma ação aparentemente altruísta, como é o caso da legislação de Santa Fe, que tem desconhecido a necessidade social ou econômica direta das comunidades indígenas, suas reclamações e seu papel preponderantemente reivindicativo.

Á arbitrária organização político-administrativa imposta pela colonização européia, sucedeu outra ainda mais arbitrária já que carecia da duvidosa legalidade que outorga o direito de conquista. Poderia se dizer que o modelo do **Estado de Conquista** foi continuado por outro, caracterizável em termos de *Estado de Expropriação*, que implicou a usurpação do controle político dos diversos âmbitos territoriais por parte de uma classe que definiria o caráter “nacional” dos Estados com base na afirmação de sua auto-imagem e do marco de referencia ocidental. A pátria do *criollo* não foi a mesma para o índio, idéia sintetizada no principio de “Civilización y Barbarie” de Sarmiento ou o pensamento inspirador de Lugones. Para os dois casos, Bartolomé (1996), ao referir-se à questão étnica na América Latina, assinala que as populações indígenas se viram deslocadas da possibilidade de aceder a uma participação ativa na construção do Projeto Nacional, apesar de terem participado massivamente das guerras de independência. A presença indígena careceu de um modelo sociopolítico que a contemplasse em sua matriz organizativa, e os Estados se constituíram como formações uninacionais⁹³.

Existe uma copiosa bibliografia e numerosos documentos escritos no Archivo de la Nación produzidos pelo Perito Moreno, que realizou uma série de viagens científicas que culminaram em 1879 com sua designação para chefe da Comisión Exploradora de los Territorios del Sur. Os relatos de Mtrs. Musters⁹⁴ e o clássico escrito do Coronel. Lucio V. Mansilla⁹⁵ marcam uma influência notável, de conseqüências culturais e políticas para o tratamento da questão que nos interessa. Cada uma dessas viagens, com sua prolixa descrição de solos, aguadas, pastos, fenômenos atmosféricos, sendas, etc., serviram para conhecer a natureza do *deserto* e adquirir parte do conhecimento indígena em

⁹³ Antes de deixar o poder, Rosas expôs suas idéias sobre o problema da fronteira inspiradas em idéias “humanitárias” e libertárias frente às sucessivas entradas dos índios nos povoados e a sua participação nos diferentes bandos das guerras civis. Aproveitando estas evidências e as especiais circunstâncias políticas, elaborou um plano de avanço militar até o rio Colorado com uma força expedicionária de resultados exitosos. Constituindo-se no antecedente político militar que prefigura a ocupação de 1879 pelas forças de Roca, sentava uma linha de pensamento *científico* que auspiciava os melhores resultados para a causa do *progreso blanco*; e serviu, no plano econômico, para legitimar a entrega de terras públicas em caráter de *graça*, aprofundando o processo de concentração da propriedade territorial, iniciado pela *enfiteuse* rivadaviana.

⁹⁴ “Vida entre los patagones”, publicado em 1870 – reeditado pela Biblioteca Centenaria de la Universidad Nacional del Plata, em 1921.

⁹⁵ “Una excursión a los indios ranqueles” onde redige suas impressões de viagem dados a conhecer na Tribuna a partir de maio de 1870 – Também existe uma dissertação de mestrado de Axel Lazzari, 1996 -PPGAS,MN.UFRJ.

seus deslocamentos⁹⁶. O Coronel Arnold, também fez sua parte quando atuou no serviço de vigilância de fronteiras – especialmente no setor do boqueirão de Rosario, Santa Fe – e descreveu magistralmente num livro, aparecido em 1839, “Un soldado argentino”, alguns detalhes de interesse sobre a forma de combater e as virtudes dos índios em campanha. Na literatura clássica argentina, a intenção civilizadora é exaltada nas obras de escritores como Lugones, Hernández e Sarmiento.

Assim, a Revolução de 1810, apesar das prédicas de Chiclana e Belgrano, não modificou a situação dos índios que habitavam os territórios do sul; medidas como a supressão do tributo e a derrogação da *mita*, o *yanaconazgo* e o serviço pessoal, que ratificavam as Ordenanças de Alfaro, não os beneficiaram. Embora a *Constituição de 1810* ratificasse as sanções libertárias da Assembléia de 1813, declarando “...os índios de todas as províncias por homens perfeitamente livres em igualdade de direitos a todos os cidadãos que a povoam”, na prática, este preceito não foi respeitado; e a partir de 1815 a atividade dos corpos de milícia, reforçados durante os anos de guerras civis pela necessidade de recrutar pessoas para manter a linha de fronteira do rio Salado, dirigiu-se contra os índios pacificados e também contra os gaúchos sem propriedade e ocupação conhecida. “*Todo individuo que não tenha propriedade legítima de que subsistir será recrutado na classe de servente por dois anos...*” Tratar-se-ia de um racismo de Estado, exercido sobre si mesmo com seus próprios elementos, que na Argentina faz aparição entre finais do século XIX e início do XX⁹⁷.

Atentos às palavras de Foucault (1992:71), “*defender a sociedade daquela contra-raça que, para pesar nosso, estamos constituindo*”, entendemos que a temática racista não aparecerá como instrumento de um grupo social contra outro, mas que surge servindo à estratégia global dos conservadorismos sociais. Quais são as razões que nos conduzem a esta afirmação? No final do século XIX, a consolidação dos Estados chileno e argentino, sobre a base das chamadas “Pacificação da Araucania” e a “Conquista do Deserto”, modificaram brutalmente os processos sociopolíticos e econômicos. O resultado da derrota militar do Povo Mapuche e dos outros povos nativos do Pampa e Patagônia, junto ao desenvolvimento de uma política de Estado tendente a estender sua soberania territorial, provocou o surgimento da diferença entre “indígenas ARGENTINOS e CHILENOS” como expressão de uma oscilante política de

⁹⁶ FÍGOLI, Leonardo (1995); “A antropologia na Argentina e a construção da nação”, *Estilos de Antropologia* (R. Cardos de Oliveira e G. R. Ruben, orgs.), Campinas, UNICAMP. “... A emergência da antropologia na Argentina foi marcada pela divisão de duas correntes científicas. Os ameghinianos, evolucionistas dogmáticos, concentravam suas atividades nos problemas vinculados ao “homem fóssil” do pampa. A antiguidade do homem era o objeto primordial de estudo. Interessavam-se, preferentemente, na medição do tempo geológico, nas cronologias; não admitiam saltos nem catástrofes, tudo era sucessão gradativa e sem interrupção, sejam seres vivos ou culturas. Os morenistas, orientados primelro por Burmeister, evitaram todo contato com a estratigrafia, as seqüências; estiveram menos interessados na antropogonia, a descendência do homem, que na antropotaxis, a classificação das raças; abandonava as especulações sobre “elos perdidos” e se dirigiam a entrar em contato com as populações indígenas; a somatologia constituiu, junto à etnologia, seu objeto principal de estudo...”

⁹⁷ Esta idéia tem sido desenvolvida nas conclusões da dissertação de mestrado em 1996 “Los Tobas de Resistencia: cuestión de estigma, juego político o diversidad cultural?” PPGAS/MN/UFRJ.

territorialização dos povos nativos que passaram a ser incorporados à “Nação” como ocupantes “precários”. Diferentemente das políticas de radicação implementadas pelo Governo Chileno, o Governo Argentino premia a submissão dos grandes caciques (Sayhueque, Namuncurá, Curruhuinca) concedendo permissões precárias de ocupação a quem podia perambular pelas sedes do poder burocrático.

Em 1934, com o surgimento da Administração de Parques Nacionais – cujo interesse foi a apropriação do espaço ocupado pelos índios, vinculado ao exercício da soberania nacional em zonas de fronteira e ao controle militar dos limites internacionais – se produz uma postergação das reclamações indígenas sobre as terras, dando lugar à “realocação” das famílias que ocupavam as zonas que atualmente são designadas como “áreas protegidas”. Embora a progressiva privatização do solo tenha impactado nas formas organizacionais das economias domésticas Mapuche e a ocupação da força de trabalho indígena, Radovich e Balazotte (1995), assinalam que as famílias “inventaram novas modalidades para preservar seu reagrupamento”, frear novos despejos e resistir a desmembramentos, garantindo a sobrevivência de seu Povo., Devido à imposição de um teto demográfico e pecuário e à crescente demanda de mão-de-obra pelo surgimento das diferentes frentes econômicas, produzem-se migrações às cidades onde os índios são obrigados a disfarçar sua pertença de origem e, inclusive, a negar sua identidade para conseguir inserir-se como assalariados.

A noção de situação histórica serve não só como referência analítica para o recorte e a seleção dos dados; é também imprescindível para o estudo comparativo da mudança social (Oliveira, 1988). Nossa abordagem, orientada pela idéia de situação social, pretende apreender as diferentes modalidades de interdependência que associaram entre si um conjunto de atores em diferentes momentos do tempo. Assim, no processo de mudança social tem lugar um entrelaçamento dos interesses e das ideologias dos diferentes atores, sobressaindo o poder organizador superior de uma determinada força social que procura imprimir, à nova situação, uma unidade de acordo com um projeto ideológico e político que, nas circunstâncias existentes, maximizam o alcance de seus fins e a realização de seus valores. Como assinalamos acima, o marco de referência da abordagem do poder o situou principalmente no período do desenvolvimento do racismo biológico-social, centralizado no princípio de que, de forma permanente e incessante, infiltra-se no corpo social. O discurso do poder centrado e centralizador aprofunda o conflito entre uma raça proposta como verdadeira e única – titular do poder e da norma – e aqueles que constituem verdadeiros perigos para o patrimônio biológico.

A dominação histórica exercida compulsivamente sobre os Povos Indígenas na Argentina e as políticas aplicadas no processo de construção da nação, não serve apenas para conduzir a uma crítica dos fundamentos ideológicos do Estado ou de seu aparato jurídico, mas é preciso também uma maior investigação antropológica que recupere a relação estabelecida entre as normas e o cotidiano, que se desdobre numa microanálise dos aparatos de poder de vinculação direta com as terras indígenas (Oliveira, 1998:9). Desde o processo etno-histórico das migrações iniciais que impõe intenso contacto entre

grupos com sistemas econômicos diferentes, sua transformação em agricultores por dominação, começa um trato de inferioridade do grupo Toba, basta mencionar como antecedentes a existência das Reservas provocando reações como as das Palmas, a ação das igrejas Evangélicas em suas próprias comunidades e a presença contínua da coação, como foi explicitado acima.

Se na Patagônia as reivindicações originam-se na invasão das terras indígenas e os recursos ambientais, no litoral do nordeste, o desafio é restabelecer os territórios indígenas e desmistificar os conceitos de *mestiçagem* como estratégia de sobrevivência. Como assinala Oliveira (1999: 23), cada grupo étnico repensa a “*mistura*” e afirma-se como uma coletividade precisamente quando se apropria dela segundo os interesses e crenças priorizadas. A idéia da “*mistura*” está presente também entre os próprios índios, sendo acionada muitas vezes para reforçar clivagens fracionais. Os Toba, entre outros, fazem distinção entre “índios puros” (de famílias antigas e reconhecidas como indígenas em seu lugar de origem no Chaco) dos *mestiços* (casados com *criollos*, o mestiçados regionais do Chaco) e dos *criollos* (recentes casamentos com brancos de Corrientes, Santa Fe ou de Rosario). Mas à imposição da norma segue-se a sua apropriação local, sempre específica e individualizadora. Criou-se, assim, uma nova figura para lidar com o fenômeno da identidade étnica, tão simples e clara como a lista, só que sob seu controle e, portanto, podendo ser usado situacionalmente, como veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 2 ETNICIDADE E TERRITORIALIZAÇÃO: as voltas dos Toba?

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre etnicidade e territorialização, retomando algumas conceitualizações que servirão para explicitar nossa análise etnográfica e as críticas da variável indígena dos censos nacionais de 1965 e de 2001. Posteriormente, situaremos a cidade de Rosario e o surgimento dos planos urbanísticos, para assim explicar o processo de implementação do Censo de Qualidade de Vida levado a cabo em 2002 no assentamento das ruas Almafuerie e Travesía e a apropriação destes dados parciais. Serão explicitadas as motivações da participação direta dos indígenas, tanto nos conteúdos e finalidades dessa experiência compartilhada quanto nas discussões de articulação social, que lhes permite fazer acessível sua distinção étnica. Neste sentido, são apresentadas diferentes “situações sociais” desenvolvidas junto à Associação Qom Lasherolqá com as demais organizações a respeito de educação, saúde e titularidade do terreno ocupado, com os vizinhos *criollos*.

Kalinsky et al (1998) sustenta que a lei do costume foi usada pelos Estados coloniais, especialmente o britânico, sendo uma construção histórica do período colonial, que funcionou como norma alternativa ao direito oficial, ou de maneira complementar, segundo os casos. No referente ao Art. 75, inc. 17 da Constituição Argentina (1994), um famoso constitucionalista, Dr. Bidart Campos, sustenta que *“...el congreso debe garantizar a los pueblos indígenas el respeto a su identidad o sea, a integrarse con sus diferencias, en la mismidad de sus perfiles; respeto a la identidad es equivalente a derecho y a un tratamiento. Art. 239 inc. d) serán mantenidas y aún ampliadas las reservas y concesiones indígenas. Se prestará ayuda técnica y económica a estas agrupaciones, propendiendo a su capacitación y la utilización racional de las tierras concedidas, mejorando las condiciones de vida de sus habitantes y tendiendo a la eliminación progresiva de esta segregación de hecho”*.

Em primeiro lugar uma terra pode estar titulada, como qualquer tipo de propriedade particular, e sua aquisição ser resultado de um ato comum de compra, venda ou doação. Também o poder público pode desapropriar uma terra sob domínio de particulares e destiná-la, mediante a criação de uma *Reserva*, aos índios. Em terceiro lugar, o Estado, através do organismo indigenista, reconhece uma parcela de terra como de posse imemorial dos índios, criando por ato administrativo de expropriação uma *área indígena*, tornando nulos os títulos particulares de propriedade eventualmente incidentes nela. Este é o sentido e a ordem jurídica com que se têm estabelecido as categorias de reconhecimento de terras indígenas na Argentina.

Como foi assinalado no primeiro capítulo, a “integração” dos indígenas começou a ser o propósito que manifesta e orienta a legislação, sob uma atitude tutelar do Estado a partir da criação do **Conselho Agrario Nacional**, prevendo a entrega de terras nos territórios nacionais (Chaco era um território nacional nesse tempo), estabelecendo seu regime de exploração, administração e controle. Para isto, previu-se a reserva de terras fiscais

oferecendo instrução elementar, através do ensino religioso católico, como meio para obter sua incorporação. A adjudicação dessas colônias⁹⁸ indígenas seria a título precário por um prazo de prova de dez anos, depois do qual escriturar-se-ia a propriedade se "demonstrassem aptidões técnicas e qualidades morais" para atuarem como colonos e seriam canceladas suas dívidas por melhorias.

Neste sentido, durante os anos 60 buscou-se transformar os indígenas num elemento ativo de sua integração e se criou o Servicio Nacional de Asuntos Indígenas, alentando a "*melhora do nível de vida*", através de sua suposta participação ativa. Esta integração, entendida como efeito de políticas emergentes de "aculturação", restabelecem e continuam a ideologia do controle e submissão à hegemonia de poder do governo militar ou das democracias de transição, sem considerar os efeitos concretos que estes ditames têm sobre determinados grupos em situações determinadas, como foi a posterior crise agrária. No entanto a "luta pela terra" é o que os unifica nas reclamações, como veremos mais adiante. Os grupos indígenas foram considerados pelas políticas públicas e acadêmicas sob um prisma protecionista, salvacionista ou culturalista, reprimindo e neutralizando conflitos sociais, cujas origens sempre foram associadas ao impacto das "ideologias de fora". Assim o Estado não duvidou em impor e reforçar os critérios da assimilação ante as tentativas que pretenderam "ameaçar" suas medidas legais, administrativas e de controle, reforçando os critérios da assimilação. Como assinala Pacheco de Oliveira (1985:17), os antropólogos são compelidos a manifestar-se de modo atomizado sobre os efeitos que uma determinada política tem sobre um determinado grupo de maneira plebiscitária, somando-se ou opondo-se às posições e crenças já representadas no campo de discussão indigenista, levando-nos algumas vezes a esquecer o conjunto de métodos e teorias que a disciplina desenvolveu para o estudo do fenômeno legal, da utilidade política singular e efetiva de sua contribuição e de refletir criticamente sobre os pressupostos e desdobramentos das diferentes posturas indigenistas.

Depois das ditaduras militares, as organizações indígenas conseguiriam recuperar sua capacidade de reivindicação territorial e organizativa e não é por acaso que, quando as conjunturas políticas nacionais permitem, as perspectivas socioorganizativas enterradas no passado, esquecidas por gerações, ressurgem com uma força proporcional ao conteúdo de realidade que encerram (Bartolomé, 1996). Diante do exposto, podemos falar de uma Política Indigenista como algo de caráter integrado ou unitário, ou, como diz Oliveira (1993: 9), corremos o risco de embarcar em uma mera ilusão retórica? Como vimos, não existe uma política indigenista que mantenha uma continuidade de valores ou de pessoas e que se preserve, apesar das oscilações da conjuntura política. Na melhor das hipóteses, o que se pode apreender são diferentes modos de intervenção do Estado na questão indígena – especialmente no reconhecimento de seus territórios – cada um deles operando segundo sua própria lógica, o que envolve alianças políticas e articulações institucionais

⁹⁸ A Lei 14.252 de 1953 autorizava o Poder Executivo a criar nove colônias granja de "*adaptación y educación*" das populações aborígenes em Salta, Jujuy, Presidente Perón (Chaco) e territórios de Formosa e Neuquén, ministrando ensino primário e aulas práticas de ensino agrário (Carrasco e Briones, 1996: 21).

diferenciadas local e regionalmente. Frente a esse quadro de instabilidade, a acumulação de “uma experiência indigenista” tem ocorrido, paradoxalmente, mais no nível das organizações não-governamentais que desenvolvem trabalhos locais – como é o caso do ENDEPA ou do INCUPO – do que especialmente no plano administrativo, através da atuação de um organismo oficial. Qualquer tentativa de fortalecer isoladamente o organismo indigenista, ou ampliar seus poderes para tutelar os índios, por mais bem-intencionada que possa ser, terá resultados contraproducentes. Acreditamos que as perspectivas para o futuro devem se apoiar justamente no fortalecimento das próprias organizações e das entidades indígenas que lhes oferecem suporte mais imediato, e em saber quais são os parâmetros legais e administrativos. Veremos, segundo nosso parecer, seus impedimentos ou limites:

Na província do Chaco, de acordo com disposição de transferir o “problema indígena” como consequência das políticas de aliança entre o Estado nacional e a delegação às províncias, foi criada a Secretaria de Promoção e Assistência à Comunidade, procurando se manter através de convênios e tentando alianças com as populações indígenas. É de se destacar a adaptabilidade às diferentes exigências externas que forçaram os Toba a viver mudanças culturais, convertendo em fator organizacional social e de reprodução étnica através de estratégias de grande versatilidade e recriação contraditória. No caso de Santa Fe, esgrimem-se argumentos que criticam sua migração, culpam-se os estados provinciais mais pobres de seu lugar de origem – Chaco, Salta ou Formosa – por não cumprir a legislação específica e raras vezes são recebidos pelos governantes. Assim ficou demonstrado na própria experiência de assessoramento à Asociación Lasherloqá, no bairro de Empalme Graneros, quando notificados do remate das terras que ocupam desde meados dos anos 80, foram inúteis as apelações realizadas ao INAI, através de OCASTAFE, ou de maneira direta pelos dirigentes. Apesar de estar em processo de regulamentação da Lei Indígena da província de Santa Fe, as autoridades provinciais não têm tomado providência alguma para sua regulamentação, transcorridos já dez anos de sua aprovação.

Desde a crise agrária dos anos sessenta, o processo de transformação das comunidades indígenas da região pretendeu ser levado a cabo através da cooptação de lideranças, redefinindo a integração como processo social e participativo para a tomada de decisões sobre temas de seu interesse. Como assinala Hermitte (1995: 21), a expulsão da população do campo e a migração para as cidades e da província para outras regiões do país são um traço que caracterizou o Chaco. Desde meados dos anos sessenta, *“que se ha acentuado hasta llegar a situaciones como las conocidas, en que contingentes de desocupados chaqueños fueram remitidos de una provincia a otra como sobrante del que nadie quiere hacerse cargo...”*. Sem dúvida a pressão e mobilização indígenas impulsionadas por lideranças alternativas obrigaram o Estado a fazer algumas concessões a fim de reproduzir a manutenção da hegemonia. Neste sentido, devem ser consideradas as consequências produzidas pelo fechamento da Compañía Chaco Austral e dos engenhos Las Palmas, Pampa del Indio e La Leonesa, em meados dos anos 60, quando a maioria dos índios que trabalhava na safra, ao perderem sua fonte de trabalho e espaço de socialização, migraram

para a cidade. Este grupo em sua maioria já tinha contato esporádico com a cidade para onde viajava para vender seu artesanato e ervas medicinais⁹⁹.

Retomando as observações de Cardoso de Oliveira (1964), é nas migrações para as cidades que os índios adquirem consciência de seus direitos, se articulam e se organizam, apesar da desqualificação e dos preconceitos estigmatizantes da sociedade global. Assim, os "novos"¹⁰⁰ dirigentes indígenas, alguns nativos das cidades para as quais migraram, conseguiram formar-se politicamente em processos de intercâmbio com diversos grupos sociais, reivindicando seus direitos em demandas diferenciadas. Assim é que surge uma nova direção marcadamente etnicista em suas reclamações, com ênfase nos planos simbólicos – recuperação e uso da língua e uma bandeira que os identifique – ou em fatores político-econômicos que os unifiquem na luta junto a outros setores da sociedade. O próprio Engenho Las Palmas é pensado como um lugar onde se estabeleceram relações de intercâmbio com outras parcelas do mesmo grupo ou com outros grupos como os Wichi, os Mocovi já relacionados com a vida urbana. Este espaço possibilitou uma situação interétnica e a incorporação do anedotário, que por diferentes contatos construiu a atração para a urbe. Segundo diferentes entrevistados, a chegada à cidade ficou registrada inicialmente como uma mudança de expectativas laborais, sociais e culturais, ante as difíceis condições por que atravessavam no lugar de origem no campo, onde sua antiga vida começava às quatro ou às cinco da madrugada e ia até que o sol se punha, como também em Colonia Aborígen, a que fazem referência seus administradores.

⁹⁹ Ao analisar os antecedentes de formação do Barrio Toba de Resistencia, nas imediações do arroio Rio Negro ao lado de uma lagoa e à margem da rota Nacional II, nos foi manifestado que ali se assentou a primeira "Grande Familia", a família Ventura, cuja cabeça ostensiva era o Cacique Dionisio Martínez. Também faziam referência a diferentes momentos e espaços de assentamentos realizados no processo de incorporação à periferia da cidade, em viagens para trocar seus produtos naturais e artesanais, comprar produtos manufaturados e também pela perda no aumento de suas tarefas complementares da unidade doméstica no campo, assentando-se temporariamente nestes acampamentos construídos geralmente com ramas e chapas, ou como passagem intermédia a moradias permanentes na cidade (Arias, 1996: Capítulo1).

¹⁰⁰ Arias, N. -1996 – Partindo das categorias etnográficas, realizo uma distinção entre os "nuevos" dirigentes que começaram sua atuação depois da Ditadura Militar e os "antiguos" participantes do Malón de la Paz e fundadores do AIRA e Tawan-suyo. - Cap.III (p.133-145). Os "nuevos" e os jovens da 2ª. geração, em referência às frações internas, falam do "tawan-tuyo" ou "tawan-mio".

2.1 População indígena estimada na atualidade¹⁰¹

Como conseqüência do que foi dito, acreditamos ser necessário estabelecer os resultados da população aborígine total estimada pelo ENDEPA, nos quais também se baseia o INAI: mais de um milhão de pessoas. É de destacar que as diferentes organizações indígenas estimam que a população ascende ao milhão e meio (considerando a alta taxa de natalidade, com uma média de sete filhos por família). Segundo os próprios dados oficiais, a população geral estimada por etnia e província é a seguinte:

1. Huarpes, em Mendoza e San Juan, 400 hab.;
2. Tapietes, em Salta, 400 hab.;
3. Chorote, em Salta, 1.000 hab.;
4. Tehuelches, em Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego, 1.000 hab.;
5. Tocnocotes, em Santiago del Estero, 1.000 hab.;
6. Chulupi, em Salta, 1.300 hab.;
7. Chane, em Salta, 1.500 hab.;
8. Guaraní, em Misiones, 3.100 hab.;
9. M'bya, em Misiones, 4.800 hab.;
10. Pilaga, em Formosa, 5.500 hab.;
11. Mocovi, em Santa Fe e Chaco, 8.000 hab.;
12. Diaguita Calchaqui, em Catamarca, Tucumán, Santiago del Estero e La Rioja, 10.000 hab.;
13. Chiriguanos, em Salta e Jujuy, 23.000 hab.;
14. Toba, em Chaco, Formosa, Salta, Santa Fe, Buenos Aires, 66.000 hab.;
15. Wichi, em Salta, Chaco e Formosa, 85.000 hab.;
16. Mapuche, em Neuquén, Río Negro, La Pampa, Chubut e Buenos Aires, 100.000 hab.;
17. Kolla, em Jujuy e Salta, 200.000 hab.;
18. População urbana nas cidades de Santa Fe, Resistencia, Posadas, Formosa e Salta, 500.000 hab.

Estes número relativos à população dos diversos Povos Indígenas na Argentina podem servir para refletir sobre a heterogeneidade da população e suas múltiplas localidades regionais, bem como para indagar as diferenças dos conceitos que estabelecem os critérios de classificação e “visibilidade” dos membros das sociedades e os contextos de sua determinação. Consideramos ser possível acessar à realidade apesar dos diferentes dados esgrimidos pelo organismo e os próprios grupos, se analisarmos os critérios distintivos no estabelecimento dos parâmetros que guiaram os censos. Partimos de considerar a necessidade de efetivar um real protagonismo dos representantes das diferentes etnias, não somente na confecção das variáveis e na elaboração

¹⁰¹ Madanes e Pezzoli, 2.004 - “El Censo Indígena Nacional en la Argentina”. Ver Mapa 1 da Argentina, acompanhado em Anexos.

das correspondentes perguntas, mas também no estabelecimento de seus próprios interesses e prioridades, incorporando o aporte das populações indígenas à cultura que por mais de um século tentou neutralizá-la¹⁰², reprimindo-a.

2.2 A “variável indígena” nos censos nacionais¹⁰³

Os censos populacionais realizam-se a cada 10 anos, porque as variáveis investigadas tendem a permanecer estáveis por longos períodos. Seguindo as sugestões dos organismos internacionais, os censos de população devem ser feitos nos anos terminados em zero para facilitar a comparação de resultados entre países e o traçado de políticas comuns. O censo 2001 se realizou respondendo à necessidade de contar com uma base estatística para o conhecimento da realidade sociodemográfica, atendendo às recomendações internacionais sobre a matéria. A planificação foi iniciada no final do ano 1995, à época pelo INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos), as Direcciones Provinciais de Estadística e usuários qualificados, com a informação do Censo realizado no ano 1991, que determinou as linhas para a realização do Censo 2001. De acordo ao estabelecido pelo decreto 913/78, criou-se um Consejo Superior, encarregado de coordenar a colaboração e articulação dos organismos nacionais e provinciais, mobilizar os recursos humanos e materiais para a realização do levantamento. Os Governos Provinciais assinaram sua adesão à realização do censo, já que são responsáveis pela operação da pesquisa em suas respectivas jurisdições.

O censo 2001 foi um “censo de fato”, quer dizer, recensearam-se as pessoas no lar em que passaram a noite de referência do censo, fossem ou não residentes habituais da mesma. Os dados foram coletados mediante a metodologia de entrevista direta por um pesquisador. Em relação ao Censo de 1991, incorporou as temáticas da deficiência e reconhecimento de pertença a povos indígenas, desconhecendo, contudo, o artigo 75, inc. 17 da Constituição sobre preexistência dos povos indígenas que garante sua participação e consulta. Para instrumentá-lo, o Foro Nacional de Programa de Participação de Povos Indígenas propôs em 1997 que o censo do 2001 *oferecesse aos recenseados a oportunidade de reconhecer sua pertença a uma comunidade indígena*. A lei 24.956 de 1998 ordenou incorporar essa proposta à cédula do censo, como a variável “auto-identificação indígena”. Embora a Comissão de População e Recursos Humanos da Câmara de Deputados, o INDEC e alguns

¹⁰² “... A dimensão estratégica para pensar a incorporação de populações etnicamente diferenciadas dentro de um Estado-Nação é, a meu ver, a territorial. Na perspectiva das organizações estatais, administrar é realizar a gestão do território, é dividir a sua população em unidades geográficas menores e hierarquicamente relacionadas, definir limites e demarcar fronteira ... A noção de **territorialização** tem a mesma função heurística que a de situação colonial ... É uma intervenção da esfera política que associa - de forma prescritiva e insofismável - um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. É esse ato político - construtor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado) - que estou propondo tomar como fio condutor da investigação antropológica...” (Oliveira, 1999: 21).

¹⁰³ Os dados aportados são de Madanes, Micaela et all (2004): “El Censo Indígena Nacional en Argentina” – (10fs. inédito – disponível on line).

membros de organizações indígenas tenham trabalhado para definir a forma que tomaria esta proposta, incorporou-se à pergunta o nome de cada povo originário, para que cada recenseado indicasse a etnia correspondente¹⁰⁴. As provas prévias à elaboração do texto, a N° 2 da cédula censal, levaram-se a cabo em 1999 e 2000 com “*escassa participación de miembros de comunidades indígenas locales e observadores indígenas de otras zonas*”. Ante a pressão e reclamações das organizações indígenas, durante 2001 tentou-se ampliar a participação indígena, através de reuniões regionais entre o INDEC, o INAI e representantes de organizações com “participação direta dos indígenas” para a capacitação dos censistas, difusão do censo e a criação de instâncias de articulação com o INDEC – desenhar o conteúdo da pesquisa complementar de 2002 e propor a metodologia a ser aplicada. Como consequência da real falta de participação dos povos indígenas no desenho e implementação da lei, elaborou-se um documento contra a modalidade do Censo, através da Comissão de Juristas Indígenas da Argentina (CJIA).

Também uma apelação judicial solicitou a postergação do censo alegando que não se tinham respeitado as condições estabelecidas pelo Convenção 169 da OIT e o próprio art. 75 inc. 11 da Constituição. O comunicado da Comissão de Imprensa dos Povos Originários assinalou que “*el Estado argentino continúa aplicando este tipo de atropellos*”, al indicar que “*los días 17 y 18 de noviembre de 2001 el Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) realizará el Censo Nacional de población de Hogares y Moradia 2001, y en esta oportunidad se incorpora la denominada variable indígena, basada en el criterio del autorreconocimiento*”¹⁰⁵. Esta reclamação foi apresentada também junto ao Ministério de Desenvolvimento Social e à Coordenadora do INAI, solicitando uma resposta em tempo hábil. Em que se baseavam estas reclamações, e quais as experiências anteriores em que se fundavam os advogados do CJIA e a direção da Comissão de Imprensa dos Povos Originários? Como tinha sido, para a direção atual, o Censo Indígena Nacional (CIN) de 1965?

Em 1965, através do decreto 3.998, que dispôs sobre o primeiro censo indígena nacional na Argentina, estabeleceu-se o critério da “*ejecución de una política indigenista coherente y continúa, asentada sobre datos reales, investigar los problemas por los que atraviesan estos grupos... para inducir cualquier proceso de aculturación tendiente a producir mejoras en el desenvolvimiento económico ... debe partirse de un conocimiento conceptual de la realidad cultural y de la estructura antropológico-sociológica de las*

¹⁰⁴ O Censo realizado em 2001 inclui a pergunta “Existe en este hogar alguna persona que se reconozca descendiente o perteneciente a un pueblo indígena?”, lamentavelmente estes resultados não estão ainda disponíveis pelo INDEC, embora tenham sido publicadas porcentagens totais (Diário *Clarín*, janeiro, 2005).

¹⁰⁵ Boletín de Pueblos Indígenas, primera semana de octubre, “los Pueblos Originarios que habitan en el territorio que actualmente ocupa el Estado argentino nos reunimos para tratar el tema de la variable en la Capital Federal... la inclusión de la variable indígena en el Censo 2001 sin nuestra plena participación atenta contra nuestra identidad, nuestros derechos, y viola leyes y convenios nacionales e internacionales referidos a los Pueblos Indígenas”... “Ante esto, elaboramos un manifiesto de los Pueblos Indígenas de Argentina frente al Censo nacional 2001, donde exigimos su postergación hasta el mes de mayo del 2002, para que se generen instancias favorables que garanticen nuestra plena participación en un censo adecuado a la realidad actual de los Pueblos Originarios, y de esta manera difundir las implicancias de esta variable para el presente y futuro de nuestros pueblos.”

comunidades indígenas" (Dip, 1991:159). Para interpretar estes ditames, serviremo-nos também das análises desenvolvidas por Lenton (2005), que, entrevistando os pesquisadores, descobriu que não se processaram 89% das pesquisas e não se publicaram 88% do material coletado, sendo interrompido definitivamente no início dos anos 70. Apesar disso, aquele censo é reconhecido como um episódio significativo na história das relações entre o Estado nacional e as comunidades indígenas do nosso país. O objetivo teórico do censo¹⁰⁶ consistia em localizar geograficamente os diferentes agrupamentos indígenas do país, determinando suas características demográficas, para propor posteriormente *plantas de desenvolvimento de comunidade naqueles grupos que a experiência (demonstre) possa ser repetida em outros contextos similares*. Quer dizer que o que deu origem ao CIN foi determinar as características socioeconômicas de cada agrupamento indígena, para operar sobre eles "tentando elevar seus níveis de vida", segundo os critérios da equipe multidisciplinar que compôs o organismo. Os ex-pesquisadores do censo entrevistados, segundo Lenton, têm opiniões divergentes acerca das razões do desenho territorial do censo, por exemplo no que se refere à exclusão *a priori* dos Vales Calchaquíes, que acabavam de ser objeto de um censo específico por parte de uma equipe da Universidad Nacional de Rosario (Islã, 2002: 118).

Enquanto alguns opinam que esta exclusão em particular se fez porque, naqueles anos, a existência de comunidades indígenas de tal zona não estava tão difundida no âmbito acadêmico e no senso comum de Buenos Aires; outros sustentam que o desenho espacial do censo em geral respondia a critérios puramente teóricos, que não tinham sofrido nenhuma instância de verificação empírica. Registrar-se-iam como indígenas todos aqueles indivíduos que reunissem as características antropológicas básicas necessárias considerados membros de um grupo, ou que se considerem como pertencentes a algum dos povos indígenas classificados. O censo compreenderia os grupos indígenas que se encontrassem no território nacional de forma permanente ou transitória. Este grupos indígenas eram: na região central: Toba, Pilaga, Mocovi, Matabo, Chulupi, Choroti e Chiriguano; na região nordeste: Guaraní e Caingua; na região noroeste: Aimará e Quechua; e na região central sul os Tehuelche, Araucano, Quenaken, Yamane e Ona. O CIN partiu do conceito de indígena genérico segundo o marco teórico do trabalho indigenista: não interessava definir ao indivíduo, mas ao índio coletivamente, porque o programa de desenvolvimento trabalharia sobre a coletividade e não sobre os indivíduos. Também considerava nas áreas de populações indígenas a existência de uma *elevada quantidade de mestiços e criollos*. Estavam integrados e conviviam na comunidade indígena, isto seria sumamente complicado se se considerassem os indivíduos isoladamente e não a comunidade, para distinguir até onde um indivíduo é *criollo*, indígena ou mestiço. O CIN adotava o conceito de indígena baseado nas características de uma economia de subsistência: "que

¹⁰⁶ Segundo Lenton (op. cit.) o Censo Indígena Nacional se realizou sobre a base de uma setorialização apriorística do território nacional, realizada por funcionários com o assessoramento de "especialistas". Tal setorialização coincide a grandes traços com o "mapa cultural" representado nos então difundidos "atlas" de áreas etnográficas, folclóricas e/ou culturais (Wright 1998: 4), das que fizemos menção no capítulo anterior, produzindo assim a criação estatalmente patrocinada dos sujeitos etnográficos que seriam objeto do censo, em relação com visões hegemônicas do espaço nacional ou território.

mantenham elementos de cultura pré-hispânica tomando como elemento principal a língua, e nos casos em que não se falava o idioma indígena, tomar-se-iam como indicadores outros aspectos da cultura, altamente contrastantes, como a vestimenta, artesanatos, festividades, etc., que exprimam consciência de pertença a um grupo étnico, que seja notória sua descendência, que seu *habitat* atual encontre-se na mesma zona”¹⁰⁷ ou muito próximo às do pré-hispânico.

Infere-se disto que os critérios de classificação dos denominados “grupos indígenas”, segundo critérios antropológicos determinados pelas correntes teóricas essencialistas e culturalistas, criticadas na introdução, onde genericamente *criollos*, mestiços e indígenas, se estavam numa mesma comunidade e mantinham, uma exterioridade “notadamente contrastiva” (segundo critérios culturais altamente pré-hispânicos) e dependendo do critério do pesquisador, seriam considerados mestiços ou *criollos*, negando-lhes sua distintividade étnica, segundo os poucos dados obtidos e tabulados. Não somente não consideraram o contexto de produção dos dados, como tampouco os motivos e situações sociais que estes grupos atravessavam, assim como foram arbitrários os critérios de determinação das regiões geográficas estabelecidas pela equipe interdisciplinar, sem especificar seus fundamentos teóricos. No caso de Salta e Jujuy, o censo limitou-se efetivamente às comunidades chaquenhas, onde o imaginário provincial sói recluir os indígenas.

Nem falar de problematizar a aboriginalidade de migrantes em grandes centros urbanos como Rosario ou Capital Federal¹⁰⁸. Pelo contrario, a Comissão Diretora instruiu claramente os realizadores a excluírem do censo os indígenas migrantes a centros urbanos e os rurais que não vivessem em comunidade. Em segundo lugar, este esquema serviu para agrupar e interpretar aprioristicamente a pertença étnica das comunidades e indivíduos que se iam encontrando pelo caminho. Assim, sempre segundo Lenton, uma pesquisadora manifestava que numerosas famílias em Neuquén evitavam identificar-se como “indígenas”, negando-se, portanto, a proporcionar um etnónimo com o qual enquadrar-se no CIN.; no entanto, à pessoas que se autodenominavam “paisanas” foram incluídas no censo como “araucanas”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Os resultados parciais levantados por este censo foram os seguintes: na região central sul, composta pelas províncias de Buenos Aires, Chubut, La Pampa, Neuquén, Río Negro, Santa Cruz e Tierra del Fuego, recensearam-se 212 agrupamentos com um total de 5.220 lares e 27.381 indivíduos. Na região norte central, composta pela províncias de Chaco, Formosa, Norte de Santa Fe, setor Oriental de Salta e zona do ramal de Jujuy recensearam-se 11 agrupamentos no departamento de Mataco de Formosa, e no departamento de Oran de Salta, se obtiveram os dados correspondentes a 283 agrupações com um total de 8.219 lares e 46.770 indivíduos. Na região noroeste, composta pela província de Misiones, obtiveram-se os dados de 18 agrupamentos, 99 lares e 512 indígenas. Na região noroeste composta por Jujuy, setor central e ocidental de Salta e norte de Catamarca, obtiveram-se os dados de 12 agrupamentos, 200 lares e 1.012 indivíduos. Em síntese, recensearam-se 525 agrupamentos com um total de 13.738 lares, o que corresponde a 75.675 aborígenes (Madanes, op.cit.).

¹⁰⁸ A Comissão Nacional do Río Bermejo certificava num informe oficial de 1963 a existência de grandes assentamentos indígenas “dentro del ejido de Resistencia”, que davam origem a novas e diferentes comunidades (C.N.R.B. 1963: 90).

¹⁰⁹ Os artigos do decreto concretizam em maior medida a visão geral do mundo indígena por parte do Poder Executivo. O artigo 1º ordena a realização do Censo nas seguintes regiões do país e estabelece que se considerarão indígenas os indivíduos “que reúnan las características básicas necesarias para considerarlos miembros de un grupo determinado, o que se consideren

Estes fatos revelam-nos também as dificuldades dos investigadores ao tentar apreender “continuidades e descontinuidades especificamente tribais” (Mintz, 1977:387), manifestando tal impossibilidade sobre dois fatos: tendem a considerá-las a-históricas, implicando a presunção de que as culturas indígenas do século XX não tinham mudado em todo o processo de transformação do sistema, desconsiderando os deslocamentos compulsórios, como também os motivos dos processos de mudanças culturais, a importância da inventiva e plasticidade do processo de incorporação às mudanças, às migrações e a necessidade de se adaptar a um meio totalmente desconhecido, como era o caso de suas migrações e inserção na cidade. Estes foram os critérios que antecederam a nossa experiência no assentamento e de que se serviram as organizações indígenas para criticar as variáveis de implementação na experiência do Censo 2001. Antes de abordar nossa própria experiência em campo, situaremos a cidade e o bairro.

a sí mismos como pertenecientes a algunos de los pueblos indígenas clasificados” (B.O. 3/6/1965). O 2º artigo dispõe quais seriam os grupos indígenas “*que serían censados a priori*” (B.O. 3/6/1965). O artigo 3º detalha 14 itens que constituem os grupos de “dados” que devem ser levantados. É importante destacar que este Censo não somente procurava quantificar os indígenas do país como também “conhecê-los” qualitativamente. O Ministério do Interior comprometeu-se a publicar e divulgar os estudos monográficos que surgissem dos dados obtidos. Os artigos seguintes do decreto definem a composição da “Comissão Executiva do Primeiro Censo Indigenista Nacional”, instituída como “autoridade do Censo sob a dependência direta do Ministro do Interior”, e do “Conselho Assessor Honorário”. Na Comissão Executiva, cujo presidente é designado pelo P.E.N., se dá participação ao Instituto de Ciências Antropológicas da Universidad de Buenos Aires, à Direção Nacional de Assuntos Indígenas, e ao Instituto Nacional de Antropologia. O Conselho Assessor Honorário, pensado como “órgão de assessoramento e consulta”, está constituído por sua vez por representantes dos Ministérios (B.O. 3/6/1965). Deste modo estabelece que se considerarão indígenas os indivíduos “que reúnan las características básicas necesarias para considerarlos miembros de un grupo determinado, o que se consideren a si mismos como pertenecientes a algunos de los pueblos indígenas clasificados” (B.O. 3/6/1965).

2.3 Planos para a cidade de Rosario¹¹⁰

A cidade de Rosario exibe uma rica experiência urbanística em relação a outras cidades argentinas. Experiência que se iniciou em meados do século passado, intensificou-se durante o primeiro terço do século XX, diminuindo depois durante um longo período até voltar a se intensificar recentemente, com o retorno das instituições democráticas nas últimas décadas do século XX. Uma experiência mais vinculada ao estado das idéias do urbanismo e do desenvolvimento institucional em diferentes momentos que à própria cidade real. Com efeito, a cidade se construiu e transformou de acordo com lógicas que nem sempre foram contempladas pelos numerosos planos e projetos que se propuseram para a cidade. Em meados do século XIX, Rosario não era mais que um pequeno povoado, com um muito reduzido número de precárias construções, situado próximo da linha da fronteira com os indígenas.

O traçado das linhas ferroviárias, a construção do porto fluvial e a chegada dos imigrantes europeus mudaram em breve tempo a vida desta aldeia que, de quatro mil habitantes em 1850, passou a ter mais de cem mil no começo do século XX, cifra que se duplicou nos quinze anos seguintes. Desde que a cidade iniciou seu desenvolvimento, um conflito entre paisagem e atividades produtivas, entre espaços abertos e áreas restritas, começou a materializar-se. O lugar do conflito foi precisamente a Ribeira, sede dos terminais portuários e ferroviários. Por esse motivo, o *rio e a ribeira* foram sempre questões presentes em todos os planos urbanos pensados para Rosario, com projetos que alentaram o traslado dessas instalações, destinando esses lugares a parques públicos.

A cidade vai se construindo de acordo com as diferentes regulamentações elaboradas pelo Câmara de Vereadores: ordenamento de alinhamento de ruas, de abertura de bulevares, de alturas máximas nas edificações. Mas, muito cedo deve recorrer também à elaboração de planos e projetos visando a orientar a construção e, fundamentalmente, a extensão da cidade: o *Plano de la Ciudad de Rosario*, de 1875, divide-a em quatro setores (cidade, extramuros, subúrbios e baixo) e continua com a quadrícula existente como modalidade de extensão. Nele, a Ribeira aparece considerada como uma das principais áreas da cidade. Por tal motivo se propõe uma grande avenida sobre as barrancas, pensada como uma *promenade* com mirantes em cada um de seus extremos. Assim, a barranca foi considerada desde os inícios da Rosario moderna como um âmbito público de recreação por excelência. Tratou-se de um plano concebido para terminar com uma cidade “suja e imunda”, sem pavimentos nem calçadas, com um grande número de ranchos, com currais dentro da área edificada e carente de qualquer tipo de infra-estrutura sanitária.

Em pouco tempo, Rosario cresceu aceleradamente e melhorou sua situação urbana, abandonando a imagem de “rancheira” que apresentava em meados do século. Em 1870 a cidade já se apresenta como um centro de intensa atividade

¹¹⁰ Depoimento do Prof. Oscar Bragos, titular da cátedra de Planificación Urbana, Facultad de Arquitectura da UNR, Rosario, agosto de 2003. Os grifos e destaques são meus.

comercial. A atividade artesanal e industrial também toma impulso, convertendo a Rosario de final de século em uma cidade de pequenas fábricas. As fábricas, o porto, a estrada-de-ferro, os escritórios e os comércios vão dando trabalho a uma população que não deixa de crescer. É então que a moradia começa a se tornar um problema, em particular para os recém-chegados. Assim aparecem os “cortiços”, propriedades em sua maioria dos comerciantes e industriais mais importantes, onde se concentram 30% da população, fundamentalmente nas proximidades do porto e dos terminais ferroviários. A modernização da cidade começa já iniciada a década dos anos setenta. Serviço de bondes a cavalo, iluminação a gás, o primeiro teatro e um novo matadouro aparecem na década seguinte. Iniciam-se as obras das redes de esgoto e de distribuição de água potável, enquanto desenvolvem-se os pequenos povoados dos subúrbios, hoje bairros da cidade. Em 1880 aparece um novo plano, o *Plan de Ensanche y Porto Aprobados*, no qual reafirmam-se os mesmos critérios organizativos do plano de 1875; embora neste caso a regularidade da quadrícula se altere pela presença de uma rede de diagonais que se superpõe ao traçado em forma tabuleiro de damas.

Ao final de século imprime-se um novo impulso à modernização da cidade. Começa a construir-se o primeiro grande parque urbano, abrem-se novos bulevares, continuam as obras de pavimentação e saneamento. Nos primeiros anos do século XX inicia-se a construção do novo porto e se estendem os trajetos das linhas de bondes até os subúrbios do norte e do sul. Para esse então, 85% das moradias já tinham água corrente e um terço delas estava conectado à rede de esgotos. Apesar dos diferentes planos para a cidade, nenhum deles foi pensado para ordenar seu crescimento. A cidade cresce mediante a extensão da quadrícula e a abertura de novos bulevares que tentam pôr um limite à área urbanizada, tal como vinha ocorrendo desde meados de século. Em 1909, por iniciativa do intendente, contrata-se o arquiteto francês J. A. Bouvard para que proponha um novo plano para a cidade. Já não se trata somente de projetar a extensão da cidade, mas também de embelezá-la. Parques sobre a ribeira, avenidas diagonais e um parque suburbano são sugeridos para Rosario no ***Plan des dispositions projetées pour l'embellissement, l'amélioration et le développement futur de la Ville***, elaborado de acordo com os princípios do urbanismo francês oitocentista. Este plano retoma a idéia de *promenade* do plano de 1875 com o papel de vincular diferentes parques que se localizariam sobre as barrancas. Tratava-se de um cinturão verde que separava a cidade do porto e que serviria de conexão visual entre a cidade e o rio.

Aspirações de modernização e progresso voltam a se encontrar no projeto de construir no centro da cidade uma “Grande Avenida Central”, iniciativa frustrada do mesmo modo que o plano anterior. Uma intervenção tipicamente haussmanniana, que dividiria diagonalmente em duas a área central desta pretendida *petite Paris* do Paraná, para vincular a Ribeira, onde se localizaria o panteão dos próceres locais, com o Parque de la Independencia. Deste modo, entre obras, planos e projetos vai tomando forma a segunda grande cidade cosmopolita do país, se bem que em escala muito menor que Buenos Aires. Uma cidade grande que queria ser grande cidade, tal como expressou um editorial do diário *A Capital* de 11 de julho de 1928: “*A este pueblo mal hecho*

hay que reformarlo; hay que porle dentro la cidade y esto debe hacerse antes de que sea demasiado tarde. El primer paso será confeccionar el plan de urbanización. Los demás problemas estéticos e higiénicos de la ciudad se relacionan directamente com él”.

Nos anos vinte se financiou um movimento pelo embelezamento da cidade. Neste período, a cidade tinha já mais de 250.000 habitantes, a área urbanizada tinha se estendido em direção ao norte, ao sul e ao oeste e o porto era o segundo em importância do país. Novos requerimentos qualitativos e quantitativos iriam aparecer. Demandava-se que Rosario se transformasse numa cidade moderna. Isto é, numa cidade eficiente e bela. Um dos propósitos deste *City Beautiful Movement*, liderado por comerciantes e proprietários, era erradicar da área central as infra-estrutura portuárias e ferroviárias. Somente a Sociedad de Ingenieros alertou para o perigo destas propostas, que atentavam contra o desenvolvimento da principal atividade da cidade. Mas os envolvidos no movimento insistiram e para fazer realidade seu propósito sugeriram a adoção de um novo instrumento: o plano regulador. Assim, em 1928, a cidade de Rosario contratou três engenheiros locais para preparar um plano que, em 1935, foi apresentado à opinião pública.

Este novo plano, o **Plano Regulador e de Extensão**, de 1935, trata de reunir num único documento diferentes projetos que durante décadas haviam alimentado a fantasia de uma cidade moderna e progressista, uma cidade que, naquele período, já tinha em torno de quatrocentos mil habitantes. Grandes avenidas na área central, centros cívicos, grandes parques suburbanos, aeroportos, prédios de feiras e estação terminal ferroviária única, são proposto para construir uma cidade “moderna” da perspectiva do “urbanismo científico”. E, também, um novo modo de entender a periferia, como o lugar onde se resolveriam todas as contradições e problemas da cidade existente e, em particular, de sua área central. Para isto, sugerem-se novas formas para os traçados, a construção das moradias, o equipamento e os espaços públicos.

De todas maneiras, a cidade segue estendendo-se de acordo com as lógicas de uma modalidade duramente questionada: as operações de fracionamento da terra rural seguindo o padrão do tabuleiro de damas e guiadas por uma estrutura definida pelos bulevares concêntricos e os traçados ferroviários, já consolidados desde o início do século. Assim, lote a lote, vai se construindo uma cidade extensa, de baixa densidade, com os serviços e equipamentos limitados a sua área central; uma cidade onde enquanto começam a desaparecer lentamente os cortiços, vão surgindo os primeiros assentamentos irregulares. É o momento da ruptura de uma cidade equilibrada e de aprofundamento dos conflitos entre o sistema ferroviário e o processo de urbanização. Por volta de 1950, o processo de extensão sem controle registra um novo e forte impulso. A política de crédito do banco oficial permite a vastos setores da população alcançar uma histórica aspiração: a moradia (unifamiliar) própria. Política que promove a rápida urbanização de novas áreas, também sem serviços e com deficientes condições de acessibilidade.

Desta maneira, consolida-se o caráter que sempre distinguiu Rosario: uma cidade com escassa qualidade em seus espaços públicos, uma extensão

indefinida de sua periferia, uma área central onde, além da atividade residencial dominante, tinha lugar a única concentração de atividades comerciais, administrativas e financeiras da cidade. Um novo plano, o **Plan Rosario**, de 1952, define novas obras para sua transformação, que irão concretizar-se muito lentamente durante as décadas sucessivas: avenida de circunvalação, cidade universitária, reorganização do sistema ferroviário. O plano de 1952 assentava-se no redesenho do sistema ferroviário. Logo depois da guerra, as condições econômicas e políticas do país tinham mudado: industrialização, nacionalização das empresas ferroviárias, migrações internas. A cidade incorporou-se a este processo de mudanças, chegou a ter cerca de um milhão de habitantes e começou a formar um extenso conglomerado urbano com as pequenas localidades vizinhas. As propostas do plano levaram em conta estas novas condições. Por essa razão, para a ribeira se propôs liberar as barrancas de instalações ferroviárias, mas mantendo as portuárias em seu lugar.

A partir do final da década de sessenta e durante boa parte da década de setenta, a cidade registra uma nova modalidade em seu processo de crescimento: a substituição edilícia em sua área central. Uma legislação nacional de incentivo à indústria da construção, a política de crédito, a especulação com os valores da terra, uma normatização urbanística que alenta a verticalização da área central e a elevação dos preços internacionais dos produtos agropecuários que fizeram possível uma derivação do capital de um setor a outro na economia, são os fatores que vão a determinar a transformação da área central. Processo que se inicia junto com o aparecimento de um novo plano, o **Plan Regulador Rosario**, de 1968, que se baseia nas expectativas da continuidade do crescimento da atividade industrial que promoveria um rápido desenvolvimento da cidade. No final da década de setenta, a crise econômica se faz sentir na cidade. Decai bruscamente a atividade na construção e, lentamente, a cidade vai perdendo o perfil produtivo que a tinha caracterizado durante décadas. O porto, destinado fundamentalmente à exportação da produção de cereais de uma vasta região, as pequenas indústrias metalúrgicas e o comércio têxtil atacadista deixarão de ser as atividades que definiram excludentemente o papel da cidade.

O aprofundamento da crise econômica no início da década de oitenta e o retorno do livre jogo das instituições democráticas no país – que têm lugar praticamente junto com a primeira – irão significar uma profunda transformação na organização territorial em que se insere a cidade, em sua estrutura urbana, em seu processo de transformação e, também, no início de um processo modernizador na atuação de suas instituições e no modo de entender o valor de um planejamento urbano. Em 1991 apresenta-se um novo plano, o **Plan Director**, um plano profundamente eivado por um enfoque possibilista que, se bem define formas para ordenar o crescimento da cidade, carece de uma perspectiva que vincule Rosario à sua área metropolitana e resgate os elementos com maior potencialidade para promover sua transformação em sintonia com as demandas e os desafios impostos pela nova situação.

Desta vez, continuando com as idéias precedentes, a ribeira foi dividida em três grandes setores: o norte, para atividades esportivas e recreativas; o centro, para atividades recreativas e culturais; e o sul, para as atividades portuárias.

Porém, em oposição às propostas anteriores, sugeria-se a permanência do porto no norte da área central, modificando sua condição de porto cerealheiro para terminal de contêineres. Uma sugestão pouco apropriada, levando-se em conta o crescimento e a consolidação da área urbana da cidade, que foi sanada no novo plano que se elaborou no ano 2000, o **Novo Plano Diretor**. Nestes anos, o projeto centenário de transformar a ribeira em amplos espaços públicos começou a se tornar realidade. Nem o Plano Diretor de 1991 nem o Novo Plano Diretor do ano 2000 foram considerados pelo Câmara Municipal. Por isso, a atual administração decidiu atualizar o documento de 2000 e submetê-lo à consideração de diferentes instituições da sociedade em meados de 2004 nas denominadas Jornadas de Concertación. Este novo e último plano, o **Novo Plano Urbano** reafirma os quatro projetos estruturais para a cidade, que têm a ver com a renovação de sua frente fluvial e territorial e a transformação interior e propõe pela primeira vez um capítulo dedicado especificamente à moradia de interesse social e aos assentamentos irregulares (as *villas miseria*). A transformação interior da cidade aparece associada à proposta de construir novas moradias e espaços públicos em terrenos ferroviários hoje ocupados por assentamentos irregulares¹¹¹. É com este Novo Plano que nos deparamos na reivindicação dos terrenos localizados no assentamento Toba das ruas Almafuerte e Travesía, no setor noroeste do mapa em anexo. Faremos brevemente uma análise da incorporação da variável étnica, para finalmente abordar nossa própria experiência.

2.4 Censo Indígena local: processo de implementação

No Rio de Janeiro em fevereiro de 2002, tomando conhecimento do anúncio de concurso para subsídios para “Projetos de desenvolvimento comunitário na Argentina, Uruguai e Chile” por parte do Banco Mundial, foram apresentados os requisitos, feitas as inscrições e apresentação, na base do projeto “... *Levamento da qualidade de vida da população indígena e não-indígena que mora no assentamento de Empalme Graneros*”, tendo parecer favorável e sendo beneficiada pelo “Programa de Pequenas Doações 2002”, em 15 maio de 2002. Coincidente com a apresentação da proposta de trabalho da tese de doutorado, perante a Comissão de Qualificação, se procedeu à preparação do trabalho de campo no assentamento, participando da implementação e parte da instrumentação deste projeto financiado pelo Banco Mundial a Associação Toba Lasherolqá de Rosario, considerando a situação particular de conflito da crise social da Argentina pós-dezembro de 2001. Depois das reuniões no assentamento, de que também participaram os colegas lingüistas responsáveis pelo projeto, junto a estudantes avançados do curso de Antropologia, foram feitas consultas às pessoas envolvidas na organização do Censo, tanto os

¹¹¹ Foram levantadas informações em documentos, complementadas com entrevistas com funcionários de organismos de governo como o INAI, com seu assessor legal e responsável de terras Dr. Antonio Delelce. Para o caso específico da situação dos terrenos ocupados do presente assentamento, em Sede de Catastro da província de Santa Fe e na Prefeitura de Rosario, junto a colegas arquitetos da Cátedra de Planejamento Urbano da UNR, que deram valiosa colaboração.

índios e demais moradores do assentamento como também os agentes que desenvolvem suas atividades no lugar. Foram consultadas assim as autoridades locais, como os “notáveis”, os pastores, curandeiros, professores, médicos índios (Piojanak) antigas e novas lideranças, que demonstraram interesse. Resolveram formar comissões junto aos estudantes da graduação para a implementação dos cursos de capacitação e instrutivos para proceder ao levantamento dos dados e variáveis previamente discutidas, chegando a aproximações de consenso de interesse coletivo. Tomando como base esses debates, foi discutido com membros das diferentes associações da Comunidade, como esse censo deveria diferenciar-se dos anteriores, para atender às necessidades atuais dos vizinhos do assentamento.

Assim fiquei conhecendo “uma experiência piloto” que segundo os informantes, teria sido desenvolvida em algumas das moradias do assentamento, das quais os lingüistas não tinham falado. O interessante desta experiência de censo indígena urbano no assentamento da cidade de Rosario teve a ver, logo no início, com o jogo político das novas e antigas lideranças: dos vizinhos mais novos, das mulheres e dos diferentes grupos que moram no assentamento Toba, bem como com relações interétnicas e de alianças estabelecidas entre os agentes e demais moradores não-indígenas do bairro, apresentando a dinâmica interna, suas conexões e as reflexões de seus membros. Esta hipótese inicial tentava objetivar quais seriam os interstícios e espaços de autonomia dentro dos bairros em que há população indígena Toba, Wichi e Mocovi, com os *criollos*, que achamos explicitados na articulação que criam entre eles, como as alianças que estabelecem com outras organizações de base de outros assentamentos e “*villas miseria*” contra ou “gatillo fácil” (“Foro e Movimento de las Manos” contra a violencia policial, desenvolvido no capítulo quatro).

Procuramos as semelhanças e diferenças entre as reivindicações das assembléias de bairro do vizinho Empalme Graneros (associação de moradores contrária à permanência dos Toba no assentamento) e de outras assembléias do centro da cidade de Rosario, bem como as articulações junto aos meios de comunicação (*Revista del Angel* e *Pocho Vive, Las Hormigas, LT8, Página 12*) e às Centrais de Trabalhadores (CTA), sindicatos (ATE) e demais moradores da cidade. As clivagens internas entre os membros das Comissões de Jovens, contatos pessoais, características do contato com cada uma das agências (oficiais e extra-oficiais, ou papel de mediadores de alguns membros das ONGs.). Frente a essa diversidade de atores sociais, resolveu-se reverter a orientação, perguntando sobre as vantagens (ou não) de se completar essa pesquisa e seus objetivos.

As novas *questões colocadas foram: “Por quê? e Para quê...?”* como também a necessidade de incorporar variáveis sobre etnicidade, cultura, migrações, situação de legalidade do terreno, saúde e educação. Em sucessivas reuniões no salão de uso comunitário do assentamento junto a Alberto, vice-presidente da Associação Qom Lasherolqá; Benjamín, Presidente da Cooperadora da Escola Bilíngüe; Miguel Presidente da Cooperativa Construtora de Trabalho; e Bonifácio, da Associação Novo Amanhecer, que reúne jovens de outros setores do próprio assentamento. Alberto: “... *apuntalar los jóvenes para el futuro ...que sepa que hacer, para que hacer y cómo hacer... Cuándo hay que meterse y cuándo no...*” -em referência às contínuas

manifestações, piquetes e saques realizados de dezembro a março de 2002 na cidade de Rosario, dos quais alguns Toba participaram. Explicitado nas afirmações de Miguel “...*nos hacen crear organizaciones* (o governo através del INAI) *que la mayoría no consigue administrar, hasta los reglamentos de las organizaciones vecinales, se arruinan los papeles y te dejan sin personería jurídica...*”, ou de Alberto: “... *es importante saber quienes somos y que somos nosotros... las comidas diarias, anotar bien para que se vea y que no nos alcanza para nosotros, estamos mal censados... ?*” – em referência a diferentes experiências anteriores de censos provinciais de saúde ou municipal, quando houve o deslocamento dos vizinhos para o bairro da Rua Rouillón.

De todo modo, ficou ressaltada a urgência de “mostrar as necessidades básicas não satisfeitas deste grupo étnico urbano”, perante os organismos de governo nas diferentes instâncias - municipais, provinciais e nacionais - e a opinião pública em geral. Nas sucessivas reuniões com os lingüistas, responsáveis pelo projeto do censo, alunos, e outros profissionais foram debatidas diversas questões relacionadas à implementação deste Censo Indígena no assentamento. Assim, de 28 de setembro a 6 de outubro, participei do processo de aplicação das entrevistas, as quais tiveram parecer e foram encaminhadas, de maneira similar a uma experiência desenvolvida através de pesquisadores do LIAS, na UNLP junto às populações urbanas indígenas Toba da cidade de La Plata (Buenos Aires), pensando no futuro proceder a um mapeamento das migrações indígenas do Chaco, passando por Santa Fe e que logo chegaram a Buenos Aires.

Finalmente, qual foi o contexto de discussão destas questões?

A mídia local e internacional tinha dado uma ampla cobertura aos fatos violentos de dezembro de 2001, tornando-se motivo de análise das disciplinas sociais contemporâneas. Realizar o trabalho de campo sob os efeitos dessa situação numa cidade nitidamente transformada foi motivo de longas e profundas conversas e discussões com colegas da própria disciplina e de outras, ligadas à análise de “situações de crise” no campo das idéias. Em Rosario, sentiam-se ainda os ecos dos saques a supermercados, a demanda generalizada ao governo de transição para tomar medidas que superassem a desordem e o descontrole social em que tinha se convertido “o celeiro do mundo”. Qual seria a situação em campo, qual seria o impacto nos assentamentos dos “últimos acontecimentos sociais” que mostravam uma cidade arrasada, onde o frio, a sensação de miséria, pobreza e medo se apresentava ainda como uma sombra, que se arrastava pela cidade?

A sensação mais generalizada era de incerteza nas ruas e na mídia pela falta de uma ação política por parte do governo de transição que reativasse a circulação de dinheiro preso nos bancos, elevando a insegurança social e os índices inéditos de desemprego. Esta insegurança pública transformava-se em privada, e entre os setores mais desprotegidos em fome, mostrando como nunca até então o lado escuro dos bolsões de pobreza, nas chamadas “*villas miseria*”. Este fato tornava-se evidente na proliferação de pessoas, entre eles os índios, que buscavam nos sacos de lixo o sustento diário, que os vizinhos

mais favorecidos começavam a separar numa espontânea “classificação de dejetos alimentares”. Continuava implementando-se ainda, ante o desespero generalizado diante da fome e a conseqüente deterioração da saúde, coletas nacionais e internacionais, para mitigar estas necessidades básicas insatisfeitas. Estas ações eram impulsionadas pela sociedade civil através de suas próprias organizações de base: por um lado surgiam associações de vizinhos, em assembléias permanentes, na coleta de alimentos e de roupa, também ante o fechamento dos comércios, cooperativas dos próprios empregados, agora sem trabalho, para tentar recuperar suas fontes de sustento. Como correlato disto, organizações de segurança diante de possíveis ondas de violência e repressão por parte da Polícia, tinham deixado como saldo em Rosario a execução de sete jovens piqueteiros, sem esclarecer até o momento as reais situações de suas mortes (arriscava-se ainda, a hipótese de *la ley del gatillo fácil*).

Cruzando dados e buscando outras experiências (La Plata)

Foi através da Associação Qom Lasherolqá que se deu o contato com colegas da própria disciplina, da carreira de História e de organizações indígenas para conhecer sua opinião sobre a viabilidade de implementação do censo, considerando também os pareceres divulgados através do Boletín de Pueblos Indígenas, por ocasião da discussão levantada diante da incorporação da variável indígena pela organização, por ocasião do censo do INDEC em 2001. Estávamos interessados em conhecer suas experiências e expectativas sobre a prova piloto que ocorreu nas Províncias de Buenos Aires e Salta. Depois de alguns debates no assentamento com Ofelia, Alberto, Benjamín, Miguel, Leonardo e Eric, entre outros, foi apresentada esta proposta aos colegas da Escola. Como já indicáramos, por ocasião da apresentação dessas questões na Faculdade, houve uma reação de resistência por parte dos coordenadores do censo, esgrimindo diferentes questões, que foram explicitadas desta maneira: as planilhas já tinham sido confeccionadas sobre a base de 130 (cento e trinta) questões, em sua maioria focalizando temas referidos à saúde, *habitat* e qualidade de vida – suspeito que copiadas dos censos provinciais sobre saúde.

Nosso interesse orientou-se por assinalar a relevância, já debatida, de **nos perguntarmos para que e por que se fazia esse Censo**, e a necessidade de incorporar outras variáveis que ajudassem a caracterizar o assentamento como indígena de maneira diferenciada do resto das *villas miseria* que contornam a cidade de Rosario. Paradoxalmente, estas foram as questões mais despertaram o interesse dos alunos, gerando uma série de questões e perguntas sobre os costumes urbanos diferenciados, tradição, religião, crenças e práticas cotidianas, dando lugar a amplas e interessantes discussões entre os participantes. Estas reuniões repetiram-se semanalmente na Escola de Antropologia durante os meses de agosto e setembro. Discutir a incorporação destas variáveis no censo foi um longo trabalho durante esses dois meses. Durante o mesmo período, tiveram lugar discussões no assentamento e debates em língua Qom traduzidos pelos participantes bilíngües; sendo destacável o interesse com que se ouviam as pessoas, com que se discutia com os Pastores da Igreja Evangélica, com os professores brancos da Escola

Juan Diego (que depende de Caritas), com membros de outras Associações de jovens e com as mulheres. Os médicos e enfermeiras, a Vecinal 19 de Abril, gerara debates frutíferos. O tempo de permanência no assentamento transcorria de segunda a sexta à tarde, durante a manhã levava a cabo minhas atividades de estudo e trabalho, e à noite reuníamos-nos com os professores e alunos para informá-los sobre os avanços nas discussões, voltando a debater novamente os temas. Como é uma constante no discurso indígena, tudo deveria ser “consensuado” entre todos os participantes. O resultado das consultas e orientação foi gerando variáveis de discussão sobre a base de algumas sugestões tomadas do que estava sendo desenvolvido em novos assentamentos indígenas na província de Buenos Aires. Assim, foram incorporadas à discussão as seguintes questões:

1 Migrações: quando chegaram, de que lugares do Chaco eram originários, quanto tempo havia transcorrido desde que saíram de lá, em que épocas e lugares moraram, qual foi o último lugar em que moraram e através de que relações chegaram a Rosario.

2 Composição do grupo doméstico: tomando como referencia o entrevistado, têm outros filhos que não moram nesta casa? onde moram, em outra casa do bairro ou em outro lugar?

3 Língua: com quem fala a língua*, quando e onde aprendeu a falar castelhano, gostaria falar esta língua*, que pensa que poderia ser feito para que não se perca a língua* ou o idioma indígena.

4 Religião: pertence a alguma religião, qual?, vai ao culto, qual?; se oficiado culto neste núcleo, quem o dirige?; parecem-lhe importantes as reuniões do culto, por quê?.

5 Organização: como estão organizados, têm representação legal?, nome da associação, significado do nome.

Desta maneira foram elaboradas novas planilhas e discutida cada uma das perguntas e dados a ser levantados junto aos agentes de saúde, médicos e enfermeiros pondo ênfase em que as perguntas estivessem orientadas ao “universo concreto da investigação”. Em todas as reuniões participamos junto aos membros da Associação que queriam se informar e “capacitar-se” para a elaboração do censo. Alternativamente participaram Alberto, Ofelia, Erick, Benjamín, Juan, pertencentes ao Asentamiento de los Pumitas¹¹², vizinho ao da rua Almafuerde, onde também moram Toba junto a uma maioria *criolla*, com quem compartilham atividades na Associação. Finalmente, conseguimos chegar

¹¹² Este assentamento está sob a proteção, controle e tutela da Irmã Jordán (Mariá Cilenia Jordán), da Congregação das Irmãs Franciscanas Angelinas. Ela é boliviana e cumpriu apostolado em Roma (1968 –1980). Segundo seus biógrafos, “fundou” a missão do Paraná em Cascavel (1985-1990), desenvolveu a missão em Corumbá (1993) e em 1994 foi chamada a servir como missionária na Argentina. Em 6 de janeiro de 1995, junto a outras duas monjas e o padre de Vila Constitución, fundou a missão na capela Santiago Apóstolo. Atualmente, desde junho de 1995, coordena um Centro Comunitário “Maria Madre de la Esperanza” com muita difusão e freqüência na mídia. Vide: Guaita e Solina (1998). *Hermana Maria, Madre de la Esperanza toba: la alegría de servir al hermano*. Ed. Ameghino – Rosario.

a um acordo e reduzir o número de perguntas de 130 para 87, incorporando as variáveis de etnicidade, cultura e religião. Também foi aproveitado todo esse tempo para conhecer o funcionamento interno das diferentes comissões que tinham se constituído desde o *survey* durante todo o processo de eclosão da crise econômica e da comoção social que afetou a cidade de Rosario.

Aplicando uma planilha e participando do Censo:

No sábado 28 de setembro iniciaram-se as atividades da pesquisa denominada “Censo Indígena Autogestionado da Associação Civil Qom Lasherolqá de Almafuerte e Travesía”, elaborando um panfleto explicativo da atividade que seria entregue em cada casa recenseada. Participaram desta atividade sete alunos de Antropologia que tinham assistido aos cursos de capacitação e instrumentalização, junto com nove acompanhantes indígenas que desenvolveram suas atividades em três organizações do assentamento. O panfleto foi feito para explicar o PORQUÊ e o PARA QUÊ do CENSO, foi entregue à Rádio Comunitária Master 105.1 para sua divulgação e distribuído nas outras associações que, logo depois de tê-lo recebido, apresentaram-se no Salão e ofereceram sua participação através de Miguel, junto a três representantes da Associação Novo Amanhecer e da Cooperativa de Trabalho. Entre os participantes se estudou e discutiu a planta do assentamento que, estendido sobre uma mesa, permitiu discutir o efetivo espaço dos terrenos e moradias de acordo com o nome de seus ocupantes (Rosa Barrera, Sra. Cervantes, Paula Saravia, etc.), e a partir dali distribuíram-se os recenseadores, segundo o melhor conhecimento e trato pessoal.

Formaram-se casais integrados por um aluno e um vizinho, homem e mulher. Paula, estudante de Antropologia e responsável pela posterior tabulação dos dados e dos resultados, levava um controle por planilha dos setores, número de recenseadores e distribuição das planilhas. Ao meio-dia interrompemos as atividades para tomar um refrigerio e trocar as experiências de cada casal, estipulamos a hora de regresso ao Centro Comunitário para a entrega do material coletado, mas tudo dependia do mau tempo reinante. Ficou estabelecido que se suspenderiam as atividades porque as condições do tempo não melhoravam e obstaculizavam o regresso ao assentamento. As instâncias de Alfredo, professor bilíngüe da Escola Taigoché, cederam-nos uma casa vizinha à Cooperativa. Estava nublado e começou a cair uma fina chuva, condição que no assentamento – sem nenhum tipo de canalização –, rapidamente transformou o lugar num lamaçal.

Entramos em uma casinha muito pequena onde fomos recebidos por uma jovem de nome Mónica, sem documentos, que nos permitiu o ingresso a sua casa. Alfredo explica: “... estamos haciendo un Censo, si quiere respondernos unas preguntas sobre su familia y su casa...”. Aplicamos a planilha e no processo notamos algumas dificuldades de expressão que foram corrigidas. Por exemplo, ante a pergunta: Alguna vez se ha sentido discriminada?, Mónica responde: NO! Sorrimos com Alfredo e ele volta a perguntar: “... *Decime la verdad, nunca nadie te dijo “india de m...” en el Chaco o en Rosario? Nadie te insinuó alguna vez, por qué no te volves ...*”, ao que ela, responde: “... *Claro!*”

Una vez estaba pidiendo limosna en la Iglesia del Perpetuo Socorro y una mujer me dijo: “india de mierda tenés tantos chicos, porque no te volvés al Chaco”, y yo le respondí igual ... “a pesar de que mi mamá me enseñó que no debía responder... pero ella se dejaba decir estas cosas, y yo ahora, no! ...”.

Chegamos, assim, a tomar conhecimento de que a mãe de Mónica tinha falecido de tuberculose aos 33 anos, e que ela começou tratamento e controles mas que não os continuou. Com sua mãe moraram fora do assentamento na rua French, até que ela morreu; a jovem, muito triste, mudou-se para essa casinha com seu companheiro, com quem têm dois filhos. Depois de alguns comentários e pêsames, terminou informando-nos sobre a existência de outra filha de 13 anos, que mora com sua irmã, no bairro Rouillón. Mónica não sabe ler, empresta-nos os documentos do marido e dos dois filhos; e nos informa que a menor está desnutrida e recebe tratamento no dispensário. Ante a pergunta de Alfredo por Mario, ela responde: *“sí, él también vive acá...”*.

Perguntou-lhe se é seu parente, ao que responde que é seu primo; consultada sobre onde dorme, responde: *.. “no duerme acá, solamente viene de vez en cuando...”*. Concluída a entrevista, com Alfredo regressamos ao Salão Comunitário, entregamos nossa planilha completa com os dados sugeridos, comentamos a experiência com os presentes, e enquanto os demais começavam a se retirar, escutamos no salão do lado - onde funciona o forno e a Comissão dos Jovens oferece comida aos sábados e domingos –, um violão e cantos folclóricos. Aproximei-me do forno e me uni aos músicos, os jovens participantes estavam “sanos”, tomando mate, conversando, fazendo brincadeiras e cantando, enquanto Erick tocava o violão. Convidaram para mate e perguntaram pelas letras das canções que tinham copiadas num caderno, com os tons musicais (eram as canções de protesto, dos anos setenta...).

De volta da viagem ao Rio de Janeiro, informam-me que o mau tempo tinha impossibilitado a continuação do censo e muitos estudantes, devido às greves na universidade, decidiram viajar a suas cidades de origem. Depois de algumas negociações e questões até agora não dirimidas sobre a interrupção do censo, em dezembro do 2002 aconteceu minha segunda participação. Pouco antes conseguira continuar, depois de algumas tentativas infrutíferas, a sondar os inconvenientes que realmente tinham acontecido interrompendo a continuidade do Censo. As razões argumentadas foram: a suspensão da participação dos estudantes, a ausência dos coordenadores e, imagino, situações de tensão interna no grupo. Segundo suas expressões, *“sólo estaría faltando un sector que no había accedido al Censo”*, entre eles a família do Pastor Albino. Foi estipulado que Ofelia falaria com o Pastor e sua família para tentar lhes explicar a importância de sua participação no censo para futuras tarefas de reconhecimento indígena frente aos organismos de governo e as ONGs. O Pastor tinha participado de algumas reuniões desenvolvidas anteriormente e de algumas das atividades de assessoria da Associação Qom Lasherolq’a, por ocasião das gestões realizadas para conseguir o dispensário, a escola ou o terreno.

Quando cheguei à casa do Pastor Albino, me atendeu uma mulher jovem; mais tarde soube que se tratava de sua filha Rosa que, segundo Ofelia,

opunha-se a ser recenseada. Quando perguntei pelo seu pai, chamou primeiro a sua mãe, a Sra. Sara, e logo depois se apresentou o Pastor Albino, que me consultou sobre o uso que se daria ao censo, indicando que periodicamente passavam recenseando sem que se obtivessem resultados visíveis (esta situação transcorreu no pátio de sua casa, na presença atenta de seu filho e sua nora, que se negaram a ser recenseados). Finalmente, combinamos que responderiam o Sr. Albino, sua esposa Sara e seu filho, homem casado e sem filhos, que prometeram que “en otra oportunidad, seria recenseada su hija Rosa”. Começamos a aplicar a planilha da pesquisa e censo de vida sobre a quantidade de pessoas que habitam o espaço; resultando que seus três filhos mais velhos – que já moram com seus companheiros e seus filhos – compartilham os três quartos, que as mesmos foram sendo construídos sobre o mesmo terreno, com entradas independentes a um único corredor onde deságuam as águas servidas da cozinha e o banheiro, sendo no total 12 pessoas, contadas as crianças, netos do entrevistado.

Apesar das dificuldades econômicas, o entrevistado mandou trazer refrigerantes frescos que nos foram oferecidos, dando lugar, assim, ao surgimento de novas questões. Consultado sobre o seu processo formação como “crente”, comentou suas dificuldades dentro da “hierarquia evangélica” pelo fato de ser analfabeto. Explicava que, devido a sua falta de escritura, não conseguiu “prosperar” dentro da Igreja Evangélica, e dispunha-se a ser alfabetizado, caso houvesse essa possibilidade no assentamento. Terminamos a entrevista e ao se despedir ofereceu o salão da Igreja para qualquer tipo de atividade, reuniões, encontros ou oficinas de alfabetização para adultos, e para as tarefas comunitárias que se realizassem em benefício da “comunidade”. Mostraram muito orgulhosos o salão que está em frente de sua casa – uma das poucas construções de alvenaria suficientemente ampla para permitir a realização de encontros. Posteriormente, este espaço foi escolhido para as reuniões sobre segurança, que houve que implementar no assentamento frente à ostensiva atuação da polícia. No próximo capítulo, abordaremos esta questão.

Resolvi proceder à ampliação dos dados conseguidos na elaboração deste censo e relacioná-los com as informações oficiais do INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos), no que se refere à variável de 2001. Esta foi uma das questões mais difíceis de resolver, já que até o momento não se dispõe dos resultados tabulados nem dos dados finais locais; novamente, devido a razões alheias à participação própria e à dos indígenas. Às variáveis especificadas acima sobre etnicidade, migração e cultura, deve somar-se um grupo de questões que foram consideradas em seu conjunto e referidas especialmente aos tipos, à qualidade e quantidade de moradias e ao estado sanitário do terreno (o lote efetivamente ocupado, segundo cédula de notificação, possui uma dimensão de 15.550 m²), grupos de idade dos recenseados, lugar de procedência, etc..

I Informe populacional

A unidade de recenseamento utilizada foi a moradia. Na planilha identificaram-se o nome e o sobrenome de cada habitante das mesmas e as

relações de parentesco necessárias para estabelecer a composição dos lares e as famílias. Informação útil para determinar a existência de famílias nucleares no interior das famílias extensas. As relações de parentesco definiram-se em função da pessoa entrevistada para evitar possíveis erros no levantamento deste dado e, dada sua complexidade, foi utilizada uma variável resumo (identificação da pertença a uma família nuclear). A categoria LAR define-se como grupo de pessoas, parentes ou não, que habitem sob um mesmo teto; podendo ser identificadas, ademais, as seguintes subcategorias:

Lar familiar estendido: Formado por um lar nuclear com o agregado de outros familiares. Também se incluem nesta categoria lares que, ainda que não tenham, núcleo, são integrados por pessoas aparentadas entre si. Inclui, ademais, pessoas que não têm parentesco.

Lar familiar nuclear: Formado pelo chefe com cônjuge, com ou sem filho/s, ou somente um dos cônjuges com filho/s. Completo: chefe com cônjuge e filho/s; chefe com cônjuge sem filho/s; Incompleto: chefe sem cônjuge e com filho/s.

Relevaram-se as variáveis: sexo, idade e data de nascimento, essenciais para as estimativas e projeções de população. Os grupos etários foram definidos segundo as categorias próprias da etnia e se utilizaram, ademais, intervalos etários de cinco anos. As categorias próprias da etnia Toba são as seguintes:

1. crianças de 0 a 14 anos.
2. jovens de 15 a 30 anos.
3. adultos de mais de 30 anos.

A pertença étnica dos habitantes da moradia foi indagada incorporando o critério de auto-identificação ou auto-reconhecimento. O mesmo baseia-se no “conceito jurídico” de livre determinação cultural (Bravo et al, 2000) e no rechaço, por parte das próprias organizações, às posturas que tentaram definir “o indígena” desde critérios externos. Dado que esta variável foi levantada através de uma conversa com os entrevistados – na qual mediou a intervenção do acompanhante da própria comunidade - seu levantamento não constituiu uma dificuldade. Perguntou-se o lugar de nascimento, identificando província e município. Um dos dados requeridos e considerado de grande importância para a comunidade, foi o referente à antiguidade de residência no bairro. O censo de população incluiu o domicílio legal do entrevistado. Este dado permite à comunidade contrastar o tempo de residência e sua declaração legal. O argumento para sua inclusão consiste em que as organizações da comunidade têm destacado que grande parte da população que provém de outras localidades, inclusive de outras províncias, não realizam mudança de domicílio, razão pela qual se vêem impedidos de acessar a, e/ou reclamar, direitos e benefícios sociais. Foi perguntado sobre a posse de documentação; o objetivo deste dado fundamenta-se no interesse por identificar a quantidade de pessoas sem documentos com a finalidade de promover seu registro.

Resultados

Os poucos dados obtidos mostram que, de um total aproximado de 212 moradias, foram recenseadas 146, nos doze lotes em que foi dividido o setor situado entre as ruas Juan José Passo, Travesía e Almafuerte. As moradias existentes na rua Reconquista (numa área de aproximadamente 150 m, por 200 m) são as que aparecem no mapa anexo – setor raiscado –, sob o nome bairro Toba.

A quantidade de famílias censadas no total foi de 186, compostas por 13 famílias mononucleares, 103 nucleares e 30 extensas. Nalguns lotes existem 23 com duas famílias nucleares, 4 com três famílias nucleares e 3 com quatro famílias nucleares. A quantidade de pessoas recenseadas ascende a 736. Não se dispõe ainda dos dados de sexo e idade de toda a população recenseada, em alguns casos foi possível identificar o número de habitantes de uma moradia, mas não completar outros dados porque no momento da pesquisa não estavam presentes e o entrevistado não estava em condições de responder por eles. A população é homogênea. Quanto ao sexo das pessoas, os homens superam as mulheres em apenas 3,7%.

Quadro 1: Distribuição por sexo da população

Sexo	Freqüência	Porcentagem
Feminino	351	(47,7%);
Masculino	378	(51,4%)
Sem dado	9	(1%)
	736	100.000

De acordo com os grupos etários definidos pela comunidade como pertencentes à etnia Toba, resultou: a quantidade de crianças (de 0 a 14 anos) é de 354 e representa (49,6%) da população; a quantidade de jovens (de 15 a 30 anos) está representada por 194 indivíduos, constituindo (27,2%) do total; e a quantidade de adultos (mais de 30 anos) constitui (23,2%) com um total de 165 pessoas.

Quadro 2: Estrutura de população

Grupo etário	Feminino	Masculino	Total
0-4	77	79	156
5-9	50	64	114
10-14	43	41	84
15-19	41	29	70
20-24	34	27	61
25-29	35	28	63
30-34	15	34	49
35-39	13	15	28
40-44	12	14	26
45-49	8	10	18
50-54	7	8	15
55-59	4	9	13

60-64	5	2	7
65-69	2	2	4
70-74	0	2	2
75+	0	3	3
	346	367	713

O grupo etário com maior quantidade de indivíduos nesta comunidade corresponde às crianças, sendo os mais novos (de 0 a 4 anos) os que estão mais representados, com uma porcentagem de 44,06% dentro desta categoria, e uma porcentagem em relação ao total de população do 21,19%. Os homens sobrevivem às mulheres, encontram-se representados em idades superiores a 70 anos, enquanto que a maior idade registrada no grupo de mulheres é de 66 anos. Contudo, cabe destacar que estes dados não podem ser extrapolados à população étnica em general, isto se deve a que se trata de uma comunidade com grande índice de circulação e, portanto, não representa mais que uma imagem estática da comunidade num momento determinado. Evidencia-se uma menor quantidade de homens no grupo de jovens em relação ao grupo etário anterior e ao mesmo grupo etário de mulheres. Ademais, há que considerar o deslocamento quase compulsório dos habitantes mais antigos ao bairro Municipal de Av. Rouillón em 1991, bem como a circulação de parentes entre os assentamentos da própria cidade.

A respeito da procedência étnica, somente 5,6% dos entrevistados não responderam. Embora se trate de uma população bastante homogênea etnicamente (a grande maioria reconheceu-se Toba), pôde ser registrada a diversidade no interior dessa mesma população. Constatou-se a presença de Mocovis, Guaranis, Vilelas e *Criollos*.

Quadro 3: Distribuição de freqüências de Grupos étnicos

Etnia	Freqüência	Porcentagens
Toba	454	61,7%
Criollo	148	20,1%
Mocovi	16	2,2%
Mestiço Toba/Criollo	16	2,2%
Mestiço Toba/Mocovi	13	1,8%
Paraguaio	1	0,1%
Guarani	3	0,4%
Vilela	6	0,8%
Mestiço	36	4,9%
Mestiço Toba/Paraguaio	2	0,3%
Sem dado	41	5,6%
Total	736	100

A população indígena representa 74,3% dos indivíduos recenseados (546), sendo majoritária a presença do grupo Toba, com 83,15% do total da população indígena. A categoria mestiço não pode ser definida segundo a procedência

étnica dos progenitores em 36 casos, representando 53,73% do total de indígenas mestiços (“cruzados”). Somando ao total de 66,9% da população indígena, 7,4% de população mestiço-indígena, o total da população indígena ascende a 74,3%.

Quadro 4: Procedência – lugar de nascimento da população

Lugar de Nascimento	Frequência	Porcentagem
Chaco	394	53,5%
Santa Fé	289	39,3%
Santiago del Estero	6	0,8%
Entre Rios	1	0,1%
Corrientes	10	1,4%
Salta	1	0,1%
Mendoza	1	0,1%
Buenos Aires	4	0,25%
Formosa	9	1,2%
Paraguai	1	0,1%
Misiones	1	0,1%
Sem dados	19	2,6%
Total	736	100

Em relação ao lugar de procedência, mais da metade da população do assentamento (53,5%) nasceu no Chaco. Registraram-se também outros lugares de procedência. A população indígena de origem Toba nascida no Chaco constitui 50,1 %; outra importante porcentagem tem como lugar de nascimento a província de Santa Fe – presumo que o Norte, Recreo, Reconquista, segundo dados coletados nas minhas próprias entrevistas. Entre os que nasceram na província de Santa Fe, 59,8% nasceram no bairro e representam 22,3% do total dos entrevistados. Residem no bairro há 10 anos ou mais 21,8% do total da população recenseada.

Como demonstra o quadro da antiguidade desse assentamento, a ocupação do mesmo remonta a pelo menos 30 anos, segundo os dados relevados na pesquisa:

Quadro 5: Antiguidade no assentamento

Intervalos	Frequência	Porcentagem
Menos de 1 ano	39	5,9%
Entre 1 e 2 anos	30	4,1%
Entre 2 e 5 anos	145	19,7%
Entre 6 e 10 anos	152	20,7%
Entre 11 e 15 anos	74	10,1%
Entre 16 e 20 anos	37	5,0%
Entre 21 e 25 anos	10	1,4%
Entre 26 e 30 anos	1	0,1%

Não corresponde	164	22,3%
Estão de passagem	6	0,8%
Total	658	89,4%
Não registraram dados	78	10,6%
	736	100

Nasceram no assentamento 164 (24,9%); deslocamento temporal 6 (0,9%). Total 658/100. De 146 pessoas pesquisadas, 105 têm domicílio legal em Rosario, representando quase 72% dos que afirmam estar documentados.

Resultados quanto à Documentação: com documentos, 547; não têm documentação, 24; documento em trâmite, 13. Não responderam: 151.

II Moradia e serviços

As perguntas realizadas na pesquisa acerca das condições materiais do bairro e das moradias, bem como as efetuadas sobre o acesso aos serviços, tiveram como objetivo obter informação útil à avaliação da qualidade do *habitat* do bairro. A qualidade do *habitat* relaciona-se aqui com a qualidade da saúde e das relações sociais no âmbito doméstico (intimidade-família). O *status* de saúde da população encontra-se diretamente relacionado com a qualidade e situação dos serviços sanitários; do mesmo modo que o estado da moradia e os serviços, constituem indicadores da qualidade de vida.

Descrição da pesquisa

Na pesquisa identificaram-se o tipo de moradia e a quantidade de cômodos, quais utilizam-se para dormir e quais para cozinhar. Postas em relação com o número de residentes, constituem um indicador para determinar o grau de superlotação utilizado em comparações internacionais, permitindo indagar, ademais, questões referentes ao uso do espaço dentro e fora da moradia. Levantou-se a existência de banheiro, sua localização, os serviços que possui e o tipo de esgoto de que dispõe. Ademais, se perguntou sobre as condições de uso do banheiro para determinar se é compartilhado com outra/s moradia/s. Em relação com outros serviços levantaram-se: água corrente, energia elétrica e combustível para cozinha e calefação, considerados básicos para uma moradia.

Uma pergunta de grande importância, relacionada diretamente à saúde do bairro, refere-se ao acesso à água potável; se contam com este serviço e em que condições (altura da captação de água e distância da mesma). levantou-se também a autopercepção da qualidade da água. Indagou-se acerca da situação dos serviços básicos do bairro como: armazéns, transportes, comunicação, escolas, delegacias, áreas verdes, pavimentação de ruas, limpeza urbana, áreas de jogos e recreação infantil, campos de futebol, etc. Para isso se utilizou uma escala de apreciação que vai de muito ruim a excelente, e inclui a opção não existe. Por último, convidaram-se às pessoas entrevistadas a opinar sobre aqueles aspectos do bairro que lhes interessaria mudar, o motivo pelo qual o

propõem e o modo que lhes parece adequado para concretizá-lo. Relevaram-se dados de 146 moradias do bairro.

Resultados

Quanto ao tipo de material empregado na construção das moradias, constatamos que 30,8% é de tijolo; moradias de material são 45 (30,82%); as unidades habitacionais caracterizadas como “*casillas*”, que dizer, construídas com paredes e tetos de materiais precários (chapas, nylon, etc., ou de madeira, papelão e chapas), 69 (47,26%); mistas, 31 (21,23%); não respondeu, 1 (0,68%). No que se refere ao piso das moradias, predomina o de cimento (46,6%) e o de terra (39,7%). No cruzamento dos resultados das variáveis, identificaram-se como moradias mais vulneráveis as pertencentes ao grupo constituído por “*casillas*” com piso de terra, que representa 32,2 % do total. Podemos identificar o conjunto de combinações que caracterizam as moradias mais precárias como sendo: *casilla* e piso misto, moradia mista e piso de terra, e moradia mista e piso misto. Desta maneira, a porcentagem das moradias mais precárias e, portanto, mais vulneráveis ascende a 39,7%. Caracterizar este conjunto de moradias como mais vulneráveis não significa que o total das moradias do bairro não se encontre em condições de precariedade, mas que este grupo está mais exposto a uma série de fatores ambientais que incidem diretamente sobre o estado de saúde de seus habitantes. Cabe esclarecer que estas não são as únicas variáveis de qualidade do *habitat* que incidem na qualidade de vida em relação à saúde.

Outra variável relacionada à saúde e que incide, ademais, na qualidade das relações sociais e, portanto, na qualidade de vida, é a relação entre o número de residentes por m² e o número de cômodos por moradia. Entre as moradias, 32,2% estão formadas por apenas um cômodo; 37% possuem dois cômodos; 19,9% três; e 7,5% das moradias têm entre 4 e 5 cômodos, sendo:

- média de cômodos por moradia, 1,9.
- média de famílias residentes por moradia, 1,27.
- média de pessoas por lar, 5,04.

Isto se traduz numa média de 2,5 pessoas por cômodo. Se, indo além, consideramos os cômodos utilizados exclusivamente para dormir, quer dizer, excluindo-se cozinha e banheiro, a média é de 3,36 pessoas por cômodo.

Quadro 1: Quantidade de cômodos da moradia* Quantidade para dormir

Quantidade Cômodos	1	2	3	4	5	Não responderam	Total
1	43					4	47
2	36	18					54
3	3	18	8				29
4		1	6	3			10
5					1		1
Não						5	5

responderam							
Total	82	37	14	3	1	9	146

Inferre-se do quadro anterior que existem diferentes tipos de moradia: com 1 único cômodo, 47; com 2 cômodos, 54; com 3 cômodos, 29; com 4 cômodos, 10; com 5 cômodos, 1. Não responderam 5. Quantidade de pessoas por moradia: num único cômodo, 47; em 2 cômodos, 54; em 3 cômodos, 29; em 4 cômodos, 20; com 5 cômodos, 1; não responderam, 5. Em um total de 73 moradias (50%) se utilizam todos os cômodos para dormir, não se conta com dados de 5 moradias.

Uma porcentagem importante dos banheiros do bairro encontra-se fora das moradias, não se detectam moradias sem banheiros por se tratar de banheiros compartilhados por 2 ou mais moradias, sem fazer distinção sobre a propriedade do mesmo. Quase 23% (22,9%) dos banheiros são de uso compartilhado. Serviços sanitários: com banheiro interno, 19; banheiro fora da casa, 125; não responderam, 2. Banheiro com latrina, 65; com ducha, 3; latrina e ducha, 21; sem latrina nem ducha, 55. Não responderam, 2. Tipo de esgoto: Rede de esgoto, 4; Sumidouro, 1; Fossa, 60; Fossa e sumidouro, 1; Fossa na terra, 46. Não responderam, 34. Compartilhado entre pelo menos 2 moradias, 3; entre 2 moradias, 18; entre 3 moradias, 8; mais de 3 moradias, 4, de uso exclusivo, 107. não responderam, 6. Acesso a água encanada, 125; sem água encanada, 17; não responde, 4. Capta a água no nível do chão, 33; capta entre 30 e 70 cm, 34; por cima dos 70 cm, 51. Lugar onde cozinha: cozinha dentro da moradia, 114; fora da moradia, 28; dentro e fora, 3. Não respondeu, 1. Cozinha dentro da moradia em cômodo separado, 60; cômodo compartilhado, 42; não responderam, 16.

Foram processadas, neste informe parcial, as variáveis sobre Educação, Metodologia e Lingüística, que já foram entregues à Associação Qom Lasherolqá. A informação corresponde a um terço do trabalho sendo que contava com um compromisso de finalização – originalmente – para dezembro de 2002. Até o presente não se encontra disponível para a Associação Qom Lasherolqá, nem para as demais associações com que se trabalhou e combinou a participação – segundo o relatado anteriormente. Os dados coletados e tabulados que ainda não foram processados são: população, moradia, trabalho, migração, economia familiar, alimentação e saúde. O compromisso de completar a informação foi estipulado para antes da finalização deste mês, de acordo com as últimas manifestações dos lingüistas responsáveis e das pessoas encarregadas de sua execução. Neste compasso de espera estão os membros da Associação Qom Lasherolqá, sendo pressionados pelas outras organizações para dispor da informação, coincidindo neste momento com a reivindicação da titularidade do terreno.

Como ficou demonstrado, as condições de superlotação têm-se aprofundado, se comparadas com os primeiros dados registrados – relativos ao ano de 1989 – e ainda depois do traslado de 91 famílias – em 1991 – para o atual bairro Municipal Rouillón. O espaço do *habitat* tem uma história local e se viu reduzido, entre outras causas, pela pressão da Vecinal de Empalme Graneros, as pressões políticas do vereador Ortolani e as migrações, que se

intensificaram. Mais adiante, nos deteremos em outros fatores: as conseqüências da pressão fundiária, a violência social em seus lugares de origem e as sucessivas crises dos anos noventa. Analisaremos a seguir o assentamento retomando alguns dos dados obtidos, traçando esboços de interesse para uma futura investigação.

2.5 As Voltas dos Toba – do Chaco a Santa Fe

No caso do estado de Santa Fe, ao não existirem censos demográficos diferenciados, segundo foi indicado acima, e por serem os Toba considerados um grupo indígena migrante dos outros estados mais empobrecidos do nordeste do país, como no caso do Chaco – área de colonização mais recente – existe uma grande tensão entre os governos de ambos os estados para dirimirem a quem cabe solucionar “problema indígena”, sem ânimo ou intenção política de negociação. Segundo Sayad (1998: 14-15), quando os contatos do imigrante com a sociedade que o agrega se prolongam, se ampliam e intensificam, ganhando novos espaços (até políticos), transformam-se numa “problemática” imposta de fora (no estatuto de imigrante social, como jurídico, político e também científico) a qual é acoplada toda uma série de outros objetos ou de outros problemas, a que se encontram associados. A migração é considerada como “fato social completo”, na qual todo o itinerário do migrante é um itinerário epistemológico que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro de inúmeras disciplinas.

O interesse centrou-se em aprofundar o conhecimento dos mecanismos de articulação dos residentes indígenas nas cidades e as estratégias que possibilitam suas demandas, tomando em consideração as variações históricas, regionais, políticas e sociais, na construção das associações indígenas¹¹³ urbanas da cidade de Rosario. Nesta interação entre investigação em profundidade e quantitativa, as hipóteses surgiram com maior frequência como conseqüência dos estudos em profundidade. Nosso objetivo tentou contrastar e classificar as hipóteses, elaborá-las visando a *“uma investigação em profundidade da configuração cultural e as instituições sociais”*, indagar os fatores sociais que determinaram a propensão à migração urbana, os motivos da insegurança econômica e o surgimento de novos objetivos sociais e materiais nesta população. Nesse sentido e como já foi indicado, seguindo as formulações de Barth (2000: 108), optamos por trabalhar de uma maneira substantiva, explorando os graus e tipos de conexão verificados no domínio da cultura em diferentes condições de sociedade, com a intenção de desmistificar o conceito de *“corpus unificado de símbolos e significados com uma interpretação definitiva...”*. Tentamos mostrar um tipo de modelo adequado ao fenômeno observado, fazendo referência a diferentes tradições que consideram a realidade das pessoas, culturalmente construída.

¹¹³ Como vimos, a lei 23.302/91 estabelece a obrigatoriedade de “Representação legal” para o reconhecimento das associações. Para o migrante isolado, abismado na miséria e afastado da sua comunidade de origem, a referência às associações simboliza uma proximidade e satisfação das suas demandas mais imediatas. Nestas seus membros pretendem consolidar uma assistência mútua, resultando como alternativa às outras associações de vizinhos, que no caso de Empalme Graneros estigmatiza e discrimina a presença de índios no bairro.

Como já explicitamos, nos anos 70 começa no discurso oficial a idéia de "*reparação histórica*" às populações nativas "*despojadas e marginalizadas em seus territórios*", tão cara aos discursos populistas dos políticos liberais, que trazem em seu discurso de apologia do passado a intenção de suspender o tratamento da diversidade étnica, aceita somente na medida em que se refira a um passado épico, como única modalidade de reconhecimento do lugar do índio. Pareceria que sua localização nos discursos oficial se mantém num espaço geográfico situado nos confins do país, como "custódio das fronteiras nacionais", enquanto se mantiver não somente distanciado, mas também submisso e "manso". Quando migra à cidade e reivindica um espaço próprio, reconhecido de antiga ocupação para assentar-se legalmente, quando exige o respeito de sua cultura em práticas concretas de reivindicações de cidadania, de cumprimento das leis, incomoda os políticos locais. É quando se faz presente na cidade, que não é considerado como interlocutor válido, sendo desconhecida ou suspeita sua identidade e representação, tanto pelos seus vizinhos mais próximos de assentamento, quanto pelas próprias autoridades locais, provinciais e nacionais, responsáveis por velar por seus interesses.

A questão da migração rural-urbana de minorias étnicas que se comportam de maneira diferenciada está sustentada não somente na existência de grupos sociais com sentido de pertença a um passado coletivo comum; está vinculada, também, a estratégias adaptativas que são o resultado das características socioculturais do grupo em relação a outras culturas e sociedades. As estratégias distinguem-se de um grupo para outro por uma tradição etno-histórica desde a época colonial; assim, migrar para a cidade e continuar um comportamento indígena, requereu uma estratégia de inserção, no estrato social urbano mais inferior. Isto se tornou evidente na proliferação de indígenas na cidade, mais intensa a partir dos anos oitenta, bem como com a formação de enclaves étnicos mais visíveis no meio urbano, que se diferenciam dos setores "*criollos*" da cidade pela linguagem, pelas comidas, pela localização das cozinhas, separadas das outras dependências domésticas com chapas de papelão, madeira ou plástico.

O "ASSENTAMENTO DE EMPALME"

Como vimos nos resultados parciais, a maioria os Toba urbanos do assentamento de Empalme Graneros não provêm exclusivamente das áreas rurais, tendo alguns "experiência" prévia em Saens Peña, ou sendo do Engenho La Palmas, Pampa del Índio ou Quitilippi. Outros mencionam experiências que aconteceram quando migraram à cidade de Resistencia, moraram em outras cidades como Buenos Aires, Santa Fé, Rafaela, Tostado ou Rufino, Rincón ou Recreo, ou durante ocasiões em que buscaram trabalho, ou ao se casarem ou terem em filhos. A particularidade ou característica distintiva de outros bairros periféricos é manifestada por seus ocupantes, que são, em sua maioria, índios migrantes de diferentes grupos que se concentram num espaço de vizinhança de compadrio com *criollos*, com alguns dos quais estão casados; contudo, outros entrevistados afirmam que chegaram ao bairro seguindo laços de parentesco. Em outros casos dirigiram-se diretamente a Rosario, onde se estabeleceram como

moradores permanentes ou de residência prolongada. Interagem com a sociedade envolvente, participam das equipes de futebol, vão aos jogos, são pacientes dos centros de saúde ou hospitais, freqüentam as Igrejas Evangélicas, as escolas e aos colégios secundários do bairro, participam de reuniões, de atividades políticas e sociais, os jovens assistem aos shows musicais, etc. Vivem na cidade e da cidade, onde levam a cabo suas atividades cotidianas.

A maioria dos entrevistados passou por algum tipo de experiência nas colônias do Chaco de onde são oriundos. São filhos das famílias que compartilham o sonho do cumprimento das promessas de um “lote fiscal” para trabalhar sua própria terra. Com esta apelação, buscou-se dar ênfase ao fato de os primeiros ocupantes do assentamento já terem experiência prévia e conhecimento de que estavam assentando-se em terrenos fiscais junto dos trilhos da Estrada-de-ferro Belgrano em sua intersecção com as vias da Estrada-de-ferro Mitre (hoje Av. de la Travesía) quando chegaram a Rosario. Estes terrenos, por especulação imobiliária, e de maneira similar à vivida neste momento em Rosario, passaram a mão de particulares. Estes particulares, sociedades anônimas que falem e não têm domicílio fixo no país, abandonam os terrenos, originando uma dívida por falta de pagamento dos impostos com o governo provincial e nacional, podendo ser leiloada ou desapropriada pelo Estado.

Basta recordar que o assentamento está situado dentro de um bairro chamado EMPALME GRANEROS: Antigo bairro da cidade, situado no quadrante noroeste - ao oeste da ferrovia, ao norte do FCNCA, ao leste da Avenida Perimetral e ao sul da recém-aberta Avenida Sorrento¹¹⁴. Acha-se, aproximadamente, a 7km do centro de Rosário. Trata-se de um tradicional bairro de população operária construído, como a grande maioria dos bairros rosarinos, pelo loteamento e construção de moradias individuais pelos próprios donos. Com um pequeno centro comercial de caráter exclusivamente local, durante muitos anos foi um dos setores mais castigados pelas enchentes do arroio Ludueña, motivo pelo qual sempre foi um lugar da cidade onde os setores de baixa renda podiam acessar a terra barata para a construção da sua própria moradia. No setor sul do bairro encontram-se alguns conjuntos habitacionais públicos (de mínimas dimensões), enquanto que ao leste (instalações das ferrovias) e ao norte há assentamentos irregulares. Esse é o setor do bairro ocupado por migrantes indígenas Toba, Wichi e Mocovi, estabelecidos nas ruas Almafuerie e Travesía, renovado com a abertura de ruas e a construção de novas moradias, nos últimos anos da gestão do prefeito Cavallero¹¹⁵ – responsável pela remoção indígena ao Bairro Rouillón em 1991.

No assentamento de Empalme Graneros, conhecido pelos vizinhos e autoridades locais como “Bairro Toba de Empalme Graneros”, são

¹¹⁴ Em anexos, apresentamos o mapa da cidade de Rosário, com os assentamentos irregulares. O bairro pertence ao quadrante C5, e o assentamento está situado no setor norte. Ver em detalhe o mapa.

¹¹⁵ No momento deixamos assinalado que o Intendente Cavallero participou de uma aliança interna do PSP com o PJ, daí o crescimento do espaço político do vereador Ortolani, como das políticas de erradicação de favelas dessa gestão de governo, coincidente no nível nacional com o menemismo. Voltaremos mais adiante para precisar detalhes sobre esta análise.

contabilizadas, atualmente, 200 famílias. O município da cidade de Rosario abarca 172km² com uma população de 875.702 habitantes¹¹⁶, sendo contabilizadas no total dois assentamentos e um bairro indígena Municipal com 600 ou 800 famílias indígenas¹¹⁷ nos bairros periféricos da cidade¹¹⁸. A ocupação do terreno se deu através diferentes migrações ocorridas maneira paulatinas e interrompidas, abrangendo a área delimitada pelos trilhos do Estrada-de-ferro Belgrano e a (então denominada Avenida de Enlace, ex-zona de vias da Estrada-de-ferrol Mitre) hoje denominada Av. da Travesía, desde finais dos anos 60 e início dos 70. Os primeiros ranchos de chapas e de papelão foram localizando-se sobre a Avenida Juan José Passo, com um traçado muito similar ao do bairro Toba da cidade de Resistencia, em Chaco, aproveitando a sombra das árvores de eucalipto.

Em meados dos anos 80 realiza-se um traçado e, posteriormente, abre-se uma rua perpendicular ao aterro da Estrada-de-ferro Belgrano, para dar acesso à rua Reconquista ao Norte do assentamento. Os Toba ocupavam esse local quando ocorreram as enchentes do arroio Ludueña, em 1985, que deram ocasião a uma série de medidas discriminatórias por parte de vizinhos e de alguns membros da Vecinal de Empalme Graneros, presidida pelo Sr. Ortolani. Naquela área também funcionava a Cooperativa de Artesanos integrada, entre outros, pelos Srs. Lencina, Montiel Romero, Marcos Diaz, Marcos Gómez, Domingo García, Victoriano Arce, Saravia, Baez e algumas outras pessoas que atualmente formam os respectivos Consejos de Ancianos, considerados internamente como “Notáveis”, que foram – em sua maioria – removidos ao bairro Municipal em 1991. Também ali, na rua Juan José Passo, funcionou provisoriamente um Centro de Saúde - dependente do Governo Provincial -, e a Escola Bilingüe Taigoché, que permaneceu naquela rua até a construção de seu próprio prédio, graças a gestões realizadas pelas organizações indígenas.

A escola situa-se, agora, num terreno doado pela Fundação Rosita Siperovich, na esquina formada pela rua Juan B. Justo e a Av. de la Travesía (ex-Av. Sabín, segundo o mapa e fotos em anexo). De acordo com diferentes testemunhas, a Escola Privada Juan Diego começou a funcionar sob a explícita reprovação das demais escolas do bairro e a receber em suas salas à crianças Toba; segundo narra Alicia, sua atual Diretora, “*por negros y por pobres*”. Através da Irmã Sara impulsionou-se a sua criação pedindo a ajuda do poder público. Diante da falta de resposta, levantou-se a possibilidade de que funcionasse com aulas complementares das escolas privadas do bairro, ao que tampouco tiveram acesso. Então abriram 2 salões e começou a funcionar como colégio religioso. Há quinze anos, funciona na rua Reconquista, ao lado dos trilhos. Quando em 1991 teve lugar a realocação do assentamento “... *se llevan sólo a una parte de la gente, inicialmente entregaron 91 viviendas, prometiendo que serian para 270 familias más, con la promesa que luego se*

¹¹⁶ Fonte: Fundação Banco Municipal de Rosario, 1997.

¹¹⁷ Os dados foram coletados juntamente com integrantes da Associação Qom Lasherolqá, coordenado pela Profa. Ofelia Morales, da Escola 1344 Taigoche, de Empalme Graneros em 1999.

¹¹⁸ Dados mistrados pelo Arq. Bragos (2001) da cátedra de Planejamento Urbano da UNR.

*construirían, y no sé nomás. Junto con las personas también se llevaron la Escuela y los cargos de director y de profesores ...*¹¹⁹”

Santos expresava: “...esta comunidad viene del Chaco por trabajo y por salud, por comida... por los beneficios del trabajo llegamos y hemos luchado, por atención de la salud y los ambientes productivos: obrajes y compañías grandes. Nosotros buscando el beneficio del trabajo, oficio de correo, electricista, albañil... A falta de derecho y organización está todo vacío... Nos hacen ver en la sociedad como artesanos cuando buscamos empleo, nos hacen que no somos aptos para esto. Viene autoridad y pregunta... nos organizamos y una vez que el sector se acomoda, el sector ese que lucha ... se van. El mismo aborígen por eso se fue separando... La sociedad nos ve como divididos pero es nuestra forma de organizarse... (por la cantidad de organizaciones y asociaciones dentro del mismo asentamiento)... Porque hemos sido referentes y apoyamos las gestiones, porque estamos junto con la Iglesia (Evangélica), junto con las otras organizaciones del barrio que están por las mejoras. Porque el estado nacional haga las cosas, porque nosotros necesitamos que tengan atención con la Comunidad...”.

Quando em 1991 a Prefeitura implementou a remoção de algumas famílias a um bairro municipal – distante umas trinta quadras –, as pressões políticas fizeram com que se limpasse a área situada entre as ruas Juan José Passo, os trilhos do trem e a Av. de la Travesía. O então vereador Ortolani, através do Clube La Gloria, demarcou um perímetro e construiu um complexo poliesportivo. Em pouco tempo, as estruturas de uma parede que ainda se mantinha no lugar desabaram sobre as *casillas* matando cinco pessoas, deixando outras muito feridas e com seqüelas. Frente a este fato e as reclamações, a Prefeitura resolveu limpar a área, na qual começava a funcionar uma horta comunitária e, ao lado, no terreno baldio, um campo de futebol.

Posteriormente, em 2002, no espaço em que vinha funcionando um Centro de Saúde, a instâncias do mesmo vereador Ortolani, estabeleceu-se um Posto de Polícia subordinado à província de Santa Fe. Em novembro de 2004, as famílias que ocupavam o assentamento resolveram demarcar lotes e ocupar aquele espaço. Nestas circunstâncias, foram reprimidos, e logo o lugar

¹¹⁹ Continua Ofelia: *En cuanto a educación las dos escuelas llevaron el mismo trato, la Juan Diego quedó en el medio del asentamiento, hasta ahora. La creación de esta Escuela 1344 es de cuando relocalizan el barrio se llevan la Escuela y nos quedamos nosotros en defensa de la educación, de los que quedaban acá... quedaron 250 niños que quedaban afuera porque eran rechazados en las otras escuelas y no tenían adonde irse... Los padres sacaban a sus hijos para que no se contagiaran de nosotros, que veníamos del Chaco y porque éramos indios...”. Comenzamos abajo de los árboles en la Avenida de la Travesía y yo que venía del monte...acá teníamos que seguir igual, siendo que estábamos en la ciudad. A la Hermana Sara no le alcanzaban los dos salones, la Sra. Alicia (actual directora, siempre estuvo con los indígenas... cuando desalojaron (relocalizaron) limpiaron el lugar y desinfectaron ahí, abajo del árbol de Juan José Passo y nosotros teníamos que dar clase; nos trajeron unas estructuras de la Municipalidad, para cuando llovía... La 1333 y 1334 son escuelas especiales para indígenas y trajeron maestros indígenas de Formosa – José Añolé-, él se fué y llegué yo “vos te vas a quedar ahora, yo me voy”, y se volvió...” . Cuando llegó el invierno, un propietario nos alquiló una casita de tres piezas en que funcionaron los salones donde se estudiaba y se daba de comer a los niños en la misma mesa, había muy poco espacio y sin luz ni lugar para los niños jugar. Allí quedamos diez años. Con intervención del Gobierno Canadiense, recién se pusieron las pilas los del Gobierno Provincial, para hacer los papeles del terreno, donado por la Familia Siperovich (familia de una maestra judía fallecida) para nosotros los Toba, y así se contruyó esta escuela en la que estamos... Junto con todas las Iglesias, que siempre nos acompañaron...”.*

apareceu cercado. Através da documentação adjunta, tomamos conhecimento de que as Vecinales que circundam o bairro retomaram novamente o projeto de destinar o lugar a uma área de lazer. Tentaremos relatar as vicissitudes atravessadas pelos Toba que ocupam os terrenos localizados entre as ruas J. J. Passo, Almafuerde, Av. de la Travesía e os trilhos do Estrada-de-ferro Mitre da cidade de Rosario.

Antes tudo há que assinalar que até chegar à forma atual de ocupação do terreno citado, várias foram as gestões e trâmites realizados pelos representantes indígenas junto às autoridades municipais, provinciais e nacionais, em suas diferentes instâncias e dependências. Referir-me-ei em particular às gestões realizadas desde 1998 porque deram origem ao pedido de assessoramento profissional por parte de uma das organizações do assentamento, a Associação Qom Lasherolqá, da rua Almafuerde 2.049, em Rosario (Resolução N. 065/2004. - Assessoramento Assoc. Toba. Fac. Humanidades e Artes – Univ. Nac. de Rosario - desde 1998).

Nosso primeiro contato institucionalizado, como foi explicitado na apresentação, coincidiu com a reorganização da Associação Lasherolqá impulsionado por suas lideranças: a professora bilíngüe Toba Ofelia Morales, Marcos Gómez - que conhecia desde 1985 – que chegou a Rosario em 1975, logo após de uma série de experiências em Resistencia e no norte de Santa Fe –, e Alberto Yordan, construtor, participante de uma oficina de capacitação profissional, estudante de enfermagem e marido da Ofélia. Nossas primeiras atividades, motivadas pela realização de uma reunião de pesquisadores¹²⁰ com experiências desenvolvidas junto às populações indígenas, agentes de contato e representantes indígenas dos diferentes assentamentos da cidade como Domingo Arce, Montiel Romero e Marcos Díaz, também com a participação de dirigentes indígenas dos assentamentos urbanos de La Plata e Resistencia, agentes e representantes da ENDEPA (com atividade na região nordeste), representantes do governo local, professores e médicos também participaram deste Encontro.

Numa das idas e vidas ao assentamento – nas quais era solicitada para todo tipo serviço, como acompanhar doentes ao Centro de Saúde para garantir seu atendimento, em casos de acidentes ou brigas matrimoniais, participação nas festas, “curas” ou comemorações religiosas – presenciei o momento em que a Associação recebeu uma notificação oficial da ordem de leilão das terras em que estavam assentadas as 200 famílias. Foi assim iniciada a relação com o grupo participando na convocação de uma reunião urgente. Saímos à procura do advogado e do Padre Raul, chamamos uma reunião com pastores e dirigentes dos outros assentamentos e convocamos uma assembléia. Nestes momentos foram recuperadas algumas leituras de situações etnográficas, sem ter muita certeza do que “deveria fazer”. “Democraticamente”, foram escolhidas pessoas da assembléia que tinham relações em diferentes níveis de articulação política, mídia, vereadores de partidos políticos oficiais e conhecidos.

¹²⁰ Seminário “Construção da identidade étnica” na Sede da Reitoria da UNR, organizado em colaboração com a Secretaria de Extensão da UNR (7-9 maio de 1997).

Foram mobilizados os contatos por dentro e por fora, aproveitando a passagem de Angel Rosas, governador eleito do Chaco pela Aliança – partido de Fernando de la Rúa – na cidade de Rosário, conseguimos sua presença junto com representantes do governo estadual e municipal no assentamento, onde foi entregue um documento que explicitou seu histórico e reivindicações de educação, saúde e medidas urgentes nos planos de assistência social. Naquela oportunidade, foram convocados ao assentamento os pastores das diferentes congregações da Igreja Evangélica, representantes dos demais grupos indígenas, representantes do AIRA, dos Kolla, os professores das escolas bilingües números 1333 e 1334, e da Escola Juan Diego, os médicos dos Postos de Saúde e dos outros assentamentos. Até hoje, aquele é lembrado como o melhor momento em que estiveram “todos juntos”, documentado numa gravação em vídeo, mesmo que as autoridades não tenham resolvido a questão da regularização do terreno.

Desde 1998 e durante os anos seguintes, continuaram realizando-se gestões, através das autoridades da escola Taigoché e da Associação Qom Lasherolqá, junto a diferentes instituições municipais, provinciais e nacionais, para a regularização dos terrenos. Já em 1997 apresentaram-se à Secretaria de Educação da província de Santa Fe, com a constância de Tomo Folio e Dominio do terreno sito em Juan José Passo 1950. Nesta ocasião, informaram que o proprietário tinha falido e que devia impostos para a Província, o que tornava terreno era passível de desapropriação. O mesmo ocorreu com o lote do terreno da rua Almafuerte e Travesía, quando em 1998 foram intimados a desocupar o imóvel por leilão da propriedade por dívidas com a província de Santa Fe. Nessas oportunidades iniciaram-se ações junto às autoridades municipais e provinciais, que se comprometeram a solucionar esses problemas, segundo estipulado nas leis nacionais. Foram notificadas, destas atividades, as autoridades do INAI; e através do AIRA e das próprias organizações indígenas (Boletín de Pueblos Indígenas), deram-lhes publicidade.

Em seguida, realizaram-se gestões junto aos responsáveis por terras do INAI em Buenos Aires, do Plano Imobiliário (terras fiscales) da Nação, e aos deputados e senadores cobrando promessas realizadas de maneira particular por alguns deles em época de eleição. Todas estas gestões e acordos assinados estão documentados pela Associação Lasherolqá, da Associação de Moradores da 19 de Abril, e mais recentemente, da Cooperativa. Inúteis têm sido as gestões, vãs as promessas, e as pessoas implicadas continuam num espaço de superlotação habitacional, segundo demonstra a elaboração dos dados parciais do Censo de Qualidade de vida, citado anteriormente. Desse modo queremos destacar que tanto nas gestões ao INAI, quanto nas manifestações de seus representantes, pretende-se a atomização, numa única organização, da representatividade indígena. Recentemente, um dirigente, ao se apresentar com seu grupo de organização ao funcionário de terras do INAI, expressava: *“la sociedad nos ve como divididos pero es nuestra forma de organizarse porque hemos sido referente y apoyamos las gestiones porque estamos junto con las Iglesias que están por las mejoras, cada uno en sus ideas... pero que necesitamos que el Estado tenga dirección con la Comunidad...”*

Assinalado no capítulo anterior, o maior impedimento encontrado refere-se ao reconhecimento da condição de Pessoa Jurídica, da representatividade legal

das comunidades indígenas¹²¹. Questão ambivalente porque o reconhecimento outorgado pelo INAI é obviamente da órbita do Estado Nacional, não dos Estados Provinciais. No caso da província de Santa Fe – que nos ocupa –, ainda não foi regulamentada a Lei Indígena e o funcionamento da Direção de Assuntos Indígenas, sendo este um tema discricional do partido político de turno, que geralmente deixa em mãos da Igreja Católica. O reconhecimento outorgado pelo INAI aparece assim como uma tentativa de homologar uma situação francamente irregular ao longo do território, mas sua ingerência é relativa na medida que as províncias, apelando à autonomia outorgada pelo regime federativo, podem desconhecer tal reconhecimento.

Constantemente, nas gestões realizadas para que sejam atendidas as reivindicações sobre saúde - como por ocasião do fechamento do dispensário -, e nas diferentes gestões pela implementação da educação bilíngüe, ressurgem a situação de precariedade e insegurança da vida cotidiana no assentamento frente às contínuas pressões e manifestações de pedidos de remoção ou despejo por parte das Vecinales do bairro Empalme. Esta situação ficou clara quando se intensificaram as perseguições a jovens, a dirigentes e pastores durante o tempo de trabalho de campo. Voltou a se repetir recentemente, quando se resolveu ocupar e tomar pacificamente o lote vizinho de Juan José Passo, em novembro passado. Juntam-se às diferentes gestões realizadas, notas e atas de assembléias que pretendem oferecer uma orientação sobre o interesse por vencer a burocracia e alcançar, de uma vez, o título de propriedade dos terrenos ocupados pelas famílias indígenas que ali moram e sonham com um futuro melhor para seus filhos.

Situação social I - O Censo Indígena para os assentados

A idéia do censo indígena no assentamento era, em realidade, um velho anelo que começou a ser visualizado por ocasião do *survey* em 2001. Por aquela razão, eu tinha deixado uma cópia do Projeto de Doutorado na Associação Lasherolqá em mãos de Ofelia e Alberto – seu Presidente, Don Marcos Gómez encontrava-se já muito doente, falecendo no final do ano passado. Ao tomar conhecimento das bases do concurso para o Programa de Pequenas Doações por parte do Banco Mundial, foram remetidas a proposta e as bases a Ofelia através de uma colega da Escola Taigoche, de nome Patricia. As instâncias de participação da equipe da UNR e do SERPAJ surgiram da apresentação formal do trabalho e as tensões posteriores no processo de implementação. Durante a segunda quinzena de julho de 2002, num primeiro encontro na casa de Alberto e Ofelia, e depois de trocar presentes e cumprimentos, confirmaram terem recebido um “*Prêmio*” – deixando claro que o projeto sobre o censo tinha sido viabilizado, intervindo como mediadora naquele

¹²¹ Como vimos, em 1995, se editou a Resolução 781 criando, sob a órbita do INAI, o Registro Nacional de Comunidades Indígenas (RENACI), que tem como função manter atualizada a lista de comunidades inscritas e não-inscritas. Um ano mais tarde ditou-se a resolução SDS 4811/96 que modificou substancialmente o tratamento do tema, já que em lugar de outorgar personarias jurídicas, o que faz é reconhecer a preexistência de as comunidades. A inscrição de a personaria em o RENACI gera isenções impositivas de impostos nacionais sobre as terras, bem como do imposto de rendas e o de Valor Agregado (IVA).

sentido Patricia, colega da escola onde trabalha Ofelia, estudante do curso de Antropologia e representante do SERPA)¹²². Além disso, foram reveladas algumas situações internas da relação entre as associações e instituições religiosas, e do funcionamento da Associação Qom Lasherolqá na qual, naquele momento, desenvolviam suas atividades duas comissões: uma de jovens e outra de mulheres. A primeira destas comissões trabalharia num refeitório comunitário, aos sábados e aos domingos; a de mulheres, trabalharia num costureiro, desenvolvendo assim as tarefas de contrapartida exigidas pelo Programa de Desenvolvimento Social Chefes e Chefas de Família – financiado por empréstimos do BID/Banco Mundial, coordenado pelo Governo Nacional e administrado pela Prefeitura de Rosario¹²³.

No mês de agosto, conseguiu-se uma segunda reunião no salão comunitário do assentamento com: Alberto, pela Associação Qom Lasherolqá; Benjamín, Presidente da Cooperadora da Escola; Miguel, Presidente da Cooperativa Constructora de Trabajo, e Bonifacio, da Associação Novo Amanhecer, que reúne jovens de outro setor do assentamento formado em sua maior parte por famílias de origem e lugar comum do Chaco, de Roque Saens Peña. Discutimos meu retorno ao assentamento para realizar o trabalho de campo, as características do meu trabalho durante este tempo e, depois de escutar-me, fizeram várias perguntas e comentários. A respeito do Censo, Alberto explicou aos participantes: “... *importante saber quiénes somos y qué somos nosotros... las comidas diarias, anotar bien para que se vea y que no nos alcanza para nosotros, estamos mal censados...*”. Ao finalizar aquela reunião, com Ofelia, Alberto e Juan, encaminhamo-nos ao centro da cidade, à Escola de Antropologia da Faculdade de Humanidades e Artes da UNR, para participar de uma reunião com os professores lingüistas responsáveis do projeto do censo e os alunos, na qual seriam debatidas questões relacionadas à implementação do Censo Indígena no assentamento.

Neste primeiro encontro, entramos numa pequena sala de aula cheia de estudantes. Patricia, estudante de Lingüística, foi quem fez as vezes de apresentadora, moderadora e conhecedora da execução do censo. Assim, explicou o processo de gestação e a necessidade de participação dos estudantes na sua implementação. Participaram dessa reunião os professores

¹²² Explicam, então, os acordos alcançados com colegas lingüistas e professores da Escola de Antropologia encarregados do trabalho, os que participariam com estudantes da carreira e junto aos membros do assentamento; estipulando, como contrapartida, o pagamento em tickets de transporte e lanche, no dia da execução do censo.

¹²³ Nesta primeira conversa informal, ficou claro o significado que alcançava o fato de sentir-se reconhecidos ao receber um subsídio de U\$S 2.200 (segundo cotação oficial de \$1,40 por dólar, em maio de 2002), que tinha sido depositado num banco em nome de Alberto Jordan, como Vice-presidente da Associação Toba Lasherolqá. Foi-me relatado que viajaram a Buenos Aires para recebê-lo, que era o segundo subsídio do BM entregue nesse mesmo chamado a uma comunidade indígena da Argentina. Nessa ocasião, também teria participado o Presidente do INAI, Sr. Jorge Pereda, que diante do convite indígena se comprometeu a visitar em breve o assentamento (Alberto: “...*ahí aprovechamos y lo presionamos para que se presente en el asentamiento, que dé la cara...*”). Posteriormente, informados da visita de Pereda à Secretaria de Desarrollo Social de la provincia de Santa Fé, manifestam que lhes mandou uma kombi para que se reunissem com ele no centro da cidade. Segundo suas próprias palavras: “... *repitió viejas promesas y explicó la falta de presupuesto para llevar a cabo los proyectos de desarrollo de la Subsecretaria...*”.

Rodolfo Hachen, Maria do Rosario Fernández (lingüistas responsáveis pelo Projeto), Gloria Rodríguez, Directora do Dpto. de Antropología Social, e alunos da carreira, que fizeram uma série de perguntas e reconheceram, junto aos integrantes do assentamento, a utilidade e a necessidade de um levantamento das condições socioambientais. A maioria, incluídos os professores, mostraram-se ansiosos e temerosos diante da experiência inédita. A principal discussão girou em torno da socialização dos resultados. Esgrimiram-se condições de segurança, de utilização das fontes e, devido à participação das pessoas nos saques e nos piquetes, a necessidade de resguardar a identidade. No entanto, resolveu-se por “maioria” que toda a informação seria posta à disposição dos participantes, uma vez tabulada e publicada.

Uma vez concluída a apresentação, Ofelia pediu uma reunião em separado com Patricia num lugar fora da Faculdade. Solicitou a seus companheiros indígenas que regressassem ao assentamento por se tratar de uma reunião de mulheres “...sólo de mujeres...”. Patricia, reiteramos, trabalha junto ao SERPAJ e representaria, indistintamente, o SERPAJ, a Escola Taigoché – onde é professora – e a sua condição de estudante de Antropologia. Consultada sobre a proposta do censo, respondi que era interessante, mas que seria necessário levar adiante uma leitura mais detida. Tinha dúvidas a respeito de algumas variáveis que não tinham sido consideradas como: *etnicidade, identidade e migrações*. Destacando a importância de dispor deste material para o trabalho de campo em curso, ofereci minha participação, e expressei a necessidade de considerar os censos já implementados e as referências que outras organizações indígenas que já tivessem passado por experiências deste tipo poderiam oferecer. Combinamos que numa próxima reunião, tentaria efetuar um levantamento e consultar os antecedentes dos Povos Originários e das experiências de outras universidades como a UNLa Plata. Comprometemo-nos, então, a retomar a conversa com os apontamentos nas mãos¹²⁴.

Discutiram-se as condições de execução, os futuros passos a seguir e as reais possibilidades de implementação no assentamento, sem deixar de considerar as particulares questões da segurança. Sugere-se, ademais, a *necessidade de consultar outros censos realizados* (e nunca tabulados, sistematizados ou publicados) por meio do INAI ou de outros organismos provinciais (Saúde Pública, Educação, etc.). Estas questões, que não tinham sido consideradas anteriormente, produziram um atraso devido à incorporação de novas variáveis, que trariam como consequência uma modificação no desenho das planilhas, e punha em evidência o incômodo que isto ocasionava

¹²⁴ Posteriormente, se somou à reunião Rodolfo Hachen, que começou perguntando sobre as situações vivenciadas junto a Ofelia durante o período de assessoramento e trabalho compartilhado com a Associação Lasherolqá. Ao mesmo tempo, fomos informados de “...nuevas situaciones internas en el asentamiento durante los últimos tiempos...”. O tema mais generalizado foi o chamado “...crecimiento de la violencia policial...” e suas consequências no comportamento dos jovens e crianças na Escola. A urgência e a necessidade de articular as experiências desenvolvidas com as diferentes organizações que estavam desempenhando suas atividades, sediando os Planos Chefe e Chefa de Família de \$150 por mês. A leitura que Patricia faz destes Subsídios Sociais de Ajuda por parte do Estado Nacional é a seguinte: “...intentan no sólo paliar la miseria y el hambre, sino desarticular y controlar los movimientos sociales y las organizaciones de base...”: mais tarde, fiz uma consulta entre os jovens sobre este particular e manifestaram uma leitura diferente à mencionada. No próximo capítulo explicitarei minhas próprias conclusões.

nos responsáveis. Tomando como base os antecedentes mencionados, discutimos com os membros da comunidade como este censo devia diferenciar-se dos anteriores para atender às necessidades atuais dos membros do assentamento. Foi assim que tomei conhecimento de “experiência-piloto” que, segundo os informantes, teria sido efetuada em algumas moradias do assentamento. Existe uma série de informações paralelas entre a proposta inicial e execução, na qual os índios recebem o assessoramento técnico dos lingüístas. No processo de conformação da necessidade do censo, surgiram tensões internas: idas e vindas dos agentes, dos próprios participantes indígenas em oferecer informação, surgindo desconfianças dos critérios da participação indígena, ao não ficar explicitada a socialização dos resultados obtidos, ainda hoje sem dirimir:

- As instâncias da participação da equipe da UNR e do SERPAJ (Serviço de Paz y Justiça) surgiram no processo de implementação e da elaboração do censo, as condições de execução e definição dos passos a seguir, as possibilidades de execução no assentamento, questões de segurança, até a necessidade de consultar outros censos realizados (Pivetta, 1999), ou de outros (nunca tabulados, sistematizados ou publicados) através do INAI, ou de organismos provinciais (saúde pública, educação, etc.).
- Diferenças de conceitos e de experiências etnográficas: os diferentes focos de interesse e sua utilização crítica; qual é o conceito de pobreza com o que se guiam o Banco Mundial, o Bird, etc., a adequação (ou não) destas idéias e a resposta dos agentes das ONGs, organismos de governo, profissionais e responsáveis pelas medidas de governo. As expectativas e efeitos gerados nos responsáveis pelas políticas públicas e políticas de assistência e desenvolvimento das Prefeituras, Província e Nação, particularmente desde o INAI.
- Discussão do Seminário Indígena Século XXI - de 1999 - na Biblioteca Nacional, na qual os próprios representantes indígenas dirimiram a legitimidade da eleição de um Presidente índio do INAI, o Sr. Cabezas, explicitando dessa maneira as estratégias para sortear as mediações privilegiadas com os agentes de contato (Serpaj, Endepa e a Iglesia Católica), sua permanência na gestão frente ao Instituto e as desconfianças surgidas na relação de Pereda com a ENDEPA.

Situação social II: espaços internos de legitimação

Desde minha chegada ao assentamento, tinha se comentado entre os membros da Comissão a necessidade de convocar uma Assembléia da Associação Qom Lasherolqá para ritualizar, assim, junto aos demais membros e vizinhos do assentamento, o caráter de meu regresso e permanência no bairro, para explicitar os eixos da investigação e poder escutar as opiniões e expectativas dos assistentes. Posteriormente, e com base no que conversamos, surgiu a necessidade de convocar a uma Assembléia sob os seguintes eixos por eles elaborados:

1. Eleição de delegados para OCASTAFE, para participar da Assembléia Provincial do dia 22 de setembro na cidade de Reconquista.
2. Convocatória comunitária da Terra (solidariedade, cooperação e vida comunitária).
3. Consolidação da Associação Qom Lasherolqá e da Associação de Moradores 19 de Abril do assentamento (apresentação em leilão das terras e a designação da UNR)
4. Participação da pesquisa e Censo do assentamento.

Em 13 de setembro, e depois de uma tentativa frustrada, aproveitaram a reunião da Comissão de Mulheres, resolvendo reunir os membros da Associação Qom Lasherolqá para eleger os delegados a OCASTAFE. Participaram também Pastores e membros da Cooperativa. Em seu caráter de convocador, o Vice-presidente expressou: *“... no tener esta representación parece que estamos nulos en cuanto política indigenista. Si tienen algún tipo de pensamiento que sea abierto, para que nos entendamos y nadie oculte su pensamiento, sería importante que fuera así, no le larguemos sola a la gente (Ocastafe) sin el escrito para ellos no existimos, ni para la provincia... si no tenemos representatividad nuestro asentamiento no existe. Rouillón se identifica en el ámbito político, esto es lo que nos apura... para poder estar en esto (delegados) que cada uno opine...”*.

Outro: *“...lo mejor es invitar las instituciones de toda la comunidad, la religiosa, la escuela, la Cooperativa, la Comisión de Mujeres, la Vecinal... La Qom Lasherolqá es la que está en pie... es una obligación de participar en OCASTAFE, hace mucho tiempo que está, estuvo Marcos Gómez desde hace tiempo (anterior delegado). Tenemos que asistir, hacer una cita para elegir los delegados a la provincia .. se firma bajo acta, y se va con mandato de Asamblea con voz y voto, para cambiar totalmente la Comisión Ejecutiva, ... no sé si total o parcialmente. Son nueve personas, cinco por el Norte y tres por el Sur... Hoy decidiremos a quién se va a enviar como delegado a esa Asamblea, para que lleve nuestra propuesta, para saber qué queremos de Ocastafe. Hay organización de mujeres, de jóvenes. Yo participé de la Comisión de Tierras en Ocastafe con Marcos Gómez.. no tenía voto ni mandato... Todas las organizaciones deben elegir sus representantes, todos... los de la Asociación y las Comisiones”*.

Miguel (desconfiando) pediu que fosse lido o Regulamento da OCASTAFE, informando que também estava representando à Associação Nuevo Amanecer de los Jóvenes, em representação de David, Bonifacio e do Tesoureiro Franco.

Ofelia explicou que a Comissão Executiva de OCASTAFE *“... dos Toba, más Mocoví que Toba, deberían ser cinco y cinco... para discutir el tema de tierras y de viviendas, estuvieron en la Comunidad y Rouillón. Nuestra reunión para elegir delegados...”*.

Francisco (Pastor): *“... no conozco OCASTAFE, no sé qué hace.. estaba Marcos Gómez pero, no veo nada... Si se constituye otra Comisión ahí estamos....”*.

Ofelia: *“... Clara Chilcano cuando está en la Comunidad pasa. Yo el pasado quería saber qué era OCASTAFE y qué hacía, si tenía resultado, así fui conociendo y viajando a Santa Fe, parecía que no existía, me metí viajando... Hasta ahora no entiendo. Para meterme tengo que estar... legalizando mi participación. Mi participación por afuera, esta es la oportunidad de elegir a alguien que pueda participar... Es una institución muy grande, para la Provincia... si no elegimos podemos participar como autoconvocados... pero, sin voz ni voto...”*

Alberto: *“... que se puede enviar es una que esté dispuesta para viajar y capacitarse en el estatuto para hacer valer su participación y decisiones que se tomen con el, en los proyectos legislativos o políticos. Tiene que tener capacitación (sic) porque será nuestra esperanza para que nos traiga... Averiguarlos sobre nuestro asentamiento papeles que hay, el estado en que lo habitamos, si va a ser nuestro o no... Es bueno saber si vamos a tener seguro el lugar donde estamos, debemos estar unidos, si es para la Comunidad. bueno saber cómo estamos, siempre*

tiene que haber alguien que sepa... si es para bien de la Comunidad. Hasta hoy sabemos nuestro destino, si la Comunidad está de acuerdo, yo también estoy y apoyar, firmar para simple representación, no... Ahora, que dicen los demás?...”

Irma: “... Necesitamos que estemos mas, se deben de elegir a los mas jóvenes que puedan viajar, Amancio es joven pero tiene que viajar y él trabaja.. si elegimos uno que pueda ir, los ancianos no pueden viajar...”

Ofelia: “... el titular que no puede viajar, viaja el suplente. Son cuatro...”

Miguel: (com tom impaciente) “... por favor, Ofelia, lea los objetivos del reglamento...”

Ofelia: “... Art.3 son 9 objetivos, el tema de esta reunión es tierra.. Cuando decimos Asamblea... (convocamos) sabemos que están ocupados en su tareas, en sus objetivos, ahora estamos acoplados en el horario de la reunión de la Comisión de Mujeres, pretendemos tener una Asamblea mais numerosa que asistan y certifiquen la participación de los que están trabajando en los planes (Programas de Asistencia Social en forma de subsidios Jefe/Jefa de Familia), el asesor directo es el que te permite asistir en las Asambleas, por que es parte de las obligaciones de los que participan en Asamblea, queríamos una Asamblea Grande con el temario asi: 1) Elección de cuatro delegados. 2) el tema tierra es muy groso de entender, pasa también en el censo de la comunidad, el tiempo que vivimos acá... y 3) el censo es por las tierras, el Gobierno Municipal tiene otros planes con nosotros, pero ellos tienen que pautar diálogo con nosotros. El que está apto, puede hacer eso. La Municipalidad tiene un plano que no contempla Centro Comunitario, ni Iglesias, ni Cooperativa... Tenemos Iglesia hace veinte años, la Iglesia del pastor Benítez, la Cuadrangular, todas con sus miembros... y la Municipalidad dice que no... Tenemos este salón y defendemos nuestras instituciones. A nivel provincial tenemos representante, podemos sobrellevar el pedido de tierras...”

Alberto: “... A partir del Censo pensamos que esos datos nos sirvan para todos, para que puedan trabajar con la gente y el gobierno, para tener datos precisos, ancianos, chicos, jóvenes. Toda esa gente se enferma; cómo nos alimentamos, cómo vivimos, para poder pedir lo que queremos, y qué es lo que queremos, tener una vivienda, un terreno...”

Ofelia: “... el terreno de Fleitas, se casa la hija, y necesita otro terreno... porque cada uno que se casa o se junta, en un solo predio, la cantidad de familia que viven en cada lote; por ejemplo, cuánta gente vive en cada terreno... Yo puedo decir que Rebeca vive mejor que Saavedra pero, él tiene mais hijos... En cada sector trabajarán las personas de cada sector, en el sector de los Barreto también hay que sacar los que viven para poder pedir para todas las familias...! Como pasó el caso de Rouillón, la gente que quería ir tenía vivienda y quedaron acá... Se dividieron las tierras y les dejaron las tierras del Ferrorcarril al Club Gloria y ¿cómo pasó? Levantaron la mitad de la gente y el gobierno no respondió...”

Alberto: “... hay que llevar el tema “indios en la cidade” porque si no, no existe el indio en Rosario, sólo existe en el campo...”

Miguel : “... también a nosotros nos interesa la situación del Poder Ejecutivo Municipal y vivimos acá y estamos en organización... cómo se llama Dra... “indios urbanos” nosotros, cómo se dice ... somos indios urbanos...! Ahora conozco los objetivos de OCASTAFE no sé si puedo tomar las desiciones por la gente. Conocemos lo que piensa el Gobierno, pero otros no... tienen que ser coherentes para que no se perjudiquen los otros y pensar en la gente... Es factible de hacer esta Asamblea y elegir los representantes porque son nuevos paradigmas que están surgiendo en este Gobierno y en la crisis, por que todos se están organizando.. Creo que lo bueno es que el que vaya como representante de toda la Comunidad, de las Asociaciones y de la Cooperativa ... Ahora, la Municipalidad no puede tomar decisiones sin consultar, por eso el líder tiene que conocer los estatutos. Nadie te va a pagar porque es un trabajo comunitario y tiene que ser coherente, por que te van a pedir cuentas...”

Ofelia: “... los representantes de Los Pumitas, de Rouillón fueron elegidos, faltamos nosotros...”

Miguel: “... los representantes tienen que saber pelear contra el Gobierno y estar preparados, no pueden ser nombrados y que después no informen, que se pongan saco y corbata y se crean interesantes... Tiene que informar y llamar a reunión...” (cópia da Ata e Resolução da Assembléia, também cópia do Estatuto de OCASTAFE).

Realizou-se uma consulta para saber se havia “consenso” quanto à necessidade de participar de OCASTAFE e, mesmo com as dificuldades que pode apresentar uma Assembléia com todos os vizinhos do assentamento, procederam à eleição dos delegados por debate e consenso, a qual não durou mais de cinco minutos. A eleição de seus delegados foi formada por: Ofelia e Alberto, como titulares; Don Marcos e Miguel, como suplentes. As atividades começariam no dia 22 de setembro, atuando – junto aos demais delegados – como delegados “formais” do assentamento da comunidade Toba de Empalme Graneros de Rosario a OCASTAFE na cidade de Reconquista. Estes rituais de eleições, de comportamentos em assembléias, de confecções de Atas, de elaboração de documentos para remeter às “autoridades competentes”, têm sido uma constante durante toda a permanência em campo; incorporando, quiçá, com minha presença, uma suposta garantia de certa “neutralidade”. Estas questões transcritas pretendem demonstrar o interesse e o consenso entre as organizações, e a participação das atividades compartilhadas no mesmo espaço de convocatória a reuniões e assembléias que aproveitavam o funcionamento do costureiro ou do comedor. Retomarei este processo de participação, junto à Associação Qom Lasherolqá, através das organizações de mulheres e com os jovens da segunda geração.

Em outra oportunidade, o Secretário da Associação consultou – com certa preocupação – sobre a situação formal da Associação Qom Lasheroqá e sobre a legalidade de sua representação, perguntando por que os trâmites de obtenção de registro de pessoa jurídica, iniciados pelo advogado Llanán em 1998, nunca tinham sido aprovados. Sempre se discute o tema da “legalidade”, apesar de que por disposições regulamentares do INAI e falhas jurisprudenciais, tem sido um tema que permaneceu em discussão aberta e passível de ser resolvido sem a mediação do RENACI (como dito acima). Para certificar tais manifestações resolveu-se, de comum acordo, solicitar assessoramento dos advogados de OCASTAFE e recavar informação de Cansiano, da Asociación Civil Qom de La Plata, para poder conseguir o regulamento de funcionamento daquela Associação Civil (requisitos e formalidades).

Ademais, foram discutidas a conveniência e as dificuldades de apresentar denúncias a OCASTAFE, provenientes de uma pessoa branca que se diz Mocoví, e em nome do Povo Mocoví, ao que pretenderia gerenciar através de uma ONG que ele mesmo dirige e sobre recursos materiais para benefício próprio. Esta idéia, informaram, foi discutida com os Mocoví do assentamento da rua Rouillón (presumo que com outra dirigente Mocoví) e levariam esta denúncia a OCASTAFE. Discutiram e avaliaram os riscos, sugerindo que deveria ser resolvido internamente com os Mocoví, para não se expor sem fundamentos nem provas, e para não correr o risco de negar (ou outorgar) “identidade indígena” a outra pessoa. Recentemente informaram-me que esta medida seguiu adiante impulsionada por Clara Chilcano, dirigente Mocoví que vive em Alcorta (presumo que em disputa por legitimar sua representatividade), e que foi referendada por todos os membros de OCASTAFE.

Posteriormente, resolveram participar em Recreo de um encontro de OCASTAFE, no qual discutir-se-iam questões relacionadas aos interesses dos Toba e sua participação no organismo provincial. Viajariam representantes dos três assentamentos (Rouillón, Los Pumitas e Almafuerte) e se encontrar-se-iam na Estação de Ônibus com os representantes da Capital Federal, para ir juntos até um ponto na Av. de Circunvalación onde passaria uma kombi para buscá-los. Chegados ao Terminal, encontramos-nos com Paulo, que é de Jujuy, e está radicado em Quilmes desde 1973. Encontrava-se ali com a intenção de convocar a um encontro que estavam organizando em Quilmes para meados de julho/agosto; manifestando que com a abertura democrática tinham começado a se organizar como grupo. Situou a origem de seu Povo entre os sobreviventes das migrações compulsórias de 1666 “... *siempre nos presentan como pueblos divididos .. la historia oficial debemos contrarrestarla ... en la Plaza Central de Quilmes están los restos de los ancestros... Zunilda Cuatrin, la arqueóloga, se puso de acuerdo con nosotros, reivindicamos las excavaciones, los reconocimientos de las osadas, y estamos discutiendo nuestra legalidad como Pueblos Originarios, antes de las migraciones de los colonos... Conseguimos un financiamiento del Banco Mundial para organizar un gran encuentro y este es el origen de esta reunión, voltar a reorganizar nuestras reivindicaciones...*”. Ao chegar à Av. de Circunvalación, esperava-nos um professor indígena da Escola número 1034 para nos avisar que tinham “suspendido” a reunião de OCASTAFÉ. Regressamos ao Terminal de Ônibus, projetaram-se as tarefas futuras, e se determinou uma nova convocação de reunião com OCASTAFÉ. Segundo Ruperta, a kombi, proveniente de Alcorta, tinha sofrido um acidente. Posteriormente, expressaram que tratar-se-ia de um boicote dos Mocovi para evitar a participação dos Toba em OCASTAFE, dos delegados, e dos Toba de Empalme “... *a Don Marcos lo podían manipular, cosa que no ocurrirá con nosotros ...*”. Paulo Quibal regressaria a Quilmes, e realizaria a convocação às organizações por e-mail...

De volta de uma viagem ao norte da província, que se estendeu até o sul do Chaco em “busca de sobreviventes” de fala Vilela – segundo informou a própria Ofélia –, ela trouxe uma série de inquietudes. Comentou que da expedição também tinha participado Pablo, um colega discípulo de Elmer Miller, que tinha lhe sugerido a idéia de fazer uma espécie de “homenagem” a um professor que trabalhou com o tema Toba, recentemente falecido, Buenaventura Terán; e a um indígena Toba, Montiel Romero, que fora informante de destaque para os lingüistas durante aquele tempo de funcionamento da Escola de Antropologia - também falecido. Na realidade, presumo que se tratou de uma conversa que houve entre Pablo e Ofelia, e que ela me transmitiu sobre “... *qué hicieron por la construcción de un nuevo pensamiento...*”. Assim, sugeriu os nomes de vários colegas antropólogos, com os quais evidentemente existem articulações acadêmicas, e de maneira particular com os lingüistas. Ao mesmo tempo, Ofelia sugeriu a necessidade de realizar um *encuentro de Mujeres* para o qual convocaria diferentes representantes: Dorita Salteño, Intendente da Comuna de Colonia Dolores (Chaco); Mujeres de la Loma (SERPAJ); Ema Guarnieri da Associação Toba de Formosa; Julia Gómez da Associação Toba de La Plata e María Pichinán ou Renú da Associação de Mujeres Mapuche.

Cada vez que propostas deste tipo aconteceram, foram aproveitadas para reforçar decisões que necessitam ser explicitadas, para discutir questões ligadas à aos interesses e poderes que circulam na educação acadêmica local e extra-acadêmica e na formulação de políticas indigenistas. Aquele tema foi retomado posteriormente, por ocasião da viagem de uma colega convidada a participar numa mesa sobre temas indígenas, na comemoração do Dia do Índio, que ocorreu no centro da cidade. As questões de gênero e disputas por liderança serão retomadas mais adiante na análise das organizações e no próximo capítulo.

Situação social III: afinal, o que é interculturalidade?

Apresentamos a seguir, a situação particular da educação, com base nas diferentes gestões que continuam a se realizar visando a implementação da Educação Intercultural Bilingüe (EIB) no INAI¹²⁵, na Supervisão de Escolas de Rosario e junto à Secretaria de Educação da Província de Santa Fe - na cidade de Santa Fe. Juntamos em anexo as entrevistas realizadas com os professores indígenas, com os membros dos Conselhos de Anciãos das Escolas Bilingües de Rosario, e uma entrevista realizada pelos colegas do LIAS - da Universidad de La Plata – com o atual Ministro de Educação da Nação, Sr. Daniel Filmus. Informada de uma convocação do INAI para implementar um *Taller de “Educación Intercultural Bilingüe en Argentina”*, convocada por Jorge Córdoba, encarregado da área de Educação e Cultura do INAI¹²⁶, Ofelia resolveu checar a recepção desta informação e confirmou que as Escolas Bilingües números 1334 (de Rouillón) e 1333 (Taigoché, de Empalme) não tinham sido convocadas. Assim, puseram-se em contato e reclamaram sua participação através de seu atual Diretor, o Sr. Pereda, no dia seguinte, quarta-feira, 19 de fevereiro, forneceram-lhes as passagens e viajaram a Buenos Aires junto aos membros do Conselho Escolar de Rouillón, os professores Toba Ofelia e Alfredo, além de Miguel (como tutor das escolas secundárias) e os membros da Comunidade Educativa Indígena destas.

Ao chegar ao organismo, fui apresentada às autoridades: ao Presidente, Jorge Pereda, e ao Secretário da área de Cultura, Jorge Córdoba, como “a assessora da Comunidade que vêm do Brasil”, ficando oficializada nossa participação, sem termos sido previamente convocados. Posteriormente, ao solicitar uma entrevista ao Coordenador e ao Presidente (ex-membro da ENDEPA, a quem conhecia de outras entrevistas), ambos evitaram sistematicamente qualquer possibilidade de uma entrevista particular. Na sessão de abertura, falou, junto a Jorge Córdoba pelo INAI, um dirigente Tehuelche de La Pampa de nome Germán, que o fez como representante dos Povos Indígenas Originários. Expressou-se assim: “... navegando en la internet, me entero de esta

¹²⁵ Taller de Educación Intercultural Bilingüe em Argentina, a través del INAI, Buenos Aires, de 19 a 21 de fevereiro de 2003.

¹²⁶ O convite dizia textualmente: “... le convidamos a participar para acordar las bases que fundamenten una declaratoria que surja del diagnóstico y los aportes de cada uno de los participantes para impulsar la implementación de la Educación Intercultural Bilingüe (EIB) ... Sobre las conclusiones del Seminario - Taller de la calidad de la Educación en contextos multiculturales” de Puebla – México del 4 al 13 de diciembre de 2002, al que participaron por el INAI Prof. Jorge Córdoba y el dirigente Rankulche Germán Carhué”.

convocatoria del Instituto Interamericano Indigenista en México y solicito mi inclusión como participante, así juntos con Córdoba, decidimos viajar...”

Informou que conseguiram financiamento para a viagem e a estadia através do Banco Mundial no Ministerio de Desarrollo Social y Medio Ambiente – Proyectos de Desarrollo de las comunidades Indígenas (BIRF4580AR). Deste modo, assinalam que sua participação tem lugar, sem que previamente tenham sido informados do funcionamento de uma oficina com participação de 8 países: *“... OEA , utiliza Perú como el modelo mais próximo a nosotros ... existen 15.000.000 de indígenas sin presupuesto, algunos están trabajando bien (¿funcionarios?). Argentina estaba por fuera de los originalmente invitados, siguiendo el OEA que considera a Argentina como un mosaico de fuerzas institucionales con leyes que no se cumplen... De este encuentro, Seminario de México, hay una declaratoria que será entregada el jueves...”*

Posteriormente, Jorge Córdoba, representante institucional, agrega: *“... la educación intercultural bilingüe será a largo plazo, política de Estado: El de aculturación en Argentina no está dentro de los curriculares en las comunidades, se impone de arriba hacia abajo. La Formación Docente contempla que los indígenas puedan estar frente al aula. Evaluación de la diversidad cultural (PINE) es homogénea y centralizadora... ¿Cuáles son los problemas y aspectos positivos de la experiencia? Para avanzar hacia una política de Estado y presupuesto que la sostenga.: cursos de formación docente, participación social y financiamiento, papel del Consejo de ancianos en la Comunidad y en la Escuela. Respecto de las matemáticas, saben y son analfabetos ... Se entregarán carpetas con el texto de la 23.302 del PPI – conclusiones entregadas a la legislatura (identidad y cultura, definición), mapa de Endepa y modelo de recibo (como modelo de factura para operaciones económicas de los pueblos aborígenes, que sirve para este Ministerio). Hay una próxima reunión de Ministerios de los países convidados organizado por la OEA en abril y otra en agosto...”*

Significativamente, a esta Oficina tampouco tinham sido convocados os dirigentes Mapuches de Neuquén e Rio Negro, nem os representantes das províncias que têm uma postura crítica a respeito do bilingüismo e uma participação articulada através de ATEN (Sindicato de Maestros de Neuquén). Sei considerarmos que até o dia anterior os Toba de Rosario tampouco tinham sido convocados à Oficina que se instrumentou na véspera das eleições nacionais, evidenciava-se que se tratava de um ato político-partidário do qual os Toba de Rosario não queriam deixar de participar¹²⁷. Para instrumentar o funcionamento da, oficina os participantes foram divididos por província. Os Toba foram divididos, por decisão dos organizadores, conformando diferentes mesas: uma por Chaco, e outra que integravam Santa Fe e Rosario, e finalmente, outra mesa era por Buenos Aires, e estava coordenada por uma antropóloga. A mesa de Rosario, coordenada pela “Representante da Secretaria de Educação da Província de Santa Fe” estipulou as pautas demonstrando incômodo quando eram feitos comentários em Toba, solicitando enfaticamente que se falasse exclusivamente castelhana para que se “respete la interculturalidad¹²⁸”.

¹²⁷ Os delegados indígenas aproveitaram para fazer contato com professores indígenas de Chubut (Amalia Payalef da Escuela Chacy Oeste) e com Natalia Sarapura, de Jujuy, da Coordinadora Geral de Organizações Indígenas, que estava viajando para uma reunião em Oslo. Junto a outras professoras indígenas e Ofelia, levaram um documento ao Ministerio de Educación elaborado de maneira conjunta com os delegados das províncias e em forma separada do oficial do INAI. Estavam fazendo uma ocupação pacífica do INAI, e pediram para ser aguardados até fazer entrega de este documento, pedindo garantias de sua integridade.

¹²⁸ Os participantes indígenas expressaram: Abel P., do assentamento de los Pumitas, professor artesão da Escola 1344, capacitação como artesão, “docente sin experiencia como formador

Outros temas abordados durante estes dias de oficina giraram em torno das reivindicações indígenas, aproveitando a possibilidade do encontro de vários representantes indígenas ligados à educação para articular alianças. Ao solicitar ao INAI um espaço para funcionar separadamente, lhes foi negado, o que de acordo ao manifestado pelos Toba de Rosario serviu “*para mostrar a las otras etnías un nivel de organización diferenciado y consolidado*” (assim considerada e respeitada pelo resto dos participantes, incluindo seus assessores). Depois desta discussão, as reuniões começaram a ser mais sistemáticas, tinham lugar no salão de chá do hotel em que se alojavam as delegações – e que aparentemente tinha sido reaberto para o evento oficial do INAI -, e começaram a funcionar como “encontros paralelos”. Os temas abordados e posteriormente reconsiderados e sistematizados num texto escrito que foi diretamente entregue ao Ministério, expressavam:

- Discriminação Racial: ocupação de cargos de direção por parte dos dirigentes indígenas.
- Ocupação de funções públicas em questões indígenas a cargo dos intelectuais indígenas.

Posteriormente, na reunião oficial, surgirão as repercussões provenientes das reuniões alternativas provocando a modificação dos eixos de discussão e dando lugar à expressão das seguintes conclusões: a dirigente indígena por Santiago del Estero afirmava que 75% de falantes bilíngües de três escolas somente funcionam sobre um total de doze comunidades indígenas que se reconhecem e são pessoas físicas. Em igual sentido se expressaram as Mapuche de La Pampa que recordaram sua situação junto aos Tehuelches.

docente, como es la tarea de formación espiritual... **no es solo una pieza de barro**, (se le debe explicar) porque se está formando esa pieza, para que el niño entienda lo que se está haciendo...”;

Victoriano A., Escuela 1333: “mi participación es para la integración a nuestra cultura y a nuestra lengua Toba, integro el Consejo de Ancianos para la evaluación de los maestros indígenas...”.

Alfredo G., professor da Escuela 1334: “me formé en 1990 con los maestros formoseños hasta que los padres de la Comunidad pidieron maestros Toba, hasta que en 1994 se crearon cuatro cargos elegidos por el Consejo de Ancianos que evaluaban nuestro conocimiento sobre lengua y cultura Toba... estoy todavía esperando reconocimiento del cargo como maestro indígena...”.

Miguel M., tutor desde 2000, do Programa de Becas que “atiende de 30 a 45 chicos, evaluando a situação de cada chico... desde entonces no hay becas desde o INAI, ni del Ministerio...”

Ofelia “en Rosario desde 1991 en la escuela 1333 en reemplazo de un maestro de Formosa, en 1992 se crea el cargo de maestro de idioma y así quedó... por una experiencia que traigo del Chaco... En 1994 se crea la Escuela 1344...”

Arsenio B., del Barrio Rouillón (me gustaría pedir), “se traduzca en lengua qué es el término inter-cultural, para traducir las palabras... Hay dos maestros bilingües y un artesano, yo soy reemplazante desde 1997 ... En el Instituto Superior 14 se traducen el IGBE al Toba en cuadernos sueltos. Que se apruebe una Comisión de Maestros Bilingües en Santa Fe ...”

Luis B., membro do Conselho Consultivo, que está estudando Direito como bolsista, através de um Convênio com a Univ. Tecnológica: “... integración social, política, cultural. La falta de resolución educativa con la cantidad de indígenas, se les da el cargo a gente que desconoce la situación indígena, ni quieren negociar, ni hablar con los dirigentes indígenas... Estos talleres de los que estamos participando, solo sirven para justificar gastos ...”

Por La Plata, a participante não-indígena colocou a necessidade de um *“... conocimiento conjunto con los Toba, la necesidad de diálogo y reflexión sobre saberes de la comunidad y la legitimación del conocimiento...”*.

Orlando Sánchez de Resistencia, Chaco, referiu-se à *“pérdida cultural”* (de la que) dice la Ofelia que no se puede hablar, siendo indio de *“pérdida”* ...de lo que se trata es de restaurar y recuperar el conocimiento de algo que ya existe, que ya es conocido... *Conocimiento en acción, cultura y lengua, es un signo importante de comunicación, como una señal que marca los límites de los tratados, la palabra tiene valores, grandes valores como un documento ... “los moldes de ideas no tienen el mismo valor...”*.

Uma professora Kolla, de nome Rosalía G., pertencente ao CEPNA e estudante de Sociologia ha seis anos, destacou o trabalho sobre índios urbanos, e afirmou: *“... la necesidad de explotarla ... La interculturalidad significa trabajar con la diferencia...”*.

Outro Kolla falando por Jujuy, disse desconhecer a situação dos *indígenas!* (*“... no es indio...”*, comentou Arce). Mónica, professora não-índia de formação docente bilíngüe com experiência em Sausalito, Província de Chaco, pertence à equipe como professora branca da Área Wichí. Nora Saucedo professora branca de Pampa del Índio, declarou: *“... el 45% de población indígena, el tema de auxiliar indígena es contrario a lo que se reivindica como indígenas . Respondem Ofelia e Abel: fue en 1923, Taigoché consiguelas para la fundación de la Escuela de Pampa del Indio...”*.

Pela Escola rural de Bahia Blanca *“ ... tiene de 100 a 110 niños, tiene reconocimiento como escuela pública Huell Mapu en el ámbito territorial de la Provincia. de Buenos Aires y esperan el reconocimiento nacional. Olga Curipán de la Ruca de Bahia Blanca, maestra de 1ª a 9ª serie, el primer ciclo lo imparten en lengua indígena, son hijos de peones, que participan de las clases...”*

Nestas circunstâncias, o coordenador da reunião, Jorge Córdoba, interveio: *“... espacio intercultural es un espacio de todos, “pueden” utilizar sus lugares fuera de lo planificado, pero estamos en este encuentro en “el medio del fuego”... volvamos a lo programado respetando el tiempo de exposición...”* (referia-se à participação indígena e às dificuldades de se expressar em castelhano, sem exigir o mesmo dos professores brancos). Encarnación Poveda, funcionária do Ministério de Educação responsável pela Questão Aborígene na província de Santa Fe, aproveitou o espaço para assegurar *“... más que capacitación hay que trabajar el vínculo de las “parejas pedagógicas”, hay dos escuelas en Rosario y una en Rincón. No tengo cargo, mis funciones son por extensión...”*.

Marta Sum, professora não-indígena de El Bolsón, Río Negro, disse: *“ ... desde 1997 al 2000 se está desarrollando un Programa de Interculturalidad bilingüe en Nahuel Pam, a 90 km de la población. En Ñorquinco existen necesidades básicas insatisfechas.”*

Sandra Flores, professora não-indígena de Roque Saenz Peña, *“... existe un Nivel Terciario (CISMA) que es un Centro de Formación Docente, surgió en*

1986, también funciona como albergue. Recién el año pasado, luego de dos años de trámites fue evaluado por el Ministerio de Educación y aprobado (2002). Son 70 alumnos que cursan los espacios curriculares. Antes era formador de ADA, ahora son 14 no-indígenas, 6 Wichí y Toba y Mocoví... sufriendo exclusión por ser indios y por ser pobres, el nivel económico es menos que indigente... Existe mucho alcoholismo y violencia, provocando marginación y represión policial. Atención de puestos laborales –¿maestros bilingües o asistentes docentes?- falta de estabilidad laboral que se supe con contratos. Existe un convenio con la UNE (Etnobotánica)...”. Segundo assinalou Ofelia, que se formou com Abel en Saenz Peña, “esta mujer es una funcionaria que ingresó por la Alianza y desarmó lo existente...”.

Depois de travar árduas discussões, os representantes indígenas trasladaram-se a uma reunião fechada, “solamente para indígenas”, a que fomos convocadas excepcionalmente duas antropólogas e três professores não-indígenas. Nesta reunião se elaborou um documento que em sua parte substancial expressa: “... *nuestra estrategia como pueblos indígenas es el respeto de nuestra identidad por parte del Estado, lo que sigue siendo una utopía... Participación protagónica de los Pueblos Indígenas, con una actitud de interculturalidad cotidiana...*”. Formou-se uma Comissão de Mulheres Indígenas que solicitou ao resto que permanecessem no INAI até que regressassem da entrega desse pedido aos funcionários do Ministerio de Educação. Obtiveram uma audiência com o Ministro Filmus à qual assistiriam os delegados da Comissão. O tema da educação foi retomado no assentamento, na Escola Taigoché, por ocasião de uma reunião com a Direção do estabelecimento e o Consejo de Idóneos (dominado, indistamente, Consejo Asesor, Consejo de Notables, Consejo de Ancianos ou Consejo de Miembros de la Comunidad), com a supervisão de Escolas da cidade de Rosario, e na Secretaria de Educação da província de Santa Fe junto ao Secretário e à Sra. Poveda.

Nessa oportunidade, tomei conhecimento de uma outra “experiência de ocupação” que ocorreu junto aos membros de diferentes direções indígenas: “*la tomada*”. Essa ocupação aconteceu em outubro de 2001 e recaiu sobre o INAI um reclamo por assistência social, por projetos de desenvolvimento e resolução das reivindicações efetuadas até então. Sobre isso disseram que a então Diretora do INAI, Ana María González, tentou negociar com eles para que desistissem da medida de força, inédita até o momento no país e desde a constituição do organismo, “... *ya estábamos cansados de sus promesas, le expresamos: si te calmás, nada te irá a suceder... si no era contra ella... y ella no conseguía entender, estaba muerta de miedo! ... ¿vos crees que nos tiene miedo esa gente?*”.

Naquela noite de outubro de 2001, acamparam no INAI e conseguiram acessar à informação dos computadores, fizeram contato com os meios de comunicação e colocaram que somente sairiam dali se com a presença do Secretario de Desarrollo Social da Presidencia da Nação, quem se dirigiu ao lugar no dia seguinte prometendo dar resposta a suas reclamações: “... *nosotros hicimos primero, lo que los argentinos, lo que “ellos” hicieron en diciembre, ... por eso nosotros tenemos la verdad... Mirá yo me siento muy segura de lo que te estoy diciendo, fijate que a nosotros no nos mataron*”.

ninguno... en vez en Rosario mataron a siete jovenes! ... de entre ellos ese chico Pocho Loppratti, que mi hijo conocia...”. Conhecera esta informação através do Boletín de Pueblos Indígenas.

É importante destacar a visão que considera que os índios estariam “mais organizados” ou “que têm proteção divina” na medida em que têm certeza da legitimidade de sus reivindicações; e atender às expressões comparativas “os argentinos” ou “gente da cidade”, que constitui uma constante tanto em suas expressões internas, quanto diante do público universitário. Pudemos confirmar estes usos em diferentes oportunidades, na Escola de Antropologia, considerada o recinto “progressista” do âmbito universitário; e na Faculdade de Engenharia, por ocasião da apresentação de um vídeo do qual participaram os Toba dos assentamentos de Empalme e Rouillon junto às autoridades (que também proferiram, para minha surpresa, discursos inflamados de patriotismo e reivindicações sociais diferenciadas até muito pouco tempo atrás insuspeitados). No mesmo dia, foram convidados a participar em uma Mesa-Redonda.

No discurso de encerramento da apresentação, Ofelia relacionou o que se narrava no vídeo com a situação atual do povo Toba e a repressão sistemática que por aqueles dias tinha se desatado contra as organizações indígenas em Formosa (Boletín de Pueblos Indígenas, agosto de 2002). Depois de sua intervenção, na qual explicitou o lugar atual dos índios junto ao resto da sociedade com definidos perfis indianistas, Ofelia disse-me: “... *vos grabaste? Porque no me acuerdo de nada de lo que dije, yo comienzo a hablar y es como si una voz saliera de mi... yo ya no sé ni lo que estoy diciendo... Vos crees que fue bonito, quedó claro esto que venimos conversando..?* – referia-se ao documento de repúdio pelo atentado policial a uma comunidade Toba em Formosa. Posteriormente, solicito uma cópia da gravação, expressando que não recordava o que tinha dito: “*sentía como que no era yo la que hablaba*” –, *haciendo referencia a sus poderes espirituales.*” Voltarei no próximo capítulo sobre estas manifestaciones.

– Supervisão Sec. VI do Ministerio de Educação de Rosario

Numa ocasião solicitaram-me que acompanhasse os professores e membros do Consejo Asesor do assentamento à Direção Geral de Educação, onde se oferecem os cursos de capacitação e nivelamento para a Reforma Educativa, localizada a umas cinqüenta quadras ao sul do assentamento, na esquina das ruas Alem e Gaboto. Tratava-se de uma reunião com os Supervisores de Educação, a Direção da Escola Taigoché e os membros do Conselho Assessor da Modalidade Aborígen (IEB) para dar tratamento a um expediente sobre a modalidade bilíngüe que estava em trâmite desde 15/02/98, e se esperava resolução da Supervisão de Escolas. Participaram também da reunião três supervisores da Secretaria de Educação da Província, a Diretora da Escola, Sra. Liliana Pino, os membros do Conselho de Anciãos, os professores e funcionários indígenas da Escola 1034¹²⁹. Uma vez finalizada a reunião com os supervisores, regressamos ao centro da cidade. Durante a viagem de ônibus

¹²⁹ Os dados de esta entrevista figuram em Anexos.

comentaram a importância da reunião e a estratégia de participação; estavam muito animados e me pediram que continuasse acompanhando-os no processo de negociação com as autoridades. Uma vez mais Ofelia demonstrou sua capacidade de articular, com as autoridades educacionais, seu lugar dentro do assentamento e suas alianças com a UNR. Estas questões seriam discutidas novamente na Escola, numa reunião com a Diretora e os membros do Conselho de la Comunidad, no dia 7 de julho.

Na Escola Taigoché abriu a reunião a Sra. Diretora, Liliana Pino, que propôs a leitura das modificações do Projeto sobre a Modalidade Bilingüe, que seria enviado à província para sua aprovação. Explicou que, de acordo com o tratado na reunião do dia 14 de julho, ocorreria uma avaliação do funcionamento das Escolas Bilingües, e que a única escola que dispõe de documentação é “a nossa”, já que não existem antecedentes do funcionamento da Escola N. 1333 nem da de Recreo. O documento analisado tinha sido redigido em 1998 e as propostas incluídas até a página 16 tinham sido modificadas. Em cinco anos ocorreram muitas mudanças e, ademais, certas questões necessitavam ser explicitadas com mais precisão, esclarecendo as situações particulares. Gustavo, auxiliar indígena, solicitou uma explicação sobre as fundamentações deste documento e sobre a relação que mantêm com os das outras Escolas, considerando que se faria a apresentação atendendo estas últimas. Explicaram-me que na reunião anterior tinham sido lidas as propostas que superavam as questões de Coordenação da Área Cultural EGB1 e EGB2 (crianças até 7 anos, correspondentes ao primeiro ciclo; o segundo ciclo básico de ensino é até a 7ª série) e as conclusões provenientes das observações efetuadas pelos docentes “brancos”, professores indígenas e membros do Consejo de Ancianos. Para avançar na Modalidade discutiram a necessidade de enquadrar as atividades não-formais.

A diretora explicou que a discussão técnica sobre os enquadramentos dos professores no sistema (os que têm cargos e são titulares) seria realizada entre os professores não-indígenas. Quanto aos cargos dos professores indígenas tratar-se-ia de formalizá-los através do INAI e com as bolsas. Para o terceiro ciclo, poder-se-iam conseguir horas-aula, com uma nova modalidade que se seria apresentada como “trajeto técnico” dentro do Polimodal e se desenvolveria no salão de usos múltiplos da nova construção da Escola. Patricia explicou então: *“ si vos no tenés la ayuda de otro docente como maestro de apoyo, presentado como dice el proyecto, no tenés grupo a cargo. Es individual, sigue su historia... la de la familia y de los maestros de otros cursos de retención y superación”*. Alberto perguntou sobre o caso de uma criança de nome Elias, que não podia estar com crianças mais novas do que ela, porque existe a necessidade de conhecer os nomes, de saber quem são. Tomando esse caso, a Directora explicou que *“ llega sin documentación, sin experiencia ni histórico escolar, el integrador cumpliría la función de “integración”, conociendo a todos los demás...”*.

Discutiu-se a possibilidade de fazer um cruzamento de dados entre as duas escolas bilingües, porque as crianças deslocam-se junto às famílias pelos dois bairros. Referiram-se casos específicos de crianças que estão inscritos nas duas escolas, inclusive na particular Juan Diego. Mencionou-se o boletim de

qualificações e se sugeriu sua utilização, não somente para o segmento escolar, mas para a inclusão do histórico de saúde, intensificando deste modo as atividades institucionais com o Centro de Saúde.

Ao analisar o aperfeiçoamento do pessoal docente, discutiu-se a validade do sistema de promoções por níveis de aprendizagem, utilizando o professor nivelador-integrador como modo de evitar a repetição da série. O sistema vigente estabelece que a criança não pode ser reprovada na terceira série. Mas a criança Toba tem dificuldade para acompanhar as outras (criollas). E acabam chegando à adolescência sem mudar de nível (o tema da repetência da terceira série já tinha sido comentado na Associação de Mulheres, onde tomei conhecimento de que a maioria tinha abandonado seus estudos na quarta série da escola primária, quando começam a escrever, a completar orações e a realizar pequenas redações numa língua que estranha).

Finalmente, se produziu uma grande discussão a partir dos inconvenientes causados pela falta de institucionalização da Educação Intercultural Bilingüe (E.I.B) em Santa Fe, que vinha sendo solicitada ao Governo Provincial desde 1991. Apresentaram-se as modalidades da Escola N° 1333 do bairro Roullón, que conta com uma população indígena Toba e Mocovi de aproximadamente 550 alunos (55%) sobre 3.000 pessoas, com três docentes indígenas. No ano seguinte, em 1992, completou-se a apresentação da Escola 1338 de Recreo, com uma população indígena de 230 crianças Wichi e 95% Mocovi, sobre 1.300 pessoas, com dois docentes indígenas. Em 1993, completou-se a apresentação formal da Escola 1334, Taigoché, com uma população indígena Toba e Mocovi de 234 crianças, sobre 1800 pessoas, com três docentes indígenas. Destacamos, ademais, que na data da reunião, existia um único cargo docente indígena e o restante dos professores indígenas cumpria funções por “deslocamento de horas-aula” provenientes do sistema não-formal.

Os Membros participantes do Consejo de Ancianos e os representantes da Comunidade enfatizam continuamente que a Escola doada pela Fundação Rosita Siperovich é Toba, e insistem na necessidade de estabilizar os cargos dos professores indígenas. Questionam a necessidade (ou não) do “professor integrador” – de acordo com denominação que se lhe atribui no projeto. Também foi discutida a validade de se continuar considerando como “populações urbano-marginais” os habitantes das respectivas comunidades, o que gerou um interessante debate sobre alguns conceitos implicados, que coincidiu com a intensificação dos conflitos entre o assentamento e a população do bairro – assim catalogados pelos moradores da Associação de Empalme -.

Ocorreu o mesmo com a denominação dos Consejos de Ancianos e de Idóneos, e se procedeu a sua modificação. As expectativas da comunidade foram estabelecidas dentro dos objetivos gerais do que se denominou “experiência socializável” para a formulação das políticas públicas referentes à Escola E.I.B. da província de Santa Fe. Os Conselhos de Idóneos – denominados desta maneira por sua condição de idóneos no idioma indígena – foram estabelecidos como segue:

- Conselho de Idosos da Escola Número 1338 de Recreo: 8 membros.
- Conselho de Idosos da Escola Número 1333 de bairro Rouillón: 10 membros, mais a Cooperadora Escolar, que também deverá ser reconhecida.
- Conselho de Idosos da Escola Número 1334, Taigoché de Empalme Graneros, convocado por representantes eleitos de maneira móbil e por representação de acordo com a participação.

Antes de se retirar da reunião, Vicente - Pastor e membro do Conselho de Idosos - solicitou que se eleve uma prece e começou a rezar uma oração em que pediu que se retirasse da proposta a ser aprovada o termo “marginal”, pois agride os membros de sua Comunidade. Realizou uma imposição de mãos sobre os membros da reunião e agregou “ *que Dios ilumine y mande luz sobre lo que se está realizando ye a nuestra tarea...*”.

Estas questões, discutidas na Escola e referidas à Modalidade EIB, foram retomadas numa reunião na Secretaria de Educação da Província na cidade de Santa Fe, com o Subsecretário de Educação, Julio Cesar Zapata, que representou o Secretário, no dia 3 de agosto de 2003¹³⁰. Solicitaram-me que os acompanhasse, pois necessitavam que ficassem gravadas e ritualizadas sua participação e suas reclamações, ante a falta de adequação às normas. Até a data, o tema da educação intercultural bilíngüe continua sem aprovação, não se efetivaram as consultas, nem se criaram os cargos, de acordo com o que disseram os professores indígenas. Em consulta à Sra. Amanda Bosses, que atualmente atua como Supervisora do Circuito C, Regional 6, da que dependem as Escolas Bilíngües Toba 1333 e 1334 e a Mocoví de Rincón, a mesma expressou que, efetivamente, havia-se remetido um rascunho com a proposta de modalidade bilíngüe às Escolas respectivas de Rosario e Rincón, que tinham sido debatidas e que, até o momento, não tinham sido implementada a modalidade.

A Sra. Bosses confirmou ademais a apelação apresentada pelos professores indígenas à Fiscalía de Cámara do Estado pela falta de existência de cargos necessários e porque não se dispunha de vagas, nem existia a vontade política para sua criação. Na data em que ela retornou à Supervisão de Educação em Rosario – que teve lugar por ocasião da mudança de gestão –, esta atividade continuava em mãos da Sra. Encarnación Poveda (com quem tínhamos participado de uma oficina no INAI). Segundo seu conhecimento, novamente teria havido um novo pedido de modificações ao proposto pelas autoridades provinciais, e novamente o processo se encontrava na Fiscalía de Cámara, sem previsão de prazos para outorgar uma resposta. Estas são as conclusões que surgem do manifestado pela Supervisora da Area VI, encarregada da EGB e removida de suas funções a partir das últimas mudanças políticas provinciais. A organização da reunião em Santa Fe ficou a cargo da Sra. Encarnación Poveda, a mesma que se opusera a que professores indígenas discutissem entre si em língua Toba.

¹³⁰ Em Anexos o fragmento da entrevista e a Ata, para que se possa notar-se os eixos de argumentação.

Estas entrevistas, transcritas quase em sua integridade, permitem apreciar os argumentos esgrimidos pelas autoridades responsáveis pela implementação da Modalidade Bilingüe Intercultural. Estas questões, como finalmente foi argumentado pela Sra. Bosses, não têm visto de resolução porque não existe a estrutura necessária para sua implementação. É novamente parte de uma retórica que na prática cria enfrentamentos de poder dentro dos estabelecimentos educativos entre professores indígenas e não-indígenas, chegando a produzir, como é o caso da Escola Taigoché, uma grande incerteza sobre o destino das crianças que estão completando a 9^o série, às quais será dificultada a inserção nos colégios secundários do bairro Empalme Graneros, pelas situações expostas. À problemática dos jovens, regressaremos na análise das associações.

2.6 As associações e organizações do assentamento

A inserção dos Toba na sociedade rosarina pode ser caracterizada por certos aspectos particulares, entre os quais destacam-se suas migrações de antiga data, que lhes possibilitaram uma inserção social junto aos demais “*villeros*” com os quais compartilham um mesmo espaço geográfico e social. No entanto, ao permanecer em espaços extensos formados por redes de compadrio, vizinhança e parentesco, diferenciam-se dos demais vizinhos por sua solidariedade, sua língua, sua cultura e sua origem comum¹³¹. Internamente, as organizações são pensadas como um espaço de prestígio, de contenção ante a insegurança e disputa de legitimidade da representação do bairro. É quando se exacerbam as dificuldades, quando mais se evidenciam conflitos históricos de seu lugar de origem; ou em posições que deveriam adotar frente às situações de negociação pelo terreno, tanto junto aos agentes, quanto com os representantes político-partidários. Todas elas conseguem unir-se quando têm objetivos concretos como a reivindicação do terreno ou as reclamações por melhoras da qualidade de vida. Assim ficou demonstrado com a participação ativa por ocasião da implementação do Censo de Qualidade de Vida, durante as assembléias pelo tema da Segurança, e mais recentemente, com sua intervenção numa mesa de trabalho para discutir a regularização do terreno.

Apresento a seguir uma breve análise das organizações do assentamento, sua atuação e as relações que mantêm com outras associações do bairro. Embora no bairro já existissem organizações sociais que atuavam como uma rede de contenção, a partir do final da década de 90 elas se multiplicaram porque que nos últimos anos a precarização do emprego e o desemprego aumentaram. Tentaremos indagar o grau de incidência que estas organizações tiveram com sua função complementar a respeito dos recursos obtidos pelas próprias famílias, e sua participação na trama do bairro. Tomando como objeto a constituição das associações indígenas urbanas, e junto aos representantes dos organismos indigenistas, levantamos algumas genealogias das histórias,

¹³¹ Segundo um informante: “... *nosotros somos indios, somos diferentes porque tenemos nuestra propia cultura, tenemos nuestra propia lengua y esto tiene que ser respetado porque así lo establece la Constitución* (enumerando, mal ou bem, alguns dos artigos da Constituição) *y las leyes...*” – por ocasião de uma entrevista no Ministerio de Educación em Santa Fe.

papéis atualizados de casos emblemáticos e redes de contato formais e informais.

No caso dos refeitórios populares, os *sopões*, vemos que estão vinculados com os estratos mais vulneráveis, que estão aumentando e obrigando-os a ir modificando sua lógica de atuação. A provisão gratuita de alimentos surgirá como uma modalidade assistencial que complementa a renda e garante a reprodução social de muitas famílias cuja capacidade de se auto-abastecer viu-se diminuída pela gravidade da crise. Fomos comprovando, ademais, que a quantidade de assistência e o número de recursos de Promoção Social destinados ao assentamento¹³² tinham se intensificado em proporção ao número de habitantes; portanto, a crise econômica e social revela-se somente como um dos fatores desencadeadores da multiplicação dos *sopões*. Desta perspectiva, perguntar por que e para que se criam e multiplicam estas organizações nos conduz a analisar o discurso dos entrevistados e, ao mesmo tempo, permite aprofundar o estudo das experiências específicas e seus critérios de construção coletivos. Não acreditamos ser possível analisar a gênese dos *sopões* e das organizações - nem seu desenvolvimento posterior - sem estabelecer sua dupla origem. Mantém, em primeiro lugar, um vínculo importante com as mudanças operadas no país durante a primeira gestão menemista (1989-1995), momento em que ocorreu um conjunto de privatizações apoiadas pelos grandes grupos econômicos e que geram a necessidade de instrumentar uma maior quantidade de ações sociais. A origem dos *sopões*, em meados dos anos 90, se produz num contexto caracterizado por processos econômicos de deterioração da capacidade aquisitiva das famílias, com um marcado aumento do desemprego e do subemprego (daí seu caráter de complemento para reprodução social das famílias de baixa renda e das famílias numerosas).

Esta ajuda entregue às famílias para suas necessidades de subsistência básica não deriva no desenvolvimento de capacidades de luta ou reivindicação, são concebidas com um critério assistencialista. Tivemos contato com ela a partir de nossa experiência de campo no ano 2002 quando se assumiu com mais clareza a trama político-territorial das organizações. Os *sopões* constituem um ponto de intersecção entre algumas políticas sociais da Prefeitura¹³³, os esforços voluntaristas de seus responsáveis, as ações clientelistas que respondem a interesses de partidos ou movimentos políticos no nível local, e as necessidades da população. O lugar que lhe foi atribuído na trama institucional não permite delimitá-los com clareza, e isto é assim porque, por exemplo,

¹³² A ajuda governamental se recebe em forma de subsídios, caixas de mercadoria, cestas básicas ou planos de auxílio ao desemprego como os mencionados Chefes e Chefas de Família. Ver: Herzer, - "Riesgo y renovación: el papel de las organizaciones sociales" In: Fragmentos sociales, Problemas urbanos de la Argentina" Cuenya, Fidel y Herzer (coords.). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2004.

¹³³ Não pretendemos analisar as políticas sociais da Prefeitura de Rosario, assinalamos a modificação da atuação pontual nos diferentes momentos, assinalando que se intensificou a partir de finais de 2001. Evidentemente através de diferentes programas assistenciais em comida, saúde e mais recentemente com o conflito pela legalização dos terrenos, onde retoma sua participação através do Servicio Público de la Vivienda (SPV) com a participação de alguns dos funcionários que entrevistamos em 1991, por ocasião da realocização (que os vizinhos recordam como o "despejo").

recebem subsídios e aportes alimentares da Secretaria de Promoção Social e, ao mesmo tempo, não são considerados estatais. As vinculações que mantêm com as organizações de bairro e seu papel de mediadores em situações eleitorais aparecem difusas, possivelmente mais ligadas com as Igrejas Evangélicas e as figuras dos Pastores.

O papel do governo em relação aos sopões centra-se numa ação assistencial que leva a cabo através da entrega de refeições, de alimentos ou de subsídios anuais; com controles assistemáticos em relação ao funcionamento do refeitório, e basicamente orientados à quantidade de comensais e/ou quantidade de refeições distribuídas. Em poucos casos aparece uma supervisão da qualidade da comida preparada para a população assistida. A partir do final de 2001, a relação tende a se modificar pela realização de oficinas ou cursos de capacitação sobre preparação de alimentos, organizados pela Secretaria de Promoção Social. A política alimentar local segue a lógica da emergência, e agrega-lhe a provisão das cestas básicas. É importante assinalar, ademais, que o propósito de desenvolver ou fortalecer capacidades institucionais de gestão, que permitam aos responsáveis dos sopões avançar na criação e/ou sustento de redes comunitárias para enfrentar de maneira coletiva os diversos problemas do bairro, não aparece como um objetivo explícito da ação do governo.

Ao se referir às escassas reuniões realizadas, os dirigentes assinalam que as mesmas se reduziram a uma troca de informações e – salvo algumas a que foram convocados – não conseguem regularizar seu funcionamento. A relação travada entre os que dispõem os fundos que constituem a base do funcionamento dos sopões e quem os dirige – quer dizer, através do aporte alimentar –, encontra-se tingida de paternalismo. Tal característica é, por sua vez, reproduzida pelos responsáveis pelos sopões com as crianças, mulheres ou anciãos que recorrem a eles. De alguma maneira, a posse dos recursos materiais de que o outro necessita de maneira indispensável, em ambas as situações, define a relação de poder estabelecida (como foi explicitado, não é este tipo de relação privativa desta instância de governo, mas que permeia a maioria dos comportamentos institucionais).

Para entender a dinâmica comunitária e cotidiana, é necessário especificar que as atividades se desenvolvem em dois espaços do assentamento situados sobre Av. da Travesía onde existem o salão da cooperativa – subdividido em dois “consultórios” – e uma cozinha de escassas dimensões, de onde se entregam as rações de comida através de uma janela. Outro lugar destinado a estas atividades é o chamado “piso” (resto da laje que ficou de uma fábrica antes ali localizada). Entrando pela Av. da Travesía em direção à Rua Almafuerter¹³⁴ há um salão de alvenaria com teto de chapas, meio destruído, onde funciona a oficina de costura e, em certas ocasiões, o refeitório. Na parte

¹³⁴ As fotos foram selecionadas da Av. da Travesía em direção ao aterro da estrada-de-ferro, depois do salão comunitário, onde se realizam-se assembléias, reuniões, etc... e, na emergência, onde funciona o sopão. Finalmente, o edifício de Complexo Educativo Rosita Siperovich que por problemas de legalização do terreno foi construído fora do assentamento, a duas quadras ao norte, sobre a rua Juan B. Justo e a continuação de Av. da Travesía, chamada Av. Albert Sabin.

traseira deste salão, encontrava-se o forno de barro para cozinhar o pão, o que, notavelmente, foi desarmado nestes últimos tempos. Na realidade, este é o único espaço comunitário para a realização de reuniões e assembléias. À frente está o salão de Fleitas, onde há um pequeno quarto no qual funciona o outro refeitório e se oferece o copo de leite. Estas organizações, pensadas sob uma visão situacional, ajudam-nos a especificar como estas famílias constroem-se como índios na cidade, e como, a partir de seu próprio olhar e daquele que Ofelia denomina de “dos argentinos”, explicam os conflitos e as disputas existentes frente à afirmação de sua identidade dentro da sociedade local, basicamente de bairro, e exigida por enfrentamentos constantes com os vizinhos da Vecinal de Empalme Graneros.

A seguir apresentamos, caracterizamos e analisamos o processo de constituição das Organizações locais, classificando-as por seu grau de formalização e sua permanência no tempo:

1. A **Vecinal 19 de Abril** é a organização mais antiga do assentamento. Surgiu ao final da realocização deste assentamento para o atual bairro municipal, em 1991. Seu Presidente é Simón Fleitas, tio de Ofelia, com quem continuamente deputam a representatividade do assentamento. Pela antiguidade de permanência no assentamento, é colocado, junto com alguns Pastores, don Marcos e Sosa, no lugar dos mais antigos. No momento do levantamento, esta Vecinal recebia o Plano Chefes e Chefas, mantinha funcionando um sopão, obtinha subsídios para o copo de leite e o controle de uma lista de beneficiários de cestas básicas. Está situada em frente ao salão de uso múltiplo do “piso”, sobre a Rua Almafuerde. Frente ao local houve um mastro, diante do qual, segundo manifestaram alguns entrevistados, durante o primeiro governo menemista e a gestão do prefeito Cavallero, ocorriam desfiles da polícia. Em ocasiões pontuais, participou de reivindicações articuladas com as Igrejas e com a Associação Lasherolqá, através das redes de família e junto a sua esposa e suas filhas. Vem com experiências de Pampa del Índio e de Resistencia.

2. A **Associação Lasherolqá** surge como desmembramento de uma organização anterior presidida por Marcos Gómez e Sarabia, que existia antes da realocização deste assentamento em 1991. Desde o começo do assessoramento, continuou sendo a principal entrada ao campo, e sobretudo quando é reorganizada sua estratégia de ação, ao chegar a intimação de despejo do terreno em 1998. Seu Presidente em exercício é Alberto Jordán, esposo de Ofelia Morales, professora índia bilíngüe que é *“la que siempre habla...”*. A figura de Ofelia é hegemônica e questiona a legitimidade das demais organizações que considera “formadas majoritariamente por *criollos*”. A Associação gira em torno dela. Fala perfeitamente o Toba e disputa o conhecimento da língua com o restante das organizações. Com Alberto – ambos originários de Pampa del Índio – vem desenvolvendo experiências – pelo tema da terra – na zona rural, das Ligas Agrarias. É a depositária dos Projetos de Desenvolvimento do INAI e, em ocasiões, recebe subsídios para os sopões. Esta associação foi a base para o desenvolvimento do Censo.

3. A **Comissão de Mulheres Toba** surgiu como um desdobramento da anterior. Quando aprovam o projeto apresentado ao Banco Mundial para a concretização do censo do assentamento, esta comissão se ocupou das atividades de contraprestação do Plano Chefes e Chefas. Seus integrantes são mulheres com muito pouca ou nenhuma experiência em organizações, a maioria é analfabeta, com histórias de violência nas zonas rurais de origem, no Chaco. Durante o processo de acompanhamento começaram a se articular, estão conseguindo uma organização autônoma e fazendo sua experiência incipiente de negociação com as demais associações – com o SERPAJ e a Escuela Bilingüe. Virginia era agente sanitário e desenvolveu sus atividades junto à Comissão de Mulheres. Irma é a Presidente e uma nova referência de importância para o resto das integrantes, fala muito bem o Toba e se expressa em espanhol com fluidez. Está em processo de “empoderamento” junto a duas mulheres jovens da comissão, com as quais participa das convocações e reuniões. São as executoras das atividades comunitárias: cozinhando, bordando, limpando e convocando. Estão se mudando para um salão em construção na Av. de la Travesía.

4. A **Cooperativa de Trabalho** surge sob este rótulo em 1998. É criada como um espaço de geração de empregos para seus associados. É proposta pela Prefeitura e é ela que se ocupa de oferecer os cursos de capacitação: *“creyeron que iban a llover los trabajos... não entendíamos los conceptos, se quería crear com tres áreas de tejedoras, de artesanías e de construcción”*. Em 1999 entregaram-lhe a matrícula de ‘*institución*’. Durante um ano viajaram fora de Rosario para trabalhar por não contar com as habilitações requeridas devido à falta de terrenos. Para a Prefeitura estavam habilitados, mas não para a Província. Atualmente, é uma associação derivada da falta de trabalho e é utilizada para capacitação e gestão. É formada por Miguel, Leonardo e Gustavo, estudante de Antropologia e empregado da Prefeitura, que é considerado “um mais da cooperativa”. Seus vínculos com a Prefeitura dão-lhe maior visibilidade na organização. Está conseguindo se garantir no assentamento e junto às autoridades, através de contatos com ONGs. Recebe os alimentos e dá de comer a 200 famílias. A partir do ano 2000, a Cooperativa aparece como tutora das bolsas de estudo do INAI, modifica seus estatutos e ganha um caráter mais assistencial com o sopão (dividindo os aportes com os “Chicos del Horno”), o copo de leite e um consultório. Seus membros são majoritariamente Toba misturados de uma região e com origem comum de famílias oriundas de Saens Peña.

5. A **Associação de Jovens Ralagay Yogoñé - Novo Amanhecer** é uma associação em processo de formação, impulsionada por jovens religiosos da mesma área do bairro em que fica a Cooperativa, na Avenida da Travesía. São jovens da segunda geração, que tentam criar uma associação diferente da Lasherolqá e que recebem a assessoria da Cooperativa de Trabajo Ltda. Nela participam, alternadamente, jovens nascidos no assentamento, entre os quais, alguns estudam e têm bolsa do INAI – quando a recebem. A maioria pertence ao culto evangélico, colabora no sopão e na distribuição do leite. Continuamente procuram conhecer projetos de desenvolvimento, enfatizando seu particular

interesse por ter acesso a este tipo de informação, especialmente os mais jovens, David e Ezequiel.

6. Os **Chicos del Horno** têm um forno de barro no qual cozinham pão para vender ou para o sopão que funciona ao lado do salão de uso múltiplo aos sábados. Têm acordos esporádicos com a Lasherolqá e com os jovens da Cooperativa (com os quais dividiam um subsídio da Prefeitura de \$100 para dar de comer aos sábados e aos domingos), ainda que encontrem dificuldade para se organizar devido aos conflitos de liderança e objetivos não totalmente claros. Seu coordenador é Eric, filho de Ofelia, quem tem uma postura crítica às organizações dos “mais velhos”. Realiza contáto com voluntários do centro da cidade que vêm lhes dar assessoria e com os quais se juntam a tomar mate e para ir às boates. Numa época contaram com um grupo formado por anarquistas, com os quais juntavam-se a escutar música e entregavam um copo de leite. Ultimamente tem perdido o protagonismo que tivera em suas origens, ano de 2002.

7. Outra organização de bairro conhecida como **La CCC de la Blanca** é formada majoritariamente por *criollos*. É geograficamente linda e tem sua sede no Clube La Gloria, na rua Juan José Passo. Sua presidente é Blanca e está alinhada a um movimento nacional denominado Central Clasista Combativa. Também coordena o Plano Chefes e Chefas e a Horta Comunitaria, administrada pela Prefeitura. Não participa das assembléias, ainda que seus membros freqüentem e participem criticamente de um escritório implementado no Centro de Salud e nas organizações dos jovens, convocadas para tratar do tema da segurança e da violência policial. Atualmente estão participando das assembléias pela legalização do terreno.

Como motivo da ação comunitária de que participam, a maior parte dos entrevistados destaca certa sensibilidade social, paixão solidária ou vocação para servir, particularmente as pessoas ligadas ao culto. Neste contexto, a manifesta “vontade social” dos dirigentes aparece associada às possibilidades de manutenção e desenvolvimento das atividades existentes (sopões, alfabetização, educação, etc.). Os líderes percebem seu papel, e em sua maioria, o fazem através de um acentuado personalismo. Entre os que manifestam mais claramente este perfil destacam-se aqueles que mantêm vínculos com partidos políticos. Os únicos esforços valorizados são os deles e há pouco espaço para o reconhecimento de outras contribuições, tanto governamentais quanto particulares. Especialmente nos sopões, onde os dirigentes trabalham muito, como nos casos dos que se ocupam da elaboração dos alimentos ou dos que atendem diretamente às crianças (com menos colaboradores e menos vínculos políticos), existe um motivo real para valorizar o esforço pessoal realizado. Embora os dirigentes com vínculos partidários sejam mais personalistas, são também os mais diversificados no que refere à organização: contêm as demandas, formam redes de organização ou participam delas, mas sempre girando em torno de si mesmos.

Sem deixar de reconhecer o mérito de suas ações, este olhar centrado na ação individual restringe, na grande maioria dos casos, as possibilidades de

crescimento institucional das associações como organizações da trama do bairro, ficando sua permanência e possibilidades de participação na resolução das problemáticas coletivas limitadas ao interesse e/ou à vontade daqueles que as conduzem, que tampouco assumem um papel protagônico como dirigentes sociais ou de bairro, a pesar das disputas. O fato de serem mediadores de alimentos, bens socialmente indispensáveis e aos que se agrega um alto grau de visibilidade social outorga aos responsáveis um lugar de poder, consolidado a partir de sua própria construção discursiva. Os vizinhos que integram seu entorno no bairro os reconhecem, ademais, por sua capacidade de gestão, já que podem favorecer a solução de certas questões burocráticas (especialmente trâmites) e oferecer informação útil, que resulta de suas vinculações com dirigentes partidários de diverso peso político, ONGs ou agentes do governo. No interior da organização, o lugar dos dirigentes supõe o comando de uma rede interna que tem influencia nas normas e nas tomadas de decisão. Por exemplo, são eles que determinam quem assiste diariamente à coordenação e que distribuem as tarefas. Em geral, estas pautas encontram-se circunscritas ao espaço e ao tempo de funcionamento do sopão, mas em alguns casos, este poder os leva a determinar que comportamentos são desejáveis no nível familiar ou social daqueles que fazem parte da comunidade.

Encontram-se dedicados, ademais, à tarefa de sustentar a sobrevivência cotidiana de seu projeto social, o que vai configurando em certos casos uma postura crítica em relação a outros problemas de dimensão coletiva, tais como a situação de precariedade da titularidade do terreno em que se encontram assentados, o que pode significar o “desabrigo” para numerosas famílias; ou o desenvolvimento de um enclave que não conseguem articular (caso de conflitos interbairros). Os líderes que têm uma visão política não partidária explícita diferenciam-se deste perfil em certos aspectos e desenvolvem uma postura crítica mais abrangente, que integra questões como a moradia, o despejo e algumas vinculadas à dimensão territorial, como os casos de projetos de microempreendimentos ligados à horta comunitária, à granja escola ou às oficinas de costura e capacitação. Por sua vez, costumam ter equipes de trabalho mais amplas, melhor capacitadas e abertas ao assessoramento profissional¹³⁵. Boa parte das associações mantêm conexões político-partidárias nem sempre explícitas. Em alguns casos são assistidos por fundações, ONGs ou algum dirigente político - cujo nome se mascara -, em outros, seus responsáveis são militantes de diferente nível que canalizam sua atividade política através destas instâncias. Convertem-se assim em mediadores das lutas internas partidárias durante os períodos eleitorais, e em mediadores entre a comunidade e as organizações políticas, aportando um caudal de votantes próprios a uma ou outra corrente e servindo de sustento às redes clientelistas. Pela postura ou papel assumido na atividade política, podem-se diferenciar as organizações sobre a base do perfil de seus dirigentes:

¹³⁵ No caso de Ofelia, participa de uma organização que gira em torno dela, dirige a relação dos professores indígenas e do Consejo de Ancianos com a Escola e é a mediadora oficial do INAI. Miguel é tutor das bolsas do INAI, Presidente de a Cooperativa e delegado junto à OCASTAFE. Alberto é Presidente da Associação Lasherolqá, delegado junto à OCASTFE (de cuja Comissão de Terras participa) e coordena as tarefas de alfabetização do INAI. Não têm vínculos expressos de alinhamento político-partidário.

1. Apartidárias: são aquelas associações cujos responsáveis não registram atividade política, não põem o acento em sua liderança pessoal e são minoria no assentamento.
2. Partidárias: cujos responsáveis são ademais militantes, referentes, líderes ou cabos eleitorais de partidos determinados.
3. Políticas não-partidárias: são aquelas cujos responsáveis na entrevista manifestam ter objetivos políticos e organizativos.

Na primeira série de entrevistas, distinguimos dois grandes grupos diferenciados pela relação que mantêm ou não com partidos políticos. Por sua vez, dentre dos que não têm relação com os partidos, destacam-se três categorias: 1) aqueles que fazem parte de instituições não-partidárias (majoritariamente ligadas a igrejas evangélicas), 2) os que se diferenciam dos partidos ao postular uma prática política diferente das tradicionais, e 3) aqueles que postulam a prescindência total em relação aos partidos e à atividade política, propondo-se objetivos puramente assistencialistas e relacionados à questão alimentar. Seguindo esta classificação poderemos analisar em particular qual é a vinculação que estabelece cada um destes grupos tanto com os partidos políticos quanto com as organizações de bairro e a Prefeitura (majoritariamente através da intervenção da APDH, SERPAJ e MEDH).

Os testemunhos foram tomados de pessoas que não tinham qualquer tipo de experiência de participação em associações, sem vínculo político-partidário e que explicitaram seu interesse em manter esse tipo de neutralidade. Possivelmente o que as identifica é a necessidade de satisfazer as demandas domésticas de suas crianças pequenas e é no processo de constituição de tracejamento dos objetivos que começam a diferenciar sua atividade coletiva da individual. Num segundo momento, diferenciam a ação social da atividade partidária vinculada ao clientelismo, sem conseguir pelo momento superá-la por ter que enfrentar a urgência de satisfação de suas necessidades básicas, como a de alimentos. A primeira é valorizada positivamente, enquanto a segunda é criticada se realizada no âmbito do sopão, mas volta a ser reivindicada se ocorre fora deste âmbito. Esta diferenciação faz com que a tarefa social apareça como instância unificadora, acima das diferenças partidárias, pois *“as necessidades não têm partido político”*. Ao mesmo tempo, outra caracterização que permanece latente e ligada a uma forma de fazer política: a que diz separar “o social” do “político-partidário”, para voltar a reuni-los, não obstante, na figura do cabo eleitoral ou referente, sob uma modalidade que inibe o desenvolvimento da organização social e tende à subordinação e naturalização das condições em que as famílias reproduzem seu cotidiano.

Retomando a hipótese inicial, propomos para concluir que, no contexto de recessão econômica, quando os altos índices de desemprego e a crise de representatividade política acossavam a sociedade, as entidades de beneficência tradicional e outras associações de índole diferente começaram a prestar atenção à penúria alimentar de que padeciam determinadas faixas da população. Contudo, a partir de 2002, as diferenças mais importantes entre estes grupos heterogêneos de organizações estão na forma com que interpretam e guiam sua atividade e não no motivo para sua existência. Considerei especialmente a educação escolar e a saúde como eixos

disciplinadores: a relação disciplinar sobre o indivíduo, condensa a idéia de como a educação escolar, o direito e a justiça veiculam o papel do Estado sobre as populações carentes e como elas, ao se apropriar do modelo, o reproduzem internamente em suas próprias organizações políticas e sociais de reivindicações cidadãs, consideradas neste contexto particular, como empréstimos e adoções culturais na resistência pela identidade indígena.

Há uma série de questões que permanecem abertas e disponíveis para aprofundamento em futuras abordagens, que não puderam ser devidamente consideradas nesta ocasião porque excedem nossos objetivos principais. Queremos assinalar, no entanto, que elas subjazem à problemática colocada a respeito das Políticas Públicas, particularmente ao tipo de política implementada pelo Banco Mundial, intensificada em momentos de emergência social e dirigida às populações indígenas. Qual é o conceito de pobreza¹³⁶ e quais são os critérios esgrimidos nas medidas de implementação de subsídios especiais, em situações também especiais? Arriscando uma hipótese, atrevemo-nos a assinalar que realmente têm sido funcionais à contenção dos tumultos (mobilizações e piquetes) de “*los negros, los criollos y los índios*”, daqueles que se deslocam, em contínuas manifestações, do interior do país para a Capital Federal, reivindicando seus direitos de cidadania.

Em que medida estas manifestações, que hoje vemos se repetir em outros países de América Latina, têm modificado a atuação e as políticas implementadas pelos “países ricos”? Em *A pobreza no paraíso tropical*, Marcia Sprandel desenvolve um importante trabalho de análise dos discursos sobre a pobreza no Brasil ao longo de cem anos, construindo um panorama rico da produção intelectual sobre o tema. Desde o século XIX, foram desenvolvidos diversos trabalhos que, de uma forma ou de outra, tangenciavam este tema. Durante os anos 60 e 70, desenvolveram-se estudos importantes sobre raça e classes sociais, mas foi somente durante os anos 80, e principalmente nos anos 90, que a pobreza começou a ocupar lugar central no debate político e acadêmico, e a ser tratada como um problema. A autora aponta a freqüente naturalização da pobreza nos primeiros trabalhos, onde era descrita detalhadamente, mas sempre como uma consequência do clima, da doença, da desorganização social ou da incapacidade da população de organizar-se para uma revolução.

Atualmente, Márcia detecta o discurso tecnocrata da focalização – que determina que sejam gastos recursos em localidades que tiverem um nível de pobreza abaixo de um patamar predefinido. Ao cobrir diversas obras, desde os clássicos do pensamento brasileiro aos discursos de organismos internacionais como o BIRD e o FMI, Marcia Sprandel realiza uma crônica de idéias, classificada por Mariza Peirano como “um livro essencial para nos auxiliar nesta

¹³⁶ Vide: Sprandel, Marcia Anita (2003) “Representações dos organismos internacionais sobre a pobreza e seus reflexos no Brasil” (10fs. mimeo), adaptação de capítulo da tese de doutoramento “A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil”, defendida no Dto. de Antropologia da UnB em julho de 2001. Márcia Anita Sprandel é historiadora (IFCS/UFRJ) e antropóloga (mestre pelo Museu Nacional/UFRJ e doutora pelo PPGAS/UnB). Integra a Comissão de Relações Étnicas e Raciais da Associação Brasileira de Antropologia e o GT de Migrações Internacionais da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

questão candente". Estas questões, que excedem nossos propósitos, de alguma maneira têm atravessado nossa exposição e poderiam ser pensadas para diferentes situações: em relação com o tratamento das leis, das políticas dos organismos oficiais, beneficiários e administradores destes subsídios, assim como para a mais recente proliferação de subsídios diretos às organizações de base, ocorrida depois da crise do 2001.

CAPÍTULO 3

Gênero e Segunda Geração

Neste capítulo propomo-nos realizar uma análise da participação dos vizinhos do assentamento de Empalme Graneros nas organizações de bairro, tomando como referência a Associação de Mulheres Toba e a Cooperativa de Trabalho Ltda. (a “Cooperativa de los Barreto”). Focalizaremos a análise principalmente na perspectiva *de Gênero*, entendendo-a no sentido das relações do gênero multicultural que contemplam as diferenças entre etnia e classe; e de Segunda Geração, como elemento mediador do contato interétnico, e fortalecedor do elo tribal no meio “interno”. Serão realizadas algumas conceitualizações e estabelecidas futuras linhas de investigação.

Segundo vimos no capítulo anterior, a situação do índio em Rosario não escapa do âmbito nacional. As atuais autoridades dos SPV (Servicios Públicos de Vivienda) subordinadas à Prefeitura, após o deslocamento da população indígena do assentamento de Empalme e de outros ao bairro Toba Municipal da Avenida Rouillón, consideraram resolvida a questão, sem continuidade de sua atuação nos últimos anos. A Prefeitura e a Câmara de Vereadores, apesar de ter executado um novo plano diretor urbanístico na cidade, desconhecia as reivindicações e reclamações, ou não foram recebidas em audiência. Não obstante essa relação modificou-se através da implementação do Plano Chefe e Chefas de Família, quando alguns vereadores de oposição tomaram conhecimento da situação dos indígenas, mas diante das dificuldades atribuídas à “falta de comunicação ou representatividade centralizada”, suas visitas voltaram a ser esporádicas. A frequência de contato com outros agentes manteve-se, particularmente depois de superada a crise de 2001. Desta forma, foi um desafio aprofundar o conhecimento dos mecanismos de articulação dos residentes indígenas, junto aos agentes e organizações, e como eles encaminham as reivindicações ou estratégias que garantam suas demandas.

Foram privilegiados dois principais focos de interesse:

- 1) Foi analisada a **Associação de Mulheres Toba**, observando o processo de constituição dessa associação através de sua história e papéis atuais, suas redes de contato formais e informais, junto a outras associações e órgãos indigenistas oficiais. Foram levantadas as trajetórias e histórias de vida de algumas de suas componentes, antigas e novas.
- 2) Através da **Cooperativa de Trabalho Ltda.** e sua capacidade de sobrevivência em situações adversas, foi privilegiada a “segunda geração” de índios nas cidades, focalizando os processos pelos quais se produzem as mudanças e trocas culturais, matrimoniais, identitárias e de conduta cívica, após uma geração começar a morar (ou nascer) nos espaços urbanos.

Focalizaram-se as clivagens internas entre os membros das Comissões de Jovens e a de Mulheres Toba, contatos pessoais, características do contato com as agências oficiais e o papel de mediadores de alguns membros das ONGs, tentando indagar os interstícios e espaços de autonomia dentro dos

bairros em que há população indígena, particularmente Toba e Mocovi, explicitados tanto na relação que se cria internamente entre indígenas e não-indígenas (os *criollos*) quanto nas articulações estabelecidas com organizações de base de outros assentamentos e *villas miseria* contra o *gatilho fácil* (Foro del Movimiento de las Manos contra la violencia policial). Declararam neste sentido que *“la obligación de formas de organización impuestas, no responden a los propios modos de relacionarse...”*, o que estaria vinculado a uma estratégia local de sobrevivência, por seu caráter voluntário. O mesmo foi declarado nas assembléias de bairro, quando assinalavam: *“... nos encontramos entre la Policía y el prejuicio racista de algunos de los miembros de la Asociación Vecinal de Empalme Graneros ...”* - com referência aos vizinhos do bairro em que se encontra o assentamento.

3.1 Abordando o Gênero: Associação de Mulheres Toba

As mulheres têm sido objeto de investigação de diferentes disciplinas das Ciências Sociais por ser consideradas, junto com as crianças, como o grupo mais vulnerável, discriminado ou passível de sofrer violência. Mais que um problema de criminalidade urbana, a violência é um traço cultural que marca as relações interpessoais dos últimos tempos, principalmente entre os setores populares considerados vulneráveis. São vários os grupos e movimentos de mulheres que têm surgido nestes últimos anos dentro do Movimento Social, e que se mostram preocupados com este aspecto da condição feminina, como tem sido assinalado por Zaluar (1994: 161). Na academia rosarina, a investigação feminista é promissora e chegou a constituir uma base comum entre diferentes disciplinares. Foi implementado um Mestrado em Gênero na própria Faculdade de Humanidades e Artes da UNR e existem várias monografias e ensaios que abordam o tema. Contudo, esta promessa não nos livra de interrogar sobre o impacto da teoria feminista no desenvolvimento das correntes disciplinares. De fato, uma idéia – o desejo de estabelecer centros autônomos de estudos sobre a mulher – remete-nos a um par de proposições que encasula a idéia da divisão entre autonomia e integração, dando às teorias feministas seu lado político. Considero que a investigação feminista trabalhada com diversas disciplinas pode contribuir com idéias e conceitos para a antropologia, tensionando seus paradigmas.

Apesar dos esforços da antropologia feminista para criar um espaço para as mulheres indígenas, estas se tornaram sujeitos passivos das representações construídas, que as conceberam como vítimas do patriarcado ou das forças do capital. Como assinala Hernández Castilho (2000: 208) estas conceitualizações modificam-se, especialmente a partir de 1994, quando novas representações das mulheres indígenas, como atores políticos e construtoras de sua própria história, começaram a aparecer nas ciências sociais no México. Esta transformação teórica permitiu o aparecimento de um conceito de gênero como categoria multidimensional e o reconhecimento da importância da etnia e da classe para entender os processos identitários, para o que têm sido fundamentais as contribuições das vozes das mulheres indígenas, refletidas nos documentos dos encontros, oficinas, congressos, palestras e entrevistas¹³⁷.

¹³⁷ Uma recompilação dos documentos pode ser encontrada em Lovera y Palomo (1998); ver também Sánchez, Nestor (2001). Vide: Situaciones Campesinas en Brasil. Seminário

O feminismo mantém uma interlocução permanente com o movimento indígena nacional, confrontando visões idílicas sobre a cultura indígena que permeiam o discurso político de muitos dos integrantes do Consejo Nacional Indígena (CNI), de várias lideranças indígenas e de seus assessores. Embora seja compreensível que em certas etapas dos movimentos sociais surja um discurso essencialista que idealize o “próprio” e estereotipe e exclua o alheio, como fez o movimento negro com seu “*black is beautiful*” ou o movimento feminista em suas primeiras etapas de radicalismo segregacionista, a história tem demonstrado que estas estratégias somente serviram para isolar os movimentos e anular as possibilidades de alianças políticas.

Em resposta ao racismo e à desqualificação de suas demandas por autonomia, o movimento indígena procurou enfatizar os aspectos positivos de suas culturas tidas como milenares, a partir de descrições a-históricas das mesmas. Estes discursos de reivindicação de autenticidade com base numa cultura milenar está cheio de metáforas biológicas que vinculam a cultura ao sangue, à carne e à descendência, o que nega a *possibilidade de se ter identidades múltiplas ou reconhecer a hibridez cultural que enriquece os processos das civilizações*. Um dos perigos que esta estratégia política encerra é o de o próprio movimento criar seu discurso e não enfrentar os problemas reais da antidemocracia, depredação e/ou violência que marcam a vida cotidiana de muitos povos indígenas. Se se nega a existência de problemas internos, não há necessidade de enfrentá-los nem buscar soluções políticas para os mesmos. As mulheres indígenas têm assinalado em diversos espaços estes perigos (Hernández Castillo, 2000: 217), optando por reivindicar o caráter histórico e mutável de suas culturas ao mesmo tempo em que rechaçam aqueles “usos e costumes” que julgam atentarem contra sua dignidade. Trata-se de uma luta dupla em que reivindicam junto ao Estado o direito à diferença cultural e, no interior de suas comunidades, lutam para mudar as tradições que consideram contrárias a seus direitos. Sua luta não é pelo reconhecimento de uma cultura essencial, mas pelo direito de reconstruir, confrontar ou reproduzir essa cultura, não nos termos estabelecidos pelo Estado, mas nos delimitados pelos próprios povos indígenas no marco de seus próprios pluralismos internos.

O conceito e a categoria de Mulher são o ponto de partida necessário para qualquer teorização baseada na transformação da experiência vivida pelas mulheres na cultura contemporânea? E quanto à reavaliação da teoria e prática social, é necessário abordá-la do “ponto de vista” das mulheres? A própria autodefinição é baseada num conceito que é necessário desconstruir e desessencializar em seus múltiplos aspectos. Como assinala L. Alcoff (1989), a resposta dada pelo pós-estruturalismo foi atacar a categoria e o conceito de mulher, problematizando a subjetividade. Mas, além das *distorções e avaliações das características femininas*, estas podem ser (ou não) corrigidas por descrições e avaliações feministas. Interessa-nos neste espaço refletir sobre o que dizem e pensam as mulheres, integrem elas (ou não) movimentos feministas, participem (ou não) dos movimentos sociais a respeito da violência, do crime e das causas do surgimento do medo. Não é possível entender os

movimentos políticos mais amplos se não consideramos as dinâmicas locais experimentadas pelas famílias indígenas.

Nosso interesse centra-se, então, no tema da violência. Tanto da denominada “violência social” quanto da doméstica, porque, pela nossa experiência no assentamento, notamos que ambos se permeiam ao partilhar um espaço que foi possibilitando um *locus* (a Associação de Mulheres Toba) de diálogo, produto do contato com outras mulheres indígenas e mestiças, e que propiciou processos organizativos que com o tempo converteram-se em espaços de reflexão coletiva sobre as diferentes situações atravessadas. A migração, a experiência organizativa, os grupos religiosos, as organizações não-governamentais e, inclusive, os programas de desenvolvimento oficiais têm influído na maneira em que os homens e as mulheres indígenas têm reestruturado suas relações no interior da unidade doméstica e recolocado suas estratégias de luta. A maior riqueza desta etapa da experiência repousa na importância do trabalho partilhado durante estes anos e no conhecimento adquirido durante o acompanhamento enquanto surgiam e se consolidavam estas “novas” associações.

Na primeira reunião que tivemos com as mulheres, fui apresentada por Ofelia, que se dirigiu às demais em língua toba. Participaram treze mulheres – apesar de que me fora informado que eram entre 20 e 25 integrantes – e a principal questão posta por Ofelia foi *“aprovechar la oportunidad para la elaboración de proyectos de desarrollo (sic)”*, interpretando desse modo as extensas e pormenorizadas explicações dadas sobre as atividades de trabalho de campo, e deixando claro para o resto das participantes que ela seria “a que falava e eu, a que escreveria...”. Além disso fez uma narração das experiências desenvolvidas e compartilhadas na Associação Qom Lasherolqá (assessorada pela UNR), recordando e enumerando outra série de situações emblemáticas da luta no assentamento. Principalmente, se referiu ao tema da remoção para o bairro Rouillón em 1991 – durante a gestão do prefeito Caballero – e à queda do muro no bairro, em 1992, na qual morreram cinco pessoas. Retomou especialmente a ordem de despejo do assentamento em 1998, e se referiu a um fato ocorrido no ano seguinte: a intoxicação de crianças Toba pela merenda escolar.

Desta maneira, e através de Ofelia, conheci as integrantes da **“Comision de Mujeres Indígenas Toba”**. Sua Presidenta, Irma (44 anos), oriunda de Pampa del Indio, saiu aos 16 anos de Presidencia Roca – Chaco-, onde seu avô tem terras. Posteriormente, tomei conhecimento (através de seu marido, Benjamin) de que têm um filho preso no cárcere de Coronda (ao me aprofundar soube que estava encaminhando um pedido de comutação de pena por bom comportamento e que “seguramente en poco tiempo regrese al asentamiento, para desarrollar tareas comunitarias”). Passado um ano de minha permanência no assentamento, ele continuava detido. A Tesoureira da Comissão é Zulema (24 anos), que já conhecia por ter compartilhado outras experiências de oficina, dedicadas aos métodos anticoncepcionais, que se levaram a cabo com mulheres jovens de 1997 até 1999. Nesse momento estava grávida de seu terceiro filho. É oriunda de Saenz Peña – Chaco –, e aos 11 anos começou a

fazer *cirujeo* com seu pai em Rosario, e atualmente continua na coleta informal de resíduos acompanhando seu marido.

A Secretária é Leandra (24 anos), oriunda de General San Martín (Chaco) e seu avô Hilario tem terras em Campo Bermejo, também no Chaco. As Vogais: Delia (31 anos), recém-chegada de Pampa del Índio, é prima de Alberto; Estefanía (29 anos) mora em Rosario desde 1984, nasceu em Pampa del Índio e morou também em Colonia Pampa Chica, onde seu tio, ex-combatente nas Malvinas, matou o pai (seu avô), o que motivou a decisão de alugar uma parte da terra, apenas citando que seu pai teve que trabalhar de peão em “tierra de colonos”. Catalina (46 anos) é oriunda de Três Isletas, Legua Quince, Paraje Cabanhero (tive que procurar o lugar no mapa; trata-se da região denominada ou Impenetrable, na floresta chaquenha) onde permanecem seu pai e avó, tem 4 filhos em Rosario e dois no Chaco, que ficaram trabalhando a terra com seus tios e irmãos: Rebeca (39 anos) é oriunda de Saens Peña, de onde veio faz 10 anos, e tem 2 filhos.

Participaram também destes encontros semanais três irmãs oriundas de Saenz Peña, duas delas moradoras do assentamento de Los Pumitas: Ruth, 33 anos e seis filhos, completou a 4^a. série e abandonou a escola para trabalhar na colheita, até que, com a chegada das máquinas perdeu seu trabalho no campo; Teléfora (37 anos) em 1982 saiu de Saenz Peña para Resistencia, tem 6 filhos. Ambas manifestaram seu inconformismo com a Irmã Jordán, por sua fama de “autoritária” e, como assinalaram, por pertencer ao setor mais conservador da Igreja Católica, ligado à Opus Dei; América (28 anos) é a primeira das três irmãs, veio em 1992 para a Juan José Passo, trabalhou na colheita de algodão com as irmãs, tem 4 filhos e mora com o marido no assentamento de Almafuerte. Com o tempo, fomos conseguindo vencer certa resistência inicial, devido à falta de compreensão e por meio de diferentes acompanhamentos a Telefora e seus filhos.

Valentina (52 anos), aos 25 anos radicou-se no bairro Toba de Saenz Peña, trabalhou na colheita, semeando alho, abóbora e batata. Somente voltaria ao Chaco a passeio. Vi Valentina em mais duas oportunidades, depois sua filha é que continuou participando em algumas reuniões, até que simplesmente foi retirada da lista das integrantes. Quando quis saber, explicaram-me que “estava gravemente doente” e que sua filha não queria voltar mais. Mirta (38 anos) oriunda de Abrigian de Presidencia Plaza, “saiu” de lá em 1980, tem dois filhos de 19 e 17 anos. Posteriormente, no final do trabalho de campo e tendo avançado sobre o tema da insegurança no assentamento, soube que seu filho mais velho, Sergio, morreu apunhalado – possivelmente por conta de algumas pessoas que “la policía conoce”. Nesta última ocasião, conheci seu outro filho, Oscar, e ao pai de ambos, com quem foram criados no bairro Municipal Rouillón.

As mais jovens: Orlinda (21 anos) faz 2 anos que chegou a Rosario de General San Martín, estudou até os 12 e completou 4^a série do Primário, tem 9 irmãos (é cantora no Culto), durante esta estadia viajou duas vezes a Resistencia para visitar parentes, embora tenha regressado rapidamente porque “ya no se halla”; e Bonifacia (19 anos) completou a 4^a série na Escola

Juan Diego e seu pai teve grande participação nas organizações indígenas locais e nos processos de regularização do terreno. Ficou com seqüelas pela queda do muro e atualmente, com seus nove filhos, reside no bairro Güemes, em Resistencia. De todas as mulheres, é uma das poucas que se atreve a enfrentar Ofelia, discute com ela e pede-lhe que *“rinda cuentas, al igual que el resto de las mujeres...”*, atitude que partilha com América, sendo as únicas que publicamente enfrentam e discutem sua autoridade.

Com Ofelia Morales, como foi indicado nas diferentes “situações sociais” apresentadas ao longo deste trabalho, compartilhamos vastas oportunidades de encontros e desencontros por causa das situações e atividades que sucessivamente foram acontecendo. Tecnicamente, constitui o que se denomina “informante-chave”, embora nos una uma grande e conflituosa amizade, marcada pela horizontalidade. Quando cheguei ao assentamento alertaram-me sobre sua “ladinização”, entendida como “afastada do processo comunitário do qual provém”. Mas não é seu caso. Ela consegue a direção por sua rebeldia como as outras mulheres indígenas, sem renunciar a elas, incorporando-as. Temos feito menção a suas palavras, tanto no INAI quanto nos espaços acadêmicos, e resta destacar que o caráter de seu discurso comove por ser realista, verdadeiro, irrefutável, pois, como disse na entrevista:

“ ... si no fuera por el sufrimiento, tal vez no lucharía, siempre recuerdo cuando un colono invadió nuestro lote, el de mi mamá... fuimos con mis hermanos y le dijimos: queremos un hijo tuyo, que vos elijas, por cada uno de nosotros. y así entendió. Le pedimos la vida de un hijo, que él eligiera... - te imaginás el dolor de esa madre? nosotros estamos dispuestas a todo, por lo que es justo...”

Sem dúvida, é esta uma resposta proveniente de sua condição indígena, e representa a aposta desesperada de um setor de mulheres de origem camponesa. Não se pode descartar a influência que estas mulheres, hábeis em oferecer resistência, aportam a essa forma de enfrentar a luta. Seu enraizamento comunitário somente pode sustentar-se com a convivência e participação feminina. Paulatinamente as mulheres foram se fazendo fortes no interior do Movimento Indigenista, tanto no nível do discurso e das propostas, quanto no da participação; ocupando lugares e impulsionando seu próprio processo emancipatório como mulheres dentro do marco de uma luta compartilhada. Em diferentes momentos do texto, fomos levantando as marcas da presença feminina no longo caminho da resistência, no lugar da palavra e da ação. Assim assinalamos como, durante o colonialismo espanhol, as mulheres foram incorporadas ao trabalho das feitorias, ou usadas como moeda de troca; e como, posteriormente, foram incorporadas compulsivamente ao trabalho das colheitas, acompanhando as migrações sazonais por trabalho a diferentes províncias em que eram requeridas como mão-de-obra escrava, único meio de assegurar a subsistência de seu grupo familiar e doméstico. Quando a classe dominante considerou às populações nativas um obstáculo, adotou diversas medidas: a alguns, forçou ingressar no Exército e na Marinha; outros foram enviados para trabalhar nos Engenhos e obras; as mulheres e as crianças, através da Sociedade de Beneficência, foram repartidas entre as famílias de Buenos Aires. As famílias que permaneceram, ficaram em terrenos cada vez mais

restritos, justificando estas ações como de estratégia geopolítica de expansão de fronteiras. Não obstante, sobreviveram graças a suas estratégias de articulação e resistência.

Quando começou a consolidar-se o Movimento Indígena, também integrado por mulheres, continuaram sua linhagem de guerreiras e dirigentes através de seus descendentes. Ofelia é somente um nome, entre muitos, das tantas mulheres que conseguiram transcender os limites e os espaços nos quais não estão previstas as mulheres analfabetas, as pobres. Ela conseguiu transcender com a condição que representa, irrompendo simbolicamente e transgredindo os usos desses espaços que até faz muito pouco lhes eram vedados. É somente o nome de luta de uma mulher qualquer, que nasceu no seio de uma família indígena como qualquer outra, com muitos filhos, e numa comunidade remota do interior do Chaco. Nunca se conformou com a possibilidade de permanecer confinada exclusivamente no lar, dedicada à tarefa da reprodução e da sobrevivência ou de reprimir sua palavra ou opinião; inclusive, não aceitou a reclusão no próprio núcleo familiar, separada de qualquer contato com o exterior, com a educação ou com o acesso ao idioma espanhol que lhe permitiria interagir fora do âmbito de sua comunidade. Ela não se contentou com isto, muito pelo contrário, quando chegou à idade - antes dos 20 anos - em que as mulheres Toba têm seu primeiro filho, estava cursando a escola secundária e trabalhando como bibliotecária numa Escola de Saenz Peña, onde capacitou-se como professora bilíngüe. Foi assim que escolheu o pai de seu filho, com quem nunca conviveu, pois devia seguir estudando. Posteriormente, e quando seu filho alcançou os 7 anos de idade, casou-se com Alberto e, em 1992, resolveu sair de Pampa del Indio rumo a Rosario.

Ofelia representa muitas mulheres, é mais que uma mulher indígena, mais que a condensação de todas aquelas mulheres das quais falamos ao longo deste texto, com suas figuras e vozes, com seus filhos, exigindo uma paz baseada na justiça e na dignidade; representa aquelas mulheres que sabemos que enfrentam com seus corpos e suas crianças o trabalho na colheita do algodão, que organizam encontros, que não falam outra língua que não seja o Qom (para elas e para seus filhos durante todo este tempo), que se fizeram insurgentes, participam de piquetes, fecham estradas e aprenderam a igualdade e o espanhol. Representa ainda aquelas mulheres descalças que “salen a pedir” ou vendem seu artesanato nas ruas de qualquer cidade do país, as que chegam à vida na miséria e no abandono. Para todas elas, Ofelia significa uma ruptura, é um símbolo.

A presença destas mulheres indígenas no meio urbano deveria chamar a atenção para os estudos de gênero multidisciplinares que se preocupam com os diferentes modos de reconhecimento do imaginário de identidade de gênero e estratégias de luta, descentrando os discursos nacionalistas, indigenistas e feministas. Esse objetivo excede nosso trabalho. Nós o apresentamos, contudo, como uma proposta aberta a futuras investigações. As mulheres indígenas organizadas, como temos visto e detalharemos, têm unido suas vozes ao movimento indigenista para denunciar a opressão econômica e o racismo e, paralelamente, estão desenvolvendo um discurso e uma prática política própria a partir de uma perspectiva de gênero situada culturalmente, que questiona

tanto o sexismo e o essencialismo das organizações, quanto o etnocentrismo do feminismo hegemônico¹³⁸. A análise das demandas destas mulheres e de suas estratégias de luta destaca o surgimento de um novo tipo de feminismo diferenciado. O contexto econômico e cultural no qual as mulheres indígenas têm construído suas identidades de gênero marca as formas específicas que tomam suas lutas, suas concepções sobre a “dignidade da mulher” e suas maneiras de postular alianças políticas. As identidades étnicas, classistas e de gênero tem determinado a estratégias de luta destas mulheres, criando espaços específicos de reflexão sobre sua experiência de exclusão.

Atentamos, então, para o modo como funcionam, no assentamento e suas organizações, as reuniões da Associação de Mulheres Toba, que se realizam no salão comunitário, onde se reúnem para fazer costuras, recuperar roupas que recebem como doação ou tentam qualificar-se em artesanatos, em costura ou se alfabetizar, através dos diferentes agentes de governo ou representantes de ONGs (SERPAJ), de Voluntárias das Igrejas (Católica e Evangélicas) e de militantes sociais. Nestas visitas mostram-se interessadas em receber informação, particularmente dos agentes sanitários, fazendo perguntas sobre a saúde de seus filhos. Ante a visita dos médicos, particularmente homens, fazem comentários ou perguntas em Toba dirigindo-se às enfermeiras mulheres, sempre em voz baixa e entre risos nervosos. As mulheres desta associação começaram a se aprofundar - até chegar a conhecer em detalhe - os trâmites necessários para se ter acesso aos benefícios de ajuda social ou para se recorrer às repartições públicas. Criticam o funcionamento dos dispensários de saúde, escolhem o lugar mais conveniente para consultarem suas crianças ou para serem atendidas nos partos:

Zulema assinala: "... yo voy al otro puesto de salud por la leche... vos sabés que en este de acá no te dan leche para el chico? Y a las Cajas de Alimento hace mucho que dejaron de entregar... después se preguntan por las tasas de desnutrición..."

Através dos transcendidos do bairro, dos meios de comunicação e dos vizinhos, que sabem em detalhes o que ocorre, que escolhem o que socializar e o que deve permanecer no âmbito da comunidade, consegui quebrar esta resistência que requer muita paciência e, sobretudo, tempo de trabalho de campo. Acabaram sendo minha melhor fonte de informação. No princípio não falavam muito e esperavam que as informasse e resolvesse suas questões; surpreendiam-se de que **não soubesse** do funcionamento, nem dos organismos através dos quais era possível realizar os trâmites. Tendo resolvido perguntar sobre a mudança no padrão para a solicitação dos planos, socializaram a informação que cada uma dispunha e conseguiram chegar ao acordo de que a informação faltante seria obtida através da televisão e do rádio, obtendo assim o conhecimento dos prazos para a apresentação dos papeis para aquelas que ainda não tivessem recebido o subsídio. Depois que Irma e Zulema foram consultar os padrões no Club Provincial, conseguiram um contato telefônico com Liliana, da Oficina de Empleos da Prefeitura e completaram a tramitação para América, que tem quatro filhos e participava - fazia dos meses -

¹³⁸ Faço referencia ao tipo de feminismo surgido em espaços acadêmicos, sem referência a identidade, classe e/ou etnia, retomado ao final desta apresentação.

das atividades de corte e costura sem receber o subsídio. Zulema era beneficiária do Plan Trabajar e quando este foi suspenso conseguiu receber o Plano Chefes e Chefas de Família. O Plano Chefes e Chefas de Família funciona em três espaços que a Prefeitura (executora) habilitou na antiga Estação Rosario Norte do FFCC, na Av. Belgrano e no Clube Provincial.

Foram debatidas questões referentes ao que mais gostariam de fazer, aproveitando que se reuniam para costurar, todas essas horas por semana. A presença nestas reuniões registrava-se numa planilha que continuamente consultam, revisam, manuseiam, explicam-se entre si – há quatro analfabetas – de que se trata, e reclamam, diante qualquer tipo de erro, exigindo à Secretária Leandra que mantenha “todos os papéis em ordem”¹³⁹. Manifestam temor de perder o subsídio e criam boatos a respeito da possibilidade de perder este tipo de “ajuda”, debatem continuamente em função da participação, agrada-lhes intervir em qualquer tipo de encontro, sempre que lhes garantam o transporte e lanche. Os momentos de discussão em língua foram aproveitados para tomar notas ou falar em particular com alguma delas, começando sempre as entrevistas com perguntas referentes à família, aos filhos e maridos. Numa visita da médica clínica geral Silvana e de Carina, enfermeira do Centro de Saúde de Juan B. Justo, retomaram o tema do risco alimentar das mulheres que ainda não tinham sido beneficiadas pelo subsídio, consultando sobre as obrigações da contrapartida.

As visitantes ao Centro de Saúde surpreenderam-se ao saber que neste mesmo Salão Comunitário funciona uma “Comissão de Mulheres de uma Associação Indígena *Toba*”, e realizaram uma série de perguntas visando saber se as mulheres estavam informadas sobre *os métodos tradicionais de anticoncepção*, oferecendo informação sobre temas ginecológicos e sobre as doenças venéreas, para o que se combinou um encontro para a quarta-feira seguinte. Naquele dia, América “salió” nos padrões como beneficiária de um subsídio de \$150 – do Plano Chefes e Chefas, segundo informou seu marido, que havia realizado a consulta no Club Provincial naquela mesma manhã. Finalmente, e através daquelas pessoas, as mulheres confirmaram que o órgão que oferece os subsídios é a Secretaria de Promoção Social, e que além disso existe um Programa “Crescer” (de assistência comunitária) que funciona na Rua Juan B. Justo.

As mulheres do corte e costura demonstravam curiosidade frente à chegada de estranhos, fazendo piadas e comentários entre si, sempre em língua toba, e continuamente perguntavam-se entre si sobre a vida privada dos visitantes. Quando se produziam discussões muito prolongadas em língua toba, alguma delas encarregava-se de traduzir o que estavam falando, sempre dando por descontado que eu podia saber ou ter conhecimento do tema da discussão, não se conformando com a idéia de que não entendia o que falavam em língua, e

¹³⁹ A isto nos referíamos no capítulo anterior, assinalando que funcionava como “a lista”. A partir destas planilhas, sabem quem é Toba; quem é casado com *criollo*, Toba ou Mocovi, e a família à que pertence; com quem têm filhos; quem é pai e se o “*anotó*” (registrado com reconhecimento do sobrenome), e se participam (ou não) das atividades comunitárias. Funciona como “controle social” interno e também é objeto de diferenciações, como veremos mais adiante.

tudo tem ocorre entre bromas. Ante a resistência de falar diante do gravador, levei um vídeo de Silveira Saravia, uma mulher artesã Toba do bairro Rouillón, para conversar sobre as técnicas e para explicar a utilidade das entrevistas gravadas; ademais, conversamos sobre minha permanência “em campo”, diferenciando esta atividade de outras nas quais até então me envolvi. A partir desta experiência, Estefanía tomou o gravador e me fez uma entrevista, perguntando-me sobre uma série de questões das mais variadas e íntimas, referentes a minha vida privada nas cidades de Rosario e Rio de Janeiro, que provocaram gargalhadas e risos pelas minhas respostas (também em tom de brincadeira). Timidamente, Ruth, que me acompanhava aos lugares dentro do bairro de forma curiosa e atenta – apesar de ser muito reservada e calada – se aproximou e me explicou que a Sra. Silveira é sua tia, que são crentes e que é a esposa do Pastor.

Irma foi-me contando sobre sua chegada a Rosario e explicou: “... *como los muchachos no son vergonzosos y eran campesinos, pidiram el carro prestado a un primo, y trajeron chapas y cartones... asi fuimos construyendo nuestra casita..*”. No salão também conheci Lorena, voluntária da Igreja Unida, que tentava alfabetizar as mulheres. Lorena tinha deixado de participar por um tempo, apesar da nota que apresentaram para solicitar o funcionamento do colégio (suspensão possivelmente, por causa da confusão generalizada provocada pelos fatos de dezembro de 2001). Estavam se alfabetizando Ruth, Mirta e, algumas vezes, América, que assistia através da Igreja Evangélica. De acordo com o que pude consignar, a experiência de trabalho nas aulas baseava-se no método tradicional de repetição silábica e reconhecimento do alfabeto. Quanto à participação nas aulas de alfabetização, perguntavam sobre a lista de inscritas e algumas “solicitaram autorização” para se incorporar. Consultadas sobre o motivo do pedido de incorporação às aulas, responderam que não o fizeram antes porque pensavam ter passado o tempo da inscrição - acredito entender nas entrelinhas que se referiam a “ameaças” veladas de controle por ocasião de uma reunião anterior. Discutiram se este é um processo de participação, se são elas mesmas que estabelecem os prazos e discutem as possibilidades e decidiram ampliar a inscrição possibilitando a participação das demais membros da Comissão.

Nestas tentativas de socializar novas experiências de conhecimento, percebe-se a facilidade com que têm acesso a diferentes maneiras de se relacionar em grupo, seja por parentesco, vizinhança ou, inclusive, por proximidade de idades. Acredito perceber um estilo de participação baseado na pedagogia do sistema de educação escolar: “como se estivessem aprendendo a opinar”, com o temor de estar fazendo as coisas de maneira equivocada/incorrecta. Explicitam suas necessidades de aprender em grupo, de maneira socializada, e pondo para fora esse outorgamento de autoridade; refletem e avaliam o que “*se pode fazer*” e o que realmente transcende suas possibilidades. Depois de alguns encontros, começou a surgir a idéia de produzir *yiscas* (bolsas tecidas de fibra vegetal, similares às feitas pelos Ticuna) e mediante longas narrações, sempre em Toba e com tradução simultânea, conversam sobre as diferentes técnicas para trançar o fio vegetal e sobre as possibilidades de conseguir o material nas beiras dos banhados. Cada uma narrou sua experiência, com quem a aprendeu e como lhe tinham ensinado, falavam de suas avós, dos lugares de origem, de

como se trabalhava o material no campo e dos detalhes completos do processo de tecer:

“... hay que saber limpiar la fibra – calleté - ... la Ruth pensó en llevar ropita del costurero y cambiarla en el Chaco por fibras, para hacer las artesanías nuestras y vender en una exposición... Se necesitan tres personas para ovillar, estirar y hacer las madejas... es con el té de mapic (algarrobo) que se tiñe (oiaiarhuá) la fibra que es amarilla y se lava para sacarle la cascarita, varias veces, y se la tiende y peina, luego la tenés que hervir para darle la coloracion, con mora (para amarillo) o mapic (marrón) ...”.

Quando se referem ao Chaco, quase sempre o fazem com nostalgia, falam entre suspiros, lágrimas e sorriem timidamente, emocionadas.

Irma diz: “... allá la ropa es necesario, no es como aqui... más se necesita é calzado... podríamos llevar cuatro bolsas de ropa y cuatro de calzado, faltaría juntar las mujeres y comunicar cuál es la intención de juntar el calzado para mandar...”

Delia argumenta: “.. es nuestra obligación como mujeres pensar en los otros que quedaron allá, estan pasando mal, necesidades...”.

Numa nova reunião, retomaram estas idéias e estipularam que Delia viajaria em um ônibus “alternativo” (o do Gordo) que sai do assentamento uma vez por mês levando pessoas para o Chaco. Sua idéia era viajar a Tres Lagunas e Pampa del Indio para recolher, junto com sua família, 8 bolsas de fibra vegetal em troca de roupa para homens (é o que mais se necessita) e calçado “... tal vez tenga que pagar algunos pesitos ...” - o que verificaria com seus parentes por telefone. A respeito da busca da fibra para as *yiscas*, Delia manifestava que era preferível ligar para seus parentes desde Resistencia para que fossem preparando o material e estivesse pronto na sua chegada. Pensava em ligar para a Prefeitura, ao IDACH ou para algum particular, recordou que tem o telefone da patroa de sua prima e decidiu ligar para aquele número. Projetaram outra atividade, a venda de pastéis e tortas para pagar a pessoa que lhes trouxesse o material:

“... quedamos perdiendo ... - explica Irma - ... porque en el camino a las personas que venían trayendo el material los había agarrado la Gendarmería y les había retirado el material, lo poco que consiguieron rescatar, no alcanzó para todas ... como dice la Catalina, de hacer la fibra se te lastima (la mano) porque el hilito acá... está hecho.., además... ya estamos quemadas con las donaciones, porque se separe y no se pierda, porque es ajeno...”

Constantemente existe a insinuação de que as doações que chegam ao bairro são desviadas para interesses individuais de quem as recebe.

3.2 PROCESSO DE “EMPODERAMENTO”

Procuraremos explicitar agora as conseqüências do processo de surgimento do Plano Chefes e Chefas de Família¹⁴⁰ no assentamento Toba de Empalme Granero, e num contexto político de desconcerto social e institucional da cidade durante a emergência social. Para ser beneficiário dos planos é necessário apresentar cópia do documento, certidão de nascimento dos filhos; no caso das mulheres, se estiveram em gestação, o comprovante de que estão fazendo os controles pré-natais; no caso de crianças menores, caderneta de vacinação e certificado de freqüência escolar. Exige-se uma contrapartida em atividades comunitárias ou em organizações, que se controlam e se responsabilizam por estas atividades. No caso do assentamento dos Toba, conseguiram negociar¹⁴¹ com a Prefeitura para que estas tarefas de contrapartida sejam desenvolvidas no interior do próprio assentamento. Interessa-nos neste momento fazer referência ao modo como se opera no imaginário o benefício de receber o plano social (“*susidio*”) e como *modifica as situações*:

- A maioria das atividades desenvolvidas pelas mulheres tem sido: como empregadas domésticas ou participando da colheita no Chaco e, na cidade, fazem “*cirujeo*”, ademais, durante este tempo “salen a pedir” ou levam seus filhos a mendigar. Um dia uma delas chegou muito alvoroçada; quando lhe perguntaram o que aconteceu respondeu: “conseguí dueña”, o que significa que recebe para fazer tarefas de faxineira, ao mesmo tempo em que obtém a possibilidade de receber algum tipo de “ajuda” (doação) para ela e seus filhos, para a comida.
- Outras dizem que têm dependido economicamente de um homem ou de um marido, nestes casos, por causa de seus filhos; e, ao ser beneficiárias do Plano Chefes e Chefas, deixam de ser “Mulher sem arrimo” (mãe solteira), o que significa que deixam de depender de alguém que as mantenha, recuperando sua dignidade e prestígio dentro do grupo ao poder gerenciar recursos muito prezados nas populações desvalidas.
- Durante o tempo de permanência, embora houvesse brigas e discussões, separações ou distanciamentos, nenhuma delas afirmou que ocorreram por sua independência econômica. Nalguns casos surgem conflitos por questões de ciúmes e, a maior parte do tempo, manifestam seu mal-estar ou o atribuem a questões alheias ao âmbito doméstico, vinculando-o basicamente a situações originadas pela perseguição policial ou a presença de bandidos (*sic*) “*que son los paraguayos, los de las otras villas, gente que viene de afuera*”, etc.

¹⁴⁰ Indec: em maio de 2002 o índice de desemprego formal em Rosario era de 24,3% oficial, sem contar o trabalho informal, ou no caso do assentamento, trabalho de *cirujeo*. O Plano Chefe e Chefa de Família soma 60.000 subsídios e seus beneficiários são considerados como “empregados em tarefas comunitárias” (*La Capital*, novembro de 2002).

¹⁴¹ Na realidade, existiu participação de vizinhos do assentamento nos saques, principalmente dos jovens, ainda que é esta seja uma questão sobre a qual preferem não falar e mantêm como que um pacto de silêncio.

Estas mulheres se diferenciam de Ofelia, se referem constantemente a sua origem rural no Chaco, são analfabetas, algumas sem documentos e quase todas com experiências de violência familiar (somada à social). Existe uma notável diversidade entre as mulheres de acordo com o grupo de famílias, por exemplo: Ruth, América e Teléfora Medina são três irmãs mulheres que moram no assentamento Los Pumitas, “da irmã Jordán”. Vieram juntas do Chaco. Telefora passou por sérios problemas com seus filhos pelo vício de cheirar cola. Diante da necessidade de buscar saída para os problemas, sempre responderam juntas. América foi a única que sempre contestou e enfrentou Ofelia. Mirta, apesar de seu individualismo, como veremos mais adiante, consegue ter maior protagonismo depois da morte de seu filho. Irma, que é Presidente da Associação, foi adquirindo, ao longo do processo, autonomia e uma autoridade irrefutável diante das mulheres mais jovens. Existe, ademais, relação com as mulheres que trabalham na oficina e com o grupo de jovens, o que ficou evidenciado no jogo de “democratização” por ocasião da eleição de delegados para a OCASTAFE. Nesse momento foram respeitados os lugares dos antigos, os novos e a incorporação dos jovens *criollos*, apesar das diferenças entre Toba e Rogshé.

Participando de um encontro de redes da Prefeitura

O assentamento localizado na zona noroeste do centro da cidade encontra-se a uma distância aproximada de 20 minutos de ônibus, que os vizinhos avaliam “*estar muy en cuenta*”, fazendo referência à proximidade do centro financeiro, onde é possível fazer uma boa coleta de papéis, cartões e materiais recicláveis, que vendem por centavos e que constituem sua reserva material quando acaba o “*susidio*”. Combinamos nos encontrar diretamente pela manhã na porta do Teatro La Comedia, por ocasião da abertura da Reunião de beneficiários do Plano Chefes e Chefas de Família, convocada pela Prefeitura. No *foyer* do Teatro encontravam-se muitas das mulheres com Ofelia e Alberto, inscrevendo-se nas diferentes comissões para poder participar de todo o evento. Depois de serem credenciadas, buscaram um espaço no teatro que lhes permita ficar próximas e assim participarem dos atos da abertura. Permanecem todo o tempo juntas e deslocam-se para o prédio do Centro Cultural Bernardino Rivadavia onde se lhes ofereceria uma refeição ao meio-dia. No lugar encontram-se com os Jovens da Cooperativa. A maioria das mulheres, com exceção de Ofelia, participa pela primeira vez de um encontro com outras organizações de bairro, razão por que havia muito nervosismo e “temor” de que alguma delas se atrasasse ou se perdesse.

A lista de participantes era interminável e a fila para retirar a merenda ocupava quase toda a praça que rodeia o Centro Cultural Bernardino Rivadavia. A construção do centro data da época da ditadura. Nela há requintes modernos e três andares com salões habilitados para exposições, reuniões e encontros. A medida que a fila avançava, começaram a entrar no edifício com exclamações de surpresa, tomavam-se do braço e manifestavam “estar impressionadas”. Emitiam sons afogados e exclamações que não se detiveram até chegar ao andar superior, onde finalmente conseguiram se tranquilizar (acho que algumas delas entravam pela primeira vez num edifício totalmente envidraçado e com

diferentes pisos que dão para a praça e rua de pedestres). Uma vez situadas, e distribuídos os espaços de participação, conseguiram umas mesas com as quais improvisaram uma exposição de trabalhos artesanais, em sua maioria em cerâmica e cestaria. Obtiveram dessa maneira um lugar privilegiado de exposição (que nenhum dos funcionários objetou) e conseguiram chamar a atenção, se destacando dos outros participantes. Discutiram e concordaram em aproveitar o espaço da reunião para mostrar sua produção. De imediato, começaram a ser consultadas sobre as técnicas artesanais, sobre o bairro, oferecendo troca de experiências e de produção (o sistema da troca naquela época generalizou-se em Rosario ante a falta de trabalho e de circulação de moeda). Esta resposta dos demais participantes gerou muito interesse nas mulheres, ficando isso claro nas conversas que mantiveram durante o regresso ao assentamento e no fato de mais tarde o partilharem com os demais participantes da reunião.

Terminado o encontro, fomos caminhar pelo centro da cidade e um fato fútil, como a compra de sorvetes para todos, ajudou a que se recuperassem do cansaço, do estresse da exposição, recuperando o riso e o desejo de fazer bricadeiras. Alberto em nenhum momento se separou do grupo de mulheres. Posteriormente, foram levados à Reitoria da UNR, em cujo Salão Principal acontecia a entrega do título de Dr. Honoris Causa a Perez Esquivel por sua defesa dos Direitos Humanos e sua “tarefa em defesa dos Povos Originários”. A presença das mulheres e de Alberto ao lado das integrantes das Madres de Plaza de Mayo foi um ato inédito na UNR, ainda que “legítimo” no contexto político e social daqueles dias em Rosario e na Argentina. As mulheres escutaram atentamente a conferência, e diante da emoção despertada pelo discurso inflamado de Perez Esquivel, emocionaram-se e aplaudiram a cada referência à *“marginalidad de los Pueblos Originarios”* (sic).

Depois desta participação na Reitoria da UNR, visitaram a Feira das Coletividades no Patio de la Bandera. Esta era a primeira vez que os Toba conseguiam seu espaço diferenciado junto aos folcloristas e centros tradicionais de Rosario, no estande reservado para a Argentina. Percorreram os estandes, visitando quase todos os prédios que estavam basicamente orientados à venda de comidas típicas dos descendentes de europeus e aos diferentes grupos étnicos (23) que migraram no início do século XIX, cujos descendentes, majoritariamente italianos, fazem parte hoje da população rosarina.

As mediações do SERPAJ: ecos de participação no Centro Cultural

Numa reunião começou-se falando das doações de materiais que o SERPAJ realizava através de Angelica. Estas entregas geravam conflito porque o material doado não dava para todas. Depois de uma discussão que ocorrera na semana anterior, Angélica entregou \$30,00 com o que resolveram efetivar uma “doação espontânea” de \$5,00 cada uma para o fundo da organização. Às segundas-feiras, das 14h às 18h., realizavam-se as tarefas de limpeza do local e manutenção do espaço. A partir deste momento, e pela licença-maternidade de Zulema, a depositária do fundo foi Irma Delfino, pelo que adquiriu o controle de toda a organização. Assumiram o compromisso de assistir a todas as

atividades e resolveram que as faltas seriam justificadas com atestado médico. Procurou-se estabelecer um montante para as atividades e especialidades que cada uma desempenhava, tendo em vista que na participação do encontro no Centro Cultural, elas foram consultadas para oferecerem em troca¹⁴² cursos de qualificação de tear e argila. Assim resolveram realizar uma lista e deixar sentada a especificidade de seus serviços:

- Artesã em *tatora*: América Medina, Telefora Medina, Orinda Suarez, Catalina Gómez e Ruth Medina.
- Artesanato em folhas de palma: Estefanía López, Ruth Medina, Irma Delfino, Leandra Sosa, Delia Gómez.
- Artesanato em tear: Zulema Fernandez, Irma Delfino, Ofelia Morales
- Artesanato em hilo de chaguar: Irma Delfino, Ruth Medina, Ofelia Morales, Leandra Sosa.
- Tecido em crochê: Mirta Palaki, Catalina Gómez, Irma Delfino, Zulema Fernandez, Leandra Sosa.
- Tecido com 2 agulhas (tricô): Irma Delfino, Leandra Sosa, Estafanía López.
- Modelagem em argila: Ruth Medina, Catalina Gómez, Rebeca Garay.

Ofelia aproveitou esta circunstância e solicitou que se inscrevessem, ademais, aquelas que participariam na continuação do Censo de Alfabetização; inscrevendo-se: Telefora, Mirta e Leandra. Convieram em que o fundo consignado a elas seria utilizado para pagar as dívidas com Alberto Jordán, que facilitou o transporte para a reunião no centro (recordamos que esse dinheiro provém de fundos do BM) e estipularam que destinaria uma parte à compra de materiais de construção, cimento, cal e areia para arrumar o salão comunitário da Comissão de Mulheres. As mulheres decidiram, ademais, constituir um fundo de gastos para a Comissão, para o que propuseram a entrega de \$5,00 cada uma que destinariam à compra de materiais de costura e tear. Finalmente, informam que na próxima quarta-feira não participariam da reunião semanal habitual, porque na quinta-feira regressaria Angélica do SERPAJ e planejam levar a cabo uma atividade intensiva.

Quando perguntei sobre as atividades do SERPAJ, explicaram-me que em janeiro daquele ano, época de auge dos saques, havia chegado Angélica do SERPAJ através da Escola Taigoché junto a Rodolfo Hachen, Miguel e Patricia (colega de trabalho de Ofelia, aluna de Antropologia e mediadora na coordenação do censo), que conseguiram reunir a umas vinte e quatro mulheres, das quais atualmente restam quatorze. Em março, realizaram *por sorteo da* lista apresentada pela Associação, a entrega de cinco subsídios do Plano Trabajar (uma das *favorecidas* tinha sido Zulema).

Zulema: "... *la Blanca de la CCC te cobra en dinero o por mercadería, ella dice que es para fotocopias o gestiones... Ahí yo me vine, me salí de la Blanca y me vine, le dije que sacara mi nombre. Me dijeron que la Ofelia estaba anotando para planes y participar con las*

¹⁴² O orçamento estipulado para as atividades era em dinero, como segue: \$7,00 a hora a domicilio, \$5,00 a hora individual e \$3,00 a hora grupal.

Mujeres ... para los planes Trabajar tenías que presentar fotocopia de la partida de nacimiento, carnet de vacunación, certificado de escolaridad y número de CUIT, fotocopia del documento (1ª y 2ª hoja). En vez para el Plan Jefe de Familia te piden sólo la partida de nacimiento de los hijos, el número. de CUIT y fotocopia del DNI...”

Irma: “... después del Día del Indio, llegó Pereda a la Secretaría de Desarrollo Social de la Provincia, en calle Mendoza y Sarmiento, nos prometió gestionar los subsidios de Jefes y Jefas de Familia ... Cuando fuimos al INAI en Buenos Aires para recibir el Premio para hacer el Censo y los talleres, nos prometió que vendría al asentamiento por los reclamos del terreno... Pereda dijo que vendría para reunirse con las mujeres, entonces vinieron de Rouillón y nos cansamos de esperarlo... Mandaron dos trafic para que fuéramos nosotras a la Secretaria y allí se comprometió... Algunas personas se cansaron y no fueron, esperamos de la mañana hasta la tarde...”

Zulema: “...en enero de 2002 llegaron del Serpaj, la Angélica con Rodolfo Hachen, Miguel y Patricia Pognante a través de la Escuela Taigoché, llamaron a una reunión y vinieron 13 o 14 mujeres, de 24 convocadas. Me dijeron que la Ofelia estaba anotando para los planes y participación de mujeres. Para el Plan Trabajar te exigían fotocopia de partida de nacimiento tuya y del pibe, carnet de vacunación, certificado de escolaridad y número de CUIT, fotocopia del documento (1ra. y 2da. vía). En vez para el Plan Jefe y Jefa de Flia¹⁴³ solamente tenés que presentar la partida de nacimiento, el Nro. de CUIT y fotocopia del DNI...”

Posteriormente somaram-se à reunião alguns membros da Vecinal e da Cooperativa. Alberto, naquela ocasião, explicava que no início de 2002 tinha chegado ao assentamento uma arquiteta da Prefeitura para mostrar uma planta dos lotes que não contemplava os espaços comunitários de reunião, nem as oficinas para a qualificação (denominado salão de uso comunitário, com instrumentos de ferreiro – um galpão construído com Jorge, de CARITAS).

Alberto: “... necesitamos un espacio para producción y venta de nuestras artesanías, además de las viviendas que también se hace con consulta a los que la habitarán... se tomará como modelo la experiencia de Saenz Peña y el Barrio Malvinas Argentinas de La Plata, para la autoconstrucción y conseguir trabajo de albañiles y construcción ... La escuela que vamos a tener tiene que ser diferente del barrio de las Viviendas (Municipal de Ruillón) porque todo se recibió de donación de un particular, para la construcción de los salones el material para las paredes y las aberturas se hizo coleta. Como ser, la casa de artesanías de Don Marcos es donación de la Iglesia Evangélica, Así como ahora el SERPAJ dona ahora para la Comisión de Mujeres, son donaciones para bien comunitario social, para los Toba. Se tiene que hacer convenio y firmar todos los políticos este acuerdo, las donaciones son para el asentamiento Toba...”

Isto se falava com referência à proximidade das eleições e as visitas que periodicamente recebiam dos candidatos a membros da Câmara de Vereadores; e na ocasião de uma visita de Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz e diretor do SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça), ligado à Igreja Católica, que desenvolve e cumpre suas funções no assentamento através de Angélica Mendoza, e a partir de um subsídio oferecido pelo Banco Mundial, desde

¹⁴³ “... a origem do dinheiro do Plano Chefe e Chefa de Família é o Banco Mundial, os beneficiários para junho do 2002 na Argentina eram: 1.549.669 com solicitudes processadas, 369.460 rechaçadas, 1.180.209 efetivas. No entanto, para abril do 2003 os beneficiários eram 1.987.875. O plano que foipsado como ‘universal e fechado’, não foi nada disso, e o remanescente dos 860 mil que se repartiram depois do encerramento de inscrição, é clientelismo: ou direto ou através de organizações diversas (desde piqueteiros até a “*barra brava de Chacarita*”); Fonte: Falappa, UNGSAR.

novembro de 2001, segundo a própria Angélica explicou. Visitara o local no mesmo piso de Almafuerte, que estava sendo preparado para o funcionamento do curso de corte e costura. Comprovaram que continuavam faltando as chapas e colocaram um cartaz com letras na cor verde, negro e vermelho como mandou Angélica.

Irma diz: “vamos aprovechar de pedirle un presupuesto para terminar el techo, colocar unas membramas y después, cuando llegue el verano ... después de revocar la pared, le van a abrir las ventanas, dijo el Alberto...”.

Perguntaram a Irmã sobre a ausência de algumas das mulheres e ela respondeu que passara pela casa de Zulema e que seu neném estava doente:

- *“... yo pasé y salió el marido me dijo que tuvo fiebre toda la noche, entonces yo me vine nomás ... Te vino a buscar una mujer, y yo le dije que venías más tarde y se fué. Quién era y qué quería, no sé ... algo del hijo parece que es, dijo que te buscaba nada más. Es la hija de Fleitas, la Betty, “la mayora ...”. De la fiesta de los Jóvenes no me dijo nada, se fueron a recibir la visita del Premio Nobel de la Paz...”.*

Interessa-nos destacar como são percebidos, quase em pé de igualdade, os diferentes agentes que transitam pelo assentamento, sejam representantes dos partidos políticos, da Igreja Católica ou dos organismos de Direitos Humanos. No final deste capítulo, retomaremos esta análise.

3.3 Cuidado com os filhos

Quando cheguei à sala do Hospital del Centenario – que estava em greve de funcionários e profissionais por falta de insumos e denúncias de corrupção¹⁴⁴ – com a intenção de visitar a Zulema e seu filinho, perguntei por ela na sala de enfermeiras e ninguém me soube informar; decidi então entrar na sala e encontrei Zulema, que me explicou que não havia camas para as mães que têm suas crianças na UTI, razão pela qual decidiu ficar nos corredores do Hospital. Estava muito assustada, com medo de que “le saquen al niño”, e ninguém sabe lhe explicar com exatidão qual é o problema de saúde de seu bebê que aparentemente nasceu com insuficiência respiratória devido ao cordão, além de apresentar problemas com o peso. Destacamos que Zulema é uma das jovens que realizou o pré-natal no hospital, ao mesmo tempo em que foi acompanhada por curandeiras e *pioganak* (esta é uma das causas da resistência às internações, fundada em mitos e em histórias passadas sobre a atuação dos organismos de “assistência social” baseados em conceitos unívocos do que consideravam as “boas condições de cuidado e higiene das crianças”, que permeia o discurso institucional a respeito dos pobres em geral).

¹⁴⁴ Zulema teve seu filho no Hospital Centenario e o chamou Nazareno Milton. O bebê nasceu com 4,4 kg e problemas respiratórios, ficando em observação no Hospital até sua melhora. (Zulema estava com muito baixo peso, talvez por insuficiência alimentar.)

Conversamos sobre sua família. Seu pai faleceu quando ela era criança e sua mãe surda-muda a ajudava com a criação de seus filhos. Criou Esteban que já tem 9 anos e está na escola. É assim que ela descreve seus filhos:

“... el mayor es Toba, me lo crió mi mamá ... (su padre es Toba), en vez éste y el otro son con mi marido, él es correntino. ¿Viste que son más blanquito?... en mi casa vivimos en una pieza que hicimos al lado, mi mamá vive con nosotros, o nosotros vivimos con ella ahora estamos juntos. Tengo mi hermana que se casó con un rogshe – blanco – y está por entrar en una casita por Barrio Rucci...”

Referiu-se, então, a umas ocupações de moradias realizadas em um bairro próximo, mas separado do assentamento. Destas manifestações - e outras similares confirmadas por Irma e Ofélia - consegui estabelecer as classificações interétnicas que diferenciam os *rogshe*, os regionais, os *criollos* e os mestiços dos Toba; que ocupam, de acordo os resultados do censo, espaços próximos dentro do próprio assentamento, estabelecendo alianças e intercâmbios que possibilitam o reforço do *ethos* tribal.

O tema de “las bolsitas” na Comissão de Mulheres

Posteriormente, quando se começou a perceber um aumento da insegurança no bairro, decidi trocar o lugar de entrada no assentamento, passando a ir pela rua Almafuerde, considerada mais segura, onde encontrei com várias crianças brincando. As crianças costumam a brincar com peças que tiram do lixo, que se amontoa num contêiner da empresa coletora, contratada pela Prefeitura. Embora a empresa o recolha em diferentes horas do dia, sempre há lixo no contêiner e as crianças o retiram e o aproveitam para inventar jogos. Encontrei três crianças de 4 ou 5 anos, brincando com uma mangueira e com a chapa retorcida de um carro velho. Outro, que aparentava uns 7 anos, deu uma puxada violenta na mangueira provocando a queda do menor, que começou a chorar. Ao me aproximar para consolá-lo e perguntar o que acontecera, disseram-me que o mais velho tinha dito palavrões.. Antes que percebesse que se incomodava com minha aproximação, ele fugiu. Geralmente, as crianças deste assentamento são dóceis e muito tímidas até os 10 ou 12 anos e tratam-me com muito carinho, tendo merecido deles o tratamento respeitoso de Tia (reservado aos parentes mais velhos).

Ao lhes perguntar se conheciam o motivo da fuga, com naturalidade responderam: *“...porque anda con las bolsitas.”*, referindo-se ao uso de cola de carpinteiro, nomeada habitualmente pela marca do produto, POXIRAM. Quando as crianças inalam a bolsinha com a cola nota-se o olhar, meio nebuloso e perdido, e a mudança em seu comportamento, que se torna irritável e agressivo. Neste momento estavam consumindo no assentamento. A primeira vez que percebi esta alteração do comportamento foi com o irmãozinho de Chana, por ocasião do *survey* do ano anterior, no centro da cidade, pela noite e na rua. Finalmente, soube que estas situações repetiam-se tanto nas casas como no restante das *villas* da cidade. Decidi, então, começar a reunião com as senhoras fazendo referência a este acontecimento, que as crianças relatam

com total naturalidade, para conhecer o que pensavam a respeito¹⁴⁵. Num primeiro momento, a reação foi um silêncio muito prolongado, ninguém queria falar, comentavam algumas palavras em língua, até que finalmente, sem dúvida percebendo minha angústia, explicaram:

- Irma: “... *hay muchos chicos, le doy lástima... todos nuestros chicos, los hijos de Palaqui ... hasta los más chiquitos! Alguna mamá también usa, y toman alcohol... es ignorancia...*”
- Orlinda “... *eso también pasa porque la mamá no cuida...*”
- Irma “... *el más grande de 15, no consigue parar, y lleva al más chiquito ...*”
- Orlinda “... *En la escuela bilingüe bolsean en la escuela, y nadie les dice nada... y ahí les enseñan! porque los maestros no controlan. .. Por lo menos en esa Escuela Juan Diego no es así...*”
- Ruth “... *los ví, los Avalos los ví haciendo eso de la bolsita, con una lata grande de 200 g.. Y cada uno se saca en la bolsita... se pasan en un papel y se quedan...*”
- Leandra “...*yo digo, quién era el promotor de esto...?*”
- Irma “... *en la ferretería .. se prohíbe pero en Juan José Passo le venden por 3\$ y lo venden por 0,50\$ y para eso andan pidiendo para el mal, no es para el bien... llevar un pan o harina para la casa ...*”
- Leandra “... *los responsables serán los padres, ellos tienen que ver (controlar) no pueden dejar a los chiquitos grandes, ni a los más chiquitos...*”
- Irma “... *yo vi por la TV que prohíben vender a los menores, ni alcohol, ni cigarros pero no responden, (respetan) los bolicheros le venden nomás ...*”
- Orlinda “... *lo que pasa es que no es sólo por los niños, comienzan de chiquito, después siguen y no pueden parar... Llegan adultos y también siguen, con las mamás hay casos...*”

Estas mulheres conseguiram exprimir, por primeira vez em público, e diante de uma estranha, esta questão que não tinha podido sequer ser abordada no Culto. Depois de isto retiraram-se. Mirta falou em língua, mas não traduziu o que disse. Ficamos conversando com Irma, que naquele final de semana tinha ido visitar seu filho Ariel, que estava preso no cárcere de Coronda; tinha viajado com o marido, Benjamín, e me comentou que lhe mostrou uma foto minha “...*una foto de la sra. que está con nosotros...*”. Sempre conversávamos sobre seu filho Ariel; e quando a consultei sobre o caso, explicou que na última terça-feira tinham-no trazido a Rosario para que declarasse ante o Tribunal, agregando que a semana próxima o trariam novamente. Irma relatou que pediu a Benjamín que vá vê-lo no Tribunal “... *porque posiblemente consiga salir en libertad para las fiestas, por buena conducta...*”. Ariel mandou uma talha de coruja em miniatura de amostra e prometeu que faria mais para vender na Feira¹⁴⁶. Irma comentou que seu filho foi transferido para Coronda depois de um

¹⁴⁵ Já em dezembro, Andrea, a filha mais velha de Alberto que ficou no Chaco com seus avôs, tinha manifestado sua preocupação, compartilhada com o resto dos jovens porque “... *os chicos que no tienen monedas para comprar pegamento, al estar adictos se están dando com nafta y hasta kerosene .. una vez que tomaron la costumbre...*”.

¹⁴⁶ Aos sábados e ao domingos, a partir das 18h, no Centro Cultural Parque Alem, a umas 10 quadras do assentamento, caminhando para o lado do rio, a Prefeitura tem reservado um

ano detido na Seccional 9^a de Polícia e sem processo, somente por estar de posse de uma bicicleta sem papéis. Depois de transcorrido todo esse tempo e sem que tenha lugar um julgamento, enviaram-no a Coronda (segurança máxima, dentro da províncias). Do pavilhão comum, o tinham transferido para o pavilhão 6, dos crentes, onde podem receber visitas, fazem ginástica, limpam juntos suas celas e, naturalmente, estudam a Bíblia. no período prévio a as Festas o prévio às eleições, os reclusos provocam motins para conseguir a atenção da opinião pública a respeito da qualidade da reclusão, que tem problema de superlotação. Atualmente, produziram-se motins neste cárcere; recentemente, houve a matança de treze reclusos rosarinos, possivelmente relacionados aos bandos para-policiais de “controle” do narcotráfico.

Interessei-me pelo estado de saúde de Catalina (segundo Lorena, a alfabetizadora teria câncer). Irma explica: *“...consultó un Piojanak en el asentamiento y ya está mejorando, le habían salido moretones en todo el cuerpo y le dolía la boca ... era un “daño” pero, le curó! También fue al hospital y ahora está cuidando al hermano que está en el hospital que se operó de la vesícula...”* Não tornei a ver Catalina, a crença indica que se alguém recebeu um *daño* deve se evitar sua companhia por medo do contágio, de passar a outra pessoa o *daño* recebido. Esta crença na transmissão de doenças ou de vícios operou também com o cigarro, quando parei de fumar. Tem-se generalizado a crença de que passei o vício a Leandra, que antes no fumava e que começou a fazê-lo depois que eu parei. Ninguém menciona as faltas de Catalina e, apesar das discussões, aceitam que sua filha assine em seu lugar. Foi passando o tempo e depois de várias reuniões algumas participavam e outras dessentiam. Finalmente, num encontro realizado para tratar do tema da segurança, discutiram-se os motivos para participar das reuniões e assembléias que estavam acontecendo no assentamento, naquele salão, delegando sua participação a Ofelia ou Irma.

- Mirta: *“...Nosotras no somos comisión, las comisiones del barrio tienen que hacer las invitaciones ... Nosotras no vamos porque no nos invitaron, ellos no salen y dicen “bueno, gente Vamos? Están invitados! Esas cosas son muy peligrosas y son pesadas... digo porque yo he visto.. si yo tengo un hijo drogado es como ... una amenaza, por que él no me va a atacar o lastimar a mí...Porque yo ví en la TV que quien hizo declaraciones después fué amenazado, por eso nadie quiere hablar ni venir... hay padres que le enseñan la bolsita y mamá que le dan cuando son chiquitos .. es nafta, es kerosene! cómo vamos a hacer? Por qué venden Poxiram? Les tenemos que prohibir! ... Que le vamos a decir, que no anden en auto? Cómo podemos hacer si para eso están los médicos¹⁴⁷ que les vengán a curar ... quién les cuida? ... Estos que hacen ésto son todos políticos, le hacen para ganar plata, no le explican para qué se hacen las reuniones, para saber como están los chicos... lo que pasa es que la gente ya están “quemados” ... Nosotros no queremos la basura ... pero cuando se hizo lo que favorece a los chicos, le sacan, eso salió en el noticiero... La América no tiene hijos pero sí sobrinos que*

estande no qual organiza um espaço para exposição e venda da produção do Plano Chefes e Chefas, e para a troca de mercadorias.

¹⁴⁷ Quando não se esclarece, ‘médico’ significa *Pioganak*.

andan con la bolsita y le detienen ... pero no puede salir... no tiene cura, es de la religión ...”

Mirta é crente e repete os fundamentos que lhe dá a religião evangélica (como se a cola fosse o diabo e uma vez que entrou no corpo já não há mais salvação¹⁴⁸). Continuaram dizendo que a polícia persegue os *pibes* que consomem cola e suas famílias (explicando a sua maneira o motivo das *blitzen* e entradas contínuas da polícia no assentamento). Tentariam retomar as atividades de alfabetização através da leitura dos jornais; comentaram o começo da guerra e se perguntaram onde fica Iraque¹⁴⁹:

- Estefanía *“eso de la guerra ya estaba escrito en la Biblia ... se anunció que vendrían enfermedades ...”*
- Zulema *“... el diablo es que está en esa gente... y no ve el sufrimiento, ni el daño que hace...”*
- Irma: *“... hay mamá que parece que le deja, no le ataca, le deja y le tapa... por eso no vienen a la reunión...’No te vayas más porque yo te voy a entregar si vos te vas... Te vas a enfermar! “Y también se escapa, desobedeció! Cuando llegamos no íbamos a hacer.. el Gustavo desobedeció, tiene amigos... también le dije “te tapa el pulmón... te vas a enfermar, te vas a morir... A un chiquito que le ví también que le dejan delante de los padres... tomando esa bolsita, si es de chiquito tenés que enfrentar y no le podés dejar, tenés que enfrentar..! Tenés que seguirla, no podés dejarlo solo en la calle, andan solitos y lo pueden hacer...”*

Assim Irma se referia ao modo como tratara de resolver o problema da perda de autoridade sobre seus próprios filhos, um deles consumidor de cola, outro, Ariel se encontrava detido e os demais moravam próximos de sua casa, casados e com filhos. Cada vez que abordávamos algum tema delicado como a perda de autoridade, vícios, delitos ou acidentes, as mulheres falavam em língua e em castelhano alternadamente, referiam-se a si próprias e às outras na terceira pessoa, dando “testemunho” do que lhes acontecia e aconteceu a sus parentes em casos similares. Raramente as indicações eram diretas e se referiam às demais de maneira neutra, evitando todo tipo de confronto – a exceção dava-se no caso das mais jovens, que são mais diretas, no estilo das *criollas*, com quem têm mais experiência de convivência.

¹⁴⁸ Mirta no momento tinha dois filhos que foram criados com o pai, em Rouillón. O mais velho é Sergio, de 24 anos, viciado em álcool e cola, foi detido pela Polícia e posto sob custódia da mãe, posteriormente o dirigi ao psicólogo do Centro de Salud de Juan B. Justo. Gabriel, que o estava assistindo até que desgraçadamente escapou das possibilidades de controle – mais adiante conto como ocorreu sua morte. O interessante deste relato é que pela primeira vez Mirta falou de seu problema pessoal com as outras e por minha insistência em pedir-lhe que participasse das assembléias. Somente o fizera porque estava preocupada com a filha mais nova, Rocio, de 3 anos, e depois de Telefora e suas irmãs também solicitarem ajuda para os filhos de Telefora (David, de 15 anos; Nelson, de 14 e Gerardo de 8), todos também com problemas de uso de cola.

¹⁴⁹ Referem-se à novela *O Clone*, transmitida no horário nobre, fazendo brincadeiras... ficavam fascinadas quando lhes dizia que foi filmada no bairro onde moro no Rio de Janeiro e começavam as perguntas sobre o “Brasil” e a revelar suas fantasias de casamento com homens brasileiros.

Telefora: “... *yo tengo un hijo que salió y todavía no volvió, no llegó... Salió ayer y todavía no volvió ... mis cinco hijos viven conmigo y no consigo ni sustentarlos, ni controlarlos...*”

Telefora resolveu contar que seu filho não voltara para casa, aumentando suas suspeitas de que estaria usando cola, podendo ter perdido o controle... A timidez com que falava diante das outras mulheres nas reuniões poderia ter dois motivos: falar comigo era mais fácil porque não morava no assentamento, chegava de fora, e sou mulher, o que favorece uma relação de confiança e eu podia escutá-las. O temor que sentia, acredito, era dos mexericos que poderiam acontecer e dos enfrentamentos ou brigas que poderiam gerar-se com suas vizinhas. Sobretudo, penso, com a Irmã Jordán. Telefora falava pouco castelhano, o que a inibia diante das demais porque costumavam rir das que pessoas não falavam bem esta língua ou não pronunciavam corretamente algumas palavras. Quem se atreveu a abrir o jogo e permitiu que se tratasse do tema do vício de seus filhos foi sua irmã, América. Depois de minha visita a sua casa e a de sua irmã Ruth – de quem é vizinha –, ambas as irmãs se manifestaram preocupadas com o destino de seus sobrinhos. Telefora somente falava comigo de maneira individual ou na presença de suas irmãs – como elas diziam, “*en particular*”. Rebeca, uma prima de Telefora, comentou comigo que não permitia que seus filhos se juntassem aos de Telefora, e isso a incomodava muito “... *porque assim, nadie me ayuda...*”

Terminada a reunião, sugerimos a Telefora que ela fosse à Delegacia para saber de seu filho, mas na ocasião ela manifestou já ter recebido uma intimação policial para ir à delegacia. A partir dali, não permaneceu na reunião – que continuou transformada em Assembléia –, e desde que seu filho “desapareceu” regressava rápido a sua casa (possivelmente alertada por suas irmãs). Até então, e em diferentes situações em que tratava de abordar o tema de seus filhos, seja pela desnutrição de sua filha Rocío ou pela ausência dos filhos na escola, ameaçava ir para Buenos Aires visitar parentes ou ao Chaco para deixar seus filhos com os avôs. Mais tarde abordamos o tema da documentação das crianças, porque faltava a certidão de nascimento da menor, Rocío, que continuava com o tratamento de desnutrição, porque tinha se perdido o DNEM de Gerardo, o filho de 8 anos. A falta de documentação poderia ser considerada como uma estratégia de “desaparição” ou “invisibilidade” diante das autoridades e das possíveis situações de repressão, mas era um inconveniente cada vez maior na hora de receber os benefícios sociais. São vários e repetidos os casos de falta de documentação no assentamento e são muito superiores aos apontados pelos resultados parciais do censo, tal como tinha percebido em Resistencia¹⁵⁰.

América, sua irmã, explicava que “... *Telefora está sola, no tiene marido y necesita ayuda porque no puede hacer nada con los hijos que ya están grandes*

¹⁵⁰ Em Resistencia - Chaco, com o Cacique Luis, realizamos gestões para conseguir uma unidade móvel do Registro Civil para documentar os vizinhos do bairro Toba. Não sei até que ponto este tema é viável neste contexto, pois na verdade se trata de registrar as pessoas e nem sempre este ato se transforma numa ponte que facilite o acesso aos benefícios, a maioria das vezes são meros instrumentos de políticas eleitoreiras e de controle político sobre os assentados – em ambos os casos, estou em campo, antes das eleições nacionais e provinciais.

y la enfrentan...”” Tratando de dar conta assim da situação dos filhos de Telefora e de Ruth, que estariam consumindo cola, América, numa reunião anterior, já tinha manifestado que seus filhos são muito pequenos, mas que seus sobrinhos “*andan con las bolsitas*” ou “*bolseando*” – termo de uso generalizado na rua e no assentamento.

Resolveram, conversando as três, que seria importante buscar algum tipo de ajuda profissional para este problema, reconhecendo que o tema é delicado, que deveria ser conversado com pessoas especializadas, como o psicólogo Gabriel (que elas já conheciam porque havia participado das assembléias e produzido um documento sobre violência familiar). Desta reunião também participou Virginia Notagay, agente de saúde do Dispensário de Juan B. Justo, que desenvolve – junto com José, outro agente de saúde – tarefas de formação de agentes de saúde, através do Plano Chefe e Chefa. Realizaram, ademais, algumas atividades, como a palestra sobre violência familiar e a II Campanha de Vacinação. Diante de sua preocupação, combinamos com América que iríamos visitá-la em sua casa para conversar e para que me levasse ao bairro Los Pumitas. Fui recebida por seu marido, que explicou que ela tinha ido ao centro para retirar os documentos.

Depois encontrei Orlinda que me acompanhou à casa de Telefora - somente esta conhecia a casa de Ruth, e encaminhamo-nos para lá. Depois de visitar o bairro Los Pumitas, que fica a umas dez quadras aproximadamente, por trás dos trilhos em direção noroeste, chegamos a um lugar chamado pelos vizinhos ‘*el barrio de la Hermana Jordán*’. Uma vez ali, conheci as casas de Ruth e de Telefora. Esta visita tinha caráter pessoal e no interesse da irmãs, porque trataríamos do caso do filho mais velho, David; entretanto, Ruth se incomodou com minha presença. Resolvemos conhecer o Centro de Saúde do bairro e no caminho encontramos o Salão Comunitário do bairro Nueva Esperanza, da Irmã Jordán. Quando visitamos o sopão, encontramos Telefora, sua filha mais velha - com seu filhinho, neto de Telefora - e sua filha caçula, Rocío. Enquanto caminhávamos para sua casa, comentou que seus filhos não tinham regressado desde a noite anterior. Uma vez em sua casinha, mostrou-me as condições de sua moradia: é um quarto de paredes de chapa, sem móveis nem cama, somente tinha uma estrutura de chapas que vazam e paredes de madeira recoberta com plásticos e papelão. Está construída praticamente sobre o arroio Ludueña. Consultei-lhe sobre o perigo de se morar a tão poucos metros do arroio, e ela respondeu descartando qualquer perigo.

Segundo falou, David estaria “iniciando” no uso do cola os outros dois, levando seus amigos à casa de noite ou de madrugada e quando voltava da mendicância na cidade, se apresentava drogado e agressivo. Explicava-me que não sabia mais o que fazer, porque naquele sábado mesmo haviam estado bebendo, pelo que ela decidiu mudar-se à casa de sua irmã, mais tarde disse que para a de uma amiga-. Seus filhos não vão à escola “*por más que les diga, no me hace caso... con los chicos ya no sé que hacer*” e ela se manifestava incapaz de controlá-los. Diante dessa dificuldade afirma que viajará a Buenos Aires para procura o pai para que assuma a responsabilidade. Perguntei se queria que a acompanhasse na conversa com o psicólogo Gabriel e ela respondeu que não, que está esperando “*recibir el plan para viajar a Buenos*

Aires a ver sus parientes o mandar los chicos con los familiares del padre en El Chaco, para que ellos le saquen el vicio...” (imagino que confia na ajuda de algum Piojana’k) porque los controlaba cuando todavía eran chicos...”.

- Pareceria que cada vez que se apresenta algum problema, a solução imediata é partir para outro lugar, neste caso Buenos Aires, para buscar o pai dos rapazes, ou mandá-los ao Chaco, onde estão os parentes do pai.

- Isto também coincide com manifestações e atitudes que notei em Ofelia e Alberto. Ofelia, quando não conseguiu conviver mais com as filhas de Alberto, resolveu mandá-las para Pampa del Indio “...para que las eduquem los abuelos” - segundo suas próprias palavras - “... Allí en contacto con la naturaleza y con las reales necesidades del día a día, valorizarían las ventajas que tienen en la ciudad...” A estes comentários poderíamos somar o que diz Andrea: Ofelia opunha-se a que namorasse Ezequiel.

No Centro de Salud de Juan B. Justo - da Prefeitura – tratei de levar o caso ao psicólogo. Uma vez ali, fui recebida por Carina, uma enfermeira que tem participado de atividades junto a com uma médica clínica geral, que me apresentou ao Dr. Jorge Colta, encarregado das funções de coordenação. Assim, resolveram com o psicólogo Gabriel começar um acompanhamento dos filhos de Telefora, e ficar atentos aos controles e acompanhamento requeridos pelo grau de desnutrição da filha Rocío – de três anos. Ao lado do Centro de Saúde existe um Centro Crecer Nro.6 - também da Prefeitura - que oferecia assistência a crianças e jovens e a partir do qual poderiam ter contato com as assistentes sociais; no entanto, informaram-me que não obtiveram nenhum tipo de resposta. Tentariam buscar apoio num Centro chamado Juana Azurduy, que depende do Programa Chicos de Calle. Também através da Cooperativa dos Jovens aproximar-se-iam de uma organização de crianças de rua coordenada pelo padre Sartidrian e uma equipe de pessoas da Asamblea de los Derechos Humanos.

Telefora finalmente compareceu aos Tribunais, tinha recebido uma ordem do Juiz de Menores porque seu filho estava detido sob suspeita de homicídio, situação que nos levou a solicitar os serviços de um advogado¹⁵¹, através do qual soubemos que o adolescente de 15 anos tinha sido detido e posto sob custódia num “Lar de Reeducação de Menores” para tratar de seu vício. Telefora foi informada no Tribunal que depois de que realizassem a supervisão de sua moradia através da Assistente Social, transfeririam seu filho a uma

¹⁵¹ O comportamento de Telefora diante do assistente social foi exemplar. Quando perguntaram por seu endereço residencial dizia desconhecê-lo, dando referências ambíguas ou referências de outros domicílios, como o do jovem com quem havia sido detido seu filho. Ambos os jovens estavam envolvidos num homicídio e o pai do outro adolescente incriminou diretamente o filho de Telefora, que foi detido. Por intervenção do advogado, conseguiu ser transferido a um Lar de Menores. Telefora, posteriormente, ante minha pergunta explicou que não queria informar seu domicílio porque si viam como morava lhe “quitarían sus otros hijos, como una vez ya había intentado hacer la Hermana Jordán”. Fomos ao Tribunal de Justicia acompanhadas do advogado da Asamblea de los Derechos Sociales (ADES), que também assessorou na época da detenção de Ofelia Morales e Alberto Jordán, ante o caso de uma intimação que tinha recebido Miguel.

Granja de Educação, junto ao amigo com quem se encontrava no dia do homicídio, filho do Sr. Maciel. Perguntei a Telefora o que ela preferia e ela me respondeu “.. *está bien, que le lleven a ver si le sacan ese vicio, vos sabés que yo ya no sé que hacer...*”. Na reunião anterior, Telefora tinha dito que numa ocasião em que esteve doente e foi internada no Hospital, a Irmã Maria Jordán “... *había intentado sacarle los chicos a través del Juez de Menores...*”. Segundo suas palavras, “... *salió de la internación para presentar un pedido para que se los devolvieran...*”. Nos últimos tempos seu ex-sogro a tinha interpelado pela falta de controle sobre os meninos, aludindo que não iam à escola e andavam todo o dia na cidade pedindo dinheiro. Esta foi outra ocasião em que manifestou sua decisão de viajar ou de mandar seus filhos para os parentes do pai no Chaco, o que não coincidia com as expressões de Gabriel que “... *considera a Telefora incapaz emocionalmente de criar a sus hijos...*”. Pelo contrário, tanto suas irmãs quanto ela mesma conseguem vencer suas resistências e pedir ajuda onde consideram que serão atendidas.

Com o início do verão o assentamento se torna bastante intransitável. Os espaços familiares e os sociais encontram-se ocupados em sua maioria por jovens e crianças que se juntam num comércio com máquinas de jogos eletrônicos, venda de alimentos, guloseimas e bebidas alcoólicas, em frente da casa de Ofelia e Alberto ou do Salão de Uso Múltiplo, no que denominam o Piso. Escuta-se constantemente música num volume muito elevado, chamada “Cumbia Chaquenha” (muito parecida com o forró). É bastante comum encontrar homens alcoolizados e presenciar brigas com armas brancas (facas ou facões). Depois de cada saída assegurava-me de que alguém me acompanhasse até o ponto de ônibus. Geralmente é Alberto, Alfredo ou David, quando não são Alberto e Ofelia, com quem aproveitamos para conversar questões mais gerais relacionadas às famílias, às expectativas pessoais de “salidas laborales” ou sobre as atividades comunitárias desenvolvidas nas diferentes organizações. Na última sexta-feira, antes do Natal, as mulheres resolveram fazer uma reunião de despedida. Orlinda já havia viajado para passar as festas no Chaco, outro tanto fariam a maioria das pessoas do assentamento, entre eles a família de Ofelia e Alberto, que aproveitariam para levar as filhas de Alberto para a casa de seus avôs. Estabeleceu-se, por causa das viagens e o recesso escolar, suspender as atividades das Comissões e a Cooperativa até fevereiro do 2003.

Existiram, durante toda a experiência do trabalho de campo, diferentes espaços de observação privilegiada por estar em contato direto e compartilhando o lugar com as mulheres e os jovens. Estes espaços de trabalho se intensificaram durante o verão porque continuaram e se intensificaram as perseguições policiais, evidenciando as diferenças entre participações individuais e coletivas. O tema da participação implicava situações como os saques, a visão dos piquetes, a legalidade ou ilegalidade da intervenção destes movimentos urbanos que se converteram em “legais” em determinados contextos, e deixaram de sê-lo tornando-se delitos e passíveis de sanção em outros: “...*andan metidos en cosas raras...*” (roubos, consumo de álcool e/ou cola). Estas situações se tornaram visíveis por ocasião da apropriação dos benefícios dos Planos e sua utilização na procura de certa

autonomia, como o foi caso dos jovens da Cooperativa que aproveitavam “...*el tiempo de duración de los planes...*”, para fortalecer suas próprias organizações. Foi no trabalho com os jovens, como veremos mais adiante, que surgiu uma série de limitações e dificuldades de participação. Valores opostos à reciprocidade, que ordenam como valor interno e que fracassam em alguns espaços inclusivos, foram evidenciados no velório de Sergio - o filho de Mirta -, ou quando detiveram Alberto e Ofelia, através das declarações de Irma, Benjamín, Estefanía e Zulema, presentes na visão que dizem ter sobre os mais jovens.

Por oportunidade de uma viagem a Neuquén, decidi visitar informalmente a Ruca do bairro Centenario para tomar conhecimento das negociações de articulação sustentadas pelas Mulheres Mapuche¹⁵². Nesta ocasião, tomei contato - através de Arturo, Secretario General de ATEN (Associação de Trabalhadores da Educação de Neuquén) e ligado à CTA - com seu primo, Jorge Nahuel, um dirigente da Confederação Mapuche com quem nos encontramos em diferentes oportunidades e que se constituiu, de alguma maneira, no mentor de meu trabalho com “índios urbanos”. Por ser um período do ano em que a maioria dos índios urbanos regressa a seus lugares de origem por causa da ‘*veranada*’¹⁵³, não se realizavam cabo atividades na Ruca (casa). Surpreendeu-me a exuberância da construção, que se destaca das construções populares do bairro, e fui recebida por uma jovem Mapuche nascida em Neuquén, que me mostrou muito orgulhosa as instalações da casa que serve para oficinas de capacitação, albergue, salão de conferências, ensaios e reuniões. Maria me ofereceu material impresso das atividades desenvolvidas pelas mulheres Mapuche em Neuquén, a maioria voltada à educação e à qualificação das organizações indígenas urbanas e rurais, altamente politizadas, com diversas articulações com organizações indígenas de LA, entre elas o EZLN.

Até aqui tentamos demonstrar que as concepções universalistas de atributos e experiências femininas e masculinas não são plausíveis no contexto de uma rede de relações complexas e que, sem a habilidade de universalizar, o argumento essencialista não somente é difícil mas impossível de sustentar. Concordamos com L. Alcoff (op.cit:4) quando ele assinala que o laço-chave entre as feministas culturais é sua tendência a invocar concepções universalizadas de mulher e mãe de forma essencialista, adotando uma concepção homogênea, não problematizada e a-histórica da mulher. Não é necessário assumir uma influencia do pós-estruturalismo francês para dissentir do essencialismo. Está amplamente documentado que considerar inatas as diferenças de gênero em personalidade e caráter é, a esta altura, factual e filosoficamente impossível de defender. Existem tantas diversidades quantas

¹⁵² No *survey* de 2001 tinha feito contato com Renú e María Pichinhán, quando de sua participação dos piquetes e manifestações anteriores aos distúrbios de dezembro, em reclamação da falta de pagamento pelas regalias petrolíferas de Repsol em Neuquén.

¹⁵³ Época em que levam a pastar os animais na Cordilheira.

divisões de gêneros ocorrem em diferentes sociedades, e as diferenças que parecem ser universais podem ser explicadas de maneira não essencialista.

As crenças inatas femininas, comuns entre as feministas do século XIX, ressurgem entre as ativistas pacifistas na última década, respeitáveis como movimento de auto-afirmação, ainda que falhando em representar a variedade na vida das mulheres, promovendo esperanças não realistas, difíceis de satisfazer. A idéia aqui é a de que a oposição ao determinismo biológico baseia-se no fato de os sujeitos humanos estarem sobredeterminados, isto é, construídos, por um discurso social e/ou prática cultural. Temos pouca consciência de quem somos, pois como nos recordam Derrida e Foucault, as motivações e intenções individuais pouco contam no esquema da realidade social. Somos construções, somos corpos “totalmente marcados pela história”¹⁵⁴

3.4 Segunda Geração, a jovem geração

As medidas provisórias, tomadas pelo governo de transição, resolveram suspender os anteriores Programas Trabalhar por clientelismo partidário, fraude e excesso de burocracia em sua implementação. Ante o “caos e a desordem generalizada” implementam-se o Plano Chefe e Chefas de Família numa tentativa de política de “assistência” ou desenvolvimento social, que encobrem e servem como contenção dos conflitos e vêm, de alguma maneira, frear as mobilizações (piquetes, fechamentos de estradas, tomadas de supermercados, marchas e ocupação de espaços institucionais) por reivindicações sociais, largamente postergadas durante os últimos dez anos, nas quais os índios urbanos também têm participado. O contexto social encontra-se legitimado pelos descontentamentos e manifestações ante um vazio institucional que, por suas próprias modificações, muda e mexe com os princípios morais e religiosos. Considerando estes parâmetros, tentei aprofundar a idéia de imigrante de segunda geração: os jovens têm outros motivos para conhecer espaços de socialização mais amplos, tanto nos colégios secundários que estão fora do assentamento, quanto em outros espaços de conhecimento: a rua, os bailes, a música. Rosario é uma cidade com um movimento cultural diverso e acessível, com espetáculos ao ar livre e gratuitos, onde é ostensiva a presença dos jovens com os quais também me reuni e mantive acordos pontuais de participação.

Exemplos destes contatos podem ser: o acompanhamento de atividades por eles organizadas nas associações e a participação nos encontros de discussão por questões policiais, principalmente por causa da detenção desmedida dos jovens e da decretação de estado de sítio no assentamento. A necessidade dos jovens se manifestava no interesse de refletir sobre o comunitário diante das pressões impostas pelo contexto social de conflito, tanto no interior do grupo quanto frente à discriminação expressa de alguns dos membros das

¹⁵⁴ Vide: Michel Foucault, “Nietzsche, Genealogy, History”. Em *The Foucault Reader*, organizado por Paul Rabinow (New York: Pantheon, 1984).

associações dos bairros circundantes. Estes acordos foram demandados por considerar: “*vos que venís de afuera nos ayudás a mirar mejor lo que sucede, nosotros muchas veces no sabemos que hacer...*”. Estas experiências tiveram lugar dentro do processo de transformação política nas *villas*/assentamentos, situação que significou uma participação dos índios como um ator a mais entre aqueles que buscam uma melhor maneira de sobrevivência em situações adversas.

De acordo com as formulações de Cardoso de Oliveira (1968: 223), os membros da nova geração, embora tendam a escamotear sua etnia no meio “externo”, tendem também a fortalecer seu *ethos* tribal no “interno”, como técnica de sobrevivência ante situações adversas. A integração num sistema de classe parece ser possível ao equilibrar estes fatores, executados por uma minoria étnica em suas peculiares condições de existência. A ambivalência dos indígenas urbanos em processo de integração em uma sociedade de classes depende da ambigüidade de sua própria situação. A variabilidade de sua conduta é uma função do comportamento do outro (não-índio), o *Rogshe*, junto ao que surge a comunidade tribal reorganizada e fortalecida na cidade como um elemento mediador do contato interétnico, e também como uma substituição funcional à proteção do organismo de governo. Da tutela imposta de fora, passam a uma forma de autonomia como que “vinda de dentro”¹⁵⁵. Isto é o que permite uma contínua reformulação das idéias e das estratégias, para reorientá-los na situação interétnica.

Essa rede de relações estabelecidas ou restabelecidas no âmbito da comunidade indígena urbana passa a ser orientada por um sentido vigoroso de tribalismo, pela situação de minoria em que se encontram os Toba. No caso da Cooperativa, seu vice-presidente, Leonardo, em cada encontro de que participa, sempre faz referência às origens de sua família e ao Culto (destacando que no processo do trabalho se converteu em Pastor). É por isso que esta associação consegue manter seus objetivos e relações mais ou menos estabilizadas - como veremos mais adiante. Ao mesmo tempo, recebem uma doutrinação social no espaço doméstico - criado pelas lideranças culturais - o que é possível através do ensino da língua e das narrações de acontecimentos épicos ocorridos em outro âmbito geográfico, que a maioria não conhece e aprende como uma história idealizada de seu “povo” e de seu heróis da resistência, que dão nome às instituições que criam. A Escola do assentamento chama-se Taigoché, em homenagem a um desses heróis míticos. Os nomes das organizações e associações recebem seu nome em Toba e em referência ao Culto Evangélico.

Pastor Vicente “... *aquí hay una queja de que hay un solo doctor que atiende los golpeados, heridos, baleados ... la acusación es grave, tenemos que tomar alguna medida antes de que sea tarde... Así como ocurre acá es gente de afuera, nos tienen marcados! Están desagradecidos de nosotros que le pagamos (en referencia a los bolicheros que concentran la reunión de personas que entran a beber y luego, arman peleas con los vecinos, también tomados) ... Es equivocación de ellos, que apuntan acá.. se equivocan! se agarró con un señora (vecina de Empalme) que decía que los perros sarnosos son de los Toba! ... Cual problemita nos marcan. El nos conoce, tenemos cultura, lengua y costumbre*

¹⁵⁵ Numa conversa informal, e ao falar de educação bilíngüe e as diferenças com os colocações das professoras Mapuches, Ofelia pedia que lhe explicasse o termo “autonomia”.

... somos una cultura fuerte! Ellos querían la Vecinal, nosotros queríamos integrar la vecinal de ellos y no nos quisieron... fuimos acá a la de Arroyito y tampoco nos quisieron! Entonces hicimos nuestra propia Vecinal (la 19 de Abril) porque no nos quisieron integrar en ninguna! Somos nosotros los que estamos buscando camino...¹⁵⁶”.

Neste sentido temos mantido profundas e longas conversas com membros de diferentes idades e de diferentes filiações nas organizações que se geram no assentamento. Tivemos varias entrevistas com Erick, o filho de Ofelia, que em todo momento acompanhou as tentativas de reunião com seus colegas de grupo, que se encontram num processo de organização muito lento e difícil. Estes temas têm sido debatidos em diferentes oportunidades ao colaborar com a elaboração de uma nova proposta de Comissão visando à regularização das terras; principalmente na preparação das oficinas de capacitação para a Organização Novo Amanhecer junto a David e Ezequiel. Estas atividades foram retomadas durante as Jornadas que promoviam a organização das atividades das organizações do assentamento e que foram o resultado das assembléias por segurança no bairro.

Desta maneira, os membros da geração adulta, ajustados às pautas dos líderes e ao modo de proceder para ser incluídos no grupo de nacionalidade de que se tratar, ainda que não tenham consciência disso, *devem chegar a adquirir essa “consciência” mediante um processo análogo ao utilizado pelos grupos religiosos e provavelmente modelado de modo inconsciente sobre ele.* São induzidos a pensar que todos aqueles que pertencem a essa grande coletividade são essencialmente semelhantes entre si e diferentes de todos nela não incluídos e que, em conseqüência, devem de conduzir-se de modo amistoso com os demais membros da mesma. Do mesmo modo, são induzidos a crer que, enquanto membros dessa coletividade, compartilham com os demais membros do grupo um rico depósito dos mais importantes valores humanos e que é seu mais alto dever e seu maior interesse operar solidariamente sempre que estejam em jogo esses valores. É assim que se evidencia uma articulação de estratégias baseadas no intercâmbio de experiências e de condutas, proveniente de suas próprias vivências entre indígenas e não-indígenas, de acordo com os dados obtidos pelo censo de qualidade de vida.

As convocações da Prefeitura geralmente são recebidas através de Promoção Social da Unidade Descentralizada de Villa Hortensia. No entanto, por motivos que desconheço, algumas convocações são veiculadas através da Associação de Moradores do bairro Empalme Graneros, demonstrando como a Prefeitura continua desconsiderando a Vecinal 19 de Abril do assentamento, ao orientar seu trabalho no assentamento através de uma visão geográfica (do bairro) sem considerar os antecedentes históricos de enfrentamentos entre os vizinhos, os preconceitos e a variável étnica. Considero que isto não se deve a uma falta de conhecimento. É que a Prefeitura politicamente se contrapõe ao reconhecimento formal do assentamento por considerar que o bairro Municipal

¹⁵⁶ Em referência a quando começaram a se reagrupar os vizinhos nas Associações de Moradores, coincide com as enchesentes e as explícitas manifestações de discriminação por parte da Associação de Empalme Graneros. Começaram com a Cooperativa de Artesãos, junto ao Pastor Vicente, ao Sr. Fleitas e a Don Marcos Gómez. Com os *criollos*, quando a realocização, criam sua propia Associação numa articulação política de resistência.

de rua Rouillón, ou de Los Pumitas (diretamente vinculado à Igreja Católica, através da Opus Dei) é o único bairro Toba de Rosario. Destacamos que Ortolani é vereador pelo Partido Justicialista e que, segundo suas conveniências, inclui ou exclui os índios de suas reivindicações, por amplo poder político na Prefeitura e na Província. Isto ficou evidente por ocasião da realocação do dispensário. Mantido pelo Ministerio de Salud Pública da Província, situa-se sobre rua Juan José Passo e os trilhos, muito próximo à Vecinal de Empalme Graneros. Referimo-nos no caso que envolve um terreno “cedido” por acordos políticos com essa vecinal e que lhes teria sido “tirado” por ocasião da realocação do assentamento no bairro Municipal de Rouilón em 1992. Nestas circunstâncias, os índios procuraram sua ajuda, sem conseguir nenhum tipo de solidariedade ou gestão municipal para manter o dispensário no assentamento, construindo em seu lugar o campo de futebol do Clube La Gloria.

Assim, manifestam que no dia anterior chegaram a Supervisora da Zona de Salud, uma enfermeira e um agente de saúde e que começaram a embalar os pertences do dispensário para transportá-los ao Centro 17 - outro distrito de assistência de saúde mantido pela província. Ofelia, Alberto, Virginia e Maria impediram a transferência desses bens por considerá-los pertencentes à Comunidade, como o declararam na Delegacia, e os deixaram depositados no Salão de Usos Múltiplos da rua Almafuerce. Em verdade, eles “cercaram” às autoridades sanitárias, encerraram-nas no dispensário, e somente lhes permitiram sair quando chegaram a um acordo, depois que se somaram outros vizinhos ao “linchamento”. Posteriormente, quando se aprofundaram os conflitos, pelas contínuas invasões policiais ao bairro, a detenção de pessoas que circulavam pela zona e até a declaração do estado de sitio no assentamento, se resolveu utilizar o espaço para a construção de um posto policial da província de Santa Fe.

É necessário considerar que este tipo de atividades e decisões se produz no marco das tensões a que se encontram submetidos os dirigentes. O risco que subjaz provém de que muitas delas são adotadas de acordo com o que conseguem assegurar (ou legitimar) com o resto da Comunidade, ocorrendo resistência algumas vezes por se tratar de “soluções” imediatas e adotadas sem consulta. Isso diferenciaria o local do rural pelo tipo de políticas implementadas, uma vez que os organismos oficiais da província e da nação (OCASTAFE e INAI) mantêm-se numa política de neutralidade e distância. Seria o que Cardoso de Oliveira denomina diferenças de modalidades de contato na situação interétnica. Para proceder à análise também recorri neste caso às teorizações de Mayer (1980) e de Znaniecki (1944: 32) quando formulam a idéia de que um grupo de nacionalidade etnicamente diferente, com um passado comum e valores espirituais e materiais diferentes, se estende - depois de ser criada por um núcleo de lideranças - mediante a propaganda e a educação. Isso também nos tem permitido refletir sobre o papel que jogam, no interior das organizações do assentamento, as Igrejas Evangélicas - o que foi evidenciado durante todo o processo de acompanhamento da situação -, a mudança nos discursos dos funcionários e as ações institucionais veiculadas através dos cabos eleitorais no assentamento. O tema da rede de relações será retomado no próximo capítulo.

3. 5 “Los del Horno”

A primeira vez que falamos com Erick ele estava entusiasmado e animado com a possibilidade de que o ajudasse a organizar uma oficina sobre direitos indígenas, reclamando que “... *los mayores no les habian enseñado nada y nada les habian transmitido...*” (forma de exprimir seu desacordo com as atitudes de Ofelia e Alberto). Esta desacordo também foi esgrimido por Andrea, filha de Alberto, que manifesta seu interesse por “*hacer algo de manera diferente, estoy muy preocupada también por el consumo de cola de carpintero de los pibitos muy chicos, esto no es de su edad...*”. Erick manifesta sua insatisfação com as políticas adotadas pelos mais velhos e pelos de sua própria geração. Seu amigo Adam, através do PC, tinha conseguido uma bolsa para estudar Medicina em Cuba, e manifestava ante o fato, que não tinha vontade de lhe responder, pois considerava uma traição sua atitude de ir embora no meio de todo o tumulto de dezembro do 2001. Para Eric, Adam tinha se afastado somente.

“... los otros jovenes de la Cooperativa también me han cagado, porque consiguieron un subsidio de la Municipalidad (\$100 para cada uno) con la idea de hacer un comedor para los fines de semana, pero ellos se han llevado todo y no conseguimos continuar...”

Foi então que tomou conhecimento de algumas estatísticas publicadas em investigações, que de algum modo nos aproximaram. Soube, mais tarde, através de declarações de Miguel, Leonardo e Gustavo, que efetivamente haviam solicitado à Prefeitura o subsídio para merendas escolares através da Cooperativa, numa tentativa de integrar as atividades de “Los Chicos de la Bolsita”. Na reunião posterior, conversamos a respeito de minha participação, sobretudo através de um levantamento de dados, de registros, de histórias e de experiências. Combinamos de nos reunir com os Meninos do Forno, no salão próximo ao de uso comunitário, que estavam acondicionando, melhorando, fechando alguns buracos e pintando as paredes com novos murais realizados com desenhos extraídos de uma antiga publicação da revista *Crisis*, da Editora Abril dos anos setenta. No encontro seguinte, chegaram outros jovens, mais novos do que Erick, que no início adotaram uma atitude agressiva comigo, puxavam minha bolsa, pegavam cigarros sem pedir licença, e um deles, com as mãos sujas de pintura, tomou meu gravador e começou a fazer piadas. Custou-me tempo estabelecer o diálogo, tratei de explicar o que conversara com Erick e finalmente, consegui que cada um se apresentasse, dizendo idade, lugar de nascimento e tempo de permanência no assentamento:

- Erick, 22 anos, nasceu em Pampa del Indio, faz 10 anos que mora em Rosario e não completou o curso secundário;
- Oscar, 16 anos, faz bicos, veio de Machagai e completou 7^a. série na Escola Taigoché;
- César, 18 anos, oriundo de Saenz Peña, veio faz 8 ou 9 anos com sua mãe e sua irmã;

- José Ariel, 17 anos, morou em Avellaneda, Província de Buenos Aires e completou 6^a. série;
- Sergio, 18 anos, faz 4 anos que veio de Resistencia, morava em Villa Prosperidad.
- Víctor, 17 anos, nasceu em Fontana, Resistencia, veio faz 12 anos a Rosario e estudou na Escola Juan Diego. Ele me explicou que é uma escola dependente do Colégio San José (Salesianos), dependente do Colégio Paulo VI: “...esta es la escuela pobre de ese colegio, y te tienen cagando...”;
- Víctor, 15 anos, de Saenz Peña, completou a 9^a série no Colégio Juan Diego;
- Elio, 19 anos, tem o Primário completa;
- Gerardo tem 17 anos, nasceu no assentamento e completou a 7^o série na Escola Taigoché.

Finalmente, chegou uma amiga de Erick que se apresentou como Ana, de 21 anos, nascida em Rosário. Ela não é Toba nem roghé e faz 6 anos que “... colabora con los chicos, se está construyendo un ranchito en el asentamento e su novio Toba está preso...” Conversamos sobre as atividades que tinham interesse em desenvolver e comentaram, em meio a piadas, sua preocupação sobre o uso de *marihuana* e de “*las bolsitas*”... - depois me informaram que quando não tem cola cheiram gasolina ou querosene, que eles o que queriam era dinheiro... Expliquei quais seriam meus limites para poder participar de seus encontros e lhes pedi, ante o “estado alterado” de alguns deles, que, por favor, quando se reunissem comigo não consumissem “*nada*...” Finalmente, me pediram que lhes levasse uma bomba, erva e farinha para o próximo encontro.

No segundo encontro, estranhei a ausência de Erick e notei que a maioria estava drogada. Um deles foi procurar Erick e enquanto preparavam mate, alguns se retiraram, evidentemente porque estavam “viajando”...¹⁵⁷. Não fiz nenhum tipo de comentário, enquanto com o resto tentamos manter uma conversa sobre a recuperação das lendas sobre Taigoché ou sobre pessoas de reconhecida participação no Movimento Indígena do Chaco. Esta foi minha única tentativa de trabalhar com estes jovens, conhecidos como os “Chicos del Horno” ou “de la Bolsita”. Resolvi tentar uma nova aproximação em outro lugar, assim o comentei com Eric, que disse entender minha situação.

¹⁵⁷ É preciso perceber que estão cada vez mais violentos, os adolescentes de 2003 não são os meninos com quem trabalhei na década de 80/90. As condições estão mais duras para eles sobreviverem dentro e fora do assentamento. Não é somente a humilhação perante a ação da Polícia, que vai transformando o adolescente, de fato, na personagem que a gente supõe que ele seja. Eu sou adepta da dignidade humana. Não é possível nenhuma neutralidade, nenhuma convivência com qualquer forma de violência, física ou psíquica. Mas penso que se estes adolescentes cometerem uma infração devem ser responsabilizados. Para conseguir tratá-los, é necessário estabelecer limites muito claros, adultos que saibam lidar com a questão da autoridade, que tenham manejo dos grupos, controle sobre eles.

3.6 Cooperativa de trabalho (“La Cooperativa de los Barreto”)

Foi através de Gustavo, estudante do curso de Antropologia, que tomei contato com os jovens da Associação Novo Amanhecer e da Cooperativa de Trabalho, após compartilhar uma atividade de distribuição de chocolate e guloseimas, por causa do Dia da Criança no campo de futebol. Naquela ocasião reencontrei os jovens e mulheres da Associação de Moradores 19 de Abril (liderada por Fleitas, tio de Ofelia) e comentamos alguns fatos do assentamento. A primeira conversa informal com Gustavo foi em sua casa. Falamos das minhas limitações pessoais para estabelecer um diálogo com os “Chicos del Horno”, coincidindo com algumas de suas tentativas infrutíferas para incorporá-los. Estes jovens estavam “realmente muito mal e (que) isto o tinha levado a desistir por considerar bastante difícil de resolver” [o problema dos vícios]. Tinha trabalhado na Escola Taigoché numa experiência pedagógica e mais tarde participou das atividades da Cooperativa junto a Miguel e Leonardo.

A maioria das vezes que chegava ao assentamento entrava pela Avenida de la Travesía, por considerá-la mais segura dado o descontrole policial, e passava diante da construção de um salão nela situado. No caminho do “Piso”, observava as diferentes pessoas colocando portas e janelas, preparando a argamassa. Quando a obra estava sendo finalizada, colocaram um cartaz da Prefeitura de Rosario. Finalmente, um dia aproveitei a presença de Benjamín - marido de Irma e Presidente da Cooperadora da Escola Taigoché - para me deter no lugar. Fui recebida por Franco, o Tesoureiro da Cooperativa, e enquanto aguardamos a chegada de Miguel, ele me falou de seu trabalho no sopão durante os finais de semana junto aos beneficiários do Plano Chefes e Chefas de Família. Franco mostrou-me as dependências da construção quase finalizada e que conta com: um salão pequeno de reuniões com uma mesa, cadeiras e uma biblioteca, composta, em sua maioria, por material didático e livros infantis; outro salão contíguo, menor, onde funciona um consultório médico de atenção primária nas sextas-feiras, instalado com uma maca, uma caixa de primeiros socorros e uma piazinha junto a um computador; comunicando com o salão principal existe uma construção inacabada que utilizam para cozinhar e que conta com uma janela gradeada através da qual entregam o prato de comida. Além disso, está prevista a construção de um salão maior para poderem oferecer a comida no próprio lugar (até hoje continua como projeto, a pesar de terem comprado o prédio da igreja do pastor Benitez).

Tudo isto tem sido construído pelos vizinhos - beneficiários dos planos do governo - radicados neste setor do assentamento denominado “... *el sector de los Barreto o de los criollos...*”, por estar ocupado em sua maioria por membros desta família de Saenz Peña. No caso de Leonardo e seu pai, ambos vieram de Reconquista, que fica ao norte da Província de Santa Fe e de onde

posteriormente migraram para Presidente Roque Saenz Pena, no Chaco¹⁵⁸. Sempre que Miguel ou Leonardo refere-se a Gustavo ressalta sua participação como membro da cooperativa e “*como uno más de nosotros...*” Quando chegou Miguel, Presidente da Cooperativa, começou um interessante diálogo sobre o que ele pensava das oportunidades desta Cooperativa. Assinalou que inicialmente tinha sido pensada como cooperativa de trabalho, mas que diante das dificuldades enfrentadas para consegui-lo, tinha se transformado num Centro de qualificação. Seu interesse estava centrado em aproveitar os subsídios para projetar cursos de qualificação e atividades, como a que organizaram no Dia da Criança, no campo de futebol. Miguel considera que a existência de subsídios, administrados pela Prefeitura e coordenados por eles, oferece uma oportunidade para fortalecer a organização interna do assentamento.

Mostraram-se interessados em conhecer as atividades que eu estava desenvolvendo com as mulheres e em articular o trabalho de maneira conjunta, entre as diferentes organizações do lugar. Miguel cursa o terceiro nível numa Escola próxima ao assentamento, junto com Leonardo e David (filho do pastor Vicente), que conheço de criança e com quem compartilhei diferentes atividades através da Secretaria de Promoção Social da Prefeitura e da Província. Mostrou-me alguns documentos elaborados até o momento, e uma proposta da Granja Educativa, que vincula os dois colégios (Juan Diego e Taigoché). Este projeto propõe que as crianças desenvolvam trabalhos de horta, orientados por pessoas que estejam trabalhando de maneira coletiva, principalmente com Carlos Sosa e sua senhora, e com Vicente González. Por intermédio da Cooperativa, receberam a comunicação do Sr. Antonio Latuada e de “Lucho” - capacitador do Centro Comunitário 17 de Agosto - que lhes ofereceram qualificação, ferramentas e sementes, através da Secretaria de Promoção Social, para realizar tarefas conjuntas com o apoio dos “*huerteros*” do assentamento Toba¹⁵⁹. Convidaram-me para participar da reunião da oficina para implementar este projeto. Além disso, solicitaram os detalhes da instrumentação do Censo e manifestaram interesse em participar por considerá-lo uma “ferramenta de trabalho” para as tarefas internas do assentamento. Estes jovens Toba assinalaram suas tentativas de trabalhar com os “Chicos del Horno” e a necessidade de aprofundar sua incorporação em tarefas conjuntas.

¹⁵⁸ Respondendo a uma pergunta minha, Leonardo diz que tem uma avó Vilela - povo do norte santafezino do qual tentam estabelecer os remanescentes, através de Pablo e outros lingüistas da UBA, segundo me informara Ofelia, que participou de uma visita a Reconquista depois da convocação da Assembléia, acompanhando a uma lingüista indigenista da UBA interessada em “recuperar” a história e a língua do Povo Vilela. Segundo estes investigadores, os Mocovi e os Toba seriam um desprendimento “altamente mestiçado” que estaria em “vias de extinção...” Este tema tem suscitado o interesse de Ofelia de maneira muito particular. Ela me contou sua emoção de recuperar histórias junto às anciãs e comentou como é diferente esta língua da Toba e aproveita para refletir sobre a existência o não, do que denominam “dialetos ou variações regionais”.

¹⁵⁹ Convocaram para participar do Encontro de Organizações Sociais de Rosario – Construindo Redes, a ser realizado no Centro Cultural Bernardino Rivadavia. Convidaram para aquele encontro Miguel Zamarrini, Secretário de Promoção Social desde dezembro de 2001, através do Presidente da Associação de Moradores de Empalme Graneros, Sr. Ortolani (encontro no qual participaram junto à Comissão de Mulheres).

Na ocasião de acompanhar a implementação da oficina sobre a Granja Educativa, trabalhamos junto a quinze pessoas entre as quais destacam-se: Lilita Pino, Diretora da Escola Taigoché; o Sr. Carlos, representante da Prefeitura de Rosario; Juan Carlos Bensuley¹⁶⁰, pela Associação Verde América; uma advogada e duas assistentes de saúde do dispensário, entre outros vizinhos do assentamento. Tratou-se de dar à reunião na Cooperativa o caráter de um espaço de debate e discussão sobre as características de funcionamento da Granja Educativa. Terminada a reunião, conversamos com Miguel e Leonardo - com quem já tínhamos realizado atividades em 1998, durante as ameaças de leilão das terras. Ambos comentaram que o resultado desta reunião tinha excedido suas expectativas e que se sentiam orgulhosos desta “oficina sem precedentes” e surpresos pela presença e a participação dos assistentes. Confirmaram sua colaboração com o censo indígena e concordamos quanto à necessidade de haver maior inter-relação entre as atividades da Cooperativa e as da Associação (a que chamam de “a associação de Ofelia”) visando a elaboração conjunta de uma oficina sobre Direitos Indígenas dos Jovens e das Mulheres.

Por ocasião de uma reunião realizada conjuntamente com os membros da Associação Novo Amanhecer, Miguel falou sobre seu interesse em criar uma comissão junto às Mulheres que estão colaborando na cozinha. Referem-se às “voluntárias” ou cozinheiras que prestam serviço pelo subsídio do Chefes e Chefas de Família: *“... nosotros las instaremos a tomar un compromiso con la Comunidad y que quede en el Acta. También las mujeres nos dan un informe de la iniciativa de formar una subcomisión de costurero que funcione lunes, miércoles y viernes...”*

Leonardo: *“... esperamos críticas de nuestro trabajo, de nuestra práctica, por temor a ofendernos nadie nos dice lo que ve, puede ayudarnos la vista de afuera, nos beneficia la crítica constructiva como gran interés. Para mejorar la organización que nos damos no es por mal, ni por falta de experiencia o capacidad... al mirarnos desde adentro no podemos vernos. Nosotros estamos pensando en la “publicidad o marketing” de lo que hacemos. Publicar la organización y las actividades, buscamos información y medios. Hace dos años que comenzamos y podemos utilizar los medios... tratando de mejorar la calidad de la atención...”*

Leonardo é o Vice-presidente da Cooperativa e parente dos Saravia - crentes e praticantes da religião evangélica. Tomei conhecimento de que seu pai e avô seriam de origem Vilela, que originalmente habitaram no norte da província de Santa Fe e foram “pressionados” a migrar ao Chaco e a morar em Saenz Peña, onde Leonardo começou a escola Primária, radicando-se mais tarde em Rosario, onde completou a escola Primária na Escola Taigoché. Mostra-se interessado em completar o colégio secundário num EMPA (supletivo noturno para adultos). Durante o processo de seu trabalho, foi promovido a pastor evangélico suplente. Miguel, por sua vez, estabelece uma diferença entre seu

¹⁶⁰ Conheci este assessor da senadora Roxana Latorre, em atividades junto à Associação Qom Lasherolqá, nas dependências da Direção de Assuntos Indígenas da Província, pouco tempo depois, no jornal *La Capital* de 29.06.03, apareceu como novo “Presidente da Liga da Moral e da Decência”, vinculada à “Pátria, Família e Propriedade”, que atuou durante a última ditadura militar.

trabalho e das ONGs, Associações Cívicas e as organizações sociais da Prefeitura que dependem da Secretaria de Promoção Social da Prefeitura,

"... se produjo un cambio a partir de 'los hechos de diciembre'... según expresiones de funcionarios, 'ellos' no sabían muy bien qué hacer, comenzaron a ofrecerles ayuda con la copa de leche y los comedores, dándoles oportunidades de asistencia..."

Miguel também assinala seu interesse no que chama de *"convenio internacional de organizaciones indígenas"*, e oferece como exemplo o caso da Cooperativa Mocovi de Rouillón (ali os membros da Cooperativa têm parentes Mocovi, a família Baez, que mora no bairro Municipal de Rouillón). Posteriormente, ao se referir ao funcionamento da cozinha, Miguel dirá: *"... las cocineras hay que enseñarles en que se ayuden, porque hay que fomentar en que se ayuden porque sino, se hace poder y después surge el chismerío... Es difícil trabajar con las mujeres..."* (risos e bromas a respeito de meu trabalho com eles, majoritariamente homens jovens).

Leonardo: *"... quién va a coordinar las tareas de las mujeres el Sábado? No es que se hace cargo una, que va a buscar la mercadería y coordinar el trabajo, sino está una, está otra... No se puede hacer cargo una, porque si falta lo puede hacer otra, y así ... tenemos que hacer todo junto..."*

Miguel: *"... rescatar la experiencia del tema del comedor..."*

Na medida em que chegam, os outros membros se apresentam:

- Miguel tem 2 filhos, é de Saenz Peña, onde completou o primário e o secundário numa escola comum e veio para o assentamento de Rosario em 1994/95. Está estudando Professorado de Magistério e também completou cursos de Informática, qualificação em Oratória e Cooperativismo.
- Leonardo tem 29 anos, é de Saenz Peña, veio com a família de seu pai em 1991, completou 7^o série e tem 6 filhos.
- Juan Carlos, Tesoureiro da Cooperativa, 33 anos, oriundo de Presidencia Roque Saenz Peña, chegou ao assentamento em 1981, tem 3 filhos e é alfabetizado.
- Roberto, sócio da Cooperativa, 25 anos, de Presidencia Roque Saenz Peña, chegou em 1991, estudou até a 4a. série e tem 5 filhos.
- Miguel Ángel, fez até a 4^a série, é de Saenz Peña, veio em 1993, tem 4 filhos.
- Juan Luis, 22 anos, é de Colonia Alelais, Tres Isletas, Chaco; completou até 3^a série, veio a Rosario aos 8 anos e tem 4 filhos.
- Franciso tem 52 anos, é de Saenz Peña, veio em 1994/95, completou até a 4^a série, tem uma filha.

Comentaram que o Programa Família - que também dependia de Desarrollo Social da Nação - tinha como requisito constatar que se tratava de mães grávidas ou com crianças (caso de Zulema) e que a contrapartida efetuava-se através da Secretaria de Saúde (controle médico pré-natal e vacinação) e a Secretaria de Educação (mandar as crianças à escola). A remuneração era de \$100, e \$25 por cada filho; o limite era 4 filhos e pagava-se no máximo \$200.

(“... Imagínate en el caso de los Toba que nos gusta tener muchos hijos, eso no se adecuaba a nuestras expectativas...”) No dia 21 de dezembro saíram os resultados de um censo prévio de Instrução Social, implementado pela Prefeitura para os que ficaram fora do Programa Chefes e Chefas de Família. A Cooperativa foi selecionada como Centro de Instrução e Acompanhamento.

- Miguel: “... la Cooperativa fue calificada por los buenos antecedentes de rendición (de cuentas a los organismos) y contactos Municipales. Muchas cosas surgen como expectativa y tomamos con cautela ... no podemos dar respuesta a todas las demandas y son muchas, vos ya viste... Mañana se resuelve el rol del cartero o notificador, sin otra función que la de notificar a los beneficiarios. La Cooperativa recibirá los cheques para cada familia cobrar en el Banco La Nación, mañana podemos tener una reunión con los vecinos para diferenciar las cuestiones político-partidarias: centro de gestión y mediador, con los técnicos representantes del gobierno...”.

- Leonardo: “... creemos que son 300 familias... los hijos mayores de 16 a 18 años no concurren a la escuela, graves problemas de adicción y no sabemos como tratar este problema, precisamos de asesoramiento...” O tema dos vícios - basicamente de álcool e cola - foi retomado mais tarde com Leonardo que, por ser jovem e ocupar um lugar de liderança dentro da Igreja Evangélica, permitiui-me refletir sobre esta questão. A esse respeito Leonardo manifestava que:

“... La respuesta pragmática que los Pastores dan a este tema no resuelve en mucho, pues pasa al ámbito individual y no sirve explicar “qué es el demonio”... los chicos se dan con pegamento para no sentir hambre, y las madres les dan para no escucharlos llorar, es desesperante sobre el tema de los pibes que halan pegamento (poxiram) están entre los 7 y 12 años, les llamamos “los bolseros o chicos de las bolsitas...” no sabemos qué hacer, ni a quién recurrir, nadie quiere tomar este tema y los médicos nuestros (pioganak) o los pastores, no saben cómo tratarlo o prefieren considerarlo “cosas del mal...”. me parte el corazón y pienso qué haría si se tratara de un hijo mío... Las Iglesias tienen un centro de internación y rehabilitación en Paraná pero ninguna madre suelta al pibe, porque sabe... o tiene miedo, que no se lo devuelvan...” (parecido com o que acontece com Mirta e Telefora, em relação a seus filhos).

A atividade foi retomada depois da experiência de consultas no Centro de Saúde Juan B. Justo com a enfermeira Carina, o psicólogo Gabriel e o Diretor do Centro de Saúde, Jorge. Participei de diversas atividades junto às organizações internas do assentamento. Entre as primeiras, foram discutidos o cuidado com a saúde e a prevenção de doenças transmissíveis; posteriormente, as atividades centraram-se no tema do vícios de álcool e cola por parte dos mais jovens, problema bastante generalizado e visível naquele momento pelas conseqüências que acarretava para o assentamento. Aproveitamos um encontro na sede da Cooperativa convocado para discutir a possibilidade de implementar um serviço de odontologia no mesmo lugar - numa divisão interna do consultório que estava em construção -, para falar tanto da possibilidade de “conseguir financiamento ” para a edificação de uma Cooperativa, quanto a de obter, através da UNR, uma cadeira da Faculdade de Odontologia.

As Mulheres na Cooperativa de trabalho Limitada

Diante da proposta de Leonardo, resolvi participar de uma reunião com as senhoras que colaboram no funcionamento do sopão da Cooperativa, cozinhando, limpando e alfabetizando como voluntária. Encontravam-se: Ofelia Baez, que tem o cargo de Presidenta; Analía, como Secretaria; Maria Elena Barreto, a Tesoureira e outras duas mulheres, que se apresentaram como Vocais.

- Mirta Rodriguez dizia: *“... empecé en la Cooperativa, ya en Saenz Peña participé de un taller en artesanías, tejido, dibujo y costura .. eramos unidas y trabajábamos todas juntas...”*
- Maria Elena: *“... una vez con Analía juntamos \$20 y compramos tela a \$ 3,50 el metro. y elástico. Hicimos dos pantalones short para vender a \$ 1 cadao y asé perdimos...No sé si Analía consiguió vender más caro, porque no vino más, la Presidente casi no viene...”*
- Ofelia Baez: *“nos reunimos y comenzamos un costurero, luego conseguimos las máquinas, se rompieron y ahí quedaron, solo funcionaron dos semanas y no sirvieron más ...”*
- Maria Elena: *“... lo que pasa si la Presidente no viene, nosotros no sabemos qué hacer... no es como la Irma, ella no viene y nosotros? ... La Irma dice lo que hay que hacer, cose y borda, enseña a las otras a hacer cositas, tejido esas bolsas y todo..”*

Depois desta conversa informal chegou a mercadoria para o sopão e começaram a descarregá-la, fiscalizá-la, e perguntei qual a origem dessas doações; as mulheres começaram a se retirar e prometeram uma próxima reunião com a presença de todas as participantes nas tarefas. Na realidade, esta tinha sido uma tentativa frustrada de Leonardo para organizar as mulheres em tarefas comunitárias, já que elas não estavam assistindo às assembléias e reuniões de bairros, delegando sua participação a Leonardo ou Miguel. Terminada esta atividade, conversamos com Leonardo que comentou que os fundos provinham de uma doação efetuada pelo PC Italiano; convidou-me, então, a participar de uma reunião com uma ONG italiana que estaria prometendo financiamento para as tarefas da Cooperativa. Em Rosario, a Comunidade Italiana é a mais numerosa, e nestes tempos de crise, as diferentes agências internacionais estavam subsidiando projetos de desenvolvimento comunitário.

Eugenia foi apresentada como membro da Comissão da Agência Italiana de Ajuda Comunitária à Cooperativa, com sede em Córdoba. Aparentemente, esta agência de fomento cooperativo tem suas raízes no PC Italiano. Discutiu-se a possibilidade de mostrar a Eugenia um vídeo das atividades da Cooperativa. Surgiu um comentário relacionado a um encontro anterior que ocorreu em Córdoba do qual participaram: Gustavo e Pipo, junto a Darío - do Serviço Social da Prefeitura. Por ocasião de uma nova reunião na Cooperativa da qual participei, realizou-se uma espécie de balanço das atividades desenvolvidas durante o ano e se indicou a suspensão das atividades até fevereiro ou março do ano seguinte. Acertamos que durante a semana seguinte acompanharia uma reunião na Cooperativa que seria realizada com algumas pessoas que

tinham solicitado uma entrevista e queriam que escutassem as propostas. Começou, assim, a se configurar entre os jovens a necessidade de uma escuta atenta externa às brigas e disputas por liderança, uma demanda de atenção e análise que os ajudasse a pensar e situar os mediadores. Estávamos reunidos na Cooperativa com a presença de quase a todos os seis membros, quando chegaram duas pessoas em um carro e se apresentaram como “membros da UBASO”; mostraram umas pastas de trabalho com fotografias de moradias simples e de chalés, apresentando-se como mediadores entre as empresas, o governo e os futuros moradores.

- *“... soy peronista adherido al proyecto de las bases que son la dignidad del hombre y la justicia social, que adhiere a los principios justicialistas que aprendimos de Perón. El costo de la vivienda está en \$ 8.000.= nosotros las vendemos a estas de mejor calidad por \$ 10.000.= pero, no vas a comparar...! (se refiere a la Municipalidad)... después dicen que son socialistas... no les dan un mango más! Por eso van a veranear a Punta del Este? Tenemos que romper ésto, viejo... los concejales tiene que ser ad-honorem, tenemos que acabar y comenzar a apretar un poco... Nosotros no estamos en contra de las marchas... y contra-marchas... a la propuesta le oponemos una otra propuesta... si sacaran un mínimo de las propuestas por las que van. Nosotros le damos una solución, volver a una cultura del trabajo, que tengan una escuela, un centro de salud...”*

Ao ser consultado sobre o lugar ou bairro em que foram construídas aquelas moradias, sobre o lugar em que mora e a localização da fábrica que diz ter, respondeu visivelmente incomodado:

• *“... Yo vivo en Cassiano Casas (una villa próxima que tiene los peores antecedentes de delitos de corrupción, es base del tráfico de drogas y de armas) ... la gente tiene que salir a las 4hs. de la mañana para llegar a la Plaza Alberdi, esto se tiene que acabar...! Ud. Me tiene que citar por nota, como dice UBASO, no fue porque quería 50.000\$ “de cometa” (comisión por la licitación de obras de la Municipalidad y en referencia a un supuesto concejal, que según pude informarme estipulan comisión más alta que en la provincia). Primero hice las viviendas y después conversamos cuánto es que te llevás ... No le pedimos un mango a nadie!... Pero aclare quienes son Travesiano y yo, tengo un aserradero, vivo de mi trabajo“... Los proyectos se pueden dirigir a la Provincia o a la Nación y uds. si quieren, pueden presentar este proyecto... Ya va a salir en los diarios, aprovechen para que se haga en la medida que lo aprueben uds. Nos lo piden así, ya hay un proyecto terminado... No, uds, nos piden las bases y nosotros lo hacemos, le hacemos la presentación del proyecto... Ahora se viene las elecciones y empiezan a aparecer...”*

Depois que aquelas pessoas se retiraram, ficamos conversando com os jovens, quem manifestaram seu cansaço com a chegada daqueles “pára-quedistas” (mesmo termo utilizado pelos Mapuches ao se referirem aos diferentes agentes mediadores que aparecem nas associações indígenas), sua indignação com o fato de que figuras como aquelas continuem enganando as pessoas que podem fazer algo, porque “lucram com a necessidade” e com a ignorância dos que estão desesperados em busca de uma saída, e que muitas vezes, por ingenuidade, terminam aceitando aquele tipo de “solução”. Leonardo dizia que essas figuras tinham convencido aos mais velhos a seguir aquele caminho, que aquela era a origem do mal-estar das populações indígenas de Rosario e do Chaco, e por isso, eles “no se metían con políticos...” (*sic*).

Tomando em seu conjunto as diferentes organizações do bairro com as quais compartilhei atividades, poderíamos diferenciar as formas de interpretar as atividades que se organizam em cada instituição, considerando o que Mayer considera “quase grupos”¹⁶¹:

1. As atividades como prestação de um serviço

Nestas organizações, a tomada de decisões costuma ser unilateral, à custa do coletivo que congrega a organização, caracterizada por práticas verticalistas e de um marcado personalismo, o que coloca a população numa posição dependente e subordinada. Quanto ao papel da instituição, a assistência alimentar desenvolve-se como prestação de um serviço que pode ou não estar acompanhado de outras atividades. Se considerarmos as instituições diferenciadas das que são de origem religiosa, nas quais os entrevistados realizam seu trabalho sob a forma de um voluntariado, o resto dos entrevistados refere-se ao espaço do qual fazem parte através do uso de nomes próprios (o sopão de Fleitas, a CCC da Blanca, o sopão dos Chicos del Horno, a Associação Lasherolqá da Ofelia, a Igreja do Pastor Tal, etc...). Assim, entre as instituições, nas quais a “predisposição solidária” aparece como fator explicativo principal, a atividade assistencial redundava numa perspectiva similar à da beneficência e o fim último aparece enunciado como a busca de certa satisfação/reconhecimento pessoal (reparando em sua tarefa com religiosidade). Ao reconhecer nestas instituições práticas verticalistas, afirmamos que predominam a gestão individual e a tendência a uma negociação distante dos mecanismos de pressão coletivos, pelos quais, e sob estes personalismos, os esforços orientam-se a administrar de maneira discricional a agenda de contatos (pessoas, autoridades e instituições) a que poderia se recorrer para solicitar um aporte de interesse. Os entrevistados não estariam dispostos a abdicar da centralidade que ocupam na condução do rumo da organização e, por isso, dificilmente atribuem aos membros da população beneficiária tarefas que não sejam subordinadas, de escassa autonomia e repercussão na tomada de decisões. Possivelmente, foram estas as razões que produziram a separação da Associação de Mulheres, de maneira diferenciada e com características autogestionárias.

2. As atividades como auto-organização da população

Os entrevistados insistem permanentemente sobre certa preocupação por gerar sentimentos de pertença e apropriação do espaço que constitui a associação. Assim, estas organizações caracterizam-se por uma estrutura de tomada plural de decisões. As práticas são assembleístas e tendem a uma horizontalidade que incentiva a participação e o debate. No entanto, o discurso dos entrevistados confirma que nunca se anula o papel ou a referência do responsável. De todas formas, diferentemente das organizações anteriores, as relações são de maior reciprocidade e as hierarquias costumam se estabelecer

¹⁶¹ Refero-me a os conceitos de grupo e associação, como série de membros que mantém algum tipo de interação prevista, ainda que não estejam sujeitos entre eles a direitos e obrigações. Os quase- grupos interativos, como conjunto de pessoas em interação. A. C. Mayer “La importancia de los cuasi-grupos en estudio de las Sociedades Complejas” In: Banton, M. (1980) comp. “Antropología social de las sociedades complejas” Alianza Ed. Madrid.

em função da série de participação e compromisso com as atividades da instituição. Estas organizações fomentam e projetam microempreendimentos (postos de venda de artesanatos nas feiras, elaboração e venda de pão e massa para pizzas). Desta maneira, e segundo advertem seus participantes, enquanto se favorece a sustentação da organização, alguns de seus membros encontram uma ocupação. Tais empreendimentos de trabalho costumam constituir um elemento prioritário da atividade institucional e se desenvolve no marco do que os entrevistados explicam como auto-organização da população. Trata-se de uma organização interna capaz de gerar recursos para dar resposta às necessidades do coletivo.

Nestes termos, a capacidade de exercer pressão ante as autoridades governamentais encarregadas de administrar e fixar o destino da ajuda estatal aos setores carentes e socialmente vulneráveis emerge como outra fonte de recursos. Por tal motivo, os níveis de participação e compromisso (assistência) com as mobilizações reivindicatórias vinculam-se aos mecanismos internos de distribuição dos recursos. Subdividem-se entre instituições que integram instâncias políticas mais amplas (por exemplo, a Central de Trabajadores Argentinos ou os Sindicatos de Profesores –AMSAFE, etc.) e instituições que não pertencem a outras estruturas. Não obstante, e mais além desta disparidade, estes entrevistados colocam como objetivo da instituição que representam: organizar e conscientizar politicamente a população. Todas as organizações tendem a desenvolver uma ação reivindicatória concernente às diferentes problemáticas sociais como o trabalho, a moradia, a educação ou a saúde; a mobilização de rua e a autogestão de projetos produtivos com critérios autogestionários de organização e autonomia, que apresentam traços similares aos que, num processo mais amplo, sustentam os movimentos indigenistas em suas diferentes versões e manifestações.

3. Grupo vinculado à política mas não militante

Manifesta-se contrário a mobilizações, que apresenta como “*formas de utilizar a la gente*” porque, tomando as necessidades objetivas das pessoas, que as impulsionam utilizam métodos clientelísticos e encobrem o interesse de acumulação política. Possui uma relação instrumental com os partidos políticos que se manifesta através dos recursos. Para estas organizações, nas quais o fim último do entrevistado revela-se ligado à busca de algum rendimento político, a participação política se detém como atividade diferenciada, formalmente não vinculada aos objetivos da organização, existindo instituições nas quais as conexões políticas não declaradas somente puderam ser conhecidas revendo suas fontes de recurso e financiamento. Assim, o assentamento aparece como o espaço natural de ação e organização, converte-se no lugar da interação entre diferentes atores e organizações de base e ONGs, a militância social-territorial se reveste de novas dimensões, as associações unem-se num leque heterogêneo que reúne a outras organizações provenientes de diferentes horizontes políticos. Começam a incluir setores e problemas diferentes e abrangem a problemática já não somente de ajuda alimentar mas também do assentamento, dos ocupantes e dos novos migrantes, dos índios, dos mestiços e dos *criollos*, da saúde, da educação e do emprego. Poderia se dizer que a formação e o fortalecimento de um ator

coletivo, como experiência transita novos caminhos, possivelmente requeira a constituição de hábitos e identificações mais complexas que o processo de agregação participativa. As organizações comunitárias emergem como uma mediação estatal da distribuição de recursos e, neste papel, os princípios de ação baseados na autonomia e o no questionamento das práticas clientelísticas têm um alcance difícil de precisar no curto e meio prazo. Somente o tempo dará conta de sua transcendência e destino.

Os agrupamentos que tratamos de compreender não respondem a tipos puros, antes se definem pela relação estabelecida entre as dimensões políticas e os diferentes modos de intervenção e organização interna. Pode-se perceber que seus membros perambulam e transitam pelas diferentes organizações, da mesma maneira que mudam de pastores entre as cinco igrejas que funcionam no assentamento, e segundo o caso, convidam-me a acompanhá-los aos batismos de seus filhos na Capela Católica de Arroyito. Poder-se-ia distinguir então que, por um lado, fazem política centrada no trabalho local, microsocial, sem estar alinhadas e possuindo um caráter assembleísta. O trabalho de bairro-territorial é desenvolvido a partir da instalação de uma demanda¹⁶²: cestas básicas (“cajitas”), subsídios, alimentos. Encontram-se vinculados diretamente aos partidos políticos mas a estrutura da organização personalista e vertical os inibe de acumular social e politicamente; por outro lado, os que trabalham comprometidos com uma militância sociopolítica não-partidária, que possuem um nível de autonomia, auto-organização e horizontalidade. Contudo, ao acentuarem a captação de recursos públicos, continuam sendo simplesmente seus beneficiários.

¹⁶² Resolve continuar o trâmite na Centralizada II, onde recebem as cestas básicas da Província. A distribuição destas caixas com alimentos é coordenada por Adriana Monjes, sem que exista uma data fixa de recebimento e entrega. Também existe o que se denomina “Caja de Ayuda Solidaria de la Municipalidad”, explicaram-me que se trata de uma caixinha menor de alimentos, que chega como reforço da caixa provincial. - Zulema: “... *nosotras siempre reclamábamos por las Cajas y no nos daban nada... cuando se armó lo de los saqueos en el pueblo, comenzaron a darnos...*” – Irma: “... *Anteriormente nos daban las dos cajas... pero ahora nos dan solamente una para nosotros tres ... porque eramos 8... mi hijo que está preso y su familia. Ahora ella se fue con los padres (Fleitas) y cuando Fleitas paró el comedor, pedimos por separado...*”. Trata-se de um sopão comunitário centralizado que o tio de Ofelia, Fleitas, coordenava junto com sua esposa e um grupo de mulheres, com recursos que recebia da Província e como Presidente da Associação de Moradores 19 de Abril. Esta comissão deixou de funcionar e seus membros alternativamente integram diferentes organizações, atualmente é um desdobramento deste grupo original, ao que se incorporaram outras mulheres que trazem experiências de participação em diferentes organizações do mesmo assentamento.

CAPÍTULO 4

“AS RE-VOLTAS”: CASOS DE VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA

Neste capítulo nos referimos à situação enfrentada pelos moradores quanto à insegurança no bairro, em que os jovens da segunda geração foram o principal alvo da repressão policial, percebendo-se uma exacerbação das diferenças e dos acordos “internos” alcançados, considerando especialmente a ambigüidade de sua situação de minoria étnica em contextos interculturais de integração de uma sociedade de classes em crise. Para proceder à análise destas situações sociais, retomaremos os conceitos de quase-grupo e de rede de relações. Apresentaremos sucintamente a ocupação do terreno vizinho de Juan José Passo, diante dos novos embates da Associação de Moradores de Empalme Graneros. Finalmente serão apresentadas as conclusões do presente trabalho.

De acordo com os resultados do censo realizado no assentamento, as crianças representam quase a metade da população e os jovens 27%. Estes dados nos fizeram refletir sobre a situação desta segunda geração e sua vulnerabilidade, que nem sempre consegue ser contida pelas associações locais. À análise do capítulo anterior poderíamos acrescentar os diferentes níveis de participação por grupos de idade, afinidade e parentesco. As organizações também congregam grupos de pessoas de um mesmo lugar de origem rural ou de grupos de famílias extensas, similares à forma de ocupação espacial interna no assentamento. As residências se encontram localizadas seguindo uma ordem que possibilita e reforça os vínculos de solidariedade local estabelecidos desde seus lugares de origem, aos quais continuamente retornam, para reforçar sua pertença étnica.

Para proceder a sua análise, levaremos em consideração o conceito de redes pessoais que os indivíduos configuram nas cidades, conceito formulado por Mayer (1961, 1962 e 1964) e que permite demonstrar como determinamos tipos de imigrantes de uma cidade se “encapsulam” em uma hermética rede que se estende à zona, servindo tanto para proteger seus membros de se verem envolvidos em relações sociais de caráter cidadão como para potenciar suas orientações rurais. A diferença entre os que mantêm este tipo de relações “encapsuladas” dos imigrantes que mantêm redes “flexíveis” – que lhes permitira participar de atividades sociais cidadãs sem afetar suas relações com parentes e amigos do campo – é o que explica, segundo Mitchell (1980: 71), por que alguns imigrantes mantêm vínculos com o campo e outros se vinculam à cidade.

Por sua vez, Epstein (1961) demonstra como nelas funcionam alguns dos traços destacados do sistema social urbano, analisando o caráter da rede de relações de pessoas que se conhecem entre si, compondo o que denomina uma rede “real”. Assim, através da conversa, as normas e valores adequados à vida na cidade se esclarecem, se redefinem e se reafirmam no seio da *rede real*. Uma vez estabelecidos, as normas e valores desta rede real de pessoas que ocupam os patamares superiores da escala de prestígio impregnariam a

rede ampla do resto da comunidade urbana. Nós nos deteremos no modo como funcionaram as redes de relações no assentamento em momentos de conflito.

4.1 Contextos de insegurança social, modificação do espaço de investigação

Nos primeiros meses do verão de 2003, na cidade de Rosário se escutava, através dos “formadores de opinião”, o caos generalizado e o confronto entre bairros e favelas diante da falta de segurança pública ” ... *a necessidade de maior controle policial e intervenção dos controles de segurança...*” Aventava-se a possível suspensão dos planos de assistência social e se começavam a esboçar denúncias de corrupção dentro da polícia. O desemprego e a falta de acesso à satisfação de necessidades tão essenciais como a comida e a assistência médica foram reconhecidas por todos os moradores da cidade nesta época. Em uma mobilização organizada pelo Sindicato Municipal, “involuntariamente” queimaram – com bombas de estrondo e fogos de artifício – o teto da Faculdade de Direito e do Museu Provincial de Ciências Naturais. O medo, generalizado na sociedade depois da repressão brutal de 2001, se intensificava e expandia devido aos fatos que se sucediam em outras favelas, na Grande Buenos Aires e outras cidades do interior – similar, em alguns casos, a situações de épocas generalizadas de repressão social.

De volta ao campo, consigo perceber que em todo esse tempo a situação de tensão interna se aguçara. A pergunta que me formulo então é: se só se devia a questões internas do assentamento ou a causas mais gerais derivadas do contexto social e a proximidade das eleições que, tendo sido anunciadas inicialmente para março, foram adiadas para o mês de maio. Retomadas as reuniões com algumas das mulheres da Comissão, foram expostas tanto a situação das pessoas que ainda estavam de viagem no Chaco como as dificuldades geradas naqueles meses de verão devido ao calor, à falta de água e de árvores que protegessem o salão das reuniões. Cotidianamente transita uma grande quantidade de gente pelo Salão de Uso Comunitário (SUC) da Associação e, entre eles, as crianças, que brincam no que chamam de “o piso” por se tratar do resto de uma antiga base de cimento de uma fábrica abandonada. Na frente do SUC há uma espécie de bar (boliche) com máquinas de jogos eletrônicos onde as pessoas, em sua maioria jovens, se reúnem para fumar e beber.

Na ocasião do encontro no salão e enquanto nos encontrávamos reunidas ali com as mulheres, entra de surpresa no piso uma viatura policial com quatro pessoas em trajes civis exibindo armas. Começou imediatamente uma chuva de pedras que só terminou quando o carro havia passado. O lugar ficou vazio e o carro da polícia se afastou a certa velocidade, enquanto civis ostentavam armas de alta precisão e faziam disparos para a o ar. Seguidamente se voltou a escutar o barulho intenso das pedras lançadas pelos moradores sobre o teto de zinco do salão. Por minha surpresa e pelo temor demonstrado pelas mulheres, pergunto-lhes sobre a origem das pedradas e obtenho como resposta que se trataria dos garotos do outro setor. “*Fazem isso para que a polícia não entre...*”, disseram. Além disso, indicaram que em outra ocasião haviam conseguido

atingir um policial e que por isso eles têm medo de entrar no assentamento. Finalmente Zulema comentou que no domingo anterior, próximo da casa da América, haviam organizado uma festa com música e muita bebida para a qual vieram convidados do assentamento de Rouillón e, entre eles, “alguns dos de Saenz Pena...” Desconhecem os motivos para o enfrentamento, como era costume por aqueles dias, que veio aparelhado de golpes e corridas com punhais:

“...no saben muy bién como terminaron golpeando a uno, que no tenía nada que ver... le pegaron un cuchillazo en la boca e le cortaron el rostro... vinieron con un ambulância pero fue tan barbaramente golpeado e por causa de las heridas no sobrevivió.”

Comentam o episódio da morte e dizem que se tratava de uma pessoa tranqüila que com ninguém se metia. Dizem saber quem são os que “vêm de fora” para beber e criar problemas dentro do assentamento, que a Polícia também os conhece e que foram avisados sobre sua identificação. Passados uns trinta minutos, chegou Alberto – que vive com sua família ao lado do Salão. Perguntamos pelo motivo daquela incursão da polícia e ele respondeu que se tratava de um fato comum naqueles dias, *“seguramente estarían perseguiendo o buscando a alguno de ‘las barritas’* – que estariam assaltando os traseuntes da rua Juan José Passo.

Este argumento, que indicaria que o assentamento funciona como esconderijo para os integrantes de quadrilhas de assaltantes, me foi dado mais tarde por uma senhora moradora do outro lado da rua Juan José Passo, que divide o assentamento do bairro de Empalme, enquanto esperava o ônibus para voltar para casa. De alguma maneira, estes relatos confirmavam as afirmações, muitas vezes exageradas, dos meios de comunicação.

Irma: “...la señora del almacén ya fue asaltada como ocho veces, me dijo... que ayer nomás, le sacaron como una mochilla con cosas, cuando entré me dijo que le cerrara la persiana, qe no me ofenda que sabía que no era como los Toba. Salió por la TV que había juntado firmas para que saquen este asentamiento porque está lleno de ladrones... ella dice que no, que sabe que no son Toba...”

Mirta: “... y cómo saben que no son Toba? Si cuando vamos, nos trata con desprecio... y sospechan de nosotros. Yo estuve pensando, y se le pedimos una máquina de coser? Por qué no pedimos que nos arregle la máquina de coser, para trabajar...?”

O argumento de que a polícia “tem medo de entrar no assentamento” eu ouvira em outra ocasião no mesmo salão, quando, em reunião com membros da Associação Lasherolqá e moradores discutindo o tema do arremate do terreno em 1998, entraram quatro ou cinco pessoas com trajes civis armadas nos apontaram suas armas e bateram em Don Marcos. Em segundos alguém se retirou e conseguiu que viesse um carro da polícia enquanto nós conseguíamos sair do lugar. Posteriormente – de acordo com o que disseram os vizinhos – os combates continuaram, culminando com o incêndio da casa de Don Marcos. Nesta oportunidade, a uma quadra do fato, havia carros da polícia que se mantiveram distantes do assentamento. A explicação que se produziu diante da

situação foi que Don Marcos, como Presidente da Associação Lasherolqá, denunciara a permanência de delinqüentes e ex-presidiários na Seccional 9ª. Tomou conhecimento destes fatos o então Ministro do Interior da Província, através do advogado Llanán, que posteriormente se incorporou a essa Secretaria.

Detenhamo-nos então nos modos como se estende esta rede real e nas leituras que se produzem no interior do grupo sobre situações como a morte de um inocente, que traz sofrimento e uma sensação de adversidade. Estas questões geram enfrentamentos internos e limitam os lugares de liderança dos mais jovens. A emergência destes problemas permite que se evidencie uma série de conflito que vinham sendo subestimados: o consumo e o tráfico de drogas, a presença de armas, o tema da cola, do álcool, os informantes da polícia e juntamente com isso o papel das igrejas, a circulação de pessoas desconhecidas – vindas de outros assentamentos e favelas – e a precariedade das delegações de poder, que nunca se consolidam por inteiro. Este tema da presença de pessoas desconhecidas que entram no assentamento com bebidas e drogas aumenta a desconfiança e fragiliza a participação e o funcionamento das organizações, exigindo uma maior atuação por parte dos representantes e delegados em suas funções.

Por esses dias, na cidade, os cabos eleitorais fizeram correr o boato da suspensão do Plano Chefes e Chefas de Família. Na dúvida e ao ser mobilizados por isso, aqueles que estavam envolvidos com o plano abandonam os lugares de contrapartida, “desmobilizam” a intenção de funcionamento das oficinas e das comissões, administradas e sustentadas pelos agentes municipais nos assentamentos e favelas rosarinas. Quando estes temas aparecem na cidade, no assentamento se exacerbam os temores e surge a necessidade de apelar por uma intervenção mais dirigida que busque chegar a um acordo entre o que a Polícia diz, o que efetivamente faz, e a situação de pressão interna em que ficam aqueles que não participam das reuniões e das organizações do assentamento. Estas situações têm permitido, além disso, refletir sobre os mecanismos utilizados para as convocações, os modos previstos para a participação e a posição que ocupam as instituições do assentamento em relação aos demais vizinhos.

Posteriormente, tomamos conhecimento – através do Boletim dos Povos Indígenas e da Associação de Moradores Toba da cidade de Formosa – de que a polícia havia invadido a comunidade Toba, no Lote 68, à procura de supostos delinqüentes que teriam participado da morte de um policial, na capital. A polícia à paisana havia entrado e castigado brutalmente homens, mulheres, velhos e crianças, levando terror e medo. Alguns foram trancados em suas casas e outros, golpeados até sangrar, foram detidos. Por se tratar do mesmo povo, alguns deles lhes eram conhecidos ou haviam obtido referências através de seus parentes. Ofelia falava sufocada pelo choro e todas as mulheres se sentiam assustadas e comovidas. Devido a esta situação, propõem-se convocar uma assembléia para a quinta-feira próxima com a Comunidade de Rouillón e as demais Associações. Também aproveitariam para a chegada de Angélica (da Comissão de Direito Humanos do SERPAJ) para convocar os meios de

comunicação e apresentar um documento elaborado pela Comissão de Mulheres e pela Associação Lasherolqá.

Alberto também manifestou sua indignação, revelando a estranheza que lhe provocava a difusão do acontecimento, já que os fatos noticiados, sendo muito freqüentes, no interior dos estados, muitas vezes não eram divulgados na cidade. Aproveitavam a visita de Carina, enfermeira do Centro de Saúde, e da agente de saúde Virginia, da Associação de Moradores 19 de Abril, com as quais combinam em articular as tarefas de maneira conjunta. Carina tenta referir-se à *violência familiar*, tendo em conta os casos apresentados no Centro de Saúde (as médicas e enfermeiras se oferecem para assessorar sobre os mecanismos de denúncia perante as autoridades policiais). As mulheres não demonstram muito interesse, ainda que escutem e façam piadas.

Irma, então, relata que na outra segunda-feira, por volta das 20h, entrou pelo piso um automóvel a grande velocidade seguido por vários patrulheiros da polícia disparando armas de fogo; posteriormente os vizinhos informaram que se tratava da Polícia de Funes. Em seguida trocam entre elas os comentários dos vizinhos, oferecendo novos detalhes. Zulema se revela preocupada com os tiros, porque as crianças estão sempre brincando no piso e na altura de sua casa, que está situada na entrada do assentamento, onde começa a rua principal que comunica com o resto das moradas.

“...se mandaron tan rápido y sin luz, que llegaron hasta las vías... si no fuera por un carro tirado por caballos que estava allí parado, el auto se hubiera estrella contra una casa de chapas. La pareja que vênia huyendo consiguió huir... y la policía entro a algunas casas...”

Irma: *“...como a las 4 ou 5 de la mañana hicieron disparos, revisaban a las personas, sacaban zapatos... ellos dicen que es para seguridad de la gente, por falta de control en el asentamiento...”*

Estefania: *“...la prevención porque la policia cuando viene, hace abuso de poder...”*

Dias depois, em uma nova reunião, Ofelia informa que pela manhã haviam inaugurado um destacamento de polícia no prédio antigo da Sala de Saúde, assinala que foram convidados para a ocasião a Cooperativa e o Club La Gloria da Associação de Moradores de Empalme Graneros. Benjamin conta que esteve presente e que poucos haviam sido convidados, entre eles alguns Chefes (usa aleatoriamente também Notáveis e em muito poucos casos, Cacique). Propôs abrir a discussão em torno dos conceitos que se vinham repetindo em demasia entre os índios e os agentes e que giravam em torno de: *“perseguição, discriminação e marginalidade...”* Estas questões haviam sido debatidas previamente no âmbito escolar e com a Associação Lasherolqá. Ao terminar, foi determinada a necessidade de se convocar uma reunião de dirigentes e pastores para resolver, em comum acordo, que atitude tomar diante desta onda de detenções em massa. Foi considerada a possibilidade de conseguir uma reposta do Governo diante da insistência demonstrada em “aparecer” tanto nos meios de comunicação como pressionando o INAI; o que

se discutiu, atentando para o fato de tais coisas haviam começado a aparecer com maior intensidade depois da participação que tiveram no encontro do INAI em Buenos Aires. Comentam o que conversaram na oficina sobre o problema das drogas e a necessidade de se dar uma resposta que envolva todas as instituições do assentamento, particularmente os membros profissionais do Centro de Saúde.

Ofelia: *“el Jefe de la Policia vino para hacer un plan del barrio, passillo por pasillo, vino dos veces, van a fijar los horarios de circulación, de entrada y salida del asentamiento. El domingo, llegando de Buenos Aires, los llevaron em razzia a la Policia, no tiene antecedentes, lê llevaron par averiguar... nosotros no estamos de acuerdo em que estén, porque cualquier día vienen y te llevan, sólo por ser índio...”*

Benjamín: *“tres meses em que se pidió el destacamento y lo hicieron (a pedido do Club La Gloria). Y el dispensario hace mucho que pedimos, como ocho años... La escuela tiene diez años que se está pidiendo y viste como sale...? Uno pasó, um viejito em bicicleta pasó y dijo: ‘averiguen la droga, quienes están... no no busquen a nosotros sino a los de la droga...’ el Ricardo estaba serio y cuando me reí, él también se rio!... el muchacho de la radio que estaba ahí grabó, grabó mucho... metele para adelante, le dije yo..”*

Ofelia: *“... Mañana a las 9h tenemos entrevista con Boni (Secretário de Desenvolvimento Social da Província) por el problema de la entrega de las 160 cajas em Los Pumitas, a través del Centro Comunitário Lim’nia Qom que se está organizando, para que administren y organicen los hermanos para los desnutridos... a las 18h reunión con el Fiscal de Câmara por la denuncia y causa que nos iniciaron el mês pasado...”*

Ficou estabelecido que fora aquele o momento em que as questões a tratar começaram a girar em torno do problema da segurança. Mirta pergunta sobre esta questão e manifesta seu desejo de que os policiais venham fazer rondas pelas passagens internas do assentamento. Informa que seu filho volta para casa quando vê a polícia fazendo ronda pelas ruas e opina sobre a possibilidade de instalar um posto policial no lugar em que está situado o Centro de Saúde, expressando que o resto das mulheres pensam como ela em relação a isso. Conversam sobre o tema da inverteção da Polícia Militar no controle da segurança pública do assentamento e concordam em expressar que *“... a repressão vai ficar mais violenta...”*

Neste sentido, consideramos que é possível analisar esta situação atentando para as dificuldades que apresentam para manter sua identidade como trabalhadores em pleno desemprego, com baixa renda e praticamente sem poder fazer bicos, terminando detidos por pequenos delitos que de nenhuma maneira podem ser considerados “estatisticamente” relevantes ou passíveis de engrossar as filas da criminalidade. O imaginário social e a atuação da Polícia estabelecem um paralelo entre pobreza e criminalidade, considerando os moradores de assentamentos e favelas como “altamente

suspeitos”. Neste ponto é necessário estabelecer uma clara distinção entre a situação de alguns jovens que se constituem como os emergentes de uma situação de crise econômica – com o conseqüente empobrecimento da população – que os pressiona a assumir condutas “desviantes” (Zaluar, 1994: 61) do que deveria ser uma situação com melhores condições de controle social. Agora, na verdade, o que fica claro é que em muitas ocasiões a necessidade de uma transformação dos meios de controle social, mais do que conseguir conter a criminalidade a aumenta. Surgidos em substituição aos antigos laços morais entre ricos e pobres, proprietários e não proprietários, os principais meios de controle social nos países industriais modernos passaram a ser, então, a relação que travam entre si as classes trabalhadoras e a Polícia e o Poder Judiciário.

Com um modelo repressor levado até as últimas conseqüências lógicas, obter-se-ia a demarcação de uma fronteira entre trabalhadores e criminosos, através do surgimento do estigma de “condenado”. Os que não respeitam a lei, deixam de ser reconhecidos pela totalidade de seus atos – bons ou maus – para ter uma nova e totalizante identidade: a de criminoso. Como se chega a categorizar alguém com este rótulo e com o propósito de encarcerá-lo, se se realiza com a suposta intenção de “recuperá-lo” através da disciplina e do trabalho? Muitos estudos comprovam que as instituições carcerárias foram concebidas para disciplinar e preparar para o trabalho árduo os pobres sob uma disciplina rígida e para acostumar o rebelde à submissão. Tampouco é novidade que as pessoas congregadas nas prisões sejam de um baixo nível de escolaridade e com um baixo ou nulo nível de qualificação para o trabalho. O rótulo do *desviante* surge devido à ineficácia na identificação dos criminosos perigosos, dos verdadeiros traficantes – responsáveis pela distribuição de armas e drogas – e das redes de corrupção que a propiciam. Uma verdadeira tarefa de reconhecimento dos responsáveis está longe de se conseguir, seja em Rosário ou no Rio de Janeiro.

Em de uma investigação profissional e profunda da criminalidade, aplicável a todos os casos, opta-se por uma adesão à “profecia do pobre perigoso”, dos menores carentes considerados perigosos e da atividade policial orientada por teorias de criminalística obsoletas, fatores que contribuem para a repetição do crime. Nem as teorias da compulsão ao crime nem as do determinismo social foram ainda superadas por sua eficácia na batalha simbólica que leva supor nos pobres uma tendência à ilegalidade. O paradoxo nestes momentos na Argentina era que estavam sendo detidos e indiciados por crimes de corrupção e fraude funcionários emblemáticos da gestão menemista que até há pouco tempo representavam o poder econômico e social da classe dominante, e estes fatos não eram alheios a “novas acomodações das rupturas de cadeias de mando”. Sem dúvida, estes temas merecem um desenvolvimento em profundidade e uma análise pormenorizada, que escapam aos objetivos que nos propomos neste trabalho. Entretanto, nos detemos em destacar a importância que adquirem, para mostrar como seria interessante contemplá-los em futuras investigações. Tentamos, então, estabelecer uma aproximação das situações experimentadas no assentamento em um momento concreto de nossa investigação. Interessa-nos sobretudo nos aprofundarmos na atuação

solidária que empreenderam os indivíduos e as instituições locais, para oferecer uma contenção aos mais jovens e a seu futuro.

4.2 Processos de uma assembléia comunitária indígena: segurança

As sucessivas situações de repressão culminaram com a detenção de um grupo de crentes que regressavam de um Culto que ocorrera no centro da cidade. A este se somou o caso do Professor Alfredo e um amigo que foram detidos na volta de uma reunião que se desenvolveu também no centro, às 20h, que denunciaram maus-tratos, abuso de autoridade e discriminação perversa (foram violentados pelos policiais, que tiraram suas roupas e os submeteram a duchas frias). Junto com a Associação Lasherolqá, a Associação Novo Amanhecer e a Cooperativa, se resolveu convocar uma reunião plenária. Assim falou Jeremias na ocasião: “... *La policía se está pasando, **está más encima de nosotros, los más jóvenes** y está esa medida del Comisario de impedir nuestra circulación después de las 22h, pero lo que pasó con Alfredo y su amigo... es lo que se llama ‘abuso de autoridad’..., hay que denunciarlo, tenemos el ofrecimiento de la FM-Aire Libre que ya tiene experiencia en Barrios que tienen el problema de abuso de autoridad...*”

Neste sentido, a análise dos dirigentes mais experientes e com redes pessoais já estabelecidas na cidade por outros caminhos concentrava a culpa na atuação violenta e agressiva da Polícia. Assim escreveu Aberto: “*La policía también creo que no actúa bien, también tiene su grado de alcoholemia... no tienen nivel de control con su jefe... No conocen (identifican) a nadie por alcohol ou droga que llevan encima.. deben solicitar esta a quien responda...*”

David: “... *Lo que pasa es que la Comisión Toba... la 9ª. (delegacia de policía do bairro) cuando viene hace “todo” porque sabe que la Comisión Qom no tiene ‘protección’ (paga segurança ou comissão na delegacia), hacen exceso de razzia porque no tenemos el coraje de denunciarlos que hacen esa represión... El 20/02/2002 la manifestación (piquete) estaba em Génova y estábamos de curioso mirando y nos corrieron hasta aça... y querían entrar casa por casa... el mismo Comisario entro a los tiros entrando em las casas, sin importarle los chicos... una discriminación terrible!!!*”

Ofelia: “... *Ese día de ‘la movilización de los argentinos’ nosotros, estábamos dos participando... vinimos y los paramos (à Policía) nos hicieron un vídeo y me sacaron... (filmaram). Ojalá lo saquen porque me van a ve, el que está afuera (que não participa). Ojalá que no pase nada! El viernes pasado un chico de 10 años fue arrebatado, estamos buscando con el padre Santillán (um padre da Igreja Católica que tem um abrigo para meninos de rua)... ¿Adónde hay que ir para reclamar ésto...? Acá la Policía no veo organización, no hay más que pensar ya! Ya está la fuerza militar entre nosotros, ya está, ya fueron desaparecidos .. se instalaron acá en las vías, y ya vimos lo que acarrea. Son los vecinos que piden la Policía de afuera ... son los vecinos de fuera de Travesía que fueron a la TV ... “ (em alusão a uma mobilização da Associação de Moradores de Empalme Graneros, que acusa os moradores de favelas, aos quais chama de “zona vermelha”, de proteger e alojar os deliçuentes).*”

Alberto: “... *tenemos que buscar una salida ... la exposición está con los que van al Culto, los que están en la Iglesia, están respetando hasta las*

22h, pero esto nos puede pasar a cualquiera de nosotros.. ¿y cuando comiencen las clases nocturnas?...”.

Irma: “¿.. la Policía qué hace? Si se enferma un bebé y la mamá o el pariente tiene que salir (para o hospital ou buscar ajuda) y si le agarran y le llevan, ¿qué hace? ¡Eso no va! Tenemos que encontrar una solución entre todos ...”

Pastor Benito: “... como dice la Ofelia se justifica la persona porque ande (circule) ... en caso que la Policía lo pare y le diga ... ¿qué puede pasar? Hicieron un plano en el que estamos incluidos como “Zona Roja” en ese plano, éste es ese sector...”

Ofelia: “... armar sobre criterios de “nuestra” cultura ... para aprender a convivir en “nuestros” parámetros con la gente que convive con “nosotros”... En el 93’ se hizo un levantamiento con Marcos Gómez por el asesinato de Leiva, se hizo un acuerdo con el Comisario Santángelo que lo golpeó al Toto (um personagem índio Toba do bairro que vive da caridade de todos e é considerado especial) y nos reunimos con el Ministro de Seguridad que nos decía que teníamos que tener vigilancia nosotros. Para resolver este problema, es necesario unificar... hacer un criterio de sacarle las bolsitas, identificar a los niños que consumen y su familia, para tratar de sacarlo... Para que los hijos sigan estudiando, se precisan las becas para que estudien y pedirle una pequeña ayuda (insiste em pressionar o INAI) ... En cuanto a la vivienda en que estamos viviendo, la calidad de las casas (barracos de lata ou de papelão com plásticos...). El precio del ladrillo y teléfono de la comunidad... No tenemos un partido político que nos den una vivienda y no queremos tener... ! Que nos den algo nosotros le hacemos cumplir nuestros derechos. Tenemos que plantear nuestros derechos... Cuando vinimos eran 62 familias, ahora somos un montón... aproximadamente 150 familias, 1500 personas. Venezia (antigo governador do Partido Justicialista) lo aceptó y eso quedó así, Ellos asentaron (registraram) nuestro pedido, se lo llevaron y no trajeron más... Había sólo una Iglesia pero, después vinieron lo Municipal...”

Estas discussões são feitas em público e pela primeira vez em uma reunião aberta. Tratam, assim, de temas que haviam sido negados anteriormente, abrindo-se para a exposição de questões relacionadas ao abuso de autoridade e à atuação da polícia - que estabelece horários limite de entrada e saída das pessoas que transitam pelo assentamento - e que mantêm uma relação direta com uma série de fatos ocorridos recentemente, vinculados à participação nos piquetes e ao tema dos meninos que cheiram cola (*los de la bolsita*). Na verdade, o tratamento do problema destes meninos estaria alcançando uma referência muito mais genérica: a perda de controle da atual direção, da circulação e permanência de pessoas que praticam delitos, que traficam ou que portam armas; e o descontrole policial sobre as redes de distribuição. Também a elas se relacionam as contínuas manifestações realizadas pela mídia sobre a Associação de Moradores de Empalme e uma parte das favelas, a que denominam “zona vermelha”.

É interessante ressaltar, neste contexto, os esforços realizados pelos líderes para manter uma identidade diferenciada de valores e normas, que promovem através de uma posição de controle da situação e que gera tensões porque não estão dispostos a ceder seu protagonismo diante da nova geração (os novos “novos”). Além disso, começa a se compor uma argumentação diferenciada entre os dirigentes mais antigos e os jovens da segunda geração,

que são os que mantêm contato com jovens de outros bairros e conhecem a atuação da polícia em outras favelas. Entre ele merece ser destacado Ezequiel, que participa do Movimento de Articulação de Favelas contra o Gatilho Fácil, assessorado pela cátedra de Direitos Humanos da Faculdade de Direito, coordenada pelo Dr. Enrique Font. Começa a surgir, então, novos espaços de intercâmbio de experiências que vinculam o comportamento dos pais com o dos filhos. “... *A gente já conhece, percebe o que acontece, se tem um filho que delinqüe sabe... e prefere que a polícia apareça...*” Este é um argumento central, pois é certo que, com a perda da autoridade dentro de casa, algumas pessoas se resignam a que a polícia atue de qualquer maneira. Em outros casos, é reconhecido nos jovens algum protagonismo porque contam com a possibilidade de expressar-se corretamente em espanhol e de entender melhor as estratégias de adaptabilidade diante de novas situações – como as que estão vivendo – que para muitos permanecem desconhecidas.

Estas modalidades de intercâmbio entre gerações exigem que estabeleçamos as diferenças de critérios que apresentam a respeito das normas e do funcionamento interno do assentamento: os jovens requerem uma maior atuação dos mais velhos e estes, sem saber como responder, recorrem à polícia (“...até que se assusta com os golpes”). Este último é o argumento que Telefora, Mirta e alguns pais que não sabem como controlar seu filhos apresentam. Alguns testemunhos são mais duros, como é o caso de David, filho do pastor, que decide tomar uma séria atitude a respeito da permissividade para a entrada da polícia.

David: “... ahora que está hecha la macana... dejaron entrar a los ladrones que robaban afuera y venían para acá y lo dejaban... ¿La policía o la Comisaría es la que tenía que hacer eso?.. ¿Cómo te comprometes, si los detenemos qué le hacemos? Si la cana lo agarra y a la ½ hora o 2 horas lo larga? .. y se viene y nos mata!!!! Yo no voy a hacer el papel de la policía... ni me pienso armar para eso, jamás!... Respeto de comunidad, es la falta de sentido de comunidad que se tiene ... si se pelean, los dejan! Si se llevan a alguien, se lo deja .. Habría que trabajar sobre estas cuestiones, trabajar lo de comunidad...”

Os jovens dirigentes da Cooperativa, que criticaram muito os comportamentos e atitudes das “demais” organizações, revelavam as dificuldades para imaginar alguma saída possível para o problema. Tampouco conseguiam articular suas próprias redes com a Prefeitura ou com os agentes que haviam conhecido na Cooperativa.

*Miguel: “... nosotros tenemos divisiones... ¿no somos **una** comunidad? lo que podemos hacer es denunciar a los medios es que no aceptamos que nos llamen Zona Roja... Yo quiero seguridad pero, seguridad social, con agua, con tratamiento del agua, con calles, con viviendas, un teléfono público para llamar al hospital ...”*

Leonardo: “... tenemos que trabajar con la familia, los pibes que andan con la bolsita... un pibe de 5 años camina al delito. La mayoría de los pibes que está así ... (viciado em cola) lo tuvimos en la familia que empezó así ... y ya saben como terminó, delinquiendo y muerto por la policía ... Tiene que ser un proyecto de la familia para trabajar el tema de la adicción. Se ponen ahí en la avenida (Travesía) y pasan los autos o la policía y los ven... no los pueden llevar (deter) más!... Estoy de acuerdo con David, no se puede armar un

escuadrón de jóvenes para que hagan la seguridad, no tenemos armas. Sería un gasto de energía al cuete (em vão) debe ser a favor de la Comunidad que se encargue de concientizar por sectores... para trabajar se va a precisar los recursos...”

Também se mostra visivelmente incomodado com a sugestão de culpar a Prefeitura por sua falta de ação, por não fazer as Guardas urbanas – porque na realidade não se fazia guarda preventiva em nenhum lugar da cidade. Dirimem-se alianças e responsabilidades com os partidos políticos que governam o Município (PSP) e a Província (PJ), que mantém a polícia e com a qual têm alianças circunstanciais. Existe uma atualização das demandas não satisfeitas do assentamento, bem como de ajustes de disputas não resolvidas e relacionadas a reivindicações e promessas partidárias não cumpridas desde as manifestações de dezembro de 2001.

“... Con el tema seguridad, ¿qué se puede hacer? ¿La imagen del asentamiento? Para el tema de tierra y vivienda se puede marcar otro día de reunión, volvamos al tema de seguridad. Antes allí por Juan José Passo había un portón, se podrían cerrar los pasillos, los portoncitos no quedaron... Hay dos ideas, qué tipo de barrio se quiere y qué tipo de seguridad por un lado. Una cosa urgente es ver de qué forma se puede hacer para que la ‘cana’ (polícia) no viole la ley, cuáles son las herramientas legales para parar los ‘excesos’ de la Policía ...”

Miguel: “... hagamos un planteo coherente de nuestras tareas. Nosotros tenemos un tiempo, ¿cuáles son las cosas básicas para hacer? Midamos nuestros recursos ...”

Leonardo: “... me parece tomar lo de los talleres que propuso Jeremías para controlar nuestros propios hijos o hermanos menores... Nosotros tuvimos un caso dentro de la familia, no le quisimos avisar a la madre, nuestra tía, qué es lo que pasaba... Es un problema también con el alcohol...”

Esta reunião acabou muito tarde. Depois das conversas mantidas, os jovens decidiram implementar, o mais breve possível, o funcionamento das oficinas destinadas a tratar do tema da segurança interna do assentamento, confeccionar um documento para apresentar à mídia, e estabelecer uma periodicidade de reuniões plenárias para se tentar superar este problema que estava começando a mostrar a quantidade de pressões a ser resolvidas no assentamento. Continuamos renidos na porta Cooperativa – na Avenida de la Travesía – quando David decidiu ir até o armazém da esquina a fim de comprar uma gasosa, porque o calor era extenuante. Reparámos então em um grupo de jovens armados que entravam no armazém antes de David, que voltou dizendo que se tratava de um assalto. Ficamos paralisados, não conseguimos fazer nada e resolvemos permanecer juntos na Cooperativa, aguardando a chegada da polícia. A reação de David surpreendeu pela tranquilidade,

“yo me quedo acá, imaginate que los conozco ... y si me vuelven a ver, saben que los reconocí, yo ya era... encima corro el riesgo de que la policía, que saben “andar para adelante” (drogados) me agarren a mí, y ¿cómo les explico que sólo iba a comprar una gaseosa...?”

Os meses seguintes foram dedicados integralmente à realização de reuniões e assembléias para tratar do tema da segurança interna do bairro e das negociações com dirigentes comunitários locais e de outros bairros e de associações de moradores. Os jovens levaram adiante uma articulação com outras comunidades da cidade que estavam tratando do tema da discriminação e do “gatilho fácil” (execução sumária de “possíveis” delinqüentes juvenis pelas mãos da polícia ou de pessoas ligadas ao tráfico de armas ou drogas). Para alguns destes encontros foram convocados os médicos e enfermeiras dos Centros de Saúde do bairro, que haviam denunciado à opinião pública o crescente número de vítimas de armas de fogo e de armas brancas atendidas nos Centros de Saúde e nas salas de emergência dos hospitais. Aconteceu uma série de reuniões na Cooperativa e na Comissão de Mulheres. Foram mantidas freqüentes conversas informais com os jovens sobre o tema das drogas, sobre o cuidado que deviam ter ao apresentar desculpas à polícia para que não os levassem e, particularmente, conversamos com as mulheres, esposas ou mães de jovens que haviam passado a ser o principal alvo das perseguições.

Este fenômeno de *razzia* realizado pela polícia nos assentamentos, possivelmente estava vinculado ao surgimento de uma situação de desordem e descontrole generalizado na sociedade, devido, por um lado, à proximidade das eleições, e por outro às denúncias e mobilizações dos moradores da maioria dos bairros. Por estes mesmos dias, no resto da cidade, aconteciam assembléias comunitárias por bairro e por segmentos sociais, em busca de uma maior atenção a suas demandas e reivindicações por falta de trabalho, comida e/ou seguridade social. Por estas razões, realizaram-se sucessivas reuniões no assentamento sobre o tema da segurança, sobre as medidas a adotar, a necessidade de solicitação de diálogo com as autoridades, com os meios de comunicação, e para confecção de um documento que seria levado para o Secretário de Segurança da Província (a quem esta subordinada a 9ª. Seccional), que não foi entregue às autoridades por sucessivos adiamentos.

Por estes dias trocaram o Comissário Geral da Província e o que assumiu estava se reunindo com diferentes Assembléias de Bairros e Associações de Moradores onde se produziam denúncias de abuso de poder por parte da polícia nos bairros e favelas. O argumento geral da direção era que, segundo as estatísticas produzidas pela Secretaria de Governo, não se registrava aumento do índice de criminalidade dos Toba (na realidade não existe este registro por etnia). Com este argumento começam a circular as manifestações dos mais emblemáticos representantes indígenas comunitários, que indicavam a necessidade de convocar uma assembléia majoritária com as pessoas do assentamento. Isto foi interpretado pelos jovens, em todas as ocasiões, como um elemento de desmobilização visando encobrir suas disputas pelo protagonismo interno junto à mídia.

“Nós temos mais medo da polícia, você explica a eles e não querem lhe entender, porque já tomaram...” Este tipo de denúncia é ouvido constantemente em outros bairros fora do assentamento e indica que a polícia chega aos lugares embriagada ou drogada. Alguns casos de violência, principalmente vinculados com os meninos que cheiram cola, culminaram com

a detenção do filho de Telefora e a execução do filho de Mirta, fatos que produziram uma grande aproximação entre as mulheres e os jovens que eram perseguidos pela polícia. Na ocasião de uma visita ao assentamento por uma rádio local de muita audiência em Rosário, informaram que pretendiam reeditar o Programa Família – outro plano de assistência familiar que deixara de funcionar – trocando algumas características na implementação e começando por passá-lo a uma Associação de Moradores da Zona Norte (possivelmente a de Casiano Casas). Quando chegou o carro da Rádio LT8, com o objetivo de transmitir ao vivo, em um programa de muita audiência, as denúncias de invasão de domicílio, rapidamente se aproximaram do salão de uso múltiplo alguns curiosos aos quais se somaram Ofelia, Alfredo, Ezequiel e Gustavo – da Escola Taigoché. Entre as declarações que deram, destaco a de Ezequiel, que insiste em um argumento: “*... la situación que la gente vive con los de afuera, a nosotros nos detiene y nos llevan a la Comisaría ...*”.

Depois da entrevista, e apesar de uma chuva intensa que não parou durante quase todo o mês, foi improvisada uma reunião para se continuar falando da situação de perseguição e discriminação em que se sentiam, sobretudo levando em conta as declarações da polícia e de alguns membros da Associação de Moradores de Empalme Graneros. Esta foi a reunião mais numerosa que se realizou e a que contou com a maior participação de moradores, jovens, mulheres, velhos e membros das comissões do assentamento, pessoas que trabalham na horta, os assistentes de saúde e *criollos*. Algumas das pessoas que participaram não eram conhecidas por mim, nem as tinha visto antes. Foi apresentado o caso de ex-presidiários que vieram dar seu depoimento como “especialistas em polícia”. Todos disseram que se sentiam muito angustiados por serem estigmatizados por seus vizinhos da Associação de Moradores de Empalme, que os consideravam como ocupantes da “zona vermelha” (no sentido de perigo). Os jovens da Associação Novo Amanhecer haviam se comprometido a fazer a convocação por escrito – como sugerira o pastor Benítez – e a conseguir as caixas de som. Convocou-se a reunião para o piso, às 14h, embora na realidade tratava-se do exame de uma minuta de Ata que devia ser submetido à aprovação da Assembléia.

Nesse dia chovia copiosamente e esta circunstância dificultou o funcionamento da reunião. Com a aprovação dessa Ata se elaboraria o documento para apresentar às autoridades (Secretário de Justiça). Ezequiel estava muito nervoso por ter que utilizar microfones para falar. Pediram a Ofelia que traduzissem ao Toba suas palavras e explicasse o processo de elaboração, acrescentado a situação do terreno e das diligências realizadas para a legalização.

Eugenio fala e explica que se trata de “*un permiso a las autoridades para circular después de las 22 hs.*”. Y pide que se incorpore “*la situación del fondo del asentamiento sobre las vías del ferrocarril, como también que la Policía entra al asentamiento a pedir “coima” (comissão) y hasta bebidas..*”
Ofelia: “*... ante la necesidad de un acuerdo, ¿qué hacemos? ¿Cómo tenemos seguridad? Necesitamos seguridad social para las adicciones y la prevención ... las autoridades (organizações do bairro) los Pastores están llamando para que haya justicia! ... Con Santángelo (Comissário da 9^a) se*

habló para que cumpla el orden, se convocó a la CCC de la Blanca ... se llamó a todos...”

As pessoas assistem sem participar e se resolve entrar no salão porque ninguém que falar no microfone com medo da polícia ou de seus informantes que, comenta-se, existem nos assentamentos. Resolvo não continuar com minhas anotações, deixo aberto o gravador e observo o comportamento dos participantes. Assistiu também a essa reunião uma representante do SERPAJ, informando que “havia feito uma representação no comissariado 8 com o Fiscal e membros representativos da Comunidade para falar com o comissário e exigir dele proteção”. Ela estaria em contato com Perez Esquivel (sic).

Visita de Moradores da Comunidade La Lata (Fórum de Direitos Humanos)

Em meio a essa situação, um dia chego ao piso e vejo que na entrada do salão se encontra detido um jipe amarelo, imenso, tipo safári, no qual as crianças se penduravam, cheio de decalques, imponente e em contraste com a miséria do entorno. A reunião esta acontecendo no SUC e tinha a palavra o advogado Font, que explicava o funcionamento do Foro de Convivência de Direitos Humanos. Estavam reunidos na ocasião alguns moradores do assentamento que vinham participando das reuniões, os jovens da Comissão Novo Amanhecer e do Forno e uma seis ou sete mulheres *criollas* que não eram do assentamento. Havia crianças brincando e conversando, como se se tratasse de uma reunião ordinária da Comissão de Mulheres.

Gustavo: “... ¿uds. se presentan con abogado?...” (perguntando a uma das moradoras da comunidade).

Moradora 1: “*vamos bien... hablamos no nos dejamos “pasar” (enganar) antes ibamos con abogado, antes era imposible! Los pibes se iban antes que se los llevaran ... ahora es tranquilo. Sí, violencia hay, no se puede parar así nomás ... pero se respeta el lugar, saben que ahí (se referem às festas que os moradores da comunidade fazem em um salão comunitário) no se pueden drogar, ni hacer quilombo (confusão) “tomar”, toman (pode ser tanto cocaína como álcool) pero, respetan...*”

Moradora 2: “*a veces no nos quedamos... los chicos aprendieron a respetar y cuidar el lugar... algunos se hacen cargo, cuidan...*”

Gustavo: “*¿cómo hacen los jóvenes? ¿Tiene un reglamento interno? ...*”

Quique Font: “*...nunca se tomaron decisiones fuera de ellos o “por detrás” (sem seu conhecimento). Ellos sabían, lo que más saben... cuando los “llevan” (detêm) quienes son... Lo importante es que ésto genera un espacio de participación que es el Foro... No castigarlos, ¿cómo hacer para que no empeore? La cosa es convivir sin engañarse, a las trompadas... En Ludueña es diferente ... un sector de asentamiento y otro de casas más armadas. Fue más fácil, pero se trabajó con los jóvenes...*”

David: “...¿hacen reuniones? ¿Cómo se organizan...?”

Quique: “se hacen reuniones del Foro todas las semanas con los facilitadores... como que hacen las remeras (tintura de guías com a inscrição do movimento de favelas). El Foro resuelve situaciones particulares y más generales ... entre personas y de espacio, como ser una cancha de futbol ... ¿Cómo hacen? Tienen principios para trabajar, trabajo colectivo: hacer la convivencia, no se culpabiliza, no se chismosea ... Son algunos principios de guía y los pasos ... Como la “facilitadora” (mediadora) interviene a través de entrevistas en una reunión con miembros del Foro y las personas que tienen el problema. Se les explica y consulta sobre la causa, qué es lo que se puede hacer... para que no intervenga la “cana”. Hacemos teatralización, les podríamos invitar a alguna...”

Gustavo: “¿... qué pasó? ¿Por qué empezó?...”

Quique: “desde 2001 se intensificó el control social y las manifestaciones populares ... No sabemos porqué pero se intensificó el control y “cayeron” (controlando e invadindo) en las villas, tal vez por denuncias que aparecen en los diarios sobre robo de bicicletas ... no se resuelve en un día ... Para empezar a robar, lleva un tiempo! Para cambiar, también ...”

Esta reunião em que se discutiu o tratamento a ser dado aos garotos que consomem e aos que traficam foi interrompida por que iam transmitir pela tv uma partida de futebol, o que impediu qualquer tipo de reflexão da parte dos presentes. Os visitantes se retiraram com este argumento, combinaram de se comunicarem em outro momento, mas isso nunca voltou a ocorrer. A participação de agentes novos no assentamento, o recurso individual e da própria organização a suas redes de contato na cidade solicitando entrevistas com as autoridades, buscar respostas para suas demandas e consultar outras experiências como a citada, foi uma constante no comportamento dos indivíduos do assentamento.

Mobilizar a comunidade para o interior do próprio grupo possibilitou o tratamento de questões antes impensáveis. Foram postas em jogo a segurança e a tranquilidade da vida cotidiana dos membros da comunidade étnica e ela, apesar das diferenças, reagiu de maneira conjunta. Como observa Pacheco de Oliveira (1994), nas identidades étnicas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas o reforça. Da resolução simbólica e coletiva desta contradição depende a força política e emocional da etnicidade.

4.3 Detenção de dirigentes comunitários

Um dia de sábado pela manhã recebi um telefonema de Benjamín. No início não conseguia entender o que me falava, eram frases confusas e em voz baixa, até que finalmente compreendi que precisavam que fosse ao assentamento porque um carro da polícia havia “entrado” (invadido) o galpão onde estavam trabalhando com Alberto. Quando cheguei me informaram que ambos realizavam trabalhos de construção em uma parede destinada a dividir o espaço de funcionamento do salão, para o trabalho da Comissão de Mulheres. Segundo o que Benjamín relatou (e David e Gustavo confirmaram quando chegamos com um advogado), a polícia havia entrado e golpeado Alberto e quando Ofelia quis intervir ambos foram empurrados para o interior, fecharam as portas e um policial de sobrenome Linám subindo no teto de um carro ali estacionado, realizou disparos para o ar. Ambos os policiais teriam forjado um “ataque pessoal” e pediram reforços pelo rádio à 9^a. Seccional. De imediato chegaram ao piso quatro outras viaturas, algumas da Unidade Regional II, levando detidos Ofelia, Alberto e Angelica (do SERPAJ).

Ao fazer um contato telefônico com a Seccional, em nome do advogado, para falar com o policial de plantão para saber oficialmente o que teria acontecido, atendeu-me uma pessoa identificada como “Inspetor David” (pseudônimo utilizado por um conhecido repressor da época da ditadura) que me informou que Ofelia e Alberto estavam detidos por “aparente desacato e encobrimento de furto”, referindo-se às ferramentas que estavam usando no momento da operação policial. A denúncia fora feita por um empregado do Clube La Gloria (da Associação de Moradores de Empalme Graneros) quando se construía um posto policial onde antigamente funcionava o Dispensário de Saúde, ambos mantidos pelo governo da Província de Santa Fe. Ao perguntar pelo motivo da detenção de Angelica, me respondeu ironicamente: *“Essa senhora se autodeteve, insistiu em entrar na viatura, contra ela não há acusações...”*

Com o advogado nos dirigimos no primeiro momento ao assentamento, para conhecer os detalhes do acontecimento. Encontramos David (filho do pastor Vicente) que nos relatou os acontecimentos, testemunhos, oposição e resistência dos moradores que estavam desenvolvendo tarefas comunitárias no piso e indicou que considerava que a polícia se assustara. Perguntamos sobre a possibilidade contar com ele como testemunha dos fatos, ele se negou. Resolvemos então que ficaria como testemunha reservada da defesa. Com Gustavo e o advogado, nos dirigimos à Seccional, onde já se haviam reunido várias pessoas, entre as quais Irma, Benjamín, Zulema, Estefania e alguns jovens. Encontravam-se no lugar Angelica do SERPAJ e Yayo, com seu primo Pablo Yaskin, que é advogado e vereador da oposição. Nós nos identificamos na Recepção e os advogados entraram para ver seus detidos e falar com o Comissário. Quando se retiraram, os advogados nos informaram que se iniciara um processo (delineado) e um deles se encaminhou aos Tribunais Provinciais para falar com o Juiz de plantão da 2^a Correccional. Dr. Juan J. Alarcón, que lhe

informou que o processo seria por “resistência à autoridade, agressão e furto”, a partir de denúncia feita por Francisco Arné, funcionário do Club La Gloria, que reconheceu as ferramentas roubadas e achadas no galpão pela polícia. Deveriam permanecer detidos até que se lhes tomasse o depoimento. E depois de examinados os antecedentes policiais e feita a perícia médica neles, poderiam ser liberados mas o processo continuaria.

Comunicado o resultado da entrevista com o Juiz aos presentes, resolveram permanecer na Seccional até ambos fossem libertados, receosos de constrangimentos ilegais. Permanecemos toda a tarde com os moradores no jardim do Comissariado, enquanto continuavam chegando outros moradores e se faziam consultas telefônicas aos Organismos de Direitos Humanos e à imprensa, articulados através de Yayo e dos jovens da Comissão Novo Amanhecer, entre eles Eric, que se mostrava visivelmente nervoso. Por volta das 18h, e coincidindo com o fim do clássico de futebol que se estava jogando na própria Seccional, a pedido de Miguel do SERPAJ, o Inspetor Chefe Sardat leu a ata do depoimento que deram Alberto e Ofelia. Quando lhe perguntaram sobre a demora no trâmite, respondeu violentamente:

“...demorará lo que tiene que demorar, no le voy a hacer ningún tipo de excepción ...yo los conozco a los Toba porque soy de Charata (Chaco) y los conozco... Ya sé que vienen los antropólogos y los de derechos humanos hablando de discriminación pero no hay nada de eso.. acá se les da el mismo trato que a cualquiera... El trámite demora porque no es lo único que tenemos que hacer ...”

Ao insistir pelo esclarecimento sobre a demora, alegando que se encontravam detidos desde o meio-dia e que já se fizera a perícia médica e se tomara o depoimento de praxe, respondeu que já poderiam sair porque estava terminando a partida de futebol. Finalmente foram libertados às 19h. Sentiam-se assustados e esgotados e nesta ocasião Ofelia falou:

“... mirá sentí lo mismo que cuando defendimos la tierra en Pampa del Indio con mi madre y hermanos ... me decían de todo, si estaba ligada al P.O. (Partido Obrero) ¿qué es eso...? yo no sabía de nada y así le dije... También me decían cosas sobre nosotros y Uds... A vos te veían por el vidrio y me preguntaron de dónde te conocía, le dije de la Universidad... Nos hicieron firmar, y firmamos, porque después vamos a hacer el descargo, así nos dijeron los abogados...”

Combinamos de nos encontrarmos na próxima segunda-feira, na reunião da Comissão de Mulheres, quando já caíra a noite e todos regressavam ao assentamento. Esperava-me uma série de ligações da mídia: Rádio LT8 e os jornais *Página 12* e *La Capital*. Uma jornalista, Sonia Tessa, gravou uma entrevista que foi publicada no dia seguinte na edição local do *Página 12*, com uma foto da sala de corte e costura de quase uma página, narrando a versão dos acontecimentos e a atuação da polícia. Quando cheguei na reunião das mulheres no dia seguinte, me esperavam ansiosas, pediam os detalhes do que aconteceu e as novidades sobre o assunto. Irma falou que “a gente (os moradores) quer saber o que aconteceu com Alberto e Ofelia mas eles não dão

as caras”. Isso gerou uma nova situação interna de conflito na representação. No comissariado, Estefania havia falado: “Olha, eu não gosto do que estão fazendo com Ofelia. Eu a critico muito na cara dela mas agora não sei... me sinto muito mal com o que estão fazendo... imagine que se fazem isso com ela o que podemos esperar nós?”. E dizia isso chorando, com uma gravidez de seis meses de seu sexto filho. Mirta e Zulema discutem a necessidade de convocar uma assembléia e propõem que se avise a todos, a outras organizações e as pessoas que participaram sábado dos acontecimentos.

Quando lhe perguntaram, Alberto, que continuava levantando a parede do salão, fala que no dia anterior tinham viajado para Santa Fe para levar ajuda para o desabrigado pela inundação percorrendo lugares onde vivem os índios e prometendo voltar com mais ajuda. Solicita que se divulgue a resolução da Comissão para o que solicitou uma reunião em particular em sua casa, com Ofelia. Lá se encontrava Miguel do SERPAJ, referindo-se à necessidade urgente de dar assistência a seu irmãos santafecinos, comentaram o estado dos desabrigados, viajaram com Cristina Choique ao lugar e voltaram tarde, já de noite. Eles teriam convocado uma reunião a que ninguém compareceu alegando que não foram chamados, “ninguém se preocupou...” Comenta sobre a atuação com o advogado e se opõe a que David dê declarações “porque ele não estava...” Voltamos á reunião da Comissão de Mulheres e Alberto aproveita para convocar uma nova reunião explicativa para quarta-feira às 15h. Resolvem consultar o advogado para elaborar o contradocumento, redigir uma nota ao Ministro do Interior Carranza (responsável pela segurança na Província) e fazem cópias dos documentos elaborados nas assembléias sobre segurança de fevereiro e março. Com esse documentos disponíveis, combinam em pedir uma audiência e fazer uma apresentação no Palácio do Governo na próxima vez que o governado Reuteman (ocupadíssimo com as inundações na capital de Santa Fe. Posteriormente, questionou Irma sobre a falta de participação do resto das mulheres durante vários dias, ao que ela responde que talvez estejam assustadas com o que aconteceu com Ofélia e Alberto. Além disso, insiste na necessidade de dar explicações para o resto dos moradores do bairro, porque as pessoas lhe perguntam muito e fazem diferentes comentários a respeito do que aconteceu (que eles efetivamente roubaram, que estão encobrendo os verdadeiros ladrões, etc.). Opina sobre o tema da adesão às greves decretadas pelos sindicatos provinciais e municipais à véspera das eleições:

“...no quieren venirse es día, no trabajaba nadie y resulta que trabajaron, nomás... Yo escuché la tele y como ya vine otra vez, y no vino nadie... yo no vine. Al final, ¡no vino nadie! De la Municipalidad mandaron este cartel para participar y presentar un proyecto y ¿quiénes pueden? Nosotros presentamos aquel pedido en la Villa Hortensia al Sr. Dario, le presenté un papel el día miercoles y le contamos que hacíamos telar y costura. La Zule dijo que el lunes viene y se pone las pilas para el telar... y no vino!...”

Irma se mostra preocupada com “a situação em que fica perante as autoridades”, diante da falta de participação das mulheres. Ofelia se incorpora à reunião, seguida por Yayo, um estudante de Ciências Sociais que escreve em um periódico chamado *El Eslabón (O Elo)* dirigido por Filhos de Desaparecidos e que fora convocado para esclarecer algumas publicações na mídia. Yayo

explica que as pessoas que estavam no local de onde subtraíram a ferramentas são as que *controlam o movimento de cocaína* em Empalme Graneros (Francisco Arné?) e que o policial da Seccional 9 que o acompanhava naquela noite *também participaria do esquema*. Ofelia pergunta se algum dos rapazes (do Forno) pegou as ferramentas. Yayo responde que não sabe. Conversam sobre a necessidade de adotar algumas medidas de segurança como o resguardo de identidades e de telefones particulares. Conversamos sobre a possibilidade de vincular os casos de denúncias de repressão com a situação de irregularidade na ocupação do terreno e Ofelia repetiu o que dissera quando estava detida:

“... sentí lo mismo que cuando tuvimos los enfrentamientos en Pampa del Indio contra los colonos, que pretendían sacarnos de la casa de mi madre. Yo les dije, nosotros saldremos... pero vos pagarás con la vida de un hijo tuyo y así, pararon de enfrentarnos...”

Depois destas declarações comenta que *“... con Cristina Choique y Clara Chilcano de Ocasatafe resolvimos solicitar el anfiteatro Municipal Humberto del Nito para recaudar alimentos y útiles de limpieza para los hermanos indígenas afectados por las inundaciones en el norte de la provincia de Santa Fe, participarán juntos con la Comisión de Jovenes...”* Eric entrega um cartaz e pede que tirem cópias: constituíram uma “Comissão dos Povos Originários” para esta atividade. Ofelia pediu uns dias de licença na escola, o que descobro através de uma ligação que faço para a vice-diretora do estabelecimento; presumo que o motivo foi a necessidade de recuperar-se do trauma sofrido para poder levar adiante as gestões deste projeto. Adquire relevância, neste contexto, o modo como consegue uma articulação entre a Comunidade, sua detenção política e as autoridades escolares. Finalmente, no assentamento não se realizam as reuniões ordinárias. Ofelia explica: *“... las mujeres aprovechan para lavar la ropa que se les juntó durante la semana...”* Posteriormente resolvem participar de uma reunião preparatória de oficinas junto aos médicos do Centro de Saúde Juan B. Justo e assistir a um encontro – para o qual foram convocados – que denominam “Rede de redes” e que se desenvolvera no assentamento.

A intenção que orientava este encontro consistia em articular o trabalho interno das organizações, mostrando suas atividades e objetivos para obter, através das oficinas, “limpar” a cara junto à opinião pública e às autoridades policiais. Discute-se sobre a dinâmica das oficinas de trabalho e produção, é sugerida uma participação dentro do que a Prefeitura está estimulando com estes encontros. Depois de manter uma série de discussões com a intervenção de todos os participantes, agentes da Prefeitura, representantes de Organismos de Direitos Humanos, moradores – jovens em sua maioria –, ONGs e professores, resolve-se determinar quais serão os eixos do Encontro, para o que ficam estipuladas quatro temáticas: Saúde/alimentação, Direitos/educação. A escolha dos eixos visa mostrar os trabalhos produzidos pelos moradores, o que se deduz do assessoramento dos especialistas que destacam a necessidade de evidenciar as experiências desenvolvidas pelos próprios moradores do lugar. Surge a proposta de dividir estes eixos em temas, sem que isso faça com que as pessoas tenham que optar por um ou outro, mas com a intenção de lhes

permitir que circulem pelas oficinas que lhes interessarem. Estas atividades aconteceram em dois espaços: a Escola Juan Diego, na rua Reconquista, e no Salão da Igreja Evangélica do pastor Benítez, próximo do piso, na rua Almafuerde.

Recentemente, em novembro de 2004¹⁶³, os mesmos atores participaram de uma ocupação pacífica do terreno ao lado delimitado pelas ruas Reconquista, Avenida de la Travesía e Juan José Passo, ao lado da atual Delegacia de Polícia e de umas residências ocupadas em sua maioria por *criollos*. Em vista do acontecido, necessitam da documentação proveniente das gestões realizadas para a legalização do terreno, pois de imediato foram reprimidos pela Polícia e obrigados a se retirar do espaço, onde já haviam demarcado lotes e colocado pertences. Na Secretaria Pública de Habitação, dirigida e integrada pelos mesmos funcionários e profissionais que atuaram na remoção de 1991, começaram as gestões junto às autoridades municipais e provinciais. Foi composta uma Mesa de Negociações, integrada por delegados do assentamento – em sua maioria novos dirigentes jovens Toba e *criollos* – um funcionário do Plano Habitacional da Nação, a delegada do INAI em Santa Fe, o novo Diretor de Assuntos Indígenas da Província de Santa Fe e o responsável pelo Plano de Habitação da Província de Santa Fe. Depois de uma série de assembléias e reuniões que funcionaram no terreno ocupado – até que a Prefeitura mandou cercar a região – cada organização apresentou sua postura e respaldou a atuação do mais jovens. Resolveram que a Mesa de Negociações realizaria suas atividades no assentamento, conseguindo a participação do encarregado de terras do INAI. Atualmente se está buscando instrumentar oficinas de capacitação sobre direitos indígenas e se negocia entre as organizações indígenas existentes e as novas que se configuram no período a reivindicação do terreno por ocupação vicinal. Sem dúvida, estas atividades são herdeiras das experiências que vêm acumulando pela legalização do espaço, às quais se somam as atividades do censo e o funcionamento das instituições locais, através das quais estão formando o rumo de seu próprio caminho.

Através da transcrição destas reuniões e assembléias, tentamos transmitir o estado emocional e os sentimentos encontrados de pertença e de oposição às condutas dos moradores, que foram chamadas de “desviadas”. Seria uma simplificação supor que a situação que aconteceu no assentamento seja exclusivamente produto da ocupação irregular do terreno, ou que se deva à existência de jovens delinquentes com características que os vinculam (ou não) à rede do tráfico. O tráfico existe, dentro e fora deste assentamento, e não precisamente pelo consumo de coca. Os jovens entrevistados dividem características semelhantes, provenientes do fracasso escolar – porque em sua maioria se viram obrigados a abandonar a escola primária – e da impossibilidade de acesso a cursos de capacitação em ofícios. Inclusive, aqueles que contam com algum tipo de ofício, carecem de uma possibilidade real de desenvolvê-lo em empregos remunerados. Por outro lado, não é o desemprego ou o emprego o que mais afeta os jovens desta classe e o que permitiria explicar seu comportamento, mas o fato de que vêm, nos pequenos

¹⁶³ Ver mapa do assentamento e cópia dos documentos elaborados em Anexos.

roubos, a possibilidade de obter uma renda que realmente sua capacidade de consumo. Além disso, destacamos que embora alguns jovens tenham tido problemas com o vício, convivência com delinqüentes e cometeram delitos menores, a maior parte deles se mostra preocupada com a condição de indefesos do resto dos ocupantes do assentamento e as possibilidades de agir contra o “abuso de autoridade” suspeitando que a polícia local tem acordos com delinqüentes e traficantes da região. Explicar estas situações será motivo de outro trabalho, ainda que se possa arriscar uma explicação baseada na lógica com que a polícia intervém nestes lugares e que consiste em que consideram que o espaço ocupado pelos “favelados” é o lugar de destino dos delinqüentes e, portanto, decretam o estado de sítio e a perseguição dos Toba, exacerbando seus próprios preconceitos raciais, segundo ficou claro nas palavras do “Inspetor David”.

O material oferecido tenta demonstrar a relatividade das teorias aplicadas na interpretação ou explicação do crime, vinculando-o a certas condições sociais em contato com outros grupos sociais. Com base da teoria do rótulo, argumenta-se que os processos de criminalização se devem a certos desvios operados pela participação de outros atores (juízes e policiais) ou à formação de certa associação com os desviantes que os arrastam para a carreira do crime; o fator que ataria estas teorias aponta a influência mútua dos desviantes em uma exclusão social típica dos guetos, como sustenta Zaluar (1994: 113). Não estou totalmente de acordo com esta assertiva, pelo contrário, cremos que o caso apresentado permite que cheguemos a uma redefinição do lugar que instituições como a escola, os centros de saúde e a polícia vêm ocupando.

Lugar que ressignifica as funções antes exclusivas das relações pessoais entre pais e filhos, patrões e clientes, professores e alunos. A escola se esforça em sua tarefa socializadora e transmissora de instrução, mostra-se preocupada com o aumento da evasão escolar e a situação da implementação do bilingüismo, realiza uma tarefa de acompanhamento das crianças através do Conselho de Idosos e de membro da Comunidade em que desenvolve suas tarefas, mas, como as demais instituições mencionadas, precisa ter suas funções redesenhadas. Os jovens que completam a escola primária ou a abandonam atravessam, como qualquer adolescente, certa “crise de identidade”, tensionando seu vínculo social mais próximo e comunitário, juntando-se àqueles que crêem em seus próprios valores, razão por que, em alguns casos, se isolam do mundo dos adultos ainda que necessariamente de sua classe. Considero que esta rebeldia, freqüente em outros grupos, nos caso dos Toba se manifesta na necessidade de experimentar outros “regulamentos”, em conhecer outras práticas de socialização, o que não significa um caminho sem volta.

Creio que, chegando a este ponto, torna-se necessário retomar o enunciado no capítulo anterior sobre a necessidade de aprofundar o conceito de *pobreza*, tanto das instituições quando das agências financiadoras e das próprias análises sociais que tendem a uma simplificação do tema. Nas palavras de Clara:

“... Compartir como para concientizar a la sociedad toda de quiénes somos, qué es lo que queremos, como pensamos que simplemente queremos sobrevivir al igual que toda la

Humanidad... sobrevivir en el tiempo que nos toca vivir... frente a esa lucha, frente a esa resistencia tenemos que unificar criterios, unificar y afinar ... y de hilar finito, para el porvenir de nuestra sobrevivencia, de nuestra humanidad... queremos a nuestro territorio, al que hoy llaman de Argentina, lo queremos. Queremos a nuestra madre, a nuestra tierra, queremos sobrevivencia, queremos ese reconocimiento pero no que sea un reconocimiento de hecho, nomás para decir, sí allí están los indios, “probrecitos los indios...” Nosotros decimos que los Pueblos Originarios no somos pobres, somos pueblos empobrecidos que es una forma de decir totalmente muy diferente... empobrecidos por el mundo capital, por el mundo global al que hoy apuntala...” (Clara é delegada do povo Mocovi, representante de Ocastafe nas comemorações do Dia do Índio Americano 23.04.2003).

Como observa G. Gordillo (2002)¹⁶⁴, na atualidade a maior parte dos Toba têm uma forte marca de identidade: a de ser “pobres” (*pióGok*). Esta identidade foi profundamente moldada por sua experiência de trabalho nos engenhos como aborígenes; em consequência, é um marcador tanto de classe como de etnicidade. Esta identidade como “pobre” está tão fortemente ligada a sua aborígenidade (ou dito de outra maneira, sua identidade étnica está tão unida a uma experiência de classe) que a gente freqüentemente trata os termos “aborígine” e “pobre” como sinônimos. Assim, há quem fale de “pobres” quando querem se referir aos “aborígenes”. Os sentimentos de pertença criados por este processo se encontram desgarrados por estas tensões, que oscilam entre momentos de escassez, exploração e relativa autonomia; alienação e relativo controle; estranhamento político e aquisição de poder através de sua própria mobilização. Os múltiplos sentimentos de riqueza e pobreza criados por este movimento se alimentam uns aos outros em sua *negação*: em um processo no qual os traços de um lugar só podem ser entendidos em seu **contraste** com o outro.

Neste sentido, retomo um comentário de Irma sobre a colheita de algodão: *“...nosotras lo hicimos... nuestros hijos no lo conocieron, tenemos que levantar muy temprano y te lastima los dedos, levanto a las 4 de la mañana y hasta las 5 de la tarde, juntamos en una bolsa... se hace competencia por quien era más rápido, te pagaban por comida; para pagar el pan y una lata de picadillo tenías que trabajar y cargar, para pagarlo...”*. A maior parte das Mulheres da Associação Toba de Empalme trabalharam na colheita de algodão, algumas delas mencionam que na Reserva Toba do Teuco Del Bermejito – de uns 150.000 há – deveriam mensurar as 14 comunidades e *“... como el gobierno no cumplía...”*, se juntaram e fecharam a ponte (a ponte Santana do Río Bermejo). Com a mesma naturalidade e emoção, falam sobre as palmeiras e a necessidade de cuidar do palmito, e explica (Irma): *“...la sacamos verde del monte y la hacemos secar durante 5 días... cuidamos la planta verde para usar la hoja y hacer cestas para vender, para comprar ropa y comida...”*

Mas o que quer dizer para os Toba “ser pobre”? Como se relaciona esta identidade com seus sentidos de lugar e em particular sua experiência na floresta...? Os Toba associam a pobreza, em primeiro lugar, com necessidades materiais não satisfeitas, especialmente com respeito a vestuário, comida e moradia. Muitos sintetizam a condição de “ser pobre” com a expressão “não ter nada”; do mesmo modo, muitos igualam ser rico a “ter tudo”. Além de

¹⁶⁴ Tradução de Gordillo, Gastón “The Dialectic of Estrangement: Memory and the Production of Places of Wealth and Poverty in the Argentinean Chaco”, *Cultural Anthropology*, 17 (1): 3-31. 2002.

apresentar estes conceitos em termos de absoluta falta de posses e posse absoluta, muita gente associa a pobreza com ignorância ou falta de “estudo”, como falou o pastor Benítez na ocasião da entrevista do censo, explicando desse modo sua falta de êxito na carreira religiosa. Na década de 1990, a única fonte relativamente importante de renda nas comunidades Toba eram os empregos do setor público, que haviam sido distribuídos na década anterior. Os empregos bem remunerados, restritos a uma minoria de líderes políticos, agentes sanitários, parteiras e auxiliares docentes, foram criando uma incipiente diferenciação de classe, e tornaram tensas as relações entre estes e os Toba, que carecem de rendas regulares. Estas são algumas das diferenças que tensionam a legitimidade da representação, mas que não significam a ruptura dos valores e das normas sociais que se redefinem, mantêm e reafirmam.

O comportamento comunitário, com a sucessão de assembléias e mobilizações de todos os moradores do assentamento para garantir sua segurança e o controle da situação, efetivados através de suas próprias instituições locais, apoiadas na religião e no culto, somando a cada vez novas experiências de reivindicação cidadã, me permitiram perceber certos ganhos momentâneos que implicaram que tanto a insegurança social como a violência foram controladas. Tensionaram. Reconfiguraram-se e se restabeleceram vínculos de solidariedade entre os dirigentes e os moradores, que possibilitaram que, ainda hoje, continuem lutando em negociações para regularização do terreno. Sem dúvida, a rotina futura revelará como e qual será a inserção de cada um na dinâmica do bairro, mas queremos destacar que um setor projeta um processo de renovação que parece desenvolver-se com baixo perfil de discussão política mas com desenvolvimento sustentado.

CONCLUSÃO

“ ... todas estas razas oscuras son muy estúpidas y viciosas, tienen el más bajo de los espíritus... En cuanto a los mestiços y castiços, debemos recibir muy pocos o ninguno; especialmente en lo tocante a los mestiços, ya que cuanto más sangre nativa tengan más se asemejan a los indios y serán menos estimados por los portugueses... ” - Alessandro Valignano, reorganizador da missão jesuíta na Ásia 1574-1606.

Em nossa análise dos processo de migrações e das estratégias adotadas pelos grupos indígenas nos últimos anos, tentamos superar o uso de dicotomias através da integração de diversos âmbitos de circulação de expressões, vozes, registros e níveis de análise. Para isso, retomamos o conceito clássico de contato interétnico e operamos através da análise situacional, o que nos permitiu aproximarmo-nos de uma explicação das relações interétnicas que se estabelecem no seio dos fenômenos sociais urbanos contemporâneos. Estamos, também, a dinâmica sociopolítica do tratamento da questão indígena no processo de sua incorporação aos novos Estados, em seus avanços e retrocessos, em seus acertos e desacertos, relevando o papel ativo de sua participação e os modos como souberam produzir respostas políticas de grande versatilidade e resistência, insistindo na manutenção das fronteiras étnicas. No marco das relações estabelecidas pelas novas estruturas políticas, os Toba se viram obrigados a criar novas estratégias de ação para fazer frente às estruturas administrativas impostas. Desta maneira, modelando as próprias estruturas, alcançaram uma continuidade na tentativa de possuir e exercer o controle burocrático. Exemplos disso são a eleição, ainda que temporária, do dirigente indígena Cabezas para o INAI em 1999, a participação de líderes Toba na Direção do IDACH nos últimos anos e a participação nos partidos políticos com candidatos próprios e aspirando a cargos públicos.

Foi através da realização de estratégias próprias que conseguiram desenhar um novo mapa de sua territorialidade, com avanços e retrocessos, entre lutas e acordos, em negociações e jogos estratégicos em que o cultural demonstra suas implicações materiais quando se trata de driblar os obstáculos e reacomodar-se às circunstâncias de confronto entre os sujeitos sociais que tentam estruturar campos políticos de poder. A este mecanismo denominei de: voltas e re-voltas. Em nossa prática antropológica, na busca de compreensão destes processos, tentamos superar a noção de trabalho de campo etnográfico limitado e balizado em um grupo e optamos por atentar para as relações estabelecidas no lugar, a sua configuração de espaços diferenciados.

Este enfoque nos permitiu produzir observações enfocadas de perspectivas espaciais diferentes, assim: tratamos de nos deslocarmos com os

Toba para reuniões e encontros realizados em Santa Fe e Buenos Aires; movemo-nos e fizemos observação participante nos distintos assentamentos da cidade de Rosario para, finalmente, centrar nossa análise no bairro Toba de Empalme Graneros. Viajamos imaginariamente através de seus relatos pelo interior do Chaco, regressamos com nossos cadernos de notas a Resistencia e atravessamos suas diversas manifestações de afirmações e esperanças. Este trajeto etnográfico e analítico se baseou tanto em uma noção histórica da antropologia como uma antropologia da história e tentou desentranhar a atual dinâmica da presença indígena urbana em processos históricos e imaginários ideológico-culturais, que fazem parte de seu processo de formação étnica.

Deste modo, nossa análise se difere tanto da produção acadêmica dos “especialistas” como da costura ideológica da abordagem teórica que decretou o “desaparecimento” dos Toba. Estes últimos consideram os Toba mestiços e criollos por seu alto grau de incorporação à economia e à sociedade regionais, aplicando igual letra sobre os grupos indígenas que vivem na cidade, aos quais nega etnicidade por não manter uma “forte contrastibilidade cultural”. É com base em exposições destas características que se habitam os organismos do Governo a se desentender de seu destino, permitindo-lhes, ademais, que demonstrem sua insatisfação quando se requer que atuem frente a demandas expressas – como em algumas das assinaladas nos últimos tempos.

Retomamos a proposta de Mitchell (1962), que distingue as mudanças processuais das situacionais ou de comportamento surgidos como consequência da participação em sistemas diferentes. Esta proposta nos permitiu determinar como os Toba conseguiram sua própria sobrevivência cultural ao realizar uma síntese particular do processo histórico que haviam atravessado. Neste sentido, podemos estabelecer diferentes momentos de reforço da identidade étnica e de adoção de estratégias de comportamento nas sucessivas filiações assumidas pelos Toba.

Assim, o primeiro momento é situado no processo de construção da Igreja Evangélica, que significou a busca de uma afirmação de autonomia, conseguida através do que denominam de “a Igreja Toba”. O segundo momento se relaciona com a sanção do Estatuto do Peão Rural, que modificou o regime de arrendamento, contendo os conflitos e excessos já existentes e que – somado à criação das Colônias – tutela a relação entre patrões e trabalhadores do campo. Este acontecimento contribuíram para a emergência do mito, na figura carismática do peronismo, em uma segunda e nova filiação.

O terceiro momento coincide com as migrações para as capitais dos estados em busca de afirmação política e reconhecimento de cidadania, uma espécie de “convergência geográfica” de diferentes etnias. Nesta ocasião se instituem mecanismos de representação através de alianças externas, que lhes permitem elaborar projetos de uma unidade política futura a ser incorporadas à reafirmação dos valores morais e das crenças fundamentais que foram a base de sua existência coletiva. Retorno neste sentido a Pacheco de Oliveira (1999), que assegura que o que é próprio das identidades étnicas é que nelas a atualização histórica não anula o sentimento de referência à origem, mas o

reforça. A solução simbólica e coletiva desta contradição emerge da força política e emocional da etnicidade.

Como vimos, as práticas e interpretações indígenas sobre as migrações para a cidade lhe permitiram ir reformulando a dimensão alcançada por suas mobilizações, permitindo ao grupo assegurar o controle dos lugares e estabelecer estratégias de sobrevivência cotidianas em contextos de profundas modificações sociais como também a possibilidade de ter indidentidades múltiplas ou reconhecer a hibridez cultural que enriquece os processos das civilizações. Em um mundo com muitas vozes falando ao mesmo tempo, um mundo urbano multinacional de marcada fugacidade institucional, onde as “raízes” de cada um estão em certa medida cortadas, torna-se difícil atribuir identidade humana e significaos plenos a uma “cultura” ou “linguagem”.

Tentamos, ao estilo de Mashpee, trazer as vozes e a persistência da presença urbana indígena dos Toba em Rosario em dados quantitativos e qualitativamente demonstráveis. Mesmo quando certos aspectos poderiam exigir que nos aproximássemos deles com maior profundidade, optamos por incidir através da análise dos censos, das associações e organizações do assentamento, de um lugar privilegiado de observação entre os jovens da segunda geração e as mulheres. É preciso destacar que o presente trabalho é caudatário de abundantes legados e inumeráveis sugestões e que suas conclusões são provisórias já que podem existir “pontos de continuidade que precisariam ser melhor examinados e avaliados de forma diferente”. Para finalizar, queremos frisar que todo trabalho de pesquisa antropológica tem entre seus méritos “colocar no mapa” grupos sociais muitas vezes ignorados e ameaçados em sua sobrevivência tanto econômica como social.

Neste sentido, esperamos contribuir com este trabalho para uma maior visibilidade dos índios Toba de Rosario, com suas particularidades, diversidades e buscas de caminhos para exercer o direito de reconstruir, confrontar ou reproduzir sua cultura nos termos estabelecidos e delineados por eles mesmos no marco de seus próprios pluralismos internos, com seus nomes, rostos e vozes...

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AGUIRRE BELTRÁN, G. - 1992 "Obra Antropológica VI. El Proceso de Aculturación y el cambio socio-cultural en Mexico" Fondo de Cultura Económica, México.
- ACUÑA Y SMULOVITZ, C - 1994 – "Militares en la Transición Argentina: del gobierno a la subordinación Constitucional" In: Revista Paraguaya de Sociología. Año 31, N°89 (enero-abril de 1994) p.95-155.
- ALCOFF, L. - 1.989 - "Feminismo cultural versus pos-estructuralismo: la crisis de la identidad en la teoría feminista" En Revista Feminaria 4.1 Noviembre(818FS) Buenos aires. - Originalmente EN Signs: Journal of Women in Culture and Society. Vol 13.Nº3 (Spring 1988). Pp. 405-436 titulado "Cultural Feminism versus Post-Structuralism: The identity Crisis in Feminist Theory".
- ANDERSON, B. - 1.993 – "Comunidades Imaginadas – Reflexión sobre el origen y la difusión del nacionalismo" Fondo de cultura Económica, Mexico.
- BARNES, J.A – 1966 "Networks and Political Process" (51-76). In: Social Networks in Urban Situations– Manchester University Press.
- BARTH, Fredrik - 1976 "Los Grupos étnicos y sus fronteras – la organización social de las diferencias culturales" – Fondo de Cultura Económica – México.
- 2.000 – "O Gurú, o iniciador e outras variações antropológicas. Ed. Contracapa – Rio de Janeiro.
- BARTOLOMÉ, M. A. –1981 "Introducción: La cuestión étnica en America Latina" – Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales Nro.103 UNAM, México.
- 1996 "Movimientos Etnopolíticos y Autonomías Indígenas en Mexico" – Serie Antropologia Nro. 209– Dto. de Antropologia UBA, Brasilia.
- BENEDICT ANDERSON – 1993 – "Comunidades Imaginadas – Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo " Fondo de Cultura Económica – México.
- BENOIT DE L'ETOILE, Federico Neiburg, Lygia Sigaud (org) 2002 "Antropologia, Imperio e estados nacionais" Ed. Relume Dumara – Faperj – RJ.
- BRAVO MARENTES, C. (INI) 1993 - "Reelaboración de identidades indígenas en la ciudad de México" In: Antropología y Ciudad - Estrada, Nieto, Nivón, Rodríguez (coords.) – Cielas UAM.
- BORRINI, H. - 1991 - Ocupación y organización del espacio en el territorio de Formosa (1880-1980) - Cuadernos de geohistoria regional No.24 - CEMAL - Resistencia.
- BOTTE, S. - 1985 - Tratamiento de la Cuestión Indígena - Estudios e investigaciones No.2 - Dirección de Información Parlamentaria del Congreso de la Nación - Buenos Aires.
- BOURDIEU, P. - 1989 "O poder simbólico" – DIFEL – Lisboa.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R 1964 – "O indio e o mundo dos brancos. A situação dos Tukúna do Alto solimoes" - EDUnB - Brasilia.
- 1968 – "Urbanização e tribalismo. A integração dos índios Terena numa sociedade de classes" – Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.
- 1971 – "Identidad étnica, identificação e manipulação". Em: Identidade, etnia e estrutura social, Ed. Pionera (1976), Sao Paulo.
- CARRASCO, M. Y BRIONES, C. - 1996 - "La tierra que nos quitaron" reclamos Indígenas en Argentina - Asociacion de Comunidades Aborígenes Lhaka Honhat - Documento IWGIA Nro.18 - Salta, Argentina.
- CARRASCO, M. 1991 – Hegemonía y Políticas Indigenistas Argentinas en el Chaco Centro Occidental" (63-122) In América Indígena – Vol LI N°1- México.
- CLIFFORD, J. 1995 – "Dilemas de la cultura – Antropología, literatura y arte en la perspectiva posmoderna" – Gedisa – Barcelona.
- 1999 – "Itinerarios Transculturales" – Gedisa – Barcelona.
- COHEN, Abner 1969 "Custom and policts" "The lesson of ethnicity" In: Urban Africa – London, Routledge & Kegan Paul; Berkeley, University of California Press.
- 1974 - "The lesson of ethnicity" in: Urban Ethnicity. London, Tavistock.
- COULON, A. 1995 – "A escola de Chicago" – Ed.Papirus – Campinas (S.P.)
- CORDEU & SIFFREDI, 1971 – "De la algarroba al algodón, movimientos mesiánicos de los Guaycurú" Juarez Ed., Buenos Aires.
- DIAS DUARTE, L.F. 2002 – "A Psicologia como linguagem social: O caso argentino" Resenha do livro de Plotkin (2001) - Revista MANA/PPGAS/MN/UFRJ.

- EPSTEIN, A. L. 1961 – “The Network and Urban Social Organization” (77-116) & “Gossip, Norms and Social Network (117-127). In: *Social Network in Urban Situations* – Manchester University Press.
- FOUCAULT, Michel 1983 “The subject and power” In: DREYFUS, Hubert L. & RABINOW, Paul Michael *Foucault: beyond structuralism and hermeneutics*, The University of Chicago Press, Chicago.
- 1985 – “Vigilar y Castigar - nacimiento de la prisión” – Siglo XXI Argentina ed.
- 1991 “Questions of method” In: Burchell, Graham; Gordon, Colin & Miller, Peter, eds.
- 1992 “Genealogía del Racismo. De la guerra de las razas al racismo de Estado, Madrid.
- GLUCKMAN, M. 1971 – *Order and Rebellion in Tribal Africa*, Cohen & West, London.
- 1987 – *Análise de uma situação social na Zululândia Moderna* – In: Bela Feldman Bianco (ed.) – *Antropologia das sociedades contemporâneas – Global – São Paulo*.
- GRAMSCI, A. 1975 *Los intelectuales y la organización de la Cultura* (Cuadernos de la Cárcel Número Dos) – Juan Pablos – México.
- GEERTZ C. 1994 – Tercera parte: “Conocimiento local: hecho y ley en la perspectiva comparativa” In: “Conocimiento local – ensayos sobre la interpretación de las culturas” Paiaadós Basica- Barcelona.
- GORDILLO, G. 2.002 “The Dialectic of Estrangement: Memory and the Production of Places of Wealth and Poverty in the Argentinean Chaco” *Cultural Anthropology* 17(1): 3-31. -Traducción de Gordillo, Gastón.
- 2.004 “*The Gran Chaco in the Making of Argentinean Anthropology: A Critical History (1899-1989)*” – inédito 25fs. Department of Anthropology and Sociology University of British Columbia.
- HANNERZ, Ulf 1986 – “Exploración de la ciudad – Hacia una antropología urbana” – Fondo de Cultura Económica – México.
- HALL, S. 1993 – The local and the global: globalization and ethnicity. In: King, Anthony (ed.) *Culture, globalization and the world system* – Macmillan – Department of Art and Art History – State University of New York at Binghamton.
- HALPERIN DONGHI, T. 1963 – *La expansión ganadera en la campaña de Buenos Aires (1810-1852)* in: *Desarrollo Económico – Año 1 –No.1/2 Buenos Aires*.
- _ 1975 – *Historia contemporánea de América Latina* – Alianza, Madrid.
- HARRISON, F. 1995 – The Persistent Power of “Race” in the Cultural and Political Economy of Racism – *Annual Review of Anthropology* 24: 47-74.
- HERMITTE, E. et all 1995 – “Estudio sobre la situación de los Aborígenes de la Provincia del Chaco y políticas para su integración a la sociedad nacional” Ed. Universitaria – Universidad Nacional de Misiones, Posadas.
- HERNANDEZ, I. 1992 *Los Indios de Argentina* – Mapfre – Madrid.
- HERNANDEZ CASTILLO, R. Aida 2.000 – “Etre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género” En *Revista Memória* num 132, México,D.F.
- HOSBWAWN, E & RANGER T. (org) 1984 – “A invenção das tradições” – Paz e Terra – Rio de Janeiro.
- 1990 “Introdução” e “O Nacionalismo no final do século XX” In: “Nações e Nacionalismo desde 1780” (programa mito e realidade) – Paz e Terra – Rio de Janeiro (11-25/195-218).
- HURET, J. 1986 - *De Buenos Aires al Gran Chaco* - Ed. Hyspamerica - Madrid.
- IÑIGO CARRERA, N. 1983 - *La colonización del Chaco* - CEAL - Buenos Aires.
- 1988 - *La violencia como potencia económica: Chaco 1870-1940* - CEAL - Buenos Aires.
- JULIANO, D. 1987 - *El discreto encanto de la adscripción étnica voluntaria* - in: *Procesos de Contacto Interétnico* (Catullo,M.et all -ed) Conicet - Buenos Aires.
- KING , A. (Ed) -1993 - "Introduction: space of culture, spaces of knowlwdgw" In: *Culture, globalization and the world-system*. Macmillan - Dto. Of Art and Art History - State University of New York at Binghamton.
- LLOYD, P.C. 1972 “Teoría del Conflicto y Reinos Yoruba” (69-114). In: “*Historia y Antropología*” I.M.Lewis- Seix Barral – Barcelona.
- L’ESTOILE, Benoît de 1997 “Africanisme & Africanism”: Esquisse de comparaison Franco-Britannique” In *L’Africanisme en Question*. A. Piriou et E.Sibord (eds). Paris. Centre d’Etudes Africaines. EHESS (pgs. 19-42).
- LENTON D. 2005 - "<Todos éramos desarrollistas...>: la experiencia del Primer Censo Indígena Nacional". *Revista Etnía*, Instituto de Investigaciones Antropológicas de Olavarría, VOL. 46-47.

- MADANES, M y Pezzoli, N. – 2.004 “ El Censo Indígena Nacional en la Argentina” inédito, disponible on-line – (10fs.).
- MAEDER, E. 1990 - Las fronteras interiores: contactos históricos entre la sociedad nacional y el mundo aborígen. En: Cuadernos de geohistoria regional - Regiones y fronteras en el nordeste argentino No. 22 - Instit. de Investig. geohistóricas - CEMAL - Conicet - Fundanord - Resistencia.
- MAYER, A 1980 “La importancia de los cuasi-grupos en el estudio de las sociedades complejas” In: “Antropología social de las sociedades complejas” Alianza Universidad, Madrid. (pp.108-132).
- MEILLASSOUX, C. 1985 “Mujeres, graneros y capitales – economía doméstica y capitalismo” Siglo XXI – México.
- METRAUX, A. 1946 “Ethnography of the Chaco” In: Steward, Julian (ed.) Handbook of South American Indians, Vol I, The Marginal Tribes, New York, Cooper Square Publishers, pp.197-370.
- MINTZ, S. 1977 “Africa en América Latina: una reflexión desprevénida” In: Moreno Fragnals, M. – Unesco – Paris , Siglo Veintiuno – México.
- MILLER, E. 1979 “Los Toba Argentinos. Armonía y disonancia de una sociedad – Siglo XXI – México.
- MITCHELL, J. C. 1966 “The concept and use of social Networks” In: “Social Network in Urban Situations” – Manchester University Press, pp. 1-50.
- 1969 “Analyses of Personal Relationships in Central African Towns” In: (ed.) “Social Networks in Urban Situations” – Manchester University Press.
 - 1980 – “Orientaciones teóricas de los estudios urbanos en África” In: “Antropología social de las sociedades complejas” – Alianza Universidad Madrid (pp.53-81).
- MOORE, H. 1.996 – “Antropología y feminismo” Ed. Cátedra, S.A. – Madrid.
- MOMBELLO, L. 2.002 – “Evolución de la política indigenista en Argentina en la década de los noventa”. Proyecto: *Self-Sustaining Community Development in Comparative Perspective* - CLASPO- The University of Texas at Austin. Neuquén (disponible on-line).
- OLIVEIRA CARDOSO DE, R 1960 – “O Processo de Assimilação dos Terêna” Museu Nacional – Rio de Janeiro.
- 1964 - “O índio e o mundo dos brancos” - EDUNB – Brasília.
 - 1968 - “Urbanização e Tribalismo. A integração dos índios Terêna em uma sociedade de classes. Ed. Zahar – Rio de Janeiro.
 - 2.000 – “Fronteras, naciones e identidades. Comentarios” (In: Fronteras, naciones e identidades. La periferia como centro - Org. Alejandro Grimson) Ed. Crujia – Buenos Aires.
- OLIVEIRA PACHECO DE, J -1979 - "O caboclo e o brabo" in: Encontros com a Civilização Brasileira. N. 11. Maio.
- 1985 - "Contexto e Horizonte Ideológico; reflexões sobre o Estatuto do Índio" in: Sociedades Indígenas e o Direito uma questão de direitos humanos"/ Silvio Coelho dos Santos. Org. (et.al.) Edit. Da UFSC - Co-Edição CNPq, Florianópolis.
 - 1987- "Antropologia Política" in: Silva, Benedita (coord) Dicionario de Ciências Sociais (2da. Edic.) FGV:64-67, Rio de Janeiro.
 - 1987 “Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil” (org) - Marco Zero - São Paulo.
 - 1988 – “O “Nosso governo”: Os Ticuna e o Regime Tutelar” – Museu Nacional (UFRJ) – Rio de Janeiro.
 - 1990 - "Segurança das fronteiras e novo indigenismo: formas e linhagem do Projeto Calha Norte" in: Antropologia & Indigenismo 1 . Rio de Janeiro, UFRJ/PETI.
 - 1998 (org.) “Indigenismo e territorialização. Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil Contemporâneo” – Contra Capa – Rio de Janeiro.
 - 1999 – (org) “A viagem de volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena” – Contra Capa – Rio de Janeiro.
 - 1999 – “Ensaio em Antropologia Histórica” – Ed. UFRJ – Rio de Janeiro.
- PALAVECINO, E. 1948 “Áreas y capas culturales en el Territorio argentino”. GAEA, Buenos Aires.
- 1959 “Áreas de cultura folk en el territorio argentino; esbozo preliminar” In: Folcklore Argentino – Ed. Humanior, Buenos Aires.
 - 1965 “Introducción al problema indígena chaqueño (m.s.). Primera Convención Nacional de Antropología. Universidad Nacional del Nordeste, Facultad de Humanidades. 23-28 de mayo de 1965. Resistencia.
- PLA, A. 2.000 – (org.) “Rosario en la Historia (de 1930 a nuestros días)” II Tomos – Editora UNR – Rosario.

- POTASH, R. A. –(?) - El Ejercito y la Política en la Argentina 1928-1945 de Yrigoyen a Peron - Ed. Sudamericana - Buenos Aires.
- RADOVICH, J. Et all.- 1992 - La problemática indígena, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires.
- 1999 - (org.) Estudios antropológicos sobre la cuestión indígena en la Argentina. Ed. Minerva, Buenos Aires.
- RODRIGUEZ, G. 1988 – “Identidad y Autoconciencia en una situación de contacto interétnico”- Cuadernos de Antropología N2 – Eudeba – Buenos Aires.
- 1991 “Asentamiento Toba-Qom en la ciudad de Rosario – Procesos étnicos identitarios” América Indígena, VolLI N1 – Instituto Indigenista Interamericano.
- 1996 “Derechos Humanos, minorías aborígenes y sistemas jurídicos totales. El caso argentino” (233-253) In: “Pueblos indios, soberanía y globalismo” Varese Stefano (comp..) Ed. Aya-Yala, Quito – Ecuador.
- ROBERTSON - 1993 - "Social theory, cultural relativity and the problem of globality" In: King, Anthony (Ed) Culture, globalization and the world system. Macmillan/ Dpt. Of Art and Art History - State University of New York at Binghamton.
- SPRANDELL, M. Et all. -1995 – Nordeste Argentino: A vida, o trabalho e as lutas de quem vive no "Coração do Mercosul" - Informe Ag. Vitae –mimeo- São Paulo.
- SEYFERTH, G. 1994 – “Identidade, Território, Pertencimento” (57-71) In: Psicologia & Práticas Sociais – Vol2 Nro.1 – UERJ- Rio de Janeiro.
- 1997 – “Eugenia, Racismo e o Problema da Imigração no Brasil” (245-252) In: ...
- SIGAUD, L. 1978 “A Morte do Caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios” In: Boletim do Museu Nacional Nro. 30. Rio de Janeiro.
- SLAVSKI, L. 1.987 “Indigenismo, etnodesarrollo y autonomía” Revista de Antropología II (2), Buenos Aires.
- STRATHERN, M. 1990 “El feminismo y la antropología” En Revista Feminaria Nº 6 Año III-pp.1-9 – Buenos Aires.
- SUSNIK, B. – 1972. Dimensiones migratorias y pautas culturales de los pueblos del Gran Chaco y de su periferia. Enfoque etnológico. Inst. de Historia, UNNe. Resistencia.
- 1979/1989. Los Aborígenes del Paraguay, Etnohistoria de los chaqueños y etnohistoria de los guaraníes, Museo Etnográfico Andrés Barbero, Asunción.
- TAMAGNO, L. 1990 “La identidade étnica y la lucha por el espácio urbano. Indígenas en el área metropolitana bonaerense” - III Congreso Argentino de Antropología Social - Rosario.
- 1991 – “La cuestión indígena en Argentina y los censores de la indianidad” In: América Indígena, tomo I.
- 2001 – “Nam Qom hueta’a na dosqshi Ima” – Los Tobas en la casa del hombre blanco. Identidad, Memoria y Utopía” - Ed. Al margen - La Plata.
- TAUSSIG, M. 1993 – “Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem – Um estudo sobre o terror e a cura” - Paz e Terra – São Paulo.
- THOMAS, W. and Znaniecki, F. 1974 – “The Polish Peasant in Europa and America” Vol. II – Chapter V (1397-1463) Part III (1467-2244) Octagon Books – New York.
- URREA, G. 1994 – “Pobladores urbanos redescubiertos: Presencia indígena en ciudades colombianas” In: “Estudios sociodemográficos de Pueblos Indígenas”- Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE) Serie E Nro. 40 – Santiago.
- VELHO, O. -1972 - "Frentes de expansão e estrutura agrária", Zahar Editores. Rio de Janeiro.
- WOLF, E. 1.980 – “Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo en las sociedades complejas” (19-39). In: Banton (comp.) “Antropología social de las sociedades complejas” – Alianza Editorial, Madrid.
- 1982 - "Europe and the people without history" Univ. of California Press, Berkeley.
- ZALUAR. A 1994 “Condomínio do Diabo” - Revan:Ed.UFRJ – Rio de Janeiro.
- ZNANIECKI, F 1944 “Las sociedades de cultura nacional y sus relaciones” Jornadas 24 – Centro de Estudios Sociales - El Colegio de México.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- Aguirre, o. 2.000 –“Historias de la máfia en la Argentina” Ed. Aguilar-Alfaguara – Buenos Aires.
- Barnes, J.A 1966 “Networks and Political Process” (51-76). In: Social Networks in Urban Situations– Manchester University Press.

- ARIAS, N. 1996 "O Bairro Toba na cidade de Resistência: questão de estigma, jogo político ou diversidade cultural?" - Dissertação de Mestrado, mimeo- PPGAS/MN/UFRJ – Rio de Janeiro.
- BÓRMIDA, M. - 1976 - "Etnología e Fenomenología, ideas acerca de una hermenéutica del extrañamiento" - Ed. Cervantes, Buenos Aires.
- CLÉMENT, Catherine e Kriteva, Julia 2001 – "O Feminino e O Sagrado" – Rocco – Rio de Janeiro.
- DOSTAL, Walter. –1972- "The situation of the Indian in South America –Contributions to the study of inter-ethnic conflict in the non-Andean regions of South America" (pg. 218/251) – Ethnological Institute of the University of Berne... World Council of Churches, Geneva.
- FIGOLI, L. 1984 – "A emergência de uma identidade regional no campo das relações interétnicas" - Tempo Brasileiro – Rio de Janeiro.
- FRIEDMAN, J. 1992 – "The Past in the Future: History and the Politics of Identity" – American Anthropologist, 94 (4): 837-859.
- GARCIA CANCLINI, N. 1982 - Las Culturas Populares en el Capitalismo – Nueva Imágen – México.
- 1992 Culturas Híbridas – estratégias para poder entrar y salir de la modernidad – Sudamericana – Buenos Aires.
- GARBULSKY, E. 1994 "Cuestión étnica – cuestión social. Las fronteras contemporáneas de los grupos toba (qom) en Rosario en el umbral del siglo XXI" In: Andes, antropología e historia n° 6 – Fac. Humaniades y Artes, Salta.
- GRUZINSKI, S. 1995 " La colonización de lo imaginario - Sociedades indígenas y occidentalización en el México español. Siglos XVI-XVIII" - Ed. Fondo de Cultura Económica.
- GUBER & VISACOVSKI, 1997-1998 "Controversias filiales: la imposibilidad genealógica de la Antropología Aocial en Buenos Aires" In: Relaciones de la Sociedad Argentina de antropología"Nro. XXI-XXIII, Buenos Aires.
- 2.000 – "La antropología social en la Argentina de los '60 y '70. Nación, Marginalidad crítica y el Otro interno". In: Desarrollo Económico, Vol 40 Nro. 158 (julio-setembre) Buenos Aires.
- Junqueira, Carmen et all. –1981 – Antropología e Indigenismo na America Latina" – ed. Cortez, São Paulo.
- KALINSKY, Beatriz et all. –1998 – Documento preparado para el Foro sobre la reforma del Codigo Procesal de la Provincia de Neuquén en relacion con las comunidades indígenas.
- MARSHALL, T.H. –1965 "Social Policy in the Twentieth Century" Hutchinso of London.
- METRAUX, Alfred – 1967 – "Religion y Magias Indígenas de America del Sur" – Ed. Aguilar, Madrid.
- LLOYD, P.C. 1972 "Teoría del Conflicto y Reinos Yoruba" (69-114). In:"Historia y Antropología" I.M.Lewis- Seix Barral – Barcelona.
- L'ESTOILE, Benoît de 1997 "Africanisme & Africanism": Esquisse de comparaison Franco-Britannique" In L'Africanisme en Question. A. Piriou et E.Sibord (eds). Paris. Centre d'Etudes Africaines. EHESS (pgs. 19-42).
- MEILLASSOUX, C. 1985 "Mujeres, graneros y capitales – economía doméstica y capitalismo"Siglo XXI – México.
- MINTZ, S. 1977 "Africa en América Latina: una reflexión desprevenida" In: Moreno Fragnals, M. – Unesco – Paris , Siglo Veintiuno – México.
- MILLER, E. 1979 "Los Toba Argentinos. Armonía y disonancia de una sociedad – Siglo XXI – México.
- MIRANDA BORELLI, J. 1978 Ethnohistoria del Chaco- Región – Resistencia.
- MITCHELL, J. C. 1969 (org) "Social Networks in Urban Situations – Analyses of Personal Relationships in Central African Towns" – Manchester University Press.
- 1966 "The concept and use of social Networks"(1-50) in: "Social Network in Urban Situations" – Manchester University Press.
- ONEGA, G. S. 1969 – "La inmigración en la literatura argentina -1880-1910" Ed. Galerna – Buenos Aires.
- 1999 – "Cuando el tiempo era otro - Una historia de infancia en la pampa gringa" Ed. Grijalbo-Mondadori – Buenos Aires.
- PALMEIRA, M. 1977- "Projeto emprego e mudanças sócio-econômica no Nordeste – Cap.5: Invenção da migração. Cap.6: Levantamento bibliográfico sobre emprego e migração – Biblioteca do PPGAS –UFRJ-Rio de Janeiro.
- PALAVECINO, E. 1959 "Areas de cultura folk en el territorio argentino; esbozo preliminar" In: Folcklore Argentino – Ed. Humanior, Buenos Aires.

- RODRIGUEZ, G. 1988 – “Identidad y Autoconciencia en una situación de contacto interétnico”- Cuadernos de Antropología N2 – Eudeba – Buenos Aires.
- 1991- “Asentamiento Toba-Qom en la ciudad de Rosario – Procesos étnicos identitarios” América Indígena, Vol. I N1 – Instituto Indigenista Interamericano.
- ROHDEN, F 2001 – “Uma ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher” Ed. Fiocruz – Rio de Janeiro.
- ROMANO, J. 1982 – “Indios proletarios en Manaus – El caso de los Sateré-Mawé ciudadanos – Fund. Univ. Brasília – Brasília.
- SAID, Edward W. 1996 – “Orientalismo. O Oriente como invenção do ocidente” – Cia das Letras, Rio de Janeiro.
- SAYAD, A. 1998 – “A Imigração ou os paradoxos da alteridade” - EDUSP, São Paulo.
- SENNETT, R. & COBB, J. 1972 – “The Hidden Injuries of Class” Alfred A Knopf, New York.
- 1997 – “Eugenia, Racismo e o Problema da Imigração no Brasil” (245-252) In:
- SIGAUD, L. 1978 “A Morte do Caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios” In: Boletim do Museu Nacional Nro. 30. Rio de Janeiro.
- SHAPIRO, S. 1962 “The Toba Indians of Bolivia” In: América Indígena – Vol XXII, Nro.3.
- SURIANO, J. 2000 (org) “La cuestión social en Argentina 1870-1943” – La Colmena, Buenos Aires.
- SPRANDEL, M- 2002 “Aqui não é como na casa da gente...” Comparando Agricultores Brasileiros na Argentina e no Paraguai. In: Argentinos e Brasileiros. Encontros, Imagens e estereótipos Freigerio et al (orgs.) Ed. Vozes – Petrópolis.

ANEXO 1

LISTA DE SIGLAS E INSTITUÇÕES UTILIZADAS:

AIRA - Asociación Indígena de la República Argentina.
 APPCH - Asociación de Pequeños Productores del Chaco.
 ENDEPA - Equipo Nacional de Pastoral Aborígen.
 IDACH - Instituto Aborígen del Chaco.
 INAI - Instituto Nacional de Asuntos Indígenas.
 INCUPO - Instituto de Cultura Popular.
 INDES - Instituto Nacional de Desarrollo Social y Promoción Humana.
 INDEC - Instituto Nacional de Estadísticas y Censos.
 I.I.I. - Instituto Indigenista Interamericano.
 JUM - Junta Unida de Misiones.
 OCASTAFE - Organismo de Comunidades Aborígenes de Santa Fe.
 UNPEPROCH - Unión de Pequeños Productores del Chaco.

I. DOCUMENTOS CONSULTADOS:

- Conadep – Nunca Mas – Ed. Eudeba – Buenos Aires (1984).
- Dirección de Información Parlamentaria del Congreso de la Nación (1985).
- Ley 23.302 sobre Política Indígena y Apoyo a las Comunidades Aborígenes (12.11.1985).
- APDH – Situación de los Derechos de la República Argentina – Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (Buenos Aires 1986).
- Ley 3.258 de las Comunidades Indígenas de la Provincia del Chaco (29.05.1987).
- Ley 11078 de la Provincia de Santa Fe sobre Poblaciones Aborígenes (sin homologación), dependiente de la Secretaría de Seguridad de la Provincia de Santa Fe.
- CELADE – Estudios Sociodemográficos de Pueblos Indígenas (1994).
- Propuesta para la Reforma de la Constitución del Chaco: tierras fiscales y derechos indígenas – Contenidos y fundamentos (mayo 1994).
- Colonia Pastoral Cushamen (26.10.1996).
- Constitución de la Nación Argentina -1994, Santa Fe-Paraná.
- CENOC –1999 – Programa de Capacitación para las Poblaciones Indígenas de Argentina – G. Yannel, Buenos Aires.
- Programa de Participación de los Pueblos Indígenas (PPI) Foro Nacional – Conclusiones Finales – Ciudad de Buenos Aires (24.08 al 02.09.1997).
- Documento preparado para el Foro sobre la Reforma del Código Procesal de la provincia del Neuquén en relación a las Comunidades Indígenas. Anexo I, II, III que es una Comunidad Indígena en Neuquén y en el Gran Chaco (noviembre 1997).
- Reparación, costumbre indígena y diversidad cultural. Dr. Fernando Diez – Secretaría de Fiscalía de Investigaciones Especiales. Poder Judicial de Neuquén (1997).
- Informe sobre una visita de reconocimiento N° 3 – Documento para discusión con los consultores indígenas – Problemas y oportunidades para el fortalecimiento y desarrollo de Comunidades Mapuche en los bosques Andino-patagónico de Neuquén (01.06.1999).
- Memorial (1995-1999) Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI) – Ministerio de Desarrollo Social y Medio Ambiente.
- Programa de Capacitación para las Poblaciones Indígenas de Argentina – CENOC/Banco Mundial (mayo 1999).
- Propuestas – Identidad y Cultura: Formas de reconocimiento de la Identidad (feb.2000).
- Pueblos Indígenas – La relación con los recursos naturales y su manejo. Análisis de un Proceso Participativo desde la Provincia de Formosa –Asociación para la Promoción de la Cultura y Desarrollo (APCD) – febrero 2.000.
- Seminario Internacional – “Gênero no desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais” – 14 a 17 julho de 2.003 – Natal (RN) – Brasil.

II.1 - Documento preparado para el Foro sobre Reforma del Código Procesal de la Provincia de Neuquén en relación con las Comunidades Indígenas: Este documento fue realizado por un equipo de investigadores (Lic. Beatriz Kalinsky –Fac. de Filosofía y Letras de la UBA, Lic. Morita Carrasco – ídem. y Lic. Estela Robatto (Consejo Provincial de Educación de Neuquén) con la colaboración de Faustino Locría -Fac. de Derecho y Cs. Sociales de la UBA y Osvaldo Cañete de Junin de los Andes y presentado en un Seminario sobre Derecho Procesal en Buenos Aires. Luego de una breve contextualización histórica, algunos análisis de entrevistas y comentarios sobre antecedentes legislativos se realiza un exhaustivo análisis jurídico y legal.

II.2 –*Programa de Participación de los Pueblos Indígenas –P.P.I.- conclusiones finales (24 agosto al 2 setiembre 1997): Entre los fundamentos generales comienza por enunciar los orígenes de los pueblos indígenas y el estado, con referencias a un pasado mítico, “por eso inexistente”. Intentan expresar con palabras tenidas como de los indios expresiones retóricas de los “logros” obtenidos hasta el presente. En el cap. referido a Territorios y tierras (pg.6) se hace referencia a un indigenismo asistencialista y protector en expresiones como “... se destaca como política del estado el caso de comunidades indígenas que viven en la ciudad y reciben tierras en el monte como ampliación y van ocupándolas ... la entrega de los títulos de propiedad individual es la estrategia que tienen los Estados para destruir los derechos comunitarios, la titulación de las tierras en forma individual y la influencia de algunos políticos provoca el desmembramiento de las comunidades...”*

II.3: Mapuches en las tierras de Pulmari – Neuquén: Entre el 16 al 26 de Noviembre de 1998 una Misión del Banco Mundial elaboro la preparación del proyecto para el desarrollo sustentable de tres áreas habitadas por Pueblos Indígenas Mapuche, Kolla y Diaguíta en las pcias. de Neuquén, Salta y Tucumán, respectivamente. Se trata de programas experimentales que permitan a las Comunidades, entidades gubernamentales y el Banco Mundial extraer conclusiones acerca de mecanismos institucionales para reducir la pobreza y fortalecer las organizaciones y comunidades indígenas a fin de alcanzar un “desarrollo sustentable a través del co-manejo de los recursos naturales”. Las áreas seleccionadas se encuentran dentro de regiones biogeográficas de interés para la conservación de la diversidad biológica –bosques andino-patagónico, yungas y pre-puneña- y también por tratarse de lo que se denomina “áreas protegidas”(COM-N, 1997). Los objetivos previstos consideran:

- 1) información de los recursos naturales renovables y estado de conservación, con un análisis de los manejos predominantes y su impacto ambiental.
- 2) reconocimiento de recursos humanos interesados en el proyecto y organizaciones comunitarias relevantes para su desarrollo.
- 3) identificación de organismos nacionales, provinciales y locales que pudieran participar en la ejecución del proyecto.

Posibles estrategias del desarrollo del proyecto explorando su aceptación social por parte de las comunidades afectadas. El equipo de la Misión del Area Pulmari (PUL) estuvo compuesto por un antropólogo por el INAI y Filemon Torres del Banco Mundial. Las tierras de Pulmari totalizan 110.000has. y pertenecieron al Establecimiento Haras Pulmari desde 1943 y fueron utilizadas parcialmente por el Ejército Argentino y una parte reservadas por el gobierno Provincial. En 1988 pertenecen al CIP (Corporación Interestadual de Pulmari) –se trata de un documento confidencial del cual se extraerán los datos para el análisis de las intervenciones de las ONGs. y las propuestas de “desarrollo sustentable”.

III – CONSTITUCIÓN NACIONAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA

Artículo 41.- “Todos los habitantes gozan del derecho a un ambiente sano, equilibrado, apto para el desarrollo humano y para que las actividades productivas satisfagan las necesidades presentes sin comprometer las de las generaciones futuras; y tienen el deber de preservarlo. El daño ambiental generará prioritariamente la obligación de recomponer, según lo establezca la ley. Las autoridades proveerán a la protección de este derecho, a la utilización racional de los recursos naturales, a la preservación del patrimonio natural y cultural y de la diversidad biológica y a la información y educación ambientales. Corresponde a la Nación dictar las normas que contengan los presupuestos mínimos de protección, y a las provincias, las necesarias para complementarlas, sin que aquellas alteren las jurisdicciones locales. Se prohíbe

el ingreso al territorio nacional de residuos actual o potencialmente peligrosos y de los radiactivos.”

Artículo 75.- Corresponde al Congreso: 17- “Reconocer la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas argentinos. Garantizar el respeto a su identidad y el derecho a una educación bilingüe e intercultural; reconocer la personería jurídica de sus comunidades, y la posesión y propiedad comunitarias de las tierras que tradicionalmente ocupan; y regular la entrega de otras aptas y suficientes para el desarrollo humano; ninguna de ellas será enajenable, transmisible ni susceptible de gravámenes o embargos. Asegurar su participación en la gestión referida a sus recursos naturales y a los demás intereses que los afecten. Las provincias pueden ejercer concurrentemente estas atribuciones.”

Artículo 124.- “...Corresponde a las provincias el dominio originario de los recursos naturales existentes en su territorio.” Constitución de la Nación Argentina, Santa Fe-Parana 1994.

ANEXO 2 - DOCUMENTOS E ENTREVISTAS SEGUNDO CAPITULOS:

1) Cap. II – Al final que es interculturalidad?

Diferentes instancias de participación por la Implementación de la Modalidad Bilingue ante las instancias del Ministerio de Educación:

1. Supervisión Secc. VI del Ministerio de Educación de Rosario – 15.07.2003

Ofelia: “... educación intercultural bilingue (IEB), conocer el estado del expediente y por parte del gobierno, cuál es la decisión política del gobierno después de diez años, relacionado con el decreto de creación propuesto por el IEB con la dirección de Liliana Pino y Supervisión de Cristina Luna. Nos dijeron para hablar con Amanda, quien coordina en Santa Fe ... respuesta que se dará en una semana Expediente. 00401-24 que se tramita en Sede Central porque “excede la participación...”

L P tiene reconocimiento del Consejo de Ancianos con número de expediente de su reconocimiento (00410-003-0432-4).

Supervisión “ ...La respuesta sobre el Consejo se dará entre martes y miércoles...” .

L.P. “... Maestro de artesanía 0416-23195-9/98 funcionamiento lengua Toba y designación del maestro de artesanía 00416-0048.173-8/2001 para asignarle su característica ...

Supervisión:“... es posible que estos expedientes estén adjuntados.

Alberto “... esto fué elevado también con sus respectivos diskettes, cuando estaba Mascaró...”

L.P. “...atendía a través de Encarnación Proveda el tema aborígen...”

Ofelia “... está también un pedido de personal de servicio que es todo indígena (se incluye todo junto...)-**Supervisión:** “... el tema aborígen está siendo tomado por Sede Central para resolver a nivel de la provincia, porque existen en diferentes lugares de la provincia...”

Ofelia “... lo que nos preocupa es lo que se piensa desde esta Escuela 1034 el funcionamiento de nuestra escuela... que Ud. piensa...”- **Supervisora** “... nosotros somos respetuosos de las modalidades y las diferencias, vamos a avalar las gestiones pero no es cuestión de una escuela, sino que debe ser una política provincial. Nosotros tenemos un sistema educativo donde están regladas las especificidades ... **aborígenes y otras especiales**.... Nosotros somos ejecutores de un reglamento y una normativa. Me rijo por la normativa vigente. Tengo normas determinadas, lo que podemos facilitar es el encuentro con las autoridades que pueden ejecutar...”

Ofelia: “... que se reglen las normativas para que se lleve adelante, y los maestros que no son indígenas dan mucho esfuerzo porque cumplen las normas. Nos urge esta definición...”-

Supervisor: “... estamos hablando lo mismo, que se implemente para todas las escuelas (al principio había preguntado cuántas escuelas bilingues hay en Santa Fe...) El tema de la educación bilingue excede la Seccional VI. Cuando me plantea si es diurna o común. Realmente lo que urge es buscar un consenso entre la norma y el funcionamiento ... “

Alberto : “... queremos escuchar la opinión de quienes están al frente de esta Institución. Una vez la supervisora dijo que debería haber una sola modalidad y **nosotros tenemos nuestra cultura y una lengua, que nos atrasa...**” -**Supervisor** “... es importante que esa modalidad esté reglada a nivel provincial y no en la regional, luego particulares y especiales ... no en el

sentido de "especial"... Es muy factible que pase por la Legislatura, no te sé decir... pero, tal vez se pueda flexibilizar a través de la Ley de Educación..."

Alberto: "... Quiero escuchar lo que Ud. piensa para poder transmitir de lo que aquí se piensa como gente trabajadora..."- **Supervisor:** "... hay un equipo de coordinación con la Sra. Amanda y la Dirección..."

Ofelia: "... traemos el problema de seguridad con la Escuela 1033 y la nueva escuela nuestra, que se va a estrenar..."- **Supervisor:** "... Te puedo contestar por la 1033 con medidas de seguridad en las puertas y con vigilancia las 24hs. a través del FAE..."

Liliana Pino: "... la nueva escuela está frente a otra villa, en la primer semana se produjeron robos y "apretadas..." Lo que nos preocupa es los espacios que los villeros se creen con derechos ... es difícil de poder controlar por que está lejos, a cinco cuadras y no se puede ver... ni del asentamiento..."

Gustavo: "... los vecinos de ahí no tienen la misma relación con la Escuela y la Policía... aparte esa escuela es Toba y ellos van a querer entrar..."-**Supervisor:** "... lo tendrán que ver con las autoridades porque no podemos establecer quien sí y quién no..."

Ofelia: "... Nosotros sí, porque no quiero recordar la discriminación y lo que sufrieron nuestros niños hace quince años... cuando no quisieron compartir sus escuelas con nosotros..."-**Supervisor:** "... este también es un tema que se debe discutir desde la normativa ... "

Supervisor: "... este también es un tema que se debe discutir desde la normativa ... "

Ofelia: "... y desde la modalidad..." - **Supervisor:** "... yo te contesto lo que es, aunque no resulte simpático. Este también tiene que ser un eje de discusión..."

Ofelia: "... Antes del diálogo con Amanda Bossi ya contamos con un directora que conoce, es flexible y entiende... Pero si viene otra dirección, no la vamos a aceptar!. En la otra escuela (1034) **los maestros indígenas están llevando 1500 alumnos, eso es posible? crece nuestra matrícula...**" - **Supervisor:** "... desde el planteo que estoy escuchando..."

Gustavo: "... estamos hablando del personal directivo..."

Ofelia: "... si se va la directora o supervisora.. - **Supervisor:** "... es urgente la reglamentación, el eje es definir la norma. La vamos a definir.. voy a-preparar algunos ejes para tratar este tema, si nos vamos a basar en los ejes históricos sería simple, pero el tema es mas complicado..."

Alberto: "... si, pero si viene un papá y no quiere que les enseñe lengua, yo que hago? Le doy recreo, o como dijo la Supervisora, que les dieramos (Toba) los sábados..."

Ofelia: "... nosotros estamos pensando la inauguración con la Comunidad anfitriona, para iniciar el año lectivo propiamente indígena..." Se refieren a iniciar el año lectivo en el nuevo edificio de la Escuela Taigoché, que ellos mismos consiguieron por gestiones propias, pero con la modalidad reglamentada.

- **Supervisor:** "... yo les digo que lo hablen internamente con la directora, es claro que lo hagan institucional y no sea excluyente. Una cosa es la organización y la otra, participación... Me imagino que no me dejarán afuera, me invitarán, no?..."

Ofelia: "... Alfredo trajo un plano de la Escuela y las adyacencias para explicar al supervisor la situación de inseguridad del nuevo edificio de la escuela. -**Supervisor:** "... se puede hacer un convenio para que se le exima del pago de los impuestos en caso de comodato con los dueños vecinos (no tiene idea de las gestiones, ni quienes son los dueños..). Mi compromiso formal es la incorporación de ejes de análisis: matrícula, necesidad de particularidad de seguridad... tenemos que estar atentos para reforzar la situación..."

Liliana Pino: "... la seguridad existente está concertada entre el dueño donante y la policía particular..."- **Supervisor:** "... lo podemos manejar con seguridad policial..."

Ofelia: "... le pedionamos que a través e la Supervisión consigamos reunión con los otros Consejos Consultivos..."-**Supervisor:** "... no tendremos inconveniente, respetando a través de las vías jerárquicas, consensen con ellas, en diez o quince días, no tengo inconvenientes, la dificultad son los horarios. No hay limitantes de temas, pero sería tener un temario previo..."

Ofelia: "... lo pedagógico es con la supervisora?...-**Supervisor:** "... si, es así..."

Ofelia: "... los docentes indígenas, a nive de información, estamos organizando un encuentro de maestros indígenas de otras provincias el 14 de junio en la Comunidad. A la sra. directora tenemos un proyecto de escalafón de formador de formadores para la próxima escuela..."

• **Supervisor:** "... es un eje de la provincia, es importante que estipulen un orden de prioridad en los objetivos para otros tipos de cuestiones: lengua, etc... Creo que hay que priorizar la normativa, después establecer las prioridades..."- **Carlos Díaz** "... cuál es la legalidad del Consejo Directivo en la Escuela y quién tiene autoridad? ... "

2. Entrevista con el Secretario de Educación de la Provincia de SantaFé en la ciudad de Santa Fe 3. de agosto de 2.003.

Solicitada por SERPAJ, se fijó como temario: "Implementación de la Modalidad aborígen en la Provincia, que significaría el tratamiento de cuestiones fundamentales como: cargos de maestros bilingües y de artesanía; Consejo de Idioma y Cultura; formación docente; ingreso, ascenso y permanencia de los docentes aborígenes y no-aborígenes. A pedido del Sr. Subsecretario de Educación cada asistente expone sus inquietudes respecto al temario, se pide expresamente una desición favorable sobre la implementación de la modalidad en todos los niveles y modalidades. A continuación el Sr. Julio Zapata expresa el criterio del Sr. Daniel Germano, Ministro de Educación y el suyo propio (luego de una amplia argumentación, se resolvió) ... Reconocer la identidad específica de este tipo de escuelas para poder hablar de la modalidad, no significa ponerle un título sino trabajar hacia el interior, darle un trato igualitario y sin discriminación –es una posición política de este gobierno. Pueden transmitir a la Comunidad que este Ministerio va a resolver la modalidad en resguardo de los principios de igualdad y equidad. Se establecerá por Decreto la normatización. La normativa tiene que estar acorde con los objetivos, no son aplicables las normas vetustas. Debieran tener autogestión, es decir dotar a la escuela de la mayor cantidad de funciones que le permita desarrollar experiencias que atiendan la identidad, hastatanto la consecución de la modalidad permita diferenciarla de la escuela común. Ante un planteo sobre los plazos previstos para la implementación de la normativa, el Sr. Zapata manifiesta que el 10 dediciembre es el plazo para dejar establecida la modalidad. Agrega que una vez elaborado el borrador, se propiciará la consulta a todos los interesados. Se aclara que aproximadamente entre dos y tres semanas estará listo el borrador para debatir". Hay sellos del Ministerio y firmas del Subsecretrio Julio Zapata, de Amanda Boses Jefa del Dto. de EGB (Educación General Básica –obligatoria hasta los 9 años), de Maria Encarnación Poveda, coordinadora de Educación aborígen y de los maestros indígenas, miembros del Consejo de Ancianos y demás participantes".

3. Entrevsita con el Ministro de Educación de la Nación prof. Daniel Filmus -4 de agosto de 2003-

Participaron:

Ofelia Morales (Docente de lengua Toba)
 Alberto Yordán
 Alfredo González (Docente de lengua Toba)
 Javier Cabrera (Docente Toba)
 Abel (Docente de artesanía y cultura Toba)
 Benjamín López (Docente de artesanía y cultura Toba)
 Manuel Troncoso (Mocoví)
 Rodolfo Hachén (Lingüista UNR)
 Ma. del Rosario Fernández (Lingüista UNR)
 Patricia Pognante (UNR)
 Angélica Mendoza
 Adolfo Pérez Esquivel
 Liliana Tamagno (Antropóloga UNLP)
 Ma. Amalia Ibáñez Caselli (Antropóloga UNLP)

Ministerio:

Daniel Filmus (ministro)
 Mara Braver (secretaria)
 Mariana Moragues (secretaria)

P. Esquivel: En Santa Fe hay tres escuelas con aborígenes y ellos son docentes y vienen a solicitar que se tenga en cuenta la educación bilingüe y lo que es la cultura para revalorizar sus valores y costumbres.

Ofelia: Soy docente de la Escuela N° 1344, trabajo hace 11 años en una experiencia que consiste en fortalecer la identidad, la lecto-escritura junto con un consejo de ancianos. Las tres escuelas de Santa Fe han hecho el pedido de una modalidad indígena.

Filmus: ¿en qué lengua?

Ofelia: qom o toba y mocoví, que es la mayoría. Desde que el gobierno reglamente la educación bilingüe... El sistema de educación tiene sus reglas, son comunes y tienen permiso de enseñar la lengua y todo lo que se refiere a la cultura.

Filmus: ¿y qué pasó con el ministerio?

Ofelia: se dejó el acta, desde el ministerio de Santa Fe... Hay una realidad diferente que está pasando con respecto a otras provincias: hay sin que exista la legalidad... es una situación intermedia.

Patricia: En Santa Fe se plantea la dificultad que no existen lineamientos nacionales. Y las realidades son diferentes, donde no necesariamente lo especial es la enseñanza de la 2ª lengua.

Hachén: existe una visión romántica del indígena... estamos desde hace muchos años haciendo todo a pulmón, pero no va más, estamos poniendo parches, pero no basta con una declaración al no haber medios para instrumentar no hay respeto. Nosotros tenemos la cátedra de la UNESCO... Los chicos aprenden sólo "a pescar", pero los chicos están enfrentados a problemas de bilingüismo e interculturalidad que no saben cómo desenvolverse... Si un toba nunca va a ser director de escuela ya es un problema... Se debe definir claramente las políticas y las líneas pedagógicas...

Fernández: Los chicos terminan en escuelas para discapacitados, hay fracaso escolar y se deben pensar las políticas para todas las comunidades.

Liliana: y esto puede ser visto como un punto de inflexión para que diferentes sectores capitalicen... (desarrolló los conceptos vertidos en la carta que se entregó junto con materiales producidos en el LIAS)

Hachén: la educación bilingüe e intercultural debe ser para todos

Yordán: nosotros somos los que nos sentimos presionados por el fracaso de los chicos, porque el aprendizaje del estudiante termina y chocamos en la pared y no sabemos cómo seguir adelante. Qué alguien encuadre para poder avanzar. Más allá de los que piense la gente, se contrata psicólogos porque piensan que los chicos son discapacitados mentales.

Ofelia: La interculturalidad es muy amplia porque invitamos a nuestros amigos, es necesario tener varios saberes. Este lenguaje nuevo que cuando yo entré a la escuela no sabía castellano y lo acepté sin perder mi lengua, mi cultura, y que se conozca lo nuestro. Ahora nos vestimos como los blancos, pero eso no cambia. Pero en esta mesa se puede debatir lo nuestro desde lo intercultural. Si no se habla de interculturalidad vendría yo sola a hablar con el ministro. Estoy en deuda con los otros pueblos aborígenes porque no están. Hay posibilidad de juntarlos. Vienen sumando gente, personas en esta causa y tomamos fuerza. Esta reunión no venimos a traerle un obsequio como acostumbramos, pero sí ofrecemos esta interculturalidad que prometemos acompañar. En Santa Fe hay tres concejos de ancianos insertados en el PROEIB-Andes,... los únicos con maestra pedagógica. Debe haber espacio para esta EBI en algún lugar. Se habla de muchas culturas: convivimos los que vinieron del otro lado del mar, son otras culturas. Los pueblos originarios fueron cortados pero rebrotan, pero no hay EBI.

P. Esquivel: hay discriminación también en la educación, pero hay que enfrentarlo. Educación para todos significa los valores, las culturas...

Abel: soy maestro artesano, enseñé la cultura toba y hoy con mucha esperanza con este encuentro para hablar de interculturalidad para que el chico se sienta seguro que la lengua sea válida en Argentina. En la Constitución nacional dice en el artículo 75, y creo que como dicen los compañeros de la universidad si no se hace con hechos esa ley. Falta eso para que el indígena se sienta seguro. Tenemos el mismo derecho que el blanco, el negro, para

que haya esa democracia. No se si no entiendo esa democracia, por eso me siento emocionado...

Manuel: Soy Mocoví, de El Recreo y pertenezco a OCASTAFE, hay 36 comunidades en la provincia. Como proyecto hubo avances en lo laboral y educativo. Tenemos una escuela especial... hace 10 años de historia de la escuela. Tenemos cero en deserción, en repitencia. Los chicos están bien, construyendo una sociedad mocoví y también nacional. Que se de bolilla a las zonas bajas. Cuando vinieron mataron porque no hablaban el mismo idioma. Hoy hablamos el mismo idioma.

Javier: Hoy nos reunimos con el propósito de que usted nos escuche. Hoy no es sólo para los indígenas en la escuela donde doy clases, no está solo el toba, está el wichí, el mocoví, el pilagá, y no podemos. En nuestra escuela hay 900 chicos que comienzan con pre-escolar, inicial y nosotros queremos enseñar nuestra cultura. Hoy queremos que sea para todas las comunidades. El indígena se siente discriminado porque al no conocer la lengua, el castellano, el chico se siente como un freno, no puede desarrollarse. Yo también fui a la escuela primaria donde había chicos criollos, tuve que adaptarme, pero no sabían mis maestros quién era yo. Esta es mi palabra y muchas gracias por recibirnos.

Benjamín: Soy de la escuela 1344 y del Consejo de Ancianos. Yo vengo a decir que yo se a lo mejor le falta una forma a esto, pero la EBI es principalmente un origen nuestro, es nacido nuestro. Yo soy estudiante de una capacitación docente y venimos trabajando en esta escuela. Se siente la marginación porque estamos en un edificio que no es escuela, ahora sí. La educación bilingüe es muy importante para tener, para ver la forma de nuestro origen, es algo muy bueno porque nosotros aprendimos, donde se capacite ahí estamos bancando dentro de nosotros. Había un curso que no acababa nunca, pero ahí estamos. Eso no más.

Abel: Espero que nos entienda bien, porque no sabemos qué lenguaje usamos, estamos sumisos, pasivos y espero que nos entienda. Eso es lo que nosotros venimos para llevar a nuestra comunidad.

Filmus: comparto las ideas cien por cien, no hay diferencias. Luego, hay que discutir las estrategias... Trabajé en México y vi lo que era la EBI y también en Guatemala a través de la UNESCO, y tenían el mismo problema que ustedes... Yo estoy como evaluando. ¿qué podemos hacer? También está la pobreza que es otro factor...

Patricia: la situación es indígena...

Filmus: La segunda semana de haber asumido fui al Impenetrable a M. Pintado? y visitamos siete escuelas bilingües. Vi materiales didácticos hechos por los maestros, los ADAs... Ustedes no son las primeras comunidades que recibimos... Entregamos becas en Pampa del Indio... son del Ministerio de Educación y el INAI... Estamos preocupados, nos interesa... Cada grupo pide diferentes cosas... Estuve en Jujuy y también estuve con docentes de escuelas bilingües. La nación no tiene escuelas, nada de lo que pase aquí va a pasar en las aulas... También tenemos programas en situación de migración se trabaja con pareja pedagógica... ¿Qué se puede hacer? Una política nacional, pero cómo bajarla a los gobiernos provinciales. No podemos meternos en la jurisdicción de las provincias, aunque hay una realidad y es que las poblaciones indígenas habitaban esos territorios antes de conformarse las provincias y se podría ver como regional... Tener contenidos básicos comunes para la EBI, o... elabora materiales específicos para la escuela bilingüe como pueblos originarios y textos para todos los chicos de las escuelas comunes. Distribuir los materiales en las provincias...

Hachén: me preocupa también debe estar la cuestión pedagógica. La educación bilingüe también es alfabetización... Me preocupa producir materiales para que después sean utilizados en el contexto de un sistema educativo que debe ser revisado en su totalidad (muy crítico)

OBS. (el ministro se retira unos minutos)

Min. Filmus: Vamos a hacerlo y hay que definir prioridades que sean ya... (Puede haber uno de ustedes que sea) una voz en el Consejo de Educación donde se reúnen todos los ministros del país para plantear esta problemática. El miércoles vienen los de Bs. As. Quizás un Encuentro Nacional... Les planteo que el veía un problema en la representatividad que se presentaban muchos diciendo que eran representates y que esa era una cosa que ellos tenían que resolver

Liliana: cómo interpretar el hecho de que aparezcan muchos representantes... este es un punto central que merece un reflexión que es teórica y que tiene que tener en cuenta el análisis de las migraciones, las transformaciones, las distintividades, las trayectorias tanto individuales

como colectivas y los relacionamientos con lo diferentes sectores que conforman la sociedad total, atravesadas frecuentemente por clientelismos (no abundé en ello pero me pareció que debía quedar planteado).

Ofelia: hay reuniones de maestros por roles, no por representatividad. Encuentros de docentes indígenas como miembros de un sistema que no pertenecemos. Tuvimos un encuentro el 14 de junio donde analizamos la situación legal de los docentes indígenas de Formosa, donde son 80 maestros formados y están desocupados, son auxiliares y ¿dónde se ubicarían? El blanco también sería auxiliar. Los del CIFMA, se derivan a escuelas privadas, no educación pública. Ahí nos cortan todo. No salimos del seno familiar... ¿A qué se llama interlocutores? Porque ese es un término nuevo para mí.

Filmus: a quiénes hablar... Difícil ver cómo organizar... Realizar una Reunión de Educadores...

Ofelia: ya un primer encuentro se hizo en el INAI...

Patricia: también en el Plan Social Educativo que caducó

Filmus: entonces hay que ver los avances que se han hecho con el INAI también... Aquí habrían tres puntos a realizar.

- 1) una revisión y producción de materiales
- 2) un Proyecto de EBI a nivel nacional
- 3) un Encuentro Nacional de Docentes Indígenas

María Amalia Ibáñez Caselli
agosto de 2003

Cap IV: Gestiones regularización del terreno del asentamiento de Almafuerte: Documentos recientemente elaborados, ocupación del terreno lindero en noviembre de 2.004:

1. Nota presentada a los representantes de las autoridades municipales, provinciales y nacionales en el Servicio Público de la Vivienda (SPV) en noviembre de 2.004:

Las Tejedoras: *de cómo se tejen las verdades y las mentiras...*

Somos un grupo de Mujeres Toba del asentamiento de Almafuerte y Travesía, de esta ciudad de Rosario, que compartimos semanalmente una actividad de costura, artesanías y telares. Resolvimos además de cuidar de la casa, de nuestros niños, criarlos y educarlos, y de nuestras tareas de cirujeo, crear una organización: la mayoría de nosotras participamos de actividades agrícolas en la cosecha del algodón en Chaco, pocas sabemos escribir y leer, algunas todavía tenemos dificultades para expresarnos en castellano, aunque hablamos perfectamente nuestra lengua Qom, practicamos nuestra religión, y transmitimos a nuestros hijos las costumbres que nos enseñaron los mayores. Una de las principales enseñanzas transmitidas ha sido hablar siempre la verdad, por eso marcamos lotes nosotras mismas, acompañamos a nuestros esposos, hermanos o hasta nuestros hijos ya casados y con familia propia, con los que dividimos un lote que se hizo pequeño para todos, desde hace mucho tiempo. Resolvimos sentarnos para pensar desde hace cuánto que venimos gestionando y solicitando respuestas de las autoridades y así, resolvimos contar nuestra historia y lo que conversamos entre nosotras, estos días de ocupación del terreno de "al lado", sobre Juan José Passo y la huerta:

Según recordamos en 1990 vinieron de la Municipalidad, a través del Servicio Público de la Vivienda (SPV) con un plan para 360 viviendas, la pregunta es "*¿... por qué no nos llevaron a todos? Yo me acuerdo, era muy chica pero de nuestro lote salió mi hermana mayor y su familia, después iríamos con mis padres... Mi papá ya murió, yo me casé y tengo tres hijos y dividimos el mismo espacio con mi mamá, mi familia y mi otra hermana con su familia...*". La respuesta es que fue construido el Barrio Rouillón con 91 viviendas y se trasladaron algunos, con la promesa de que luego lo harían las restantes... ***Esta es la primera mentira.***

Como pasaba el tiempo y no se cumplía este compromiso, hicimos una presentación para ser reconocidos en las Vecinales de Arroyito y de Empalme Graneros, para que sean recibidos

nuestros hijos en sus escuelas. Ante su negación de incorporarnos, nos indicaron crear una vecinal de Toba, así decidimos en 1991, crear nuestra propia Vecinal 19 de Abril. Hicimos nuestra primer presentación al Intendente Cavallero y a la Dirección Provincial de Emergencia Habitacional Hugo Ponce, explicándoles porque no nos alcanzaba este espacio para todas las familias, en un petitorio (**29.06.1992**) a través de nuestra Comisión Asociación Civil, en ella ya constaba que “...éramos 200 (doscientas) familias, presentamos informes del terreno, las organizaciones e Iglesias solicitando, reconocimiento de nuestra lucha por este lugar...”. Fuimos visitados al año siguiente por algunos profesionales del SPV, hicieron promesas y tomaron compromiso... “me acuerdo de un antropólogo que vino a mi casa y me dijo: ... vos tenés casita linda, no necesitas de vivienda...” **É**
Esta es la segunda mentira.

En **abril de 1994** ocurrió un hecho fatal, había un muro de unos 15mts. de altura, que quedaba de una construcción de un galpón sobre Reconquista, que había sido desmantelado. Un día de tormenta y viento este muro se cayó, hiriendo a varias personas adultas, mujeres y niños, algunas todavía tienen las secuelas de las heridas y cuatro personas murieron, entre ellas nuestro Secretario de la Comisión Asociación Civil, Don Bonifacio Silvestre. En esos días siguientes, (**10.05.1994 -5fs.**) se suscribió un Acuerdo-Marco entre el Intendente Cavallero de la Municipalidad de Rosario, el gobernador Reuteman de la Provincia de Santa Fé, con el representante de la Secretaría de Desarrollo Social y el Presidente de la Comisión de Tierras Fiscales Nacionales “Programa Arraigo”, Arq. MIGUEL ANGEL LICO para “... producir el ordenamiento urbano-territorial y jurídico de los asentamientos irregulares localizados en el ámbito de la ciudad de Rosario, fijándose como meta el mejoramiento del hábitat y de la calidad de vida de sus habitantes...”

¿Por qué creemos que ésta es la peor de las mentiras...? Porque en el medio de nuestro dolor por las pérdidas de nuestros hermanos y de nuestras necesidades, se comprometen las máximas autoridades del gobierno, toman conocimiento de nuestra situación, hacen acuerdos, nos hacen promesas y firman convenios que nunca cumplen, que saben no cumplirán, creando desacuerdos internos y desconfianza entre nosotros y nuestros representantes. **¡Esta es nuestra verdad...!**

Porque los representantes que elegimos son los que “quedan dando la cara” por frente a los vecinos, que después de diez años sufrimos el estigma y la discriminación de quienes nos consideran el foco de los conflictos, aumentando el malestar propio de vivir hacinados en tan estrecho espacio, sospechados de ser los que originan los conflictos. Cuando las autoridades nos reciben, lo hacen a través de nuestros representantes, haciéndoles peregrinar por diferentes dependencias, esgrimen argumentos de responsabilidades en otras instancias diferentes de la que nos recibe (si es provincia dice ser nación o municipio, si es municipal dice corresponder a la provincia, etc....) y el argumento generalizado utilizado es que faltan recursos. Por esto, hacemos público una serie de información que queremos sean conocidas, a partir de las cuales exigimos una respuesta:

- Denunciamos la falta de reglamentación de la Ley de Comunidades Aborígenes de Santa Fe, aprobada en fecha 18 de noviembre de 1.993 y publicada en el **Boletín Oficial en 4 de enero del año 1994**, que en su parte Tercera trata de la propiedad de la Tierra. Esta ley todavía no ha sido reglamentada.

Desde **1997**, existen tres programas de “desarrollo” con financiación extranjera, mediada a través del Instituto Nacional de Asuntos Indígenas (INAI):

- El Proyecto de Desarrollo Integral Ramón Lista, cuenta con financiamiento de la Unión Europea (8.600.000 ECO durante cuatro años con contraparte nacional, se propone el mejoramiento de la calidad de vida de las comunidades, el objetivo es mejorar la calidad de vida de las comunidades Wichí, se puso en marcha en 2.000.
- El Componente de Atención a la Población Indígena del Programa de Atención a Poblaciones Vulnerables cuenta con el apoyo del Bando Interamericano de Desarrollo (BI) (US\$ 5.000.000 en carácter de subsidio, para un período de tres años y con contraparte nacional) focaliza los recursos de financiamiento en la región noroeste, esto es en la selva tucumano-oraense y en el Parque Chaqueño árido de la provincia de Salta, Chaco, Formosa y Jujuy, focalizada en población indígena no-urbana de NBI

(necesidades básicas insatisfechas) mas alto del país. Tendiente a “fortalecer la capacidad de gestión operativa de las organizaciones indígenas de base y de segundo nivel” lo que se ha realizado ha *sido diagnósticos sociales y reuniones de capacitación para la tramitación de personería jurídica y diseño de proyectos.*

- El “Proyecto de Desarrollo de Comunidades Indígenas y Protección de la Biodiversidad. cuenta con un financiamiento de U\$S 6.000.000 aportados por el Banco Mundial (BM) su objetivo es “mejorar la calidad de vida de las comunidades indígenas, fortaleciendo su organizaciones sociales y culturales y asistiendo a la reducción de la pobreza”.

Desde **1998, según Resol 1307/OC-AR** El Programa Rosario Hábitat, a través del Programa Integral de Recuperación de asentamientos irregulares recibió del BID, 43.000.000 U\$S según expresiones de representantes de ese organismo, que visitaron en diferentes oportunidades nuestro asentamiento. Todo esto con documentación en nuestro poder.

Nuestra experiencia como beneficiarios, a través de la Asociación Civil Qom- Lasherolq`a de un subsidio “Programa de Pequeñas Donaciones 2.002” del BM, a nuestro nombre y por nosotros administrados. Con este subsidio implementamos un censo de población y calidad de vida en nuestro propio asentamiento, con nuestra participación directa tanto en la parte de la elaboración de las cuestiones, como en su implementación. Si bien este censo todavía no ha sido debidamente procesado, por cuestiones ajenas a nuestra voluntad, arroja datos parciales sobre la calidad de vida (hacinamiento y condiciones habitacionales) también fueron consideradas las variables sobre etnicidad, cultura, migraciones las que establecen una antigüedad que varía de veinte años a quince años en el lugar. Composición del grupo doméstico, especificando lo que es “familia extensa”. Lengua, quienes hablan y quienes entienden. Religiones practicadas, actividades ocupacionales, etc., las que ofrecemos a su consideración.

Gestiones realizadas para la legalización de la ocupación de las tierras:

También en 1998, como en los siguientes, se comenzaron a gestionar a través de las autoridades de la escuela Taigoyé, como de la Asociación Qom Lasherolqa una serie de trámites ante diferentes instituciones, para la regularización de los terrenos. Fueron presentados en 1997 al Ministerio de Educación de la Provincia de Santa Fe, con la constancia de Tomo Folio y Dominio del terreno sito en Juan José Paso 1950. Nos informaron que el propietario había presentado quiebra y tenía una deuda de impuestos con la provincia por lo que sería pasible de expropiación. Lo mismo ocurrió con el lote de terreno de calle Almafuerte y Travesía, cuando en 1998 fuimos intimidados a desalojar el inmueble por remate de la propiedad por deudas con la Provincia de Santa Fe. En esas oportunidades se iniciaron acciones frente a las autoridades municipales y provinciales. Nos prometieron solucionar estos problemas, según lo estipula las leyes nacionales. De estas actividades fueron notificadas las autoridades del INAI. a través del AIRA y de nuestras propias organizaciones indígenas (Boletín de Pueblos Indígenas) le dieron la debida publicidad.

Queremos con todo lo expresado anteriormente demostrar que esta ocupación pacífica, en acuerdo mutuo de los ocupantes tiene una historia, que es esta que les contamos. No se hizo de un día para otro, se agotaron todos los esfuerzos, se hicieron todos los requerimientos y fueron accionados todos los mecanismos posibles para que se resolviera de manera favorable para los ocupantes de estos terrenos, cumpliendo con la Ley 23.302 y lo que dicta la Constitución Nacional respecto de la calidad de vida y el derecho a una vivienda digna, como a la propiedad comunitaria de las tierras que ocupamos.

Solicitamos de las autoridades responsables una pronta respuesta a cada uno de los puntos expresados. Con la esperanza de arribar a una resolución pronta y positiva a nuestros legítimos reclamos, reiteramos nuestros deseos de un acuerdo en Paz, saludándoles respetuosamente. *(hay 24 firmas de mujeres del asentamiento)*

Las Tejedoras y Las Mujeres de la Comunidad Toba de Almafuerde y Travesía, de la ciudad de Rosario, a los 9 días del mes de diciembre de 2.004.

2. ACTA Reunión vecinos del asentamiento de calle Almafuerde y Travesía de Rosario, con el Concejal por el Partido Socialista Auténtico (PSA) Sr. Alberto Cortés y colaboradores, estudiantes de arquitectura:

“En Rosario a los 17 días del mes de Diciembre de 2.004 reunidos los vecinos del asentamiento de Almafuerde, Travesía y Juan José Paso en el centro comunitario de calle Almafuerde junto con el Concejal Alberto Cortes y sus asesores en arquitectura, a fin de informar las gestiones realizadas ante la Municipalidad de Rosario (Honorable Concejo Deliberante) con motivo de la ocupación del terreno de Juan José Paso entre las calles Travesía y las vías del Ferrocarril Belgrano y Reconquista. Luego de explicar las diferentes notas presentadas de las que deja copia / (16.09.04 del H.C. s/proyectos de obras publicas en Av. Sabin y Almafuerde, Vecinal Sarmiento s/Villa “La Travesía en Sorrento y Av. De la Travesía – **15.10.04 al SPV** “informe s/ la previsión de relocalización y/o urbanización en el Programa Rosario Hábitat, caso contrario se incluyan como prioridad y se determine fecha y plazo de realización”... Accede y sanciona pedido presentado por la Vecinal Empalme Graneros para la construcción de un polideportivo en JJ.Passo, Av. De la Travesía, FFCCBelgrano y Reconquista). El concejal, explica que sobre la Avenida Travesía no existe planificación de ensanchamiento, según una foto aérea y el proyecto (Rosario Hábitat) existente en la Municipalidad. También informa sobre proyectos de parquización en el Plan de Viviendas y las diferentes propuestas de urbanización. Asimismo presenta una nota en la que queda demostrado que es la Vecinal de Empalme Graneros la que presentó una propuesta, entre otras tres, para que este terreno (objeto de reivindicación) sea destinado a un polideportivo o parquización. Finalmente explica otras intervenciones de urbanización explicitando que los fondos del BID, (recibidos) a través de Rosario Hábitat, establecen que las relocalizaciones urbanas no pueden exceder más del 30% de los ocupantes del espacio, destino del proyecto. Se intercambian ideas de asesoramiento y la necesidad de información, ofreciéndose a seguir en contacto. Sin mas se firma la presente acta a las 12hs. del mismo día 17 de diciembre de 2.004 (hay 24 firmas). - - -

3. **ACTA: Rosario, 16 de febrero de 2.005 – 18, 20’hs. - Reunión de información de estrategias de trabajo sobre el reclamo de los derechos como ocupantes del terreno:**

Este terreno la comunidad ocupa desde hace 20, 15 o 10 años (se explica en Toba y algunos criollos reclaman...) ... se hicieron diferentes ocupaciones del espacio con huertas, con casas y hasta con la canchita de Foot-bal... “... estamos todos juntos y con unidad vamos a conseguir la tierra...” Ramona: “¿cual es la gente de Uds....?”

Ofelia explica, “siempre hubo gente de nosotros que vive en este asentamiento... nosotros es decir Toba o pariente de Toba, es bueno recordar todos los tiempos haciendo un histórico... desde el 80’ estaba Ruperta, después también estuvo Vicente González, el Pastor Benítez, Carlos Sosa y la Sra.... algunos fueron pasando de mano en mano... algunos continúan, otros se sumaron pero siempre hubo gente pariente o vecina nuestra...”

Ramona: “cuando la gente pide tierra, yo no le puedo discriminar, si no tiene lugar y hay espacio para trabajar en la huerta puede venir... el tejido alambreado fue la Municipalidad... Pero no podemos ir divididos, no puede ser tanta asociación”

Ofelia “...tenemos que estar todos (instituciones) para poder defender juntos el derecho del terreno, juntos contra los que firmaron contra nosotros como la Vecinal de empalme, que también tiene gente que viene del Chaco, los de la Vecinal de Arroyito y todos lo que nos discriminan, porque denuncian que los “chorros” (delincuentes) se vienen a esconder en nuestro asentamiento, cuando sabemos que lo que hacen es pasar por acá y se escapan... Por que nos van a venir a buscar por defender la tierra... pueden ir contra uno de nosotros, pero no contra todos, si estamos unidos. Por eso tenemos que estar todas las instituciones para defender el juicio contra el dueño...”

Miguel: “nos reunimos con los abogados (Dr. Federico Garat y otro) con representación de la Cooperativa, porque nuestra institución no puede encabezar el juicio, para hacerlo tenemos que

modificar el estatuto. Así también están las otras instituciones, ninguna contempla en sus estatutos la representación del resto ni la acción del terreno. Nos explicaron que por ocupar por más de veinte años, ya es un derecho nuestro sobre la tierra y el dueño ya no tiene más derecho, porque tiene deuda con el propio gobierno... se puede presentar un amparo porque alambra después de la ocupación y podemos volver a ocupar, aunque sea para la cancha de foot-bal de los muchachos. No hay papel, lo que se busca es que se arme una personería jurídica de la Comunidad Toba de Travesía, es necesario hacer el papel para poder hacer las mejoras, acá no hay una institución sola, sino que nos tenemos que dar una estrategia para formar una sola organización, en la que estén todas las demás, para el juicio...”

Ofelia: “... se necesita mucho coraje y fuerza que diga, que presente, que hable... tal vez no esté yo, pero tiene que hacerse junto y formar otra estrategia nueva, por eso es que tiene que ser otra institución para el juicio pero, en la que estén todas las demás. Para que la que las representa, si fracasa, no sea por culpa de esa institución sino que estén todos los demás... que pueda seguir adelante con el juicio. Por eso me parece que tiene que ser 6 representantes, que sea tres titulares y tres suplentes... o cuatro, pero que vengan a las reuniones y que después explique a su gente, para que se sepa...”

Miguel “los abogados los conocimos a través de los movimientos sociales que trabajan también sobre el sistema de las cárceles. Todavía no hablamos de honorarios, ni de gastos... se les tiene que consultar sobre la personería jurídica, lo queremos hacer como manda la ley...”

Irma “soy representante de la Comisión de Mujeres somos trece mujeres, tengo que convocarlo a una reunión para saber cuáles son (las representantes) y que elijamos todas... (Habla en Toba)...”

Ofelia “... si puede ser una institución que tenga personería jurídica y que diga que atiende a la Comunidad que además tiene que decir que puede gestionar por la tierra...”

Miguel “la institución que diga en el estatuto que puede reclamar por la tierra y hacer un juicio se modifica el reglamento (estatuto) la modificación lleva tiempo, casi un año...”

Alberto “vamos a pedir que cada institución tenga un representante para formar la Comisión, que sea responsable y que represente a su institución ... tiene que hacerse acta de lo que venimos hablando para ir sacando en limpio... que ninguna asociación estamos en condiciones de tener la personería jurídica con el objetivo claro ... hacer una nueva personería jurídica con ese objetivo (específico?) ... Se haría el sábado a las 16hs la próxima reunión, para que presente cada institución sus delegados.... Para así formar el equipo... es un camino largo que es necesario hacer...”

Pastor Legui “estoy de acuerdo, tengo el papel con personería jurídica que pasó por el Juzgado y tengo libro de Acta con (número) de personería jurídica, todo sellado por el Juzgado y los Tribunales. Tengo mis antecedentes en orden para ser Pastor, tengo papel para apoyar a la Comunidad. Todas las instituciones nos ponemos de acuerdo y se hace así, viene un abogado y nos asesora, sin discutir... hacer el esfuerzo de una comunión y tenemos que cuidar uno con los otros, por eso digo tengo los papeles... tengo un abogado que me asesora para que me sirva... vamos a ir con claridad y si no tenemos (los requisitos) no vamos a andar mintiendo...”

Alberto “tenemos que ver el estatuto, si dice en el objetivo, vamos todos juntos”

Santo González – Nam Qom “averigüé que la Municipalidad y las autoridades van a apoyarnos, es necesario que frente a ellos tenemos que comportarnos, ni le escuchamos lo que nos tienen para decir... para saber cual es el apoyo que nos van a dar... Cada organización tiene su modo de ser y modalidad... Así como estamos, sería lindo que estuviera el Director de Asuntos Aborígenes de la Provincia que vive en Rosario... ¿Cuántos hay que le conocen? Yo pregunto, ¿alguien le conoce? Lo puso el gobernador sin consulta a la Comunidad, él se va a Capitán Bermúdez, al Barrio Toba (Rouillón) es necesario que venga y le conozcan... el representante de la Municipalidad y la otra señora del INAI, vino esa sra. No vamos a sacar conclusión si no vienen a conversar, es lindo nuestro pensamiento pero vamos a pedir que vengan estos sres. para que cada institución le pregunte que tienen para nosotros. Yo les digo que ellos quieren apoyar, lo que nosotros queremos a nivel nacional, provincial y municipal, tenemos apoyo. Esta gente eligió seis personas para hablar con los funcionarios, no sé si le dieron una tarjetita para que vayan a hablar con ellos... Cada uno cuando va a hablar por el grupo que representamos... estoy participando porque tengo un grupo que está sufriendo, por eso yo estoy... que represento una asociación civil simple, como el derecho que nos otorga el derecho de la provincia. No tiene finalidad de lucro porque todos son pobres, porque solicitamos la mejora del lugar... la atención sanitaria, el ambiente en el que estamos metidos ahora. Apenas llueve, estamos abajo del agua, en la humedad que trae enfermedades, las ratas traen enfermedad. Le planteamos al gobierno a Área 8 (salud pública) lo hacemos por escrito porque ellos nunca

vienen. Delante de uds. Les voy a mostrar el documento de mi personería jurídica N° 24746/95 autoriza el funcionamiento de la Asociación Qom y en los objetivos dice gestionar el tema de los terrenos...”

Ofelia “el sábado presente cuatro delegados, estuvimos discutiendo, que todos discutan y presentamos a las autoridades que ya se hizo la posesión de las tierras ... como ser la Escuela Privada Juan Diego ya hizo posesión con un cura (que lo echaron) pero la Escuela quedó. Las firmas que levantamos los vecinos ya son como 2.000 firmas que alcanzan para el pedido...”

Miguel “... esta Mesa de trabajo ya se hizo permanente hasta que se soluciones el problema y es permanente hasta que se resuelva. La comunidad está sola y (debería) resolver inteligentemente para solucionar, buscar la solución...”

Ofelia “le vamos a pedir a los miembros del gobierno que integran la Mesa es que vengan al asentamiento...”

Santos “ la intencionalidad que tienen, no sabemos, el pedido que se comprometan verbalmente ellos nos apoyan pero en cuanto lo hagan por escrito, no sé si van a querer firmar...”

Alberto “algunos de nosotros tiene experiencia de los compromisos de la autoridad que firman y después no siguen los papeles, no le dieron continuidad...”

Ofelia “hay que hacerle el trabajo y llevarle la lista de todas las instituciones que son diecinueve (se lee el nombre de todas que se habían fijado en la parte externa del salón) y estamos invitando para que el sábado próximo, traigan a sus representantes...”

RESUELVE:

1. Convocar a una reunión para el próximo sábado 19 de febrero, a las 16hs. en el salón de usos colectivos, para conformar un equipo con representantes de todas las instituciones del asentamiento, las que tengan personería traigan sus papeles, para que las analicen los abogados y saber si cumplen los requisitos.
2. Este equipo tendrá carácter consultivo e informativo de las gestiones por la tierra, junto con los abogados resolverán la conformación de una organización que las represente en el juicio por la regularización de la titularidad del terreno de este asentamiento, que está ocupado por más de veinte años.
3. Que la Mesa de Trabajo conformada en diciembre ppdo. en el Servicio Publico de la Vivienda de la Municipalidad, integrada con representantes del gobierno nacional, provincial y municipal, continúe sesionando en este asentamiento.

Lista de las Instituciones:

1. Cooperativa de Trabajo Ltda...
2. Asociación Qom Lasherolqa
3. Asociación Qom Llalaqpi
4. Asociación Ralagaic Yoogoñi
5. Iglesia Evangélica Cuadrangular
6. Iglesia Evangélica Visión Celestial
7. Iglesia Evangélica La Senda de los Justos
8. Iglesia Evangélica de Dios en la Tierra
9. Iglesia Evangélica Unida
10. Comisión de Mujeres Qom Lashepi
11. Comedor Nahuogo Nalá
12. Comedor Rincón de los Niños Olvidados
13. Comedor Gauchito Gil
14. Comedor Mes Originaria Mitad ACP
15. Vecinal 19 de Abril
16. Cooperadora de la Escuela Privada San Juan Diego
17. Cooperadora de la Escuela Publica Bilingüe N° 1344 Taigoché
18. Ramona Benítez en representación de los Huerteros
19. Nam Qom.

Siendo las 20.20´ hs. del día de la fecha, se da por finalizada la reunión haciendo un acta de lo actuado, que será aprobada en la próxima reunión del día 19 de febrero. Firman: (hay 50 firmas).

Cap. IV - Las revueltas: Hechos de inseguridad y violencia

ATAQUE MASIVO A UNA COMUNIDAD TOBA: "La violencia contra los indígenas en Formosa" El viernes 16 de agosto de 2002, la policía provincial irrumpió violentamente en la comunidad indígena Toba, Nam Qom de Formosa, más conocida como Lote 68. Decían buscar a un grupo de aborígenes acusados de participar en un tiroteo que se produjo en un campo particular a 20 kms. de la ciudad de Formosa, en la que murió un policía y otro quedó herido. Con armas de fuego y sin exhibir orden judicial, más de 100 policías, la mayoría de civil, entraron en sus domicilios golpeando y maltratando a niños, mujeres y hombres con prepotencia y violencia inusitada. "Fue un ataque masivo" como lo graficó la queja de la comunidad reunida en Asamblea. Durante el ataque sacaron a niños, mujeres, jóvenes y hombres de sus domicilios particulares, y a quienes encontraban en las calles llevándolos esposados a la comisaría del lugar donde les tomaron datos e interrogaban. Durante un largo rato tiraron tiros; hubo algunos heridos y dejaron una secuela de miedo y terror. A los familiares de los buscados y a los que veían sospechosos los llevaron a la comisaría de la UEAR (Unidad Especial de Asuntos Rurales) del barrio Eva Perón, donde fueron torturados, pateados y golpeados sin discriminar entre grandes y chicos. Fueron sometidos a humillaciones como por ejemplo, a un joven matrimonio los sacaron de su casa brutalmente y dentro quedó sólo llorando su hijito de 2 años. Una mujer Toba fue encañonada con arma de fuego en un cuarto oscuro de la comisaría amenazándola de muerte para que hablara. A un joven le cortaron con un cuchillo su trenza que tenía hasta la cintura. Bajo esta presión, estas y otras personas fueron obligadas a firmar sus declaraciones. Los 8 detenidos, actualmente encarcelados, acusados de homicidio y resistencia a la autoridad, fueron incomunicados y brutalmente golpeados y torturados. Algunos fueron encapuchados con hule que les tapaba toda la cabeza y el rostro dificultando su respiración mientras los interrogaban y amenazaban exigiéndoles declaraciones y queriendo obligarlos a dar información. Uno de ellos quedó con serias lesiones en el tímpano. Daba vergüenza mirarlos y ver los hematomas que tenían en sus ojos y en sus rostros y la forma dificultosa con que caminaban en pleno Tribunal, el pasado jueves 23 en horas de la tarde. Declararon bajo la presión del dolor y el miedo rodeados de policías. Recién luego de la indagatoria, el médico forense intervino. La causa quedó radicada en el Juzgado de Instrucción N°4 de la Primera Circunscripción Judicial, de la ciudad de Formosa, a cargo del Doctor Héctor Ricardo Suhr. Mientras tanto, los medios de prensa y comunicación locales, sólo informan sobre la muerte del policía y las heridas del otro agente herido e internado. Toda la información maliciosamente presume y da a entender, que los aborígenes son los abigeos, matadores y ladrones de animales. Se siente por debajo el prejuicio milenario de que el aborigen por ser tal, es siempre motivo de desconfianza. Una nueva oportunidad para alimentar la segregación racial y el desprecio por el aborigen tanto para el Toba como para los Wichí y Pilagá. Nada se informa sobre los hechos y actuaciones posteriores que fueron denunciados por la APDH local y la Iglesia Católica. Funcionarios y operadores del gobierno, se hacen presentes en la comunidad Nam Qom presionando a la gente a no declarar sobre el "ataque masivo" porque les van a retirar el plan "jefas y jefes de hogar". Les llevan mercaderías intentando dividir a la comunidad queriendo manipular a los ancianos y dirigentes con la mentira, el engaño y mercaderías. Les mandan decir a los detenidos que renuncien a los abogados que eligieron, la Dra. Roxana Silva y el Dr. Luis Ernesto Montenegro y la defensora de pobres Dra. Claudia Carabajal, para poner a un abogado que responde al interés político de tapar y ocultar la violación grave y flagrante de los derechos de esta comunidad.

El contexto: La comunidad Nam Qom quedó reducida a una propiedad comunitaria que los Tobas poseen de 87 hectáreas a unos 10 kms. de la ciudad capital sobre la ruta 11. Son aproximadamente 600 familias, unos 2.500 habitantes.

Varios de ellos son empleados del ICA (Instituto de Comunidades Aborígenes), maestros auxiliares y trabajadores de la salud. Trabajan también en la elaboración artesanal de cestos de totora y palmas, y con tejidos de lana. Otros están actualmente inscriptos en los planes "jefas y jefes de hogar". También están las mujeres y niños que recorren la ciudad de Formosa durante el día mendigando el pan y recolectando la basura. Ellos son los rostros vivos de los índices de pobreza que Formosa tristemente encabeza en la República Argentina. Todo ello a consecuencia de la expropiación de sus medios naturales de existencia a los pueblos indígenas de Formosa lo cual constituye un etnocidio cultural. Los aborígenes Tobas suelen ir a mariscar en pequeños grupos generalmente familiares, a campos que se encuentran hasta más de 100 kms. de su comunidad. Llevan sus perros, palas, machetes, hondas y rifles y pasan varios días

buscando bichos del monte para su subsistencia. Lo hacen no sólo porque tradicionalmente son cazadores y recolectores, sino por la situación de hambre y desocupación en que vive la mayoría. También van a campos cercanos en busca de leña, de palmeras para sus viviendas y a recolectar la totora para sus obras artesanales.

Todos ellos son muy religiosos y pertenecen a varias iglesias evangélicas y pentecostales. La comunidad, como todo grupo humano, tiene algunas divisiones internas provocadas fundamentalmente por los partidos políticos con una hegemonía del partido gobernante, instrumentada y dirigida por el ICA, que es el organismo ejecutor de la política oficial indígena en la provincia. Estos favorecen a sus "clientes" con mercaderías y planes trabajar en desmedro de los otros que considera enemigos del gobierno. "Nuestra gran debilidad es que tenemos hambre y eso nos debilita entre nosotros" decía un miembro de la comunidad.

El hecho Este trágico hecho comienza el viernes 16 de agosto cuando varios Tobas salieron a mariscar (caza de bichos y recolección de frutos silvestres del monte) y mientras cruzaban por la estancia Adelaida del Señor Gaspar Zanin, se encontraron de repente con hombres de civil armados montados a caballo que los empezaron a correr y tirar tiros con armas de fuego. La gente asustada, salió corriendo a esconderse y uno de los aborígenes fue herido de bala en su pierna.

En este confuso hecho un oficial de policía cae muerto y otro policía queda gravemente herido. Los aborígenes huyendo de la agresión regresan a sus casas. A partir de allí, comienza el ataque masivo a la Comunidad Nam Qom. El violento ataque de la policía a la comunidad indefensa, sin ningún respeto por los derechos humanos y los derechos indígenas, realizado más como una venganza que como un procedimiento legal, ha dejado a los miembros de esa comunidad sumergida en el miedo y el terror. Quedó resonando en toda la comunidad lo que les decían en los violentos interrogatorios: "Indio de mierda, un indio mató a nuestro compañero, un indio pagará por ello". La justicia, el gobierno y las autoridades encargadas del cumplimiento de los derechos, deben poner en un plano de igualdad la necesaria investigación por la muerte del agente policial por un lado, y la búsqueda y castigo de los funcionarios y policías que abusaron de su poder y su fuerza, con el mismo rigor con el que se pretende combatir el delito.

Asamblea del 26 de Agosto del 2002 : Comunidad Toba Nam Qom - Provincia de Formosa - República Argentina - Adhesiones: telefax (54) 03717 434520

COMUNIDAD TOBA NAM QON - ULTRAJE POLICIAL EN FORMOSA

Buenos Aires, 28 de agosto (Télam).- Miembros del Equipo Nacional de Pastoral Aborígen, de la Asamblea por los Derechos Humanos, del Servicio por la Verdad y la Justicia, de la Diócesis Católica de Formosa y de la comunidad toba, dieron a conocer hoy en un comunicado una denuncia donde acusan a la policía provincial de haber perpetrado un "ataque masivo" a la comunidad Nam Qom, ubicada a 20 kilómetros de la ciudad de Formosa. "Con armas de fuego y sin exhibir orden judicial, más de 100 policías, la mayoría de civil, entraron el viernes 16 de agosto en los domicilios de la comunidad indígena toba Nam Qom de Formosa, golpeando y maltratando a niños, mujeres y hombres con prepotencia y violencia inusitada", comienza el comunicado. "Decían buscar -continúa- a un grupo de aborígenes acusados de participar en un tiroteo que se produjo en un campo particular a 20 kilómetros de la ciudad de Formosa, en la que murió un policía y otro quedó herido". La hermana Rosita Sidamed, religiosa de Hijas de María Auxiliadora del Servicio por la Verdad y la Justicia, precisó a Télam que "rechazamos el abuso de poder que sufrió la comunidad", y añadió que los tobas se están reuniendo en asambleas y "están muy firmes, porque se dan cuenta que su vida y su dignidad están en juego". "Estos son m,todos de la dictadura, no podemos permitir más que sucedan este tipo de cosas", añadió, tras comentar que durante "los violentos interrogatorios decían: "Indio de mierda, un indio mató a nuestro compañero, un indio pagará por ello". En este sentido, el comunicado aclara que "la justicia, el gobierno y las autoridades encargadas del cumplimiento de los derechos, deben poner en un plano de igualdad la necesaria investigación por la muerte del agente policial por un lado, y la búsqueda y castigo de los funcionarios y policías que abusaron de su poder y su fuerza". La causa está radicada en el Juzgado de Instrucción N°4 de la Primera Circunscripción Judicial, de la ciudad de Formosa, a cargo de Héctor Ricardo Suhr. El comunicado cuenta que sacaron de sus casas a niños, mujeres, jóvenes y hombres y que los llevaron a la comisaría donde les tomaron sus datos y los interrogaron. "A los que veían sospechosos los llevaron a la comisaría de la UEAR (Unidad Especial de Asuntos Rurales) del

barrio Eva Perón, donde fueron torturados, pateados y golpeados, grandes y chicos". "Detuvieron a ocho personas, actualmente encarceladas, quienes fueron acusadas de homicidio y resistencia a la autoridad. Algunos fueron encapuchados con un hule que les tapaba toda la cabeza y el rostro, dificultando su respiración mientras los interrogaban y amenazaban exigiéndoles declaraciones", denuncian. Asimismo, aclaran que el origen de "este trágico hecho comienza el viernes 16 de agosto cuando varios tobas salieron a mariscar (caza de bichos y recolección de frutos silvestres del monte) y mientras cruzaban por la estancia Adelaida, se encontraron de repente con hombres de civil, armados montados a caballo, que los empezaron a correr y tirarles tiros con armas de fuego" "La gente asustada -destacan- salió corriendo a esconderse y uno de los aborígenes fue herido de bala en su pierna. En este confuso hecho un oficial de policía cae muerto y otro policía queda gravemente herido. Los aborígenes, huyendo de la agresión, regresan a sus casas. A partir de allí, comienza el ataque masivo a la Comunidad Nam Qom". (Télam) 28/08/2002 15:57.

MAPAS DE ARGENTINA / MAPS OF ARGENTINA / CARTES



Mapa nº 1 Argentina

© Webmaster: *Lizandro Llancafilo*

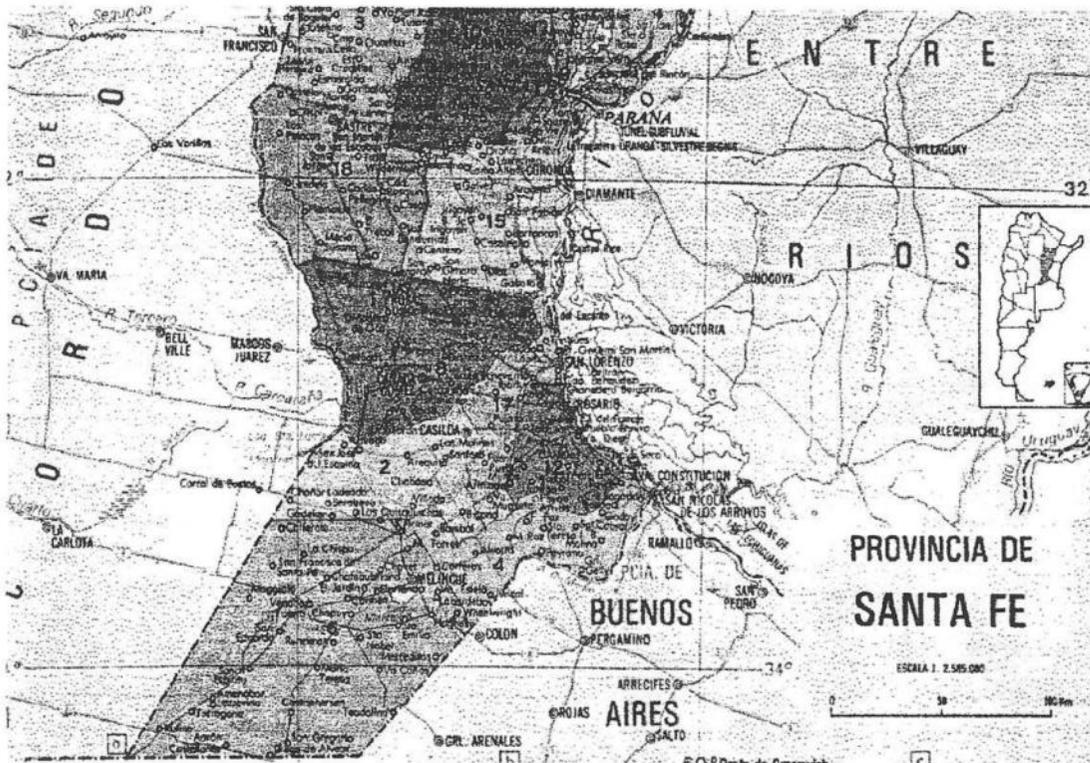


Mapa n° 3 Provincia de Santa Fe



POBLACION RECIDENTE AÑO 1998 110.212 HAB.
(11,5% DE LA POBLACION TOTAL)

ASENTAMIENTOS IRREGULARES



Parte sur de la Provincia de Santa Fe, donde se ubica la ciudad de Rosario.



El sector 5 es donde está el asentamiento Toba de Empalme Graneros, entre las vías del Ferrocarril Mitre y Belgrano, de lado de la actual Av. De la Travesía, corresponde al sector norte de la ciudad de Rosario.

